

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A Sociedade das Nações: Europa, Portugal e Agricultura

Soraia Milene Marques Carvalho

Tese orientada pela Prof.^a Doutora Teresa Nunes, especialmente realizada
para obtenção do Grau de Mestre em História, Especialidade em História
Moderna e Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de
Lisboa

2018

Agradecimentos

O meu sincero agradecimento à Prof.^a Doutora Teresa Nunes, que orientou este trabalho de maneira insubstituível e incansável. Devo-lhe o maior gesto de gratidão.

Ao Arquivo Histórico e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cabe-me o manifesto agradecimento à Dr.^a Margarida Lages – Chefe da Divisão –, pelo seu inequívoco apoio e interesse no trabalho desenvolvido na Instituição em prol do acervo documental da Sociedade das Nações. Agradeço, igualmente, à Dr.^a Anabela Isidro e à Dr.^a Alice Barreiro, respectivamente, do Arquivo e Biblioteca do ID, que em muito contribuíram ao longo do estágio para o exercício que agora se apresenta.

Ao meu Pai, a quem este trabalho sempre fora dedicado, agradeço-lhe o gosto pela História Contemporânea.

Índice

1. Introdução.....	5
2. Estado da Arte: produção historiográfica sobre Portugal e a Sociedade das Nações.....	7
3. Instituto Diplomático do M.N.E. e a Sociedade das Nações. Roteiro de Fontes do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.....	36
4. Portugal e a Sociedade das Nações (1919-1928): Bettencourt Rodrigues e a Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações.....	81
5. A Sociedade das Nações e a Agricultura Europeia – Problemas e Soluções Apontadas.....	163
6. Diplomacia Portuguesa e Agricultura – Lógicas e objectivos diplomáticos portugueses no domínio agrícola.....	200
7. Conclusão.....	228
8. Fontes e Bibliografia.....	233

Resumo

Na esteira do centenário da fundação da Sociedade das Nações, o nosso contributo incide sobre a análise do pensamento de uma individualidade da I República Portuguesa, António Maria de Bettencourt Rodrigues (1854-1933), Ministro Plenipotenciário de Portugal em Paris e Ministro dos Negócios Estrangeiros ao tempo da Ditadura Militar, entre 1926 e 1928; participou na Conferência da Paz em 1919 e foi Presidente da Delegação Portuguesa enviada à S.D.N., por essa época. O nosso trabalho compreende a criação da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações no MNE, por Bettencourt Rodrigues, analisando um tema debatido na Organização Internacional: a Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola como uma das possíveis soluções para a crise da agricultura do pós-I Guerra Mundial, incidindo nas ideias bettencourtianas a propósito dos problemas de produção e exportação que atravessavam países como Portugal e os restantes povos latinos.

O presente exercício resulta do tratamento arquivístico do acervo documental da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, realizado no Arquivo/Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 2017.

Palavras-chave: Sociedade das Nações; I República Portuguesa; Ditadura Militar; Secretaria Portuguesa da S.D.N.; Agricultura.

Abstract

In the wake of the centenary of the founding of the League of Nations, our contribution focuses on the analysis of the thought of an individuality of the Portuguese Republic, António Maria de Bettencourt Rodrigues (1854-1933), Portuguese Plenipotentiary Minister in Paris and Minister for Foreign Affairs at the time of the Military Dictatorship, between 1926 and 1928; participated in the Conference of Peace in 1919 and was President of the Portuguese Delegation sent to S.D.N., at that time. Our work includes the creation of the Portuguese Secretariat of the Society of Nations in the Minister of Foreign Affairs, by Bettencourt Rodrigues, analyzing a topic discussed in the International Organization: the International Mortgage Credit Society as one of the possible solutions to the crisis of post-war agriculture Focusing on Bettencourtian ideas about the problems of production and export that crossed countries like Portugal and the other Latin peoples.

The present exercise results in the archival treatment of the Archive of the Portuguese Secretariat of the League of Nations, realized in the Archive / Library of the Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs, in 2017.

Keywords: Society of Nations; I Portuguese Republic; Military dictatorship; Portuguese Secretary of the S.D.N.; Agriculture.

1. Introdução

O presente trabalho resulta da realização de um Estágio Curricular desenvolvido no Arquivo Histórico e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹ com o intuito do estudo e tratamento do acervo documental da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, o qual se encontra à guarda da Instituição em apreço. Ao longo de onze meses tivemos a oportunidade de incidir o nosso olhar sobre fontes históricas insubstituíveis para a compreensão da passagem lusa pela Organização Internacional nascida do pós-I Guerra Mundial: a Sociedade das Nações.

A elaboração de um roteiro de fontes históricas da S.D.N. do Instituto Diplomático, mas também do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Histórico Parlamentar pretende permitir uma melhor revisitação do assunto, o qual tem sido arrebatado por algum esquecimento na historiografia portuguesa, na medida das possibilidades que as fontes históricas disponíveis oferecem à produção historiográfica, sobre um dos períodos mais atribulados da história portuguesa – a I República, a Ditadura Militar e o Estado Novo – e do mundo, o qual se viu bastante convulsionado mesmo no período posterior ao conflito bélico. Apresentaremos, deste modo, uma *travessia* pelas fontes históricas encontradas nas respectivas Instituições supramencionadas.

Enquanto membro fundador, Portugal integrou a S.D.N. desde o início da sua formação, acompanhando-a nos trabalhos que a edificaram enquanto nova *balança* – supostamente – para a história das relações internacionais entre os Estados. Todavia, o país encarou a sua participação na Liga das Nações segundo o ângulo do seu desagrado perante a época das negociações decorridas sob o conflito, perante as quais os políticos lusos muito tiveram que definhar. Desta feita, propomos um estudo sobre uma das personagens marcantes do período da Conferência de Paz de 1919, em Paris, e nos anos que se seguiram até ao enraizamento da ditadura militar no país, a partir de 28 de Maio de 1926; António Maria de Bettencourt Rodrigues (1854-1933), figura grada na diplomacia portuguesa, brasileira e francesa, Ministro Plenipotenciário de Portugal em

¹ Estágio Curricular desenvolvido no Instituto Diplomático do MNE com a classificação final de 19 Valores.

Paris – primeiramente em 1915, e depois, mais tarde, com o sidonismo –, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1926 e 1928, a convite *inesperado* de Óscar Carmona, e Chefe de uma das Delegações Portuguesas enviadas à Sociedade das Nações nesses anos, será sobre ele que o nosso estudo incidirá, com a ressalva, desde já, do seu pensamento em matéria internacional: Bettencourt Rodrigues interpretava, após a primeira parte da *Grande Guerra*, a divisão do mundo em agrupamento de nações e prováveis alianças que se formariam a breve trecho; sob este alicerce, Portugal e os povos latinos ter-se-iam de agrupar em prol da criação de um espaço que lhes permitisse medrarem – colocando-se ao nível das grandes potências – em termos de produção e exportação dos seus produtos.

Desta feita, a *casa* da Sociedade das Nações revela-se a plataforma da ideia de Rodrigues: Portugal estava isolado no quadro internacional – ficando afastado do Conselho da S. das N. – graças aos *assentos* que em Genebra se confundiam com as (in)conveniências. A criação da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, no Ministério dos Negócios, pela mão de Bettencourt Rodrigues, muito teve que ver com a maneira como o ministro encarava a posição de Portugal de Liga das Nações; *defeituosa* na sua condição, a imagem lusa foi de novo projectada – pelo menos assim se esperava – entre aqueles que frequentavam Genebra e andavam ao *corrupio* das sessões da Organização, assim como do Bureau International do Travail.

No turbilhão das ideias e no meio daquelas que o *vento levou* para outras épocas – talvez, não muito distantes –, a Sociedade das Nações pretendeu, através da Comissão de Estudos para a União Europeia, com o amparo do Instituto Internacional de Agricultura, colocar em prática um projecto que visasse a agricultura europeia, de modo a evitar as crises de superprodução que surgiram no pós-I Guerra Mundial, ao mesmo tempo que se permitia – num período que não seria o melhor –, a sonhar com uma política agrícola *quase* comum entre os Estados Europeus; almejava-se, desta maneira, a criação de uma união agrícola que levaria ao agrupamento europeu: lógica acariciada por quem a detinha, temida e ostracizada pela maioria dos Estados membros da Liga. Portugal não foi indiferente à ideia esgrimida, oferecendo em todo o caso, mais a sua abstenção nas matérias do que qualquer outra fórmula de actuação.

Posto isto, o trabalho que seguidamente apresentamos pretende aferir os materiais disponíveis no Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – após o tratamento de parte do acervo documental respeitante às matérias que se seguem –, assim como em outros Arquivos; pretende analisar os contributos de

António de Bettencourt Rodrigues nos debates internacionais do período posterior à I Guerra Mundial, não obstante a participação lusa – desde 1919 até aos inícios da década de 1930 – na Sociedade Nações, do ponto de vista da diplomacia agrícola levada a cabo, e da situação experienciada na Europa, na esteira das soluções encontradas pela S.D.N. para as questões colocadas em cima da mesa, a propósito do manifesto sintoma de «crise», neste caso, encontrado no mundo rural.

2. Estado da Arte: produção historiográfica sobre Portugal e a Sociedade das Nações

A presença portuguesa na Sociedade das Nações desde a sua fundação até ao fim do seu funcionamento (1919-1946) merece destaque na historiografia nacional. Tendencialmente, até ao momento, inscreve-se no âmbito das relações internacionais, sem atender ao impacto da instituição na vida política, económica, social e institucional portuguesas. Comummente enfatizam-se determinado(s) tema(s) em detrimento de outros bastante relevantes no espectro nacional objecto de estudo e profunda reflexão na Sociedade das Nações. Persistem por tratar, aprofundadamente, as temáticas que na referida Organização ocuparam as sessões, levando os Executivos Portugueses a enviar representantes e delegações – tantas vezes *à pressa* – para Genebra e outros locais, sempre com a esperança do país viabilizar-se no exterior, uma vez acentuada a descrença nos resultados da primeira parte da *Grande Guerra*.

Assinale-se que a investigação científica sobre a S.D.N., em Portugal, tem conhecido desde 1999 até ao presente uma expressão significativa, verificando-se contributos sobre a participação portuguesa na Conferência da Paz, em 1919, e igualmente na esteira daquilo que coube ao país, nomeadamente nos anos da I República Portuguesa, perante a nova organização internacional nascida do pós-guerra. Tais estudos foram desenvolvidos em duas teses de mestrado de Cristina Pacheco e de Teresa Gomes Branco; e em trabalhos de A. H. de Oliveira Marques, de António José Telo, de Filipe Ribeiro de Meneses, de José Medeiros Ferreira, de Duarte Ivo Cruz, de Nuno Canas Mendes e de Pedro Miguel Fernandes da Silva, e certamente de outros autores.

Em 1976, sob a direcção de A. H. de Oliveira Marques (1933-2007)² publicou-se a obra *A Liga de Paris a ditadura militar (1927-1928)*, inserida na colecção *História do Portugal Contemporâneo*³. A preocupação da obra saldou-se na apresentação de documentos respeitantes à época da solicitação de um empréstimo financeiro por parte de Portugal à S.D.N., iniciando-se, desta feita um leve revolvimento sobre a história do país em terras genebrinas, a qual havia permanecido no silêncio a que a historiografia foi votada na época anterior à publicação. Interessante será notarmos que o assunto rebuscado, num primeiro momento, sobre Portugal na Organização, recaiu na questão do empréstimo externo instado pela ditadura militar, em 1927, dentro de *portas* da Sociedade das Nações.

Em 1994, António José Telo⁴ consagrou na sua obra *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, um capítulo em que pondera «o espírito da Sociedade das Nações» no designado início do Terceiro Império português⁵. O autor reflectiu sobre a conjuntura do pós-I Guerra Mundial a qual nomeou de «anormalmente idealista» na esteira, inclusive, do nacionalismo crescente no mundo, debruçando-se sobre a problemática da proliferação de novos Estados-nações que colocavam «em causa as teorias anteriormente aceites sobre os impérios», melindrando o exemplo português⁶. Neste caso, o autor focou-se no tema colonial – dos mais discutidos pela historiografia – no concernente à participação lusitana na S.D.N., uma vez que a tese vigorante desde a Conferência de Berlim – da «'ocupação efectiva'» dos territórios – encontrou o seu fim na Conferência de Versalhes, entrando-se numa época em as colónias eram em si mesmas um estado transitório para a sua independência⁷; desta feita, não nos cause estranheza que um dos autores do período em estudo e enviado à Conferência da Paz e à Sociedade das Nações, António Maria de

² Historiador consagrado internacionalmente, começou por leccionar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1957, onde realizou o seu doutoramento. Director da Biblioteca Nacional de Lisboa entre 1974-1976. Professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa desde 1976, tendo presidido a Comissão responsável pelo estabelecimento da FCSH/NOVA, entre 1977-1980. Em 1988 recebeu a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. Doutoramento Honoris Causa pela Universidade de La Trobe de Melbourne, Austrália, em 1997.

³ MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *A Liga de Paris e a ditadura militar (1927-1928): a questão do empréstimo externo*, Colecção *História do Portugal Contemporâneo – Documentos*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1976.

⁴ Historiador e Professor catedrático na Academia Militar. Os seus trabalhos incidem, particularmente, na história das relações internacionais e da defesa, tendo recebido o prémio John dos Passos em 2009.

⁵ TELO, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994, pp. 224-226.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 225.

⁷ Idem.

Bettencourt Rodrigues – que trataremos adiante –, apontasse como via certa para Portugal, a criação de uma confederação luso-brasileira onde as colónias seriam integradas, depois de devidamente *amadurecidas*, como «unidades novas da Confederação»⁸. Repare-se, Telo refere-se à imagem internacional que o país transparecia através das colónias, particularmente, após o relatório Ross que acusava Portugal, junto da S.D.N., de possuir trabalho escravo naquelas⁹. Desta feita, o autor seguiu uma linha levemente *tracejada* sob o signo da atribuição de mandatos pela Liga, e o ensejo em Genebra de se conferir tais sobre as colónias portuguesas, o que na sua leitura pretendia significar uma «forma disfarçada de dividir o império» nos meandros da Organização Internacional; só a Inglaterra conseguiu pôr cobro aos intentos, segundo António José Telo que adoptou uma posição aceite, mas discutida actualmente pela historiografia: o problema das colónias como motivo primordial do assento luso na Sociedade das Nações¹⁰.

Volvidos cinco anos, Cristina Pacheco, na sua tese *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*¹¹, delineou pela primeira vez – ainda que de forma «rudimentar», como a autora designou –, mas de feição aumentada, a história portuguesa na S.D.N. afiançando o seu objectivo por uma análise geral do ponto de vista diplomático. A dissertação de Pacheco encontra-se dividida entre o pós I Guerra Mundial e o percurso português na Liga das Nações na década de 1920, tomando as reparações de guerra como um dos pontos essenciais dos objectivos lusos perante um cenário ilusório de paz¹². Ressalve-se o reparo da autora sobre a situação interna do país na época da Conferência da Paz: «O problema da manutenção interna da ordem aparecia como primordial num momento em que a concertação de esforços nacionais aparecia também como indispensável para a prossecução dos objectivos da paz de Portugal na Conferência que se avizinhava»¹³. Cristina Pacheco ia mais longe, fazendo uma análise mais sincera ao introduzir o leitor naquela que não seria a falta de interesse dos políticos portugueses pela

⁸ Cit. Medeiros e Albuquerque. In BETTENCOURT-RODRIGUES, *Prováveis alianças e agrupamentos de nações. Uma Confederação Luso-brasileira: factos, opiniões e alvitre*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923, p. 144.

⁹ TELO, *Ibidem*.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 226.

¹¹ PACHECO, Cristina, *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Orientação Prof. Doutor João Medina, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 19.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 25.

Sociedade das Nações, mas pela falta de Portugal encontrar a sua *casa* arrumada para se poder voltar, depois, para o exterior: «A verdade é que a problemática interna absorverá e polarizará todo o interesse dos dirigentes e da opinião pública, de tal modo que as questões internacionais serão tratadas e apresentadas nos termos de rentabilidade para os seus projectos de alcance interno, sem se desenvolver a apreender o verdadeiro valor intrínseco das questões internacionais que são objecto de discussão», matéria sobre a qual Jaime Batalha Reis chamou a atenção quando entregou o seu projecto ao MNE para a criação de uma Secretaria Geral da S.D.N. nos quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como adiante observaremos.

Em 2000, Valentim Alexandre¹⁴, na sua obra *Velho Brasil / Novas Áfricas*, retomou a questão do império frisando que a «falência da economia e das finanças coloniais» foi um dos contributos para a queda da I República Portuguesa, não obstante o parecer sobre uma nova repartição das colónias portuguesas entre as potências europeias que almejavam obter territorialidade extra-europeia¹⁵. Sublinhe-se, Alexandre equacionou o reaparecimento dos receios portugueses face ao *seu* império no contexto da Conferência da Paz¹⁶ e da S.D.N., na medida em que, «a ideia de que os Estados coloniais eram responsáveis perante a comunidade internacional pela forma como exerciam a sua missão civilizadora nos territórios deles dependentes» delineava a Organização Internacional¹⁷. De resto, notou que a acção colonial passava a ter um duplo sentido, a saber: o benefício dos indígenas e o desenvolvimento dos territórios com o pensamento posto no cenário internacional, onde todos seriam necessariamente beneficiários¹⁸. O relatório Ross constituía-se, à semelhança de outros textos, num dos pontos de ressalva do autor¹⁹.

¹⁴ Investigador do ICS com publicações no domínio da história colonial e das relações externas portuguesas, entre as quais destaquem-se *Os Sentidos do Império* e *O Roubo das Almas – Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*.

¹⁵ ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil / Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 2000, p. 239.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 185.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 239-240.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 184-185.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 240.

Em 2009, Duarte Ivo Cruz²⁰ trouxe a público a sua obra *Estratégia Portuguesa na Conferência de Paz 1918-1919 – As Actas da Delegação Portuguesa*²¹, sendo o trabalho composto por duas partes, a saber, as actas da delegação depositadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros – pela primeira vez publicadas –, e a análise do autor em torno das questões suscitadas nessas, entre as quais: as negociações portuguesas na Conferência da Paz; a (des)composição da delegação portuguesa; temas da estratégia portuguesa; o problema das colónias; a questão financeira e os dividendos da guerra; questões diplomáticas de diversa espécie; a ideia da independência dos Açores; um estado da arte sobre a I Guerra Mundial e a Paz no contexto nacional; as ponderações sobre o Tratado de Versalhes e a sua subscrição pelo país; o dilema da política seguida em África por Portugal.

Sobre a presença portuguesa na Conferência, Ivo Cruz acentuou o clima da política interna vivenciada no país no âmago da delegação portuguesa, com a respectiva polémica em torno de Afonso Costa que levaria individualidades como o Conde de Penha Garcia – graças ao «'espírito republicano'» tornado panegírico por aquele à chegada²² - e, acrescentamos, António Maria de Bettencourt Rodrigues a abandonar a delegação. Note-se, o autor aferiu que embora a mudança da chefia da delegação portuguesa tivesse um «óbvio significado na perspectiva da política interna», tal não significou, na linha de Duarte Ivo Cruz, uma «uma mudança substancial na estratégia portuguesa ao longo das negociações» na medida em que, na perspectiva do autor, Sidónio Pais havia definido a estratégia portuguesa na Conferência de maneira inequívoca correspondendo «efectivamente aos interesses e prioridades negociais de Portugal»²³, denotando que as colónias eram a grande prioridade nacional devido aos dilemas nas fronteiras moçambicanas²⁴. Todavia, na referida obra também são denotadas na diplomacia portuguesa estabelecida na Conferência de Paz, o problema de Olivença, não obstante

²⁰ Especialista em história do teatro, história das relações internacionais e história diplomática. Tem obra publicada em Portugal, Brasil, Espanha e ONU. Foi representante de Portugal e do Brasil em várias entidades internacionais. Licenciado em Direito, leccionou na Universidade Católica Portuguesa, na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa e na Universidade Mackenzie de São Paulo.

²¹ CRUZ, Duarte Ivo, *Estratégia Portuguesa na Conferência de Paz 1918-1919 – As Actas da Delegação Portuguesa*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2009.

²² Idem, *Ibidem*, p. 16.

²³ Idem, *Ibidem*, p. 20.

²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 21.

outros que tinham em vista, segundo o entendimento do autor, a soberania do país, como Damão, o Estado da Índia, Macau e Timor²⁵.

Reparo fez ainda o autor sobre a posição portuguesa para tentar umas achegas ao Brasil; ao jantar com Epiácio Pessoa, os portugueses não perderam a oportunidade de evocar «cinco ante-projectos de acordo bilateral» com a república de além-mar, os quais consistiam no tratamento de vários itens: «nacionalidade, casamento, filiação, divórcio e separação de pessoas e tutela de menores»²⁶; o objectivo consistia na proximidade do Brasil para com os Estados Unidos da América dos quais Portugal era arredado sistematicamente, e aliás, acusado de «incoerência» pelo presidente norte-americano, Woodrow Wilson (1856-1924)²⁷. Perante as acções portuguesas para com a delegação brasileira, Ivo Cruz adiantou: «como bem se percebe, nada disto tinha directamente que ver com a Conferência da Paz»²⁸.

Sobre a criação de um exército internacional, ideia acalentada na S.D.N., o autor apurou serem Portugal e a Inglaterra contra tal ideia, através das actas da delegação portuguesa, uma vez que Afonso Costa considerou que tal amputaria terminantemente a Liga das Nações da necessidade da sua existência²⁹, não obstante Norton de Matos aclarar o tom para proferir que tal seria o «'gérmen'» para o sintoma da guerra³⁰.

Na esteira do funcionamento da Sociedade das Nações, a nomeação apenas de dois delegados por cada país, tal qual Wilson proferira, agonizou Portugal³¹, assim como a existência de quatro representações no Conselho da S.D.N. para as pequenas potências³². Desta feita, a escolha de Espanha para o Comité Executivo resultara na *cartada* de Olivença rematada pela Delegação Portuguesa, que exasperada andava por essa altura em que tal escolha havia recaído sobre um acordo norte-americano e inglês; quais «direitos históricos» que desapareciam a *olhos vistos* da dianteira dos interesses dos conferencistas

²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 22.

²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 35.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 36.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 37.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 38.

³¹ Idem.

³² Idem, *Ibidem*, p. 39.

da paz. Cruz sublinhou ainda, na sua obra, a ligação directa entre as consequências do pós-guerra e o 28 de Maio de 1926 «comandado por dois generais do CEP»³³.

No mesmo ano, Filipe Ribeiro de Meneses³⁴, publicou na obra coordenada por Maria Fernanda Rollo e por Fernando Rosas, *História da Primeira República Portuguesa*³⁵, um artigo intitulado, *A paz e o tratado de Versalhes*³⁶. Tomando Afonso Costa como a personagem ocular através da qual fez passar a sua narrativa, Meneses historiou a presença portuguesa na Conferência de Paz e a assinatura do Tratado como «a culminação de todas as desilusões acumuladas desde 1914»³⁷, na medida em que o antigo líder do Partido Democrático almejava tirar partido da Conferência para a resolução dos problemas que assolavam o país, defendendo o autor que tal fracasso conduziu a I República ao seu término³⁸. No artigo, Ribeiro de Meneses caracterizou de «instável e pouco ortodoxa» a vida da Delegação Portuguesa enviada a Paris, uma vez que Egas Moniz – primeiro líder da delegação –, depois da morte de Sidónio Pais, foi rapidamente substituído por Costa, representando de maneira inequívoca a falta de constância interna do país trespassada para o exterior de forma indesejada³⁹.

O autor realçou Afonso Costa enquanto um «caso raro em Paris», observando que enquanto chefe da delegação, não era chefe de Estado nem tão-pouco Ministro dos Negócios Estrangeiros⁴⁰. Na óptica de Meneses, pretendia-se o apagamento dos vestígios do sidonismo com a reposição da «'verdade republicana'», motivo que levou Afonso Costa à Conferência de Paz. O autor sublinhou: «É importante lembrar que nenhuma delegação se apresentou em Paris com uma atitude mais revanchista do que a portuguesa», na medida dos ensejos para punição da Alemanha por parte de Afonso Costa e da restante delegação⁴¹. Notava, de resto, que as pretensões do chefe da delegação não se esvaziavam em demonstrar aos republicanos que a sua política de intervenção de

³³ Idem, *Ibidem*, p. 60.

³⁴ Historiador, doutorado em Trinity College Dublin. Lecciona no Departamento de História da Maynooth University da Irlanda. Publicou obras bastante conceituadas, como *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra, 1916-1918*, em 2000; e, *Salazar. Uma biografia Política*, em 2010.

³⁵ ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2009.

³⁶ MENESES, Filipe Ribeiro de, «A paz e o tratado de Versalhes», in Idem, *Ibidem*, pp. 397-406.

³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 398.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 399.

Portugal na Grande Guerra tinha sido um êxito; ela tinha manifestamente de o ser enquanto estrondo a ecoar em Lisboa, oriundo de terras estrangeiras: reparações financeiras, recomposição da marinha de guerra, antigas colónias alemãs entregues a Portugal, não obstante o papel deste enquanto «representante do mundo ibero-americano na Sociedade das Nações», constituírem-se nos ensejos traçados por Costa na Conferência de Paz, os quais Meneses salientou. Desta feita, e na linha de A. H. de Oliveira Marques, o autor insistiu no anexo 4 do artigo 298 do Tratado de Versalhes, da autoria de Afonso Costa, tido como um sucesso diplomático⁴².

Note-se, Filipe Ribeiro de Meneses delineou a feição *desorientada* da actuação de Portugal em Paris, em 1919, através de um Afonso Costa colérico com a lentidão do Parlamento português em aprovar o Tratado de Versalhes que entrou em vigor a 10 de Janeiro de 1920, sendo que apenas três semanas mais tarde foi apresentado em São Bento e no dia 30 de Março recebeu o beneplácito parlamentar, depois do manifesto esforço do antigo líder democrático, uma vez que «o Governo da altura, inteiramente consumido por conflitos domésticos intermináveis», dizia-se incapaz de prestar atenção ao texto do Tratado de Paz⁴³. Fazendo uma leitura apologética das acções levadas a cabo por Costa, as quais, o autor considera não terem sido devidamente reconhecidas no país, haviam resultado numa única menção a Portugal no texto do Tratado, ideia pertencente ao campo das possibilidades, segundo Meneses⁴⁴. Seguindo de perto as linhas historiográficas produzidas sobre a participação portuguesa na Sociedade das Nações, o autor sublinhou a entrada da Espanha para o Conselho da S.D.N. como uma das enormes desilusões portuguesas, não obstante a nomeação da Bélgica, da Grécia e do Brasil para assentos semelhantes, confirmando Ribeiro de Meneses que em nada havia servido a guerra em termos de melhoria da imagem do país nas esferas internacionais⁴⁵.

Em 2011, Nuno Canas Mendes⁴⁶ publicou no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, um artigo intitulado «O Tratado de Versalhes, a SDN e a política Ultramarina

⁴² Idem, *Ibidem*, p. 401.

⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 403.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 404.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 405.

⁴⁶ Doutorado em Ciências Sociais, Especialidade em Relações Internacionais pelo ISCSP-UTL, lecionado na referida Instituição. Investigador e membro do Conselho Científico do Instituto do Oriente do ISCSP e responsável pelo projecto financiado pela FCT, «State-building/State-failure nas relações internacionais: análise do caso de Timor-leste». Foi membro, entre 2005 e 2008 do Conselho Superior e Diplomático do MNE e do Conselho Editorial da revista *Negócios Estrangeiros*, assim como do *Portuguese Journal of International Affairs*. Integra a Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Portuguesa (1910-1926)»⁴⁷. Nesta publicação encontramos pela primeira vez delineado, um breve estado da arte sobre a investigação realizada em Portugal na esteira da Sociedade das Nações⁴⁸. O autor reportou-se ao Arquivo de Salazar, ao «muito extenso Fundo da Sociedade das Nações do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros», ao Espólio de Jaime Batalha Reis, ao Fundo da S.D.N. da Biblioteca Nacional de Portugal, enquanto fontes primárias complementadas, segundo o autor, «por um notável acervo de fontes impressas, com destaque para a *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as Mais Potências* (vol. I, 1914-1919, s. l., Imprensa Nacional, 1970), a *Lista dos Actos Internacionais Associados por Portugal* (de 1.1.1914 a 31.12.1945, Lisboa: MNE, 1948) e o próprio Tratado de Versalhes (Partes I e XIII), bem como o *Pacto da Sociedade das Nações*»⁴⁹. De resto, outras fontes são merecedoras de acrescento, na actualidade, como tivemos oportunidade de aferir, e colocámos à disposição do leitor no *Roteiro de Fontes* que, seguidamente, apresentamos.

Note-se, Canas Mendes colocou a tónica na existência de uma ampla bibliografia concernente a Portugal e à Sociedade das Nações; todavia, teremos de discordar, na medida em que o autor foca o seu olhar sobre a temática colonial rebuscando obras como *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, de Marcelo Caetano ou o artigo de 1942, de Armindo Monteiro, *As Grandes Directrizes da Governação Ultramarina no período que decorreu entre as duas Guerras Mundiais 1919-1934*, publicado no *Boletim Geral das Colónias*. Sugere, tal-qualmente, a leitura do artigo de Alfredo Augusto Freire de Andrade, *A Sociedade das Nações e os mandatos coloniais*, de 1926, na *Seara Nova*; *Portugal Colonial na SDN*, de Caetano Gonçalves, publicado em 1931; e, *Da Sociedade das Nações (um balanço)*, de Lobo de Ávila Lima, datado de 1934⁵⁰, referindo-se, claramente, a fontes históricas, uma vez que produzidas por personalidades intervenientes na Organização Internacional, na maioria dos casos. Destrinçou, de resto, na «produção historiográfica contemporânea» trabalhos que encontram o seu lugar neste capítulo, acrescentando ainda, o autor, o artigo de Fernando

⁴⁷ MENDES, Nuno Canas, «O Tratado de Versalhes, a SDN e a política Ultramarina Portuguesa (1910-1926)», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Série 129, N.º 1-12, pp. 127-141.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 128-129.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 128.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 128-129.

Martins, *A questão colonial na Política Externa Portuguesa: 1926-1975*⁵¹. Sublinhe-se, embora o autor considere a bibliografia sobre o assunto «uma extensa lista»⁵², teremos de considerar o assunto tratado por este, e as referências bibliográficas em torno da I Guerra Mundial e sobre a questão do ópio⁵³, onde manifestamente se encontrarão referências de sobremaneira essenciais para o estado da arte sobre Portugal e a Sociedade das Nações⁵⁴.

A análise de Nuno Canas Mendes versa a política levada a cabo por Portugal no concernente aos aspectos tratados na Liga das Nações, em torno do trabalho forçado ou obrigatório do indígena, da maneira como o país se sentiu a partir do momento em que na Conferência da Paz viu o conceito de *império* sofrer alterações para as quais o modelo colonial português não estava preparado para reagir nem adaptar-se à nova realidade instada; todavia, o autor inovou no final do seu trabalho, ao colocar a tónica na questão do tráfico de ópio no espectro colonial, ao observar que é «uma das questões de maior relevo para a política ultramarina portuguesa no âmbito da Sociedade das Nações», por pressões da China e dos Estados Unidos da América, particularmente⁵⁵. O redactor fez menção às duas convenções do ópio assinadas em Genebra (11 de Janeiro de 19 de Fevereiro de 1925), com o objectivo do controlo sobre o contrabando do ópio, sendo que no momento da aprovação das mesmas, Portugal foi acusado por um delegado americano «de assumir uma posição dúbia relativamente ao consumo de drogas», referindo-se a Macau. Desta feita, o autor apontou, como resposta do Governo português, a resistência à importação da Coca-Cola, «como mostra a correspondência trocada entre o Secretário-Geral da Secretaria Portuguesa da SDN e o Director-Geral da Saúde, em 1927»⁵⁶.

Na conclusão do autor, embora a Liga das Nações tivesse exercido pressão sobre Portugal, a exemplo dos casos denunciados de escravatura e tráfico do ópio, tal não pretendia denotar uma lógica que fomentasse qualquer alteração de *status quo*⁵⁷, observando que o término da I República havia sido propiciado, também, graças ao manifesto interesse de algumas potências nas colónias portuguesas e à «tensão

⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 129.

⁵² Idem, *Ibidem*, p. 128.

⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 141.

⁵⁴ Vide, COSTA, Carlos Alberto Pires, *A droga, o poder político e os partidos em Portugal*, Coleção Monografias, Instituto da Droga e da Toxicodependência, Lisboa, 2007; DIAS, Alfredo Gomes, *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925)*, Livros do Oriente, Lisboa, 2004. In Idem.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 138.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 139.

⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 140.

fiscalizadora da SDN», levando ao 28 de Maio de 1926. De resto, sobre o período do Estado Novo, Nuno Canas Mendes apontou o papel centralizador das políticas coloniais, com uma manifesta *habilidade* na gerência dos assuntos externos⁵⁸.

Em 2013, quando as memórias do centenário da I Guerra Mundial começavam a vir à tona, Teresa Gomes Branco apresentou a sua tese de mestrado na Universidade de Évora, intitulada *A participação Portuguesa na Sociedade das Nações (1920-1939): Representantes Nacionais e Funcionários Internacionais*⁵⁹, sublinhando que «a ideia generalizada de que a Sociedade das Nações falhou só se pode hoje aceitar quando reduzimos a argumentação ao facto de ter existido uma segunda Guerra Mundial»⁶⁰. A autora enfatizou que o objectivo da paz, embora primordial, não era o único, observando a evolução da Liga e do mundo. De resto, Branco realçou que a ligação da S.D.N. ao símbolo do fracasso levou a que O.N.U. adoptasse outra designação que não Sociedade das Nações, a qual viu a sua metodologia colocada em causa⁶¹ com a segunda parte da *Grande Guerra*. Acentue-se o trabalho da autora através da sua problemática exposta: «Assim, a questão porque *falhou a Sociedade das Nações*, centrando-se na sua acção entre 1933 e 1939, vai sendo substituída pela *o que fez a Sociedade das Nações nos seus 20 anos de vida activa e*, essencialmente, *através de que instrumentos e orgânica o fez*»⁶².

Saliente-se, a tese em apreço preocupa-se, de maneira geral, com os preceitos institucionais seguidos por Portugal no seu relacionamento com a Liga das Nações. Entre os temas aferidos – a «arquitectura» da S.D.N. desde 1920 até 1939; a orgânica portuguesa na Organização e o seu lugar nos quadros do MNE, na mesma baliza cronológica; o «transnacionalismo e o internacionalismo» na Sociedade das Nações através do Secretariado e dos funcionários lusos –, aborda a criação da Secretaria Geral Portuguesa da S.D.N. no Ministério dos Negócios Estrangeiros de maneira sintética, assim como a sua evolução em 1929 através do Decreto n.º 16:822 de 2 de Maio desse ano, o qual aprovava a organização do MNE⁶³; a Secretaria tornava-se numa Direcção

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 141.

⁵⁹ BRANCO, Teresa Gomes, *A participação Portuguesa na Sociedade das Nações (1920-1939): Representantes Nacionais e Funcionários Internacionais*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, Orientação Prof. Dr. Hélder Adegar Fonseca, Universidade de Évora, Departamento de Economia, 2013.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem, *Ibidem*, p. 11.

⁶³ Idem, *Ibidem*, pp. 68-70.

Geral, deixando de ser apenas uma Repartição, o que resultava numa autonomia de maior espectro «no quadro dos serviços do MNE»⁶⁴. A autora apresenta, ainda, quadros com a composição das delegações portuguesas enviadas às Assembleias da Liga, sobre a Chancelaria e a Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações para os seguintes períodos: 1920-1926; 1927-1932; 1933-1939; trabalho, de resto, já começado por Cristina Pacheco⁶⁵.

Em 2014, Pedro Aires Oliveira⁶⁶, na obra *História da Expansão e do Império Português*, contribuiu com um artigo onde a questão colonial volta a estar em voga como o cenário principal da actuação portuguesa na Sociedade das Nações. Todavia, ao contrário de António José Telo, o autor advoga que a principal pressão sentida pelos portugueses nesse domínio advinha dos britânicos, o que não pretende significar uma manifesta inovação; segundo Telo, a Inglaterra foi capaz de travar o aperto sentido, contudo, Aires acrescenta que no pós-guerra o ambiente nos territórios coloniais, principalmente em Moçambique, devido à revolta do Barué em 1917-1918 e à mortalidade gerada «pelo recurso maciço a carregadores nas operações contra a Alemanha» entre outros episódios, haviam sido utilizados pelos britânicos como meio para pressionar Portugal na Conferência de Paz. Na linha do autor, pretendia-se a inclusão de Moçambique «na lista de futuros mandatos da Sociedade das Nações», resultando na actuação de Afonso Costa para que Lisboa se movesse no sentido de aceitar «a sugestão britânica de adopção de um modelo de governação colonial mais descentralizado e ágil»⁶⁷.

No mesmo ano, Pedro Miguel Fernandes da Silva publicou na Revista Portuguesa de História da Universidade de Coimbra, um artigo intitulado *Da dívida de guerra ao empréstimo externo: perspectivas dos movimentos políticos e da opinião pública*, no qual apresentou uma análise sobre a renegociação da dívida à Inglaterra ao tempo da ditadura militar e a tentativa de contracção de um empréstimo externo com vista à estabilização

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 70.

⁶⁵ PACHECO, *Ibidem*, p.

⁶⁶ Historiador e Professor na FCSH/NOVA, com trabalhos publicados no domínio da história contemporânea e das relações internacionais. Recebeu o prémio Aristides de Sousa Mendes, em 2000, graças à sua publicação *Armando Monteiro. Uma biografia política*. Entre 1999 e 2003, dirigiu a revista *Política Internacional*, cargo que desempenha na actualidade.

⁶⁷ OLIVEIRA, Pedro Aires, «Um renascimento colonial falhado? A República e o Império (1910-1926)», in COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.); RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires, *História da Expansão do Império Português*, 1.^a Edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2014, p. 469.

da moeda e da economia nacional. O trabalho consiste numa análise aos periódicos portugueses da época, desde 29 de Julho de 1926 – a data do início das negociações –, e 3 de Março de 1928, data da rejeição formal do empréstimo, na linha de Fernandes da Silva⁶⁸. Aponte-se, o artigo não recorreu ao arquivo da Secretaria Geral Portuguesa da Sociedade das Nações, onde de resto, se encontram documentos apreciáveis sobre a matéria; nessa esteira, publicamos no início de 2018, no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o artigo *O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações*, onde se apresentam as fontes existentes sobre o pedido de financiamento externo o qual foi declinado novamente pelo Governo português que não pretendia uma fiscalização atenta do Comité Financeiro da Liga a propósito da aplicação da verba que seria concedida, observando-se a opinião sobre a atitude de protesto contra o empréstimo por parte dos emigrados políticos, a qual era analisada no estrangeiro como uma situação que primava pela originalidade. Embora Fernandes da Silva retome uma linha historiográfica anterior sobre a Liga de Paris – nomeadamente de A. H. de Oliveira Marques –, e o peso dessa junto da Sociedade das Nações⁶⁹, convirá notarmos que no acervo em questão constatamos que a S.D.N. considerou o Governo português da época com capacidade para a contracção do empréstimo financeiro, sublinhando a imprensa espanhola que as questões políticas haviam sido separadas, sugerindo os centros financeiros que caso os antigos políticos retomassem ao poder deveria ser accionada a cláusula da garantia que afectava a soberania portuguesa⁷⁰.

A primeira autora de uma tese de mestrado sobre a Sociedade das Nações – Cristina Pacheco –, desenvolveu, em 2014, para a revista *Clio* do Centro de História da Universidade de Lisboa, um estudo sobre a recepção do *Memorandum Briand* em Portugal, entre 1929 e 1932⁷¹. O artigo inova do ponto de vista da análise cronológica, no período de transição para o Estado Novo, fazendo uma interpretação do memorandum à luz dos designados «Estados Unidos da Europa» e a sua aplicação à realidade europeia em termos estratégicos; à autora importou o estudo, a meio da sua reflexão do

⁶⁸ SILVA, Pedro Miguel Fernandes da, *Da dívida de guerra ao empréstimo externo: perspectivas dos movimentos políticos e da opinião pública*, Revista Portuguesa da História, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014, pp. 53-68.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 66.

⁷⁰ CARVALHO, Soraia Milene, *O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações*, in *Estudos*, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2018, pp. 17-18.

⁷¹ PACHECO, Cristina, *Portugal e o Memorandum Briand: análise da proposta de uma federação europeia no contexto da Sociedade das Nações 1929-1932*, Revista *Clio* do Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, Vol. II, pp. 189-212.

enquadramento do Governo português numa ideia que implicava, *à priori*, a abertura da Europa entre si com a ampliação do conceito de «Sociedade das Nações», a qual se estenderia numa autêntica federação dos Estados Europeus⁷². Note-se, Cristina Pacheco refere-se à reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, neste contexto e às questões que soçobraram a política portuguesa perante a Liga das Nações no domínio colonial⁷³. A autora retomou, finalmente, a posição que o Governo português mandou oficializar face ao projecto de uma União Europeia de Aristide Briand⁷⁴, matéria sobre a qual são desconhecidos, até à data, outros trabalhos no nosso país.

Em 2015 era publicada a obra de José Medeiros Ferreira (1942-2014)⁷⁵, *A República Corrigida e Aumentada*⁷⁶, na qual o autor referiu-se à I Guerra Mundial para explicar a política externa portuguesa nos anos que se seguiram ao período do conflito bélico. Observou que a I República procurava nas suas relações com o exterior resolver as «necessidades financeiras do Estado português, o que de resto coincide com um dos grandes propósitos que, desde cedo, vocacionaram os republicanos a dirigir-se à Sociedade das Nações. Embora a solicitação de um empréstimo financeiro avalizado pela Liga, a 24 de Novembro de 1927, não constitui-se caso inédito⁷⁷ só por ter sido requerido nos anos da ditadura militar – levando os republicanos exilados em Paris a dirigirem-se à S.D.N. para que o mesmo não se concretizasse, encarando-o como o panegírico para a ditadura⁷⁸ -, a verdade é que em 1922 tal já havia sucedido, como António José Telo⁷⁹ fez reparo de acordo com a situação económica do país caracterizada pela sua inequívoca

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Historiador e Professor universitário, leccionou cadeiras de história contemporânea, com especial acuidade, pela política internacional europeia. Deputado à Assembleia da República entre 1975 e 1976, Ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro governo constitucional da III República Portuguesa, prestando o seu contributo no pedido de adesão de Portugal à CEE, em 1977, assim como na adesão do Conselho da Europa e na assinatura da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Foi deputado à Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu entre 1995 e 2005, e Vice-Presidente desse em 1999-2002.

⁷⁶ FERREIRA, José Medeiros, *A República Corrigida e Aumentada*, Edições 70, 1.ª Edição, 2015, p. 134.

⁷⁷ CARVALHO, Soraia Milene, *O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações*, Estudos, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Abril de 2018, p. 1. Disponível online [última visualização datada de 2 de Junho de 2018]: https://idi.mne.pt/images/curiosidades/SDN/soraia_milene_carvalho.pdf

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 14.

⁷⁹ Professor catedrático de História Contemporânea na Academia Militar. Foi-lhe atribuído o Prémio de Jonh Dos Passos, em 2009. É autor de vastas obras relacionadas com a economia portuguesa e com a história das relações internacionais.

fragilidade⁸⁰. Por esta via, Medeiros Ferreira entendeu que a actividade da República era vocacionada para a obtenção de «meios materiais e financeiros no exterior para resolver as deficiências internas»⁸¹, motivo pelo qual a participação nacional na realização da Conferência de Paz em 1919, foi entendida pelo autor como de sobeja importância na nova ordem das *coisas*.

Na sua linha, a participação portuguesa na guerra acarretava consigo a possibilidade de Portugal integrar-se na Conferência de Paz, «que regularia a organização da sociedade europeia e mundial»⁸², na medida em que, seria esse o momento chave para as relações internacionais do pós-guerra; todavia, Medeiros ia mais longe ao afirmar que as «expectativas» colocadas na Sociedade das Nações e na Conferência eram significativas para a República mediante a importância que esta atribuía «às formas multilaterais de organização da sociedade internacional»⁸³, as quais, de resto, após o conflito vêm-se na contingência da ruptura, merecendo realce nessa matéria o testemunho da S.D.N. Desta feita, a 27 de Novembro de 1918 – dezassete dias após o armistício –, Sidónio Pais empossou a delegação portuguesa presidida por Egas Moniz, da qual eram corpo diplomático integrante, Santos Viegas, Espírito Santo Lima, o Coronel Eduardo Marques, o Coronel Freire de Andrade, o Capitão-Tenente Botelho de Sousa, entre outras personalidades⁸⁴ como Batalha Reis – que ajudou a redigir o Pacto da Liga –, sem esquecer o Ministro de Portugal em Paris, António Maria de Bettencourt Rodrigues que teve, igualmente, um papel importante como mediador dos acontecimentos que se desenrolaram, por essa época, na capital francesa.

No seguimento do seu pensamento, Medeiros Ferreira concebe a participação na Conferência de Paris, ao lado dos Aliados, tendo em conta o documento redigido por Canto e Castro – Presidente da República interino sucessor de Sidónio Pais –, e recebido na cidade parisiense a 13 de Janeiro de 1919 para que o país não ficasse votado ao isolamento a nível comercial, mas também no respeitante à legislação internacional do trabalho graças ao Bureau International du Travail⁸⁵. Contudo, sobre as indemnizações

⁸⁰ TELO, António José, *Primeira República II – Como Cai Um Regime*, Editorial Presença, Lisboa, 2011, p. 111.

⁸¹ FERREIRA, *Ibidem*.

⁸² Idem, *Ibidem*, p. 137.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 140.

de guerra, Medeiros não se poupou nas palavras e definiu-as como «reivindicações de carácter material ou traduzíveis em termos financeiros», o que equivalia, nas suas palavras, a uma «pura diplomacia económica»⁸⁶. Para o autor, a manutenção do império era entendida como um dos objectivos que antes da Conferência já havia surtido os seus efeitos, o qual de resto só seria novamente evidenciado «durante o processo de ratificação parlamentar do Tratado de Versalhes» com o objectivo que salientar a participação do país na guerra e exaltar o Tratado de Paz⁸⁷. Sublinhe-se, na esteira de Afonso Costa, o autor evidenciava que a parte económica do tratado era a que mais interessava a Portugal: «desde a protecção das maras de vinhos regionais à liquidação dos bens inimigos e à apropriação de todos os navios apresados»⁸⁸; todavia, Portugal acabaria por ratificar o tratado em Abril de 1920 sem saber qual a verba que lhe seria destinada pela Alemanha, retomando Medeiros o manifesto de Keynes que na época já havia sido publicado «sobre as consequências económicas da paz»⁸⁹.

Segundo Medeiros Ferreira, as reparações e indemnizações devidas pela Alemanha tinham em vista o «futuro desenvolvimento e inserção na organização internacional», o que resultava em bem mais do que a manutenção das colónias, as quais, segundo o autor, «nenhum país europeu então perdeu», excepções feitas à Alemanha⁹⁰; desta feita, o historiador refugiava-se da historiografia tradicional que tende a ver quase em exclusivo a participação portuguesa da Liga das Nações para a manutenção dos territórios extra-europeus⁹¹, contudo, não deixou de frisar a problemática do relatório Ross que inequivocamente atentava contra os procedimentos lusos nas *suas* colónias, verificando-se que o conselho de Freire de Andrade, dado a Afonso Costa – que adiante indicaremos – nutriu efeito, uma vez que a resposta ao relatório chegou em 1930⁹². Resultado dos procedimentos levados a cabo na execução das reparações, seguindo-se de perto a lógica de Medeiros, os republicanos viram-se na contingência de suspender a «possibilidade de contrair mais empréstimos financeiros nas praças estrangeiras ou de ter de sacrificar o

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 143.

⁸⁹ Idem, *Ibidem*, p. 144.

⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 149.

⁹¹ ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil / Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 2000, pp. 239-240.

⁹² FERREIRA, *Ibidem*, p. 168.

Estado e os portugueses para conseguir equilibrar as contas públicas»; assim o autor entendeu a alternância de regimes políticos entre 1926 e 1933⁹³.

Interessante é o seguinte reparo que do autor transcrevemos: «De certa maneira, a constituição e a entrada de Portugal na SDN repõe em marcha alguns planos republicanos para a política externa do tempo da propaganda», dos quais soçobrava a maior autonomia face à Grã-Bretanha, a achega ao Brasil e a aquilo que se entendia como a defesa dos interesses coloniais «e outros pelos meios da arbitragem e da mediação internacionais»⁹⁴. Mas, igualmente, o capítulo que Medeiros apresenta sobre as pretensões, desde o início da sua participação, de Portugal integrar o Conselho da Liga das Nações, justificando as tentativas falhas a partir das alianças travadas «nos corredores de Genebra»⁹⁵ e a partir «dos arranjos políticos e geográficos que tais composições comportavam»⁹⁶, indo ao encontro da tese defendida por Bettencourt Rodrigues (1854-1933) sobre os agrupamentos das nações no pós-guerra. Observe-se, a leitura que o autor fez em relação ao lugar alcançado por Portugal, em Agosto de 1931, para o 15.º lugar do Conselho, preconizava a lógica de «uma homenagem aos esforços anteriores» dos republicanos⁹⁷, não obstante o país ter alcançado desde a fundação da Liga sempre lugares nas diferentes Comissões, e no período da ditadura militar – quando «os governos (...) vão prosseguir uma política externa de contornos legitimadores» - verifica-se o aumento das delegações portuguesas enviadas à S.D.N., assim como o nível do interesse português em ali participar⁹⁸. De resto, como veremos nos capítulos adiante, tal advinha da obra do Ministro dos Negócios Estrangeiros, António Maria de Bettencourt Rodrigues que criou a Secretaria Geral Portuguesa da Sociedade das Nações no MNE.

Medeiros Ferreira debruçou-se, ainda, sobre as questões coloniais e o B.I.T., matéria sobre a qual percepcionou o mal-estar português no respeitante ao trabalho indígena. De resto, um dos assuntos identificados pelo autor como remetidos para o limbo do esquecimento, relacionava-se com o empréstimo financeiro solicitado pela ditadura militar sob o «aval da SDN»⁹⁹. A posição do autor sobre o empréstimo, afincava-se na

⁹³ FERREIRA, *Ibidem*.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 151.

⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 157.

⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 156.

⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 161.

⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 162.

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 173.

«última oportunidade para que a Ditadura Militar evoluísse para uma transição democrática e se adoptasse em Portugal uma política desenvolvimentista»¹⁰⁰, todavia, como sabemos, Portugal recusou o empréstimo, nessa época, pela segunda vez consecutiva temendo pela sua soberania política, negando-se à interferência do Comité Financeiro da Sociedade das Nações para gerir o empréstimo em solo luso. Para além da Liga de Paris, não obstante aqueles que defendiam que o recurso ao crédito seria prejudicial e que só mediante uma reforma orçamental poderia o país livrar-se da crise económica e financeira, Medeiros Ferreira defendeu que tal abriu as *portas* a Oliveira Salazar¹⁰¹. De resto, o autor fez notar um ofício da delegação francesa da S.D.N., datado de 5 de Março de 1928, onde se traçava que «'pela primeira vez'» a Liga das Nações consentiria «'uma operação que só tinha interesse para o Estado que beneficiaria dela'»¹⁰²; fracassado o pedido, Ferreira entendeu que a questão do empréstimo externo foi de imediato arredado por Salazar¹⁰³, o que não condiz com a documentação encontrada no arquivo pessoal desse.

Na esteira das comemorações da I Guerra Mundial, Filipe Ribeiro de Meneses publicou, em 2015, a sua obra *A Grande Guerra de Afonso Costa*¹⁰⁴, onde a Conferência da Paz voltou a encontrar espaço nas linhas redigidas. Concluiu o autor, no final da sua obra, que «um rude golpe» foi dado a Egas Moniz com a nomeação de Afonso Costa e de Norton de Maros para delegados à delegação portuguesa¹⁰⁵; todavia, segundo a missiva recebida, Moniz e Costa ficariam como «delegados fixos», notando Meneses que «podia-se alargar a comitiva portuguesa, mas não o número de representantes plenipotenciários presentes em cada reunião da Conferência»¹⁰⁶. Desta feita, os dois novos membros da Delegação Portuguesa ir-se-iam juntar a Egas Moniz, a Penha Garcia, a Batalha Reis, a Álvaro Vilela, a Freire de Andrade e a Bettencourt Rodrigues; sublinhando Ribeiro de Meneses que «a substituição de alguns destes a meio da conferência significava perder-se parte do conhecimento já adquirido», todavia, o primeiro chefe da missão – Moniz – percebendo no imediato a mudança almejada, redigiu para Lisboa colocando o seu lugar

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 174.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem, *Ibidem*, p. 178.

¹⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 180.

¹⁰⁴ MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, 1.ª Edição, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2015.

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 435.

¹⁰⁶ Idem.

à disposição, o que na linha do autor não pretendia significar que o diplomata deixasse de «bater-se pelo seu cargo»¹⁰⁷. A 5 de Março de 1919, Egas Moniz anunciou «o convite para Portugal integrar a Comissão Financeira da Conferência»; dirigindo-se, mais tarde, a Canto e Castro – Presidente da República –, aferindo o que em Paris já havia sido conquistado: a manutenção do império colonial «e o futuro de Quionga»; devolução dos navios alemães; «o tamanho da delegação e a participação em quatro das principais comissões da Conferência»; observando, na linha do autor, a relevância que Moniz apontou sobre a manutenção da sua política de alinhamento com Londres, uma vez que de Lisboa resvalavam-lhe receios nesse sentido¹⁰⁸.

Nesta sequência, o autor evidenciou que Afonso Costa já conhecia os trabalhos em andamento para ele participar na Conferência da Paz, quando se decidiu a escrever as suas memórias abandonando a vida partidária¹⁰⁹. Arrebatando-se a «obra sidonista», Francisco Manuel Couceiro da Costa – ministro interior dos negócios estrangeiros – escreveu a 13 de Março de 1919 a Egas Moniz falando no papel de Costa sobre a intervenção portuguesa na Grande Guerra, o qual havia participado nas conferências aliadas antecedentes e a incredulidade da opinião pública perante o facto deste não marcar a sua presença na Conferência de Paris, ficando também o Governo pensativo na esteira dos desenvolvimentos sobre o Tratado de Paz, onde Costa seria figura de proa. Desta feita, a delegação portuguesa enviada a Paris alterava-se, passando a ser constituída por: Afonso Costa, Augusto Soares, Teixeira Gomes, Norton de Matos, João Chagas, Freire de Andrade – anti-intervencionista que se manteve –, Batalha Reis e Santos Viegas¹¹⁰. Egas Moniz demitiu-se, então, da pasta do MNE¹¹¹.

Relativamente ao Tratado de Paz, Meneses concluiu que tal constituía um manifesto benefício para Afonso Costa e para «a classe política portuguesa», uma vez que o afastamento deste possibilitava a revisão da sua obra de maneira explícita¹¹².

Da nossa parte, cabe-nos adiantar que muito se alvitra sobre a presença portuguesa na Sociedade das Nações, contudo, a questão torna-se merecedora de reparo na medida em que o assunto, embora várias vezes analisado, acaba sempre por demandar na questão

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 435-436.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 438.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

colonial ou em torno de certas personagens que vestiram – sem nunca mais *despirem* –, o papel principal da acção, importando novos estudos sobre os intervenientes da época, como nos propomos a apresentar neste trabalho, incidindo em António Maria de Bettencourt Rodrigues, apenas através dos quais poderemos compreender o que movia Portugal nos palcos internacionais do pós-guerra. Concluímos que o assunto tem sido recalcado na memória dos historiadores, convenientemente. Sublinhe-se, a abertura do acervo documental da Sociedade das Nações, presente no Instituto Diplomático, para tratamento arquivístico, para além de revelar a necessidade intrínseca de estudos sobre a matéria em apreço, indica a carência que a época corrente manifesta de forma inequívoca perante uma União Europeia e um mundo desacreditados, que ansiosamente procuram um *balão de oxigénio*, na medida em que, o sintoma da guerra esvaziou-se num paradigma de incerteza mundial. Desta feita, estudos sobre a Sociedade das Nações começarão a surgir, não obstante o centenário da sua fundação crer-se como um momento de charneira, onde o passado da S.D.N. e as memórias de Portugal nessa, adquirirão, a breve trecho, novos e díspares contornos, fragmentos históricos que sairão das *gavetas* prontos a integrar o quadro por tingir.

3. Instituto Diplomático do M.N.E. e a Sociedade das Nações. Roteiro de Fontes do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de outros fundos históricos respeitantes à S.D.N.

No decurso da nossa investigação, identificámos inúmeras fontes sobre a Sociedade das Nações e a presença portuguesa nessa organização, uma profusão que não encontra visibilidade na historiografia nacional, caracterizada pela fraca abordagem da S.D.N.. Para esta realidade poderá ter contribuído decisivamente o desconhecimento relativo das fontes históricas respeitantes às temáticas supramencionadas. Efectivamente, a elaboração de inventários sobre os arquivos – tantas vezes falhos em certezas acerca dos acervos disponíveis nas suas incomensuráveis *prateleiras* – e de roteiros de fontes alusivas à Liga das Nações – reconhecida pelo interesse suscitado, mas pouco considerada como objecto de estudo e de reflexão sistemática entre os historiadores portugueses, um desencanto quiçá resultante da busca pelos fundos documentais dispersos e muitas vezes

inacessíveis, na sua totalidade, sobre a presença portuguesa na S.D.N., – constituirá um dos objectivos deste trabalho.

Observe-se, a linha de investigação que tomamos depara-se com os problemas supramencionados; colmatá-los implicará, antes de mais, a constituição de um roteiro que permita alargar o nosso perímetro de abordagem, contribuindo simultaneamente para investigações futuras sobre a Sociedade das Nações. Tomando por axiomático o parecer de Joel Serrão, de que «(...) um roteiro não é um inventário», na medida em que «este último cabe aos arquivistas»¹¹³, cuja relevância indiscutível sublinhe-se, concentraremos a nossa atenção na composição de um itinerário da documentação possível de encontrar na área de Lisboa, que nos remeta para a reconstituição de um passado e de uma *memória perdida* entre as estantes das instituições que passaremos a indicar pela ordem cronológica da investigação levada a cabo: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (Arquivo da BNP), Arquivo Histórico Parlamentar e Arquivo da Casa-Comum da Fundação Mário Soares.

Desta feita, elaborámos o Roteiro de Fontes que seguidamente se apresenta, com o objectivo de clarificar as sucessivas etapas de investigação do nosso trabalho, apresentando um conjunto de fontes seleccionadas com este propósito, ressaltando-se a recolha intensiva concretizada nos diferentes pontos deste roteiro, a qual, de resto, não conheceria fim nas páginas que nos são destinadas.

3.1. O acervo da Sociedade das Nações do Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

O acervo documental basilar para a investigação desenvolvida resulta do regular funcionamento da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações o qual se encontra no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tratava-se de uma secretaria de Estado cujo projecto de criação, da lavra de Jaime Batalha Reis¹¹⁴, em 1921, viria a ser concretizado António Maria de Bettencourt Rodrigues (1854-1933),

¹¹³ SERRÃO, Joel; LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern, *Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Vol. I, Instituto Nacional na Investigação Científica, [s. l.], 1984, p. 13.

¹¹⁴ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministério dos Negócios Estrangeiros (De a)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1929, p. 23.

então ministro dos negócios estrangeiros, em Novembro de 1926¹¹⁵. Deste modo, a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações estabelecia-se num momento crucial – de transição do regime político português –, reflectindo internamente as percepções como Portugal e respectiva diplomacia eram considerados além-fronteiras. A excepcionalidade deste período aferia-se no pedido de empréstimo no valor de 12 milhões de libras esterlinas apresentado por Portugal à Liga das Nações, e, concomitantemente recusava-o¹¹⁶. Por conseguinte, a Secretaria Geral nascia com o objectivo expresso de promover uma melhor apresentação, cooperação nos trabalhos da Organização e seus *tentáculos*, não obstante a esperança de prover o Ministério dos Negócios Estrangeiros em matéria arquivística dos fundos documentais, da correspondência, da bibliografia entre outras, provenientes da Liga das Nações. Observe-se mais detalhadamente que a repartição era criada também com o intuito de assegurar a correspondência entre o MNE e o Bureau International do Travail¹¹⁷.

Contudo, até 1965, «o Arquivo Diplomático foi considerado um serviço privativo do MNE, com objetivos meramente administrativos», passando nesta época apenas a ser reconhecida a «possibilidade de acesso de investigadores aos Fundos históricos». No entanto, a investigação científica constituía uma das matrizes essenciais associadas à entidade em causa precisamente no ano¹¹⁸ em que Jaime Batalha Reis propunha a criação da Secretaria apontada (1921)¹¹⁹. Na sequência da adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia, o Arquivo passou a permitir a consulta dos seus acervos documentais, em 1986. Deste modo, o estabelecimento daquele secretariado, hoje fundo documental respeitante à Sociedade das Nações, é passível de consulta no Instituto Diplomático. O arquivo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações encontra-se organizado da seguinte forma:

- Ministérios
- Ministério dos Negócios Estrangeiros

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 25.

¹¹⁶ CARVALHO, Soraia Milene, *O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações*, in Estudos, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2018. Disponível em [última consulta 2 de Junho de 2018]: https://idi.mne.pt/images/curiosidades/SDN/soraia_milene_carvalho.pdf

¹¹⁷ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*.

¹¹⁸ Vide, sítio: <https://idi.mne.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/arquivo>

¹¹⁹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*.

- Secretaria de Estado
- Direcções dos Negócios Políticos, Económicos e Consulares
- Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações
- Repartição dos Negócios da Sociedade das Nações

Faça-se notar que, percorrendo-se tais *gavetões*, os assuntos respeitantes à presença portuguesa na Liga, estão, à data, arquivados pela seguinte ordem dentro da repartição supra indicada:

1. Comissão dos Mandatos

Localizações e Cotas:

Processo 13 – Mandatos: Sala: S03 Estante/Módulo: E95
Prateleira/Gaveta: P4 Número: 38480

Processo 13 – Mandatos: Sala: S03 Estante/Módulo: E95
Prateleira/Gaveta: P4 Número: 38481

2. Comunicações e Trânsito

Localizações e Cotas:

Processo 7 - Comunicações e trânsito. «Permis» internacional de condução de automóveis; convenção e estatuto sobre o regime internacional de postos marítimos; sinalização das estradas; documentos sobre a Organização das Comunicações de Trânsito; convenções: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P04 Número: 38435

Processo 7 - Comunicações e trânsito. Reforma do calendário, Comissão Nacional; Convenção sobre a Circulação Automóvel. Cabotagem; 15ª sessão da Comissão Consultiva e Técnica das Comunicações do Trânsito - relatório do Comité Especial: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P04 Número: 38436

Processo 7 - Comunicações e trânsito. Transportes marítimos e fluviais:
Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38437

Processo 7 - Comunicações e trânsito. Transportes terrestres: Sala: S03
Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38438

Processo 7 - Comunicações e trânsito. Transportes aéreos; Comunicações postais e telegráficas: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38439

Processo 7 - Comunicações e trânsito. Generalidades: Sala: S03
Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38440

Processo 7 - Comunicações e trânsito. Trânsito individual: Sala: S03
Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38441

Processo 7 - Comunicações e trânsito: Sala: S03 Estante/Módulo: E94
Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38442

3. Conferência Internacional do Trabalho

Localização e Cota:

Sociedade das Nações. 2ª e 3ª. Sessão do BIT: Sala: S01 Estante/Módulo: E24
Prateleira/Gaveta: P08 Número: 84451-A

4. Desarmamento, segurança e arbitragem

Localizações e Cotas:

Processo 11 - Arbitragem, segurança, desarmamento. Comissão Permanente Consultiva; Comissão Temporária Mista; limitação orçamental dos armamentos; inquérito estatístico sobre os armamentos; estudos sobre os artigos do Pacto: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P02
Número: 38463

Processo 11 - Desarmamento naval; conferência de Washigton; extensão dos seus princípios; conferência de Roma, conferência Coolidge, conferência naval de Londres: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38464

Processo 11 - Conferência do desarmamento. Preparação: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38465

Processo 11 - Conferência do desarmamento. Sessões, trabalhos, etc: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38466

Processo 11 - Portugal na conferência do desarmamento. Redução e limitação dos armamentos: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38467

Processo 11 - Conferência do desarmamento. Despesa de Portugal com a sua defesa. Redução e limitação dos armamentos: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38468

Processo 11 - Estado dos armamentos dos diversos países. Anuário militar da Sociedade das Nações: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38469

Processo 11 - Armas e munições: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38470

Processo 11 - Vários relacionados com a conferência do desarmamento: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38471

Processo 11 - Meios de evitar ou dificultar a guerra: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38472

5. Desenvolvimento das relações internacionais

Localizações e Cotas:

Proc. 27... Desenvolvimento das relações internacionais. Conferências de Peritos de Imprensa. Conferência sobre transporte de jornais: Sala: S01 Estante/Módulo: E11 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85121

Proc. 27 – Vol. V... Desenvolvimento das relações internacionais. Associações pró-SDN: Sala: S01 Estante/Módulo: E11 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85122

6. Despesas e outros assuntos referentes à administração da Secretaria Portuguesa

Localização e Cota:

Processo 17 - Pessoal. Processo 25 – Pessoal. Orçamento do MNE; dotação dos serviços da Sociedade das Nações; renda da casa da chancelaria de Genebra; pessoal diplomático e consular estrangeiro em Portugal. Processo 26 - Criação de um fundo de 150 libras: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38488

7. Estupefacientes – conferências e publicações

Localizações e Cotas:

Processo 43 - I - Conferência da limitação do fabrico de estupefacientes: preparação da conferência, convocação e sua realização: Sala: S03 Estante/Módulo: E96 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38503

Processo 43 - I - Publicações e comunicados do Anti-opium Information Bureau e outras: Sala: S03 Estante/Módulo: E96 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38504

8. Estupefacientes – tráfico ilícito de ópio

Localizações e Cotas:

Processo 19 - Fornecimento de ópio bruto a Macau; apreensões de ópio em Macau: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38493

Processo 19 - Comité Central Permanente do Ópio (Central Board); formulários estatísticos: diversos - A, B, C, D e E: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38494

Processo 19 - Ópio. Relatório anual do governo português; maneira de comunicar as apreensões à Sociedade das Nações; sigilo telegráfico; recomendações da 13ª sessão da CC; resolução da 11ª assembleia e anteriores circulares da Sociedade das Nações: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38495

Processo 19 - Ópio. Apreensões de ópio e heroína em Macau; nota inglesa sobre a origem do ópio apreendido; contrabando dos vapores Nichivei Maru e do Times Maru; apreensões de ópio em Hong Kong; caso Wang Lee; apreensão de ópio dissimulado em barricadas: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38496

Processo 19 - Ópio. Relatórios anuais estrangeiros sobre o tráfico do ópio e outros estupefacientes distribuídos; diversos: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38500

Processo 19 - Ópio. Macau. Apreensão de estupefacientes nas Índias Neerlandesas; documentos distribuídos pelo secretariado da Sociedade das Nações relativamente à apreensão de ópio com diversos rótulos e às apreensões efectuadas nos Estados Unidos, Austrália: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38501

9. Higiene, sanidade e saúde

Localizações e Cotas:

Processo 12 - Doenças epidémicas no próximo e extremo Oriente; Bureau de Singapura; projecto da criação de um Bureau epidemiológico na África Ocidental; febre amarela no Congo - proposta belga; a questão do alcoolismo na Sociedade das Nações: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38475

Processo 12 - Questões de higiene. Colaboração da Organização de Higiene com o governo da Bulgária, Grécia e China; doença do sono; 1ª e 2ª Conferência do Sono; nomeação de um comité de peritos; nomeação do Dr. Damas Morais: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38476

Processo 12 - Questões de higiene. Comité de Higiene da Sociedade das Nações: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P04 Número: 38478

10. Livro de ponto

Localização e Cota:

Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações. Livro do Ponto: Sala: S05 Estante/Módulo: E43 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51953

11. Livros de expediente

Localizações e Cota:

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 1931 - Livro geral de entradas e saídas: Sala: S05 Estante/Módulo: E01 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 48549

Livros de expediente: Sala: S05 Estante/Módulo: E02 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 48715

MNE. Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. Livro Geral de Entradas e Saídas: Sala: S05 Estante/Módulo: E40 Prateleira/Gaveta: P09 Número: 51417

Às Legações e Consulados Estrangeiros: Sala: S05 Estante/Módulo: E42 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51771

BIT. Livro de saídas: Sala: S05 Estante/Módulo: E42 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51790

MNE. Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. Livro Geral de Entradas e Saídas: Sala: S05 Estante/Módulo: E44 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 52148

Da Sociedade das Nações e B.I.T. 1932: Sala: S05 Estante/Módulo: E02 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 48702

Da Sociedade das Nações e B.I.T.: Sala: S05 Estante/Módulo: E40 Prateleira/Gaveta: P09 Número: 51404

12. Livros de registo da correspondência recebida

Localizações e Cotas:

Secretaria Geral da Sociedade das Nações. Entradas: Sala: S05 Estante/Módulo: E41 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51599

Sociedade das Nações: Sala: S05 Estante/Módulo: E41 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51606

Sociedade das Nações: Sala: S05 Estante/Módulo: E42 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51770

Secretaria Geral da Sociedade das Nações. Entradas: Sala: S05 Estante/Módulo: E42 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51785

Secretaria Geral da Sociedade das Nações. Livro de entradas: Sala: S05
Estante/Módulo: E42 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51791

BIT. Livro de entradas: Sala: S05 Estante/Módulo: E43 Prateleira/Gaveta: P08
Número: 51955

Das Legações e Consulados Estrangeiros: Sala: S05 Estante/Módulo: E43
Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51959

Dos Ministérios e Diversos: Sala: S05 Estante/Módulo: E43
Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51966

Da Sociedade das Nações: Sala: S05 Estante/Módulo: E43 Prateleira/Gaveta:
P08 Número: 51967

Das Legações e Consulados de Portugal e da Chancelaria em Genève: Sala:
S05 Estante/Módulo: E43 Prateleira/Gaveta: P08 Número: 51973

Da Sociedade das Nações e BIT: Sala: S05 Estante/Módulo: E44
Prateleira/Gaveta: P08 Número: 52156

13. Minorias e refugiados

Localizações e Cotas:

Processo 10 - Minorias e refugiados: Sala: S03 Estante/Módulo: E94
Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38453

Processo 10 - Minorias. Petições: Sala: S03 Estante/Módulo: E94
Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38460

Proc. 10 - Vol. III... Minorias: Sala: S01 Estante/Módulo: E11
Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85126

14. Órgãos da Sociedade das Nações – Assembleia

Localizações e Cotas:

Processo 4 - Assembleia da SDN. Documentos referentes à IX e X Assembleias da SDN: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38422

Processo 4 - Assembleia da SDN. Delegação portuguesa na SDN; XIII e XIV sessões ordinárias da Assembleia da SDN: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38423

Processo 4 - Assembleia da SDN. Documentos diversos sobre as sessões da Assembleia: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38424

Processo 4 - Assembleia da SDN. Nomeação dos delegados portugueses à XVII sessão; Candidatura da Argentina à vaga no Conselho; Balanço dos pagamentos internacionais às Finanças; Discurso de Osorio Y Gallardo: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38425

Proc. 4... Assembleia da SDN (XIª): Sala: S01 Estante/Módulo: E05 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85093

Proc. 4... Assembleia da SDN (XIIª): Sala: S01 Estante/Módulo: E05 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85094

15. Órgãos da Sociedade das Nações – Conselho

Localizações e Cotas:

Processo 3 - Conselho da Sociedade das Nações - Processo 24 - Comité de Controlo e processo 32 - Administração financeira da SDN, regulamento, orçamentos, denúncia do Tratado de Versailles pela Alemanha: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38419

Proc.3: Sala: S01 Estante/Módulo: E05 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85092

Proc. 2 e 24... Secretariado da SDN. Proc. 3... Conselho da SDN: Sala: S01 Estante/Módulo: E05 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85092

16. Órgãos da Sociedade das Nações – Secretariado

Localizações e Cotas:

Processo 2 - Secretariado da Sociedade das Nações. Orçamento e regulamento financeiro da SDN relativos ao ano de 1928-1929; Contribuição de Portugal para a SDN, 1929; Construções e decorações. Lista do pessoal do secretariado, 1928; Visita a Portugal: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38414

Proc. 2 e 24... Secretariado da SDN. Proc. 3... Conselho da SDN: Sala: S01 Estante/Módulo: E05 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85092

17. Pacto da Sociedade das Nações

Localizações e Cotas:

Processo 1 - Pacto da Sociedade das Nações: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38412

Processo 1 - Pacto. Adiamento da reunião do Comité da Reforma; Conferência Americana da Paz; Referência no artigo do Diário de Notícias sobre a nossa posição em Genebra; Funcionamento dos princípios do Pacto; Reforma do Pacto. Crítica à Sociedade das Nações: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38413

18. Pan-Europa

Localizações e Cotas:

Proc. 23 - S.D.N. Comissão de estudos para a União Europeia. Sessões da Comissão. Sub-comissão dos créditos. Sub-comissão de coordenação em matéria económica. Comité de Organização. Comité dos cereais. Nomeações de delegados portugueses. 1930-1933: Sala: S01 Estante/Módulo: E29 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 84695

19. Processos diversos relativos à Sociedade das Nações

Localização e Cota:

Processo 22 - Diversos da Sociedade das Nações. Anuário; publicações da associação austríaca para a Sociedade das Nações, comemorativa do 10º aniversário da Sociedade; Eugénio Tavares; oferta de MacFadden; Liga Internacional das Mulheres para a Paz e Liberdade: Sala: S03 Estante/Módulo: E96 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38502

Processos diversos remetidos pela Repartição dos Serviços Centrais em 1932 que dizem respeito à Sociedade das Nações: Sala: S03 Estante/Módulo: E96 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38506

20. Proibições às exportações e importações

Localizações e Cotas:

Proc. 33 Secretaria Portuguesa da SDN. Peles e ossos - Acordos relativos à exportação das peles e ossos (16/3/1928 em execução do Acto final da Conferência das Proibições de 8/11/1927): Sala: S01 Estante/Módulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85112

Proc. 33 Secretaria Portuguesa da SDN. Proibições à importação e exportação. Trabalhos do Comité Económico. 1ª e 2ª Conferência das Proibições - convenção e Acordo Complementar. Proc. 48 Restauração financeira de Portugal. Empréstimo sob os auspícios: Sala: S01 Estante/Módulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85114

Proc. 33... 3ª Conferências das Proibições: Sala: S01 Estante/Módulo: E14
Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85149

21. Publicações e comunicações

Localização e Cota:

Publicações e comunicações da Sociedade das Nações: Sala: S03
Estante/Módulo: E96 Prateleira/Gaveta: P02 Número: 38505

22. Questões administrativas relativas a Sarre, Bulgária e Danzig

Localizações e Cotas:

Processo 9 – Sarre: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P07
Número: 38458

Processo 9 - Questões administrativas. Dantzig, Bulgária e Sarre: Sala: S03
Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38459

23. Questões económicas e financeiras

Localizações e Cotas:

Proc. 8 - Questões económicas e financeiras. Convenção Comercial de 24 de Março. Protocolo das negociações ulteriores. 2ª Conferência para uma acção económica combinada - 17 de Novembro de 1930. Trégua aduaneira. Conferência preliminar para uma acção económica combinada 17 de Fevereiro de 1930: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05
Número: 38443

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Estatística - boletim mensal; questões veterinárias - convenções; diversos; contrabando; Convenção das proibições; repressão da falsificação de títulos e selos: Sala: S03
Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38444

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Conferência Internacional sobre o Tratamento dos Estrangeiros e pedidos de informação do Secretariado; estatística internacional: Comissão de Estatística, Conferência Diplomática e recomendações da conferência: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38445

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Comitês Económico, Financeiro e Fiscal da SDN: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38446

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Estatística: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38448

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Cacau, trigo, madeira, cortiças e ouro: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38449

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Conferência Monetária e Económica Mundial: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38450

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Moeda falsa: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38451

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Situação financeira de vários países: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38454

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Questões aduaneiras: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38455

Processo 8 - Questões económicas e financeiras: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38456

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Convenções sobre letras, cheques e livranças: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38457

Proc. 32 - Questões económicas e financeiras 1921/1929: Sala: S01 Estante/Módulo: E07 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85108

Proc. 32; 47; 63 Empréstimos concedidos sob os auspícios da SDN: Sala: S01 Estante/Módulo: E07 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85109

Proc. 6; 32 - Organização Económica e Financeira. Publicações Estatísticas da Secção Económica e Financeira: Sala: S01 Estante/Módulo: E07 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85110

Proc. 32; 41... Formalidades aduaneiras. Conferência Internacional de 15/10/1923. Convenção de 3/11/1923: Sala: S01 Estante/Módulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85111

24. Questões jurídicas e codificação progressiva do Direito Internacional

Localizações e Cotas:

Processo 21 - Codificação progressiva do Direito Internacional; admissibilidade das reservas nas convenções gerais; comité de peritos para a codificação progressiva do Direito Internacional - preparação da conferência, comité preparatório, relatórios, conferências: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38498

Processo 21 - Questões jurídicas, codificação do Direito Internacional. Conferência para a codificação do Direito Internacional; protocolo relativo a um caso de apátrida; convenção sobre algumas questões relativas a conflitos de leis sobre a nacionalidade: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38499

25. Questões políticas

Localizações e Cotas:

Processo 6 - Questões políticas. Adesões e renúncias à SDN; Litígios internacionais; informações da secretaria portuguesa da SDN sobre as questões pendentes mais importantes; informações políticas; circulares da Secretaria de Estado; Comunicações da SDN: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P04 Número: 38431

Processo 6 - Questões políticas. Comissão dos Estreitos; Tratado de Locarno (denúncia); Questão do «Chaco». Telegrama do Governo da Argentina sobre o conflito Bolívia-Paraguai; Conflitos Russo-Uruguai, Ítalo-etíope (relatório sobre sanções e entrevistas): Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P04 Número: 38434

26. Questões sociais e humanitárias – tráfico de mulheres e crianças

Localizações e Cotas:

Processo 18 - Questões sociais e humanitárias. 8º Congresso Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças; leis e regulamentos referentes a Macau; «Boy Scouts»; reunião da 7ª Sessão ordinária da Associação Internacional de Protecção: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38489

Processo 18 - Protecção à infância. 10º Congresso de Protecção à Infância em Lisboa; Comité de Protecção à Infância e Comité do Tráfico de Mulheres e Crianças - 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Sessões: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38490

27. Registo de convenções e ratificações, acordos, protocolos e tratados na Sociedade das Nações

Localização e Cota:

Proc. 20 - Registos de Tratados na S.N.D. Tratados bilaterais. Tratados plurilaterais. Registo de convenções com a Santa Sé. Registo de convenções na S.N.D. Proposta inglesa. Formalidades para o registo. Sinopses de Tratados e outros actos internacionais: Sala: S01 Estante/Módulo: E29 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 84692

28. Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações

Localização e Cota:

Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração: Sala: S01 Estante/Módulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115

Proc. 25: Sala: S01 Estante/Módulo: E14 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85150

29. Trabalho indígena, forçado ou obrigatório

Localizações e Cotas:

Processo 14 – Escravatura: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38484

Processo 14 – Escravatura: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38485

Proc. 83 BIT – S.D.N. Trabalho indígena. Trabalho forçado ou obrigatório (Convenção de Junho de 1930). Preparação da 1ª. Discussão do problema do trabalho forçado ou obrigatório. 1ª. Discussão do problema do trabalho forçado ou obrigatório: Sala: S01 Estante/Módulo: E29 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 84730

Trabalho indígena. Trabalho forçado ou obrigatório (Convenção de Junho de 1930). Preparação da 2ª. e última discussão do problema do trabalho forçado ou obrigatório. 2ª. e última discussão do problema do trabalho forçado ou obrigatório: Sala: S01 Estante/Módulo: E29 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 84731

Trabalho indígena. Trabalho forçado ou obrigatório (Convenção de Junho de 1930). Legislação portuguesa sobre trabalho indígena: Sala: S01 Estante/Módulo: E29 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 84733

Trabalho indígena. Trabalho forçado ou obrigatório (Convenção de Junho de 1930). Legislação estrangeira sobre trabalho indígena: Sala: S01 Estante/Módulo: E29 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 84734

Trabalho indígena. Trabalho forçado ou obrigatório (Convenção de Junho de 1930). 1) Publicações diversas sobre trabalho indígena 2) Recortes de jornais sobre trabalho forçado: Sala: S01 Estante/Módulo: E29 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 84735

30. Tráfico de bebidas alcoólicas e espirituosas

Localizações e Cotas:

Processo 16 - Tráfico de bebidas espirituosas. Congresso Abolicionista em Estrasburgo; contrabando de bebidas alcoólicas - recomendação do Conselho resultante dos trabalhos da 32ª sessão do Comité Económico da Sociedade das Nações; inquérito norueguês: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38487

Proc. 20... Tráfico de bebidas espirituosas: Sala: S01 Estante/Módulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85117

31. Tribunal Permanente da Justiça Internacional

Localizações e Cotas:

Sociedade das Nações. Processo 5 - vol. 1 - Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional; vol. 2 - Tribunal Permanente de Justiça Internacional: Sala: S03 Estante/Módulo: E92 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38348

Sociedade das Nações. Processo 5 - Tribunal Permanente da Justiça Internacional. Questões submetidas a tribunal. Tribunal Permanente de Justiça Internacional: Sala: S03 Estante/Módulo: E92 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38352

Processo 5 - Tribunal Permanente da Justiça Internacional. Questão da adesão dos Estados Unidos da América ao protocolo de assinatura do estatuto; Conferência dos estados signatários; Nota Kellog contendo as reservas do Senado: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P03 Número: 38426

Processo 5 - Tribunal Permanente da Justiça Internacional. Ratificações e renovações; emendas ao Estatuto; pareceres consultivos; condições de voto; questão Hungria-Jugoslávia; arbitragem, faróis Turquia-Grécia; observações no Brasil: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P04 Número: 38429

No decurso do estágio curricular realizado no Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, procedemos ao inventário sistemático dos fundos históricos respeitantes às pastas relacionadas com o nosso objecto de estudo e ordenadas pela seguinte ordem: Comissão dos Mandatos; Livro de Ponto; Livros de registo da correspondência recebida; Pan-Europa; Proibições às exportações e importações; Publicações e comunicações; Questões económicas e financeiras; Registo de convenções e ratificações, acordos, protocolos e tratados na Sociedade das Nações; Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações.

Relativamente à última parte do acervo consultado, os maços N.º 85115 e N.º 85150 – alusivos à criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade

das Nações –, encontram-se inteiramente deteriorados. Por esse motivo, a 5 de Maio de 1982¹²⁰, o Arquivo Histórico do Instituto Diplomático procedeu à substituição dos elementos originais do primeiro maço¹²¹, por fotocópias dos documentos, disponíveis para consulta. Contudo, a parte restante do processo 25 persiste de acesso interdito, o que suscita lacunas sobre a formação da Secretaria, credenciando-se a relevância que decerto a respectiva documentação possui.

Cumprida a consulta da primeira parte do arquivo, tornam-se merecedores de destaque os inúmeros documentos existentes sobre a criação da Secretaria Portuguesa da S.D.N., integrada no MNE: rascunhos múltiplos, datados de Novembro de 1926, com texto idêntico ao que seria dado a publicação oficial em Decreto de Lei n.º 12:640 de 26 de Novembro de 1926¹²² para a criação do organismo; telegramas na sua grande parte remetidos por Calheiros e Menezes¹²³, Alberto D'Oliveira e Augusto de Vasconcelos, o último dos quais com carácter pessoal, ao ministro dos negócios estrangeiros da época, Bettencourt Rodrigues, sobre o governo da ditadura militar¹²⁴; um recorte de jornal enviado da Delegação Portuguesa em Genebra na esteira da morte do General Alfredo Freire de Andrade naquela cidade¹²⁵. Destacam-se ainda os ofícios expedidos por Rodrigo Rodrigues, ministro entre Julho de 1926 e Novembro de 1928, inseridos no esforço de renovação da imagem de Portugal, a saber, a informação oficial à Secretaria da Sociedade das Nações dos recursos diplomáticos nacionais em Berne - uma Secretaria Permanente da sua Delegação¹²⁶. Verifica-se também a existência de parte do ofício de Jaime Batalha

¹²⁰ Folha de rosto do *Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração*: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115

¹²¹ Vide, *Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração*: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115

¹²² Publicação N.º 212-C Ministério dos Negócios Estrangeiros – Secretaria da Sociedade das Nações. Decreto n.º 12:674, Imprensa Nacional, 1926-1927. In Idem, Ibidem.

¹²³ Telegrama de Calheiros e Menezes, 13 de Outubro de 1928. In Idem, Ibidem.

¹²⁴ Telegrama Confidencial de Augusto de Vasconcelos dirigido a Bettencourt Rodrigues com a morada da sua residência em Lisboa [s d.]. In Idem, Ibidem.

¹²⁵ Em anexo ao telegrama de 13 de Outubro de 1928 e Calheiros e Menezes, notícia do *Journal de Genève*, de 13 de Outubro de 1928. In Idem, Ibidem.

¹²⁶ Ofício da Delegação de Portugal junto da Sociedade das Nações Genebra, dirigido ao Chefe da Secretaria da S.D.N. no MNE, com data de entrada no MNE de 20 de Outubro de 1926, assinado por Rodrigo José Rodrigues. In Idem, Ibidem.

Reis, datado de 1921, no sentido da concretização da Secretaria Portuguesa à luz dos desígnios que a ordem de Versalhes *exigia*¹²⁷.

A complexa problemática da propaganda da Sociedade das Nações e a designação de António da Rocha Júnior inspirava um ofício de Bettencourt Rodrigues nos seguintes termos: «Convindo que os Serviços de propaganda da Sociedade das Nações sejam desempenhados por pessoa reunindo qualidade especiais para o exercício d'essas funções, que exigem um perfeito conhecimento da organização da Imprensa quotidiana ou das modalidades do seu funcionamento, tenho a honra de rogar a V. Ex.^a que autorizo o Sr. António da Rocha Júnior, Chefe de secção do quadro Especial do Ministério das Finanças, a prestar serviço na Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações, sem prejuízo dos vencimentos e situação que actualmente disfructa n'esse Ministério»¹²⁸.

O Arquivo da Sociedade das Nações do MNE contempla documentos de tipologia variada, arquivados em capilhas por temáticas em cada uma das pastas previamente enunciadas¹²⁹. O acervo respeitante à Comissão dos Mandatos encontra-se dividido em dois maços já tratados e inventariados no *sítio* do Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático (plataforma Nyron)¹³⁰. O primeiro maço sobre esta Comissão – entidade na qual Portugal ansiou desesperadamente por ocupar um lugar – agrupa documentos respeitantes à formação e funcionamento da Liga, em consonância com os propósitos estipulados pelo Pacto de 1922. A Portugal, enquanto membro integrante, o destino dos territórios coloniais era assunto de particular relevância e apresentava-se como um desafio à posição portuguesa no contexto da Comissão, como se constata através do arquivo existente. A documentação abarca outras vertentes da Comissão a saber as actas das sessões, os relatórios dos trabalhos efectuados ao longo daquelas, as delimitações das fronteiras nos territórios mandatados, alguma da correspondência trocada entre as várias

¹²⁷ Documento assinado por Jaime Batalha Reis. Lisboa, 1 de Março de 1921. In Idem, *Ibidem*.

¹²⁸ Ofício sem datação, dirigido ao Ministro das Finanças e assinado por Bettencourt Rodrigues. In Idem, *Ibidem*.

¹²⁹ O que não pretende significar a sua máxima concordância com os títulos designados, encontrando-se, por vezes, títulos dissemelhantes nas capilhas em causa.

¹³⁰ Vide, sítio :
<http://ahd.mne.pt/nyron/Archive/Catalog/winlibsrch.aspx?skey=CDBD8B6A455941AD91085AEAAED6D0E2&pesq=3&var3=PT%2fAHD%2f3%2fMNE-SE-DNPEC%2fSPSN-RNSN&nohist=true&cap=10&doc=102482> ; sítio :
<http://ahd.mne.pt/nyron/Archive/Catalog/winlibsrch.aspx?skey=CDBD8B6A455941AD91085AEAAED6D0E2&pesq=3&var3=PT%2fAHD%2f3%2fMNE-SE-DNPEC%2fSPSN-RNSN&nohist=true&cap=10&doc=102398>

potências, a nomeação dos representantes dos diferentes Estados para as reuniões da Liga das Nações. Tratando-se de uma pasta subordinada aos Mandatos, habilita-nos a compreender a geopolítica do mundo pós I Guerra Mundial, num âmbito temporal de 1920 a 1936, não obstante a menção a datas ulteriores, apontadas com referência a determinados assuntos e temas em discussão nas sessões a partir daquela primeira datação.

O segundo maço contempla documentação suplementar à primeira pasta da Comissão dos Mandatos (Processo 13 - Mandatos [38480]). Os documentos remetem-nos para a posição de Portugal sobre a atribuição dos mandatos das antigas colónias alemãs, para a aplicação das convenções internacionais particulares àqueles territórios, uma decisão compaginável com o interesse das potências imperialistas no domínio do comércio o qual não era alheio a Portugal, principalmente na ratificação de tratados comerciais. Sublinhe-se nesta matéria a concessão portuguesa quanto ao território da Palestina, à qual se aludirá adiante. O tráfico de «bebidas espirituosas», a sua proibição nos territórios coloniais e sob mandato atribuído pela S.D.N encontram-se igualmente representados, permitindo-nos conhecer o descontentamento português. Esta documentação reporta-se ao período de 1919 a 1935, observando as questões com que o Japão se deparou nas Ilhas do Pacífico perante os interesses norte-americanos, os quais se permitiram a revelar a sua *omnipresença* na Liga.

Estas fontes traçam uma conjuntura interna caracterizada pelo assombro da «crise» económica, comercial e política ao qual o regime republicano, a Nova República Velha, procurava inverter ou minorar o eventual infortúnio que representaria a perda dos territórios imperiais. Em reacção, o governo português inseria-se numa lógica favorável ao desenvolvimento e ao progresso das terras e povos extra-europeus: na Comissão dos Mandatos, estas premissas eram particularmente bem acolhidas. Por último, a correspondência trocada entre as potências mandatárias e a Delegação de Portugal na Liga das Nações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros bem como com a Direcção Geral das Colónias completa a estrutura da pasta que consideramos.

O Livro de Ponto da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações assinala as presenças dos membros do Secretariado Português na S.D.N. e no Bureau International du Travail, de Janeiro a Dezembro de 1929, contendo no interior um livro de ponto provisório em capilha, com os respectivos últimos dois meses daquele ano.

Nos livros da correspondência recebida, encontram-se registos das Legações e Consulados Estrangeiros do ano de 1930: Legação da América, Legação da Bélgica, Embaixada do Brasil, Legação da Dinamarca, Legação de Cuba, Legação de Espanha, Legação da Holanda, Legação da França, Legação da Noruega, Legação do Japão, Legação da Polónia, Legação da Itália, Embaixada de Inglaterra, Legação da Suécia, Legação da Hungria, Legação da Roménia, Consulado do Chile e Consulado do Mónaco¹³¹.

Os volumes referidos registam a correspondência trocada entre a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações e os vários ministérios sobre diversas matérias, de acordo com os assuntos tratados na Liga e o desenvolvimento das questões internacionais. O livro «Secretaria Geral da Sociedade das Nações 1928» encerra indicação sobre as entradas de documentação e correspondência na Secretaria Geral da S.D.N., oriunda da Assembleia e do Conselho da Liga das Nações, assim como apontamentos sobre os pedidos e remessas de publicações, respeitantes à repartição Internacional do Trabalho e às Conferências internacionais. Inscrevem ainda a recepção de documentos alusivos às Conferências de «Comunicações e Trânsito», de «Arbitragem», de «Segurança e Desarmamento», de «Higiene», dos «Mandatos», sobre os «Programas pacifistas», sobre os «Refugiados», da «Comissão Económica e Financeira», da Conferência do Ópio, da Escravidão, da Restauração financeira de Portugal, e outros «diversos». Observe-se, porém, os apontamentos não informam sobre o conteúdo remetido.

Os restantes livros de registo de correspondência – o primeiro, denominado «Das Legações e Consulados de Portugal e da Chancelaria em Geneve» respeita à correspondência para o ano de 1930; o segundo, «Sociedade das Nações», sem data, refere-se à troca entre algumas Legações e Consulados Portugueses e Estrangeiros com a Secretaria Portuguesa da S.D.N.; compreendem ainda diversa correspondência trocada com Ministérios. A correspondência relacionava-se com as seguintes Legações e Consulados: Bélgica (Janeiro de 1926); Haia; Vaticano; Viena; Buenos Aires; Estocolmo; Tóquio; Berlim; Rio de Janeiro; Roma; Consulado no Cabo; Legação no Egipto; Jonhansburgo; Washington; Inglaterra; Uruguai; Tchecoslováquia; Polónia; Pequim; Londres; Berna; Bucarest; Paris; Madrid. No que se refere aos Ministérios, apresenta

¹³¹ «Das Legações e Consulados Estrangeiros 1930». In Acervo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do MNE. Cota: S5/E43/P8/51959

apenas o mês em que foi trocada a correspondência, sem referência sobre o ano das ocorrências.

A documentação constante no acervo da Comissão de Estudos para a União Europeia – a *Pan-Europa* – caracteriza-se pela natureza diversificada: ofícios e telegramas dos representantes portugueses na Liga das Nações a vários ministérios; ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do ministério da Agricultura; publicações da Comissão de Estudos e da Sociedade das Nações, sobre as reuniões da primeira entidade cuja sessão inaugural, em 23 de Setembro de 1930¹³², era devotada aos créditos agrícolas de curto e longo prazo. Este acervo contempla também as informações sobre a Subcomissão de coordenação em matéria económica, e a organização do Comité dos Cereais. O âmbito cronológico deste maço respeita os anos de 1930 e 1933.

Neste contexto assume particular relevância a publicação «Documents Relatifs à L'Organisation d'un regime d'union Fédérale Européene», sobre a reunião convocada por Aristides Briand com o propósito de reunir os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos diferentes países participantes na Liga, ou os Delegados Plenipotenciários das 27 Nações europeias participantes na Assembleia da Sociedade das Nações, em torno da edificação de um projecto de natureza diferenciada - a *União Europeia*. A referida publicação contem as respostas sumariadas dos países convocados a pronunciar-se neste domínio¹³³.

O acervo da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações é vasto no âmbito das «Proibições às exportações e importações»: o primeiro maço refere-se à importação de peles e ossos e à não adesão de Portugal aos protocolos relativos à proibição destas matérias¹³⁴. Esta documentação caracteriza-se pela correspondência trocada entre a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações e os vários ministérios, a propósito das exportações e importação de ossos e peles. Tal não invalida a referência a outras mercadorias nos ofícios e telegramas portugueses da época (1927-1928). No

¹³² Capilha *Comissão de Estudos para a União Europeia - Criação da Comissão. 1ª Sessão (23 de Setembro de 1930)*, in *Comissão de Estudos para a União Europeia. Pan-Europa*. In Idem, *Ibidem*. Cota: S01/E29/P01/84695

¹³³ «Documents Relatifs à L'Organisation d'un regime d'union Fédérale Européene» (1929-1930). In Idem, *Ibidem*.

¹³⁴ *Protocolos relativos à exportação das peles e ossos (16.III. 1928) em execução do Acto Final da Conferência das Proibições de 8 de Novembro de 1927. Não adesão de Portugal (Vide Proc. 2.ª Conf. das Proibições onde está parte desta questão)*.

segundo maço constam documentos da Sociedade das Nações sobre as duas primeiras conferências de Proibições de importações e exportações, a Convenção e o Acordo Complementar.

O terceiro maço complementa a informação sobre a temática supra, não se restringindo à mesma. Abarca as questões de natureza financeira relacionadas com o Processo 48, intitulado «Restauração financeira de Portugal. Empréstimo sob os auspícios da S.D.N. Pedido do Governo Português. 1927/28»; o seu conteúdo revela-nos documentação de vária tipologia: entrevistas aos membros do executivo português entre 1927 e 1928. Nomeadamente, a Sinel de Cordes, com clara evidência dos desígnios da ditadura militar e dos objectivos e manifestações dos republicanos exilados junto da Organização Internacional, os quais intercediam pela não concessão do empréstimo¹³⁵. O acervo contém uma carta de Sinel de Cordes – então Ministro das Finanças - ao Presidente do Conselho da Sociedade das Nações, de 24 de Novembro de 1927, com o intuito de alcançar um empréstimo externo que permitisse a restauração financeira e a estabilização monetária com o consecutivo desenvolvimento económico português.

No maço das «Publicações e comunicações», a documentação respeita o âmbito temporal de Setembro de 1929 a Março de 1933: trata-se de uma colectânea de múltiplos textos impressos pela Sociedade das Nações, destacando-se: «Procès-verbal provisoire de la troisième séance, tenue à Genève le 12 septembre 1929, à 10h30»; «Application de la Convention Internationale pour la Simplification des formalités douanières signée à Genève, le 3 novembre 1923. Mesures Prises par les Gouvernements pour donner effet aux dispositions de la Convention. Résumés communiqués par les Gouvernements Parties à la Convention, en exécution de l'article 9»; «Conférence Préliminaire en vue d'une Action Économique Concertée 17 février au 24 mars 1930»; «Œuvre Économique de la Société des Nations. Rapport et Projet de Résolutions présentés par la Deuxième Commission à l'Assemblée»; «Résolution adoptée par la Commission D'Etude pour l'Union Européenne au Sujet des Travaux de la Conférence de Stresa». Estes documentos reflectem momentos de charneira para a Liga das Nações, como adiante demonstraremos neste trabalho.

¹³⁵ Vide, CARVALHO, Soraia Milene, *O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações*. In *Estudos*, Instituto Diplomático do MNE, 2018.

O acervo documental mais vasto apelida-se de «Questões económicas e financeiras». A documentação reporta-se ao final da década de 1920 e anos subsequentes, incidindo no início do decénio seguinte. O maço N.º 38443 contém dados sobre as negociações desenvolvidas no âmbito da S.D.N através dos respectivos comités, com o objectivo de formar um espaço europeu desprovido de barreiras alfandegárias. Nas múltiplas capilhas que formam a pasta revelam-se as iniciativas bem como dificuldades respeitantes ao propósito de criar tréguas aduaneiras – a Conferência Preliminar, de 17 de Fevereiro de 1930, encontra-se particularmente documentada.

O objectivo da Liga das Nações redundava em malogro, circunstância para a qual não seria alheia a posição portuguesa, entre outras; Portugal optava pelo afastamento¹³⁶, uma escolha justificada por Augusto de Vasconcelos, em discordância com os desejos dos Aliados¹³⁷. Nesta esteira, de resto, sublinhe-se o posicionamento da Delegação Portuguesa da S.D.N. na 3.ª Conferência Económica, ocorrida a pretexto da Convenção Comercial de 24 de Março de 1930. Segundo Ferraz de Almeida, a referida convenção, embora ratificada por doze Estados¹³⁸, revelava-se impraticável devido às desinteligências anglo-francesas: «Tentou-se uma conciliação entre as diversas Delegações para o efeito de salvar a Conferência e a própria Convenção, mas em face da atitude da Inglaterra, que entendia dever reservar para uma reunião ulterior a decisão a tomar quanto ao começo da vigência da Convenção e da posição tomada pela França, em virtude da sua actual situação económica, o Presidente teve de confessar o fracasso da Conferência»¹³⁹.

A pasta N.º 38444, igualmente relativa às questões económicas e financeiras da Liga das Nações, apresenta documentos sobre estatística, questões veterinárias, agrícolas – inclusive sobre o crédito agrícola – e a convenção de restrições sobre importações e exportações de 1927, denunciada por Portugal¹⁴⁰. No maço N.º 38445 do processo 8,

¹³⁶ Ofício de F. de Calheiros e Menezes (Genebra, 21 de Setembro de 1929) dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. In

Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Convenções sobre letras, cheques e livranças, Acervo da Secretaria Portuguesa da S.D.N. Cota: S03/E94/P07/38457

¹³⁷ Telegrama de Vasconcelos (12 de Setembro de 1929, Delegação de Portugal na SDN). In Idem, Ibidem.

¹³⁸ Ofício de Ferraz de Andrade (Nº 109), dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (Genebra, 19 de Março de 1931). In Idem, Ibidem.

¹³⁹ Idem, Ibidem.

¹⁴⁰ *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Estatística - boletim mensal 1930; questões veterinárias - convenções; diversos 1931; contrabando 1929-1931; Proibições – Protocolo de 20 de*

encontramos um acervo referente à Conferência Internacional sobre o Tratamento dos Estrangeiros (a sua livre circulação, com reservas sobre as colónias e a livre circulação de mercadorias), realizada entre 1928 e 1931, coexistindo documentação elaborada pela Comissão de Estatística da S.D.N., com vista à Conferência Diplomática das Estatísticas de 1928-1930, contendo material sobre as questões agrícolas da época.

O maço N.º 38446 contempla os trabalhos produzidos pelos Comités Económico, Financeiro e Fiscal: trabalhos sobre as temáticas comercial, agrícola, aduaneira; de particular relevo afiguram-se os processos desenvolvidos para enquadrar os pedidos de financiamento requeridos pela Hungria, pela Grécia e pela Áustria à Sociedade das Nações. Também constante neste maço, o processo 32 subordina-se à Comissão Financeira e às nomeações de Francisco Cunha Leal e de Armindo Monteiro¹⁴¹. Em 12 de Dezembro de 1927, o primeiro era nomeado Membro da Comissão Consultiva Económica, pelo Conselho da S.D.N.¹⁴². Já o segundo é amplamente mencionado nesta subcapilha denominada «Comité Consultivo Económico. 2ª Reunião (6 de Maio de 1929) – Documentos preparatórios»¹⁴³, em que encontramos um recorte de jornal não identificado com o seguinte título: «Pleas for Protection at Geneva – Change of Economic Tone in New Congress (From Our Own Correspondent)»; o diplomata português enfatizava a distância dos diferentes povos face à posição do Comité Económico sobre a matéria da redução das tarifas, salientando que «everyone desires his own contry to enjoy the greatest possible economic development»¹⁴⁴.

Dezembro de 1929. Aplicação do artigo 13 da convenção das proibições; Repressão da falsificação de títulos e selos. Cota: S03/E94/P05/38444

¹⁴¹ Capilha «Comité Económico da S.D.N. Relatório das sessões. Comité Financeiro. Comité Fiscal. Nomeação do Dr. Armindo Monteiro para o Comité Fiscal. Diversos». In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Comités Económico, Financeiro e Fiscal da SDN*. Cota: S03/E94/P06/38446

¹⁴² Ofício de António Maria de Bettencourt Rodrigues (Lisboa, 12 de Dezembro de 1927) dirigido a Francisco Pinto da Cunha Leal. Sub-capilha «Proc. 32 – Comité Consultivo Económico. Constituído para seguir a aplicação das recomendações da Conferência Económica (resolução da Assembleia de 24 de Setembro de 1927). Nomeação do Sr. Cunha Leal. 48.ª Sessão do Conselho – 9 de Agosto de 1927. 1.ª Sessão do Comité Consultivo – 14 de Maio de 1928». In *Idem, Ibidem*.

¹⁴³ Integrada na segunda capilha «Comité Económico da SDN e a nomeação pelo Conselho da SDN em 23 de Janeiro de 1932. 1ª Sessão – 1928; 2ª Sessão – 1929; Organização do Comité: relatórios, etc.»,

¹⁴⁴ Recorte de jornal (Genebra, 8 de Maio) intitulado «Pleas for Protection at Geneva – Change of Economic Tone in New Congress (From Our Own Correspondent)». In Capilha «Comité Económico da S.D.N. Relatório das sessões. Comité Financeiro. Comité Fiscal. Nomeação do Dr. Armindo Monteiro para o Comité Fiscal. Diversos». In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Comités Económico, Financeiro e Fiscal da SDN*. Cota: S03/E94/P06/38446

No conjunto da documentação respeitante ao processo 8º, espalhada pelos vários maços, encontram-se os relatórios das sessões do Comité Económico – desde a Sessão Preliminar até à 39.ª Sessão¹⁴⁵ -, assim como do Comité Financeiro até à 40.ª Sessão¹⁴⁶. Tal não corresponde à existência de um fundo documental completo no que respeita às publicações produzidas neste contexto as quais, por seu turno, se caracterizam pela cronologia inconstante, falhas de colecção e dispersão por outras pastas do acervo histórico da Secretaria Portuguesa.

O maço N.º 38448 apresenta documentação referente à Convenção Internacional sobre Estatísticas Económicas de 14 de Dezembro de 1928, ratificada por Portugal¹⁴⁷. A primeira capilha oferece um relatório, acompanhado de projecto para unificação das estatísticas de transporte¹⁴⁸ enviado por Calheiros e Menezes ao Director Geral de Estatística na sequência do interesse formulado pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações em «conhecer a opinião do Governo Português sobre as modalidades de aplicação dos princípios contidos no dito Relatório»¹⁴⁹, para análise em sessão da Comissão Consultiva e Técnica das Comunicações e do Trânsito.

¹⁴⁵ «Rapport au Conseil sur les Travaux de la Trente-Neuvième Session tenue à Genève du 15 au 17 mai 1933». In *Comité Económico SDN. Relatório do Comité Económico ao Conselho sobre os trabalhos da sua 39 sessão. Genebra, 15 a 17 de Maio de 1933*. In 3.ª Capilha Proc. 32 - *Relatórios das Sessões*” (1921-1933). In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Comités Económico, Financeiro e Fiscal da SDN*. Cota: S03/E94/P06/38446

¹⁴⁶ Comunicado (Genebra, 27 de Janeiro de 1931), «Rapport au Conseil sur les travaux de la Quarantième Session du Comité (Genève, 15-20 janvier 1931) et Résolutions adoptées par le Conseil a sa Soixante-Deuxième Session» in Sub-capilha: “40.ª Sessão do Comité Financeiro” in 4ª Capilha – “Proc.32 Relatórios das Sessões. Índice das 25 primeiras sessões. A obra e as funções do Comité Financeiro” (Ano 1921 a 1930) in *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Comités Económico, Financeiro e Fiscal da SDN* (38446).

¹⁴⁷ Ofício de Calheiros (Lisboa, 12 de Julho de 1932) dirigido ao Director Geral da Estatística. In 2ª Capilha – *1929/1930 – Convenção Internacional sobre Estatísticas Económicas 14 de Dezembro de 1928. Ratificação por Portugal. Outras ratificações*. In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Estatística*. Cota: S03/E94/P06/38448

¹⁴⁸ Publicação da SDN (Genebra, 15 de Junho de 1932), *Commission consultative et technique des Communications et du Transit. Comité pour l'Unification des Statistiques de Transport. Rapport sur l'Unification des Statistiques de Transport. Project de Convention Internationale Relative aux Statistiques de Transport accompagné de reglements relatives respectivement a la Navigation Maritime, aux Chemins de Fer et a la Navigation Interieure. Recommandations relatives aux Statistiques Administratives et Techniques concernant respectivement la Navigation Maritime, les Chemins de Fer et la Navigation Interieure*. In 1ª Capilha – Proc. 8 (1932) – *Unificação das Estatísticas Económicas. Projecto de Convenção. Relatório Estatísticas Económicas. Estatísticas de Transporte (projecto de unificações)*. In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Estatística*. Cota: S03/E94/P06/38448

¹⁴⁹ Ofício de F. de Calheiros (Lisboa, 22 de Julho de 1932) dirigido ao Director Geral da Estatística. In *Idem, Ibidem*.

A pasta N.º 38449 concentra documentos relacionados com a formação da «entente do cacau»¹⁵⁰; com as exportações e importações do trigo, matéria também considerada no projecto de criação de um Crédito Agrícola Internacional, vastamente documentado no acervo. Outras vertentes de actividade encontram-se retratadas: a reflexão sobre os problemas do comércio de madeira e cortiças – amplamente participada por Portugal – ou a questão do ouro, na esteira do regime de importação e exportação portugueses (1929-1930).

Este maço compõe-se das seguintes capilhas: «Reunião no Instituto Internacional de Agricultura 12-Agosto-1931»; «Crédito Agrícola»; «Exportação. Pureza e genuidade dos produtos (brochura da S.D.N.) insuficiência das referências a Portugal (1930-32)»; «Cacau»; «Os Problemas das Madeiras e das Cortiças (Ano 1932)»; «Proc. 32 – Trabalho do Comité Financeiro (1929-1930) – O problema do Ouro – Regime de importação e exportação em Portugal. Relatórios provisórios da Delegação do Ouro (S.D.N.)»; «Conferência Internacional dos Países produtores exportadores e importadores de trigo. Londres, 21 de Agosto de 1933»; «Crédito Agrícola (1931)».

A Conferência Monetária e Económica de Londres, realizada em 1933, encontra-se documentada no maço N.º 38450, arquivado em 1937 segundo a mesma fonte¹⁵¹. Este acervo contém documentação sobre a trégua aduaneira «concluída em 12 de Maio de 1933 entre os Estados representados no Comité organizador da Conferência monetária e económica de Londres»¹⁵² e telegramas dos embaixadores portugueses em Londres¹⁵³ e em Genebra¹⁵⁴, testemunhos relevantes sobre a forma como Portugal deveria denunciar o acordo. Outros representantes portugueses viriam a pronunciar-se sobre a fórmula de

¹⁵⁰ Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres dirigido ao MNE a 3 de Março de 1934 às 14h48; Ofício de H. Viana (Genebra, 28 de Fevereiro de 1934) dirigido ao MNE. In *Proc. 8 – Cacau*. In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Cacau, trigo, madeira, cortiças e ouro*. Cota: S03/E94/P06/38449

¹⁵¹ «Conferência monetária e Económica de Londres 1933 (sub-comissão por nomear). Passou ao arquivo em 1937, Proc. 8, Abril de 1997». In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Conferência Monetária e Económica Mundial*. Cota: S03/E94/P06/38450

¹⁵² Ofício de H. Viana (Genebra, 28 de Dezembro de 1933). In «Trégua Aduaneira». In 1ª Capilha – «Conferência monetária e económica mundial 1933 – Diversos». In *Idem, Ibidem*.

¹⁵³ Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres (21 de Dezembro de 1933, às 18h39). In *Idem, Ibidem*.

¹⁵⁴ Telegrama do Ministro de Portugal em Genebra (22 de Dezembro de 1933) enviado ao MNE. In *Idem, Ibidem*.

denúncia, mediante o recurso ao modelo belga¹⁵⁵. A denúncia seria concretizada em 27 de Dezembro de 1933¹⁵⁶.

O maço N.º 38454 compila documentação diversa, de âmbito financeiro, a saber o texto «Eposé des motifs précédant de décret-loi qui a approuve le budget pour l'année financière 1930-1931», de Oliveira Salazar, enviado à Sociedade das Nações e dados respeitantes aos pedidos de empréstimos da Áustria¹⁵⁷, Hungria, Grécia, Roménia¹⁵⁸ e Portugal¹⁵⁹ à Sociedade das Nações.

O maço N.º 38546 encontra-se associado à arbitragem comercial, matéria ratificada por Portugal em 13 de Janeiro de 1931, ao abrigo da Convenção de 1927¹⁶⁰ e à questão do açúcar, igualmente representada no maço N.º 85108, dedicado aos trabalhos do Comité Económico e à Conferência subordinada à matéria, datada de 5 de Abril de 1937. Segundo Augusto de Vasconcelos tratava-se da «única secção ainda viva da Conferência económica e financeira de Londres de 1933»¹⁶¹.

A pasta N.º 85111 contempla documentos sobre a participação dos diferentes países na Conferência Internacional de 15 de Outubro de 1923, com o objectivo de minorar as formalidades aduaneiras (Convenção para Simplificação das Formalidades Aduaneiras de 3 de Novembro de 1923)¹⁶². Verifica-se a existência de exemplares

¹⁵⁵ Ofício de H. Viana (Genebra, 27 de Dezembro de 1933), dirigido ao MNE. In Idem, Ibidem.

¹⁵⁶ Telegrama de Viana (Delegação Portuguesa à SDN, 27 de Dezembro de 1933 às 16h44). In Idem, Ibidem.

¹⁵⁷ *Situação financeira da Austria, Hungria, Grécia e Bulgaria – Pedido de empréstimo à S.D.N. (Áustria)*. In *Situação Financeira de Vários Países: Portugal, Áustria, Bulgária, Grécia e Hungria*. In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Situação financeira de vários países*. Cota: S03/E94/P07/38454

¹⁵⁸ *Situação financeira da Áustria, Hungria, Grécia e Bulgária (1932). Pedido de empréstimo à SDN (Áustria) – Acordo técnico com a Roménia*. In *1ª Capilha: Situação Financeira de Portugal (remessa de publicações à S.D.N.)*. In Idem, Ibidem.

¹⁵⁹ Vide, telegramas. In Idem, Ibidem.

¹⁶⁰ *Proc. 32 – 1930 – Arbitragem Comercial (Ratificação Portuguesa)*. In *2ª Capilha – Ratificações e adesões estrangeiras (Protocolo de 1923 / Convenção de 1927)*. In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras*. Cota: S03/E94/P07/38456

¹⁶¹ Ofício de Augusto Vasconcelos (20-03-1937) dirigido ao MNE. In *Proc. 32 – Conferência dos Açúcares. Coronel B. Hornung – 1929*. In *2ª Capilha – Proc. 32 - Trabalhos do Comité Económico. Questão do açúcar. A questão ao açúcar – Comité Consultivo Económico Maio de 1928. A indústria portuguesa açucareira. Conferência de peritos em Genebra. Representação portuguesa*. In *Proc. 32 - Questões económicas e financeiras 1921/1929*. Cota: S01/E07/P01/85108

¹⁶² *Proc. 32; 41 – Formalidades aduaneiras. Conferência Internacional de 15/10/1923. Convenção de 3/11/1923. (1923 a 1929)*. Cota: S01/E08/P01/85111

protocolares, assim como correspondência trocada entre os Delegados portugueses, na esteira da não ratificação de Portugal desta Convenção¹⁶³.

O «registo de convenções e ratificações, acordos, protocolos e tratados na Sociedade das Nações» tinha em vista o modo de formalização de convenções celebradas na Sociedade das Nações; neste domínio verifica-se o seguinte elenco: Sinopse de Acordos e Actos Internacionais da competência da Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, aos quais o Estado Português aderira, ratificara ou negociara entre 1927 e 1928; convenções para a unificação do direito em matéria de letras de câmbio e livranças e Convenção para unificação do direito em matéria de cheques; os Textos das Convenções Ratificadas na Sociedade das Nações, entre os diversos países membros da Organização, desde o início dos seus trabalhos até 1935. Sublinhe-se, neste contexto, as questões da *paz* e do aprisionamento dos navios estrangeiros nos portos.

Neste domínio de registo, o acervo documental contempla também o Acordo Provisório para regular as relações comerciais entre Portugal e os Países Baixos (notas trocadas em 21 e 22 de Agosto de 1923), o acordo relativo à liquidação da dívida de guerra portuguesa à Inglaterra, documentos sobre convenções e acordos entre os membros da Sociedade das Nações, de índole política, económica e social, celebrados entre 1924 e 1931 ou ainda as duas convenções sobre a interdição da circulação e do tráfico das publicações «obscenas», com datação de 12 de Setembro de 1927, subscritas por Portugal.

Em face do exposto, avulta a consistência do fundo documental, inegável no seu valor histórico, à guarda do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. De resto, do mesmo nos ocuparemos na análise nos próximos capítulos sobre a ligação entre a Sociedade das Nações e o Instituto Internacional de Agricultura, sob a égide das quais frutificaram matérias de inequívoca repercussão na Europa do pós Grande Guerra.

3.1.1. Os Espólio do Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do MNE

¹⁶³ *Proc. 41 – Convenção internacional para simplificação das formalidades aduaneiras 3 de Novembro de 1923 (1924) – Estudo da questão da sua ratificação por Portugal – Não ratificação por parte de Portugal.* In Idem, *Ibidem*.

O Arquivo Histórico Diplomático do MNE encerra outras fontes, de tipologias distintas, e de sobeja importância para o estudo em causa. Deambulando-se pelo *sítio* da referida Instituição, encontramos os designados «arquivos pessoais»¹⁶⁴, espólios de antigos ministros dos negócios estrangeiros, diplomatas, personalidades de referência com funções gradas. Estes acervos pessoais foram doados mais tarde ao Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3.1.1.1. O Espólio de Augusto de Vasconcelos

Figura de proa do republicanismo e da I República Portuguesa, mas também personalidade presente na esfera internacional do Estado Novo, Augusto de Vasconcelos (1867-1951) reuniu um espólio considerado o qual viria a ser doado pela família do antigo ministro dos negócios estrangeiros ao Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 2007. Revela-se de máxima importância para este roteiro de fontes sobre a presença portuguesa na Sociedade das Nações. Contempla documentos sobre a actividade de Vasconcelos na S.D.N., abundando os recortes de jornais que retratavam o posicionamento do antigo ministro bem como as suas ideias sobre como aproximar a S.D.N. da realidade nacional sem desatender à relevância do mesmo exercício no sentido inverso. Neste arquivo pessoal, a correspondência é abundante, permitindo a compreensão sobre como os portugueses eram considerados naquela organização internacional. Por outro lado, evidencia-se a actividade desenvolvida por Augusto de Vasconcelos enquanto Enviado e Chefe da Delegação Portuguesa.

Até ao momento, neste Arquivo Pessoal, encontram-se os seguintes maços (indicaremos as cotas) referentes ao Tratado de Paz e à Sociedade das Nações, que contribuíram para o desenvolvimento do nosso trabalho:

Espólio de Augusto de Vasconcelos: Sala: S21; Estante/Módulo: E5;
Prateleira/Gaveta: 07/ Número:14821

Espólio de Augusto de Vasconcelos: Sala: S2.1; Estante/Módulo: E3;
Prateleira/Gaveta: P7/ Número:14826-A

¹⁶⁴ Vide, *sítio* do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros [última consulta 26 de Maio de 2018]: <https://idi.mne.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/arquivo/arquivos-pessoais>

Espólio de Augusto de Vasconcelos: Sala: S2.1; Estante/Módulo: E3;
Prateleira/Gaveta: P7/ Número:14823

Espólio de Augusto de Vasconcelos: Sala: S2.1; Estante/Módulo: E3;
Prateleira/Gaveta: P7/ Número:14822

No maço N.º 14821, capilha 156¹⁶⁵, localizámos notícias do *Le Temps* respeitantes à Conferência do Açúcar, realizada em 1937; a capilha 158¹⁶⁶ contem um exemplar da Revista *FIDAC – Revue Interalliée des cinq parties du monde intersllied / Review of the five continents*, com um artigo de Vasconcelos intitulado «Portugal and the Council of the League of Nations»¹⁶⁷; a capilha 159, encerra um artigo de Julião Quintinha, manchete no jornal *A Lucta*, a 29 de Setembro de 1935, intitulado «Brito Camacho. O Tratado da Paz», relativo à descrença de Camacho quanto à S.D.N. e os prenúncios de «'(...) uma nova guerra (...) dentro de poucos anos, se uma revisão honesta do Tratado não [realizasse] a obra justa que o inspirou, mas que ele não traduz'»¹⁶⁸. Na mesma capilha inscrevem-se várias notícias recortadas ou guardadas nos respectivos jornais, com títulos diversos, como: «Em Defesa dos Vinhos. Na reunião de Londres»¹⁶⁹.

Na capilha 60, a voz de Vasconcelos enchia a 1 de Agosto de 1923 as páginas do *Diário de Notícias*: «O que Portugal deve À sua situação internacional. O sr. Dr. Augusto de Vasconcelos fala ao 'Diário de Notícias' da Conferência Parlamentar Internacional de Comércio e pergunta magoadamente: 'Não valerão as libras que tem gasto as nossas delegações?'»¹⁷⁰; ou a 2 de Agosto de 1924 sobre a Conferência Parlamentar Internacional de Comércio¹⁷¹.

¹⁶⁵ Espólio de Augusto de Vasconcelos. In Capilha 156. Cota: S21/E5/P7/14821

¹⁶⁶ Idem. In Capilha 158.

¹⁶⁷ *FIDAC – Revue Interalliée des cinq parties du monde intersllied / Review of the five continents*, VII Ano, Vol. VII, N.º 8, Agosto 1931. In Idem, Ibidem.

¹⁶⁸ *A Lucta*, Ano 30, N.º 5501, Lisboa, 29 de Setembro de 1935, p. 2. In Idem, Ibidem.

¹⁶⁹ *Jornal do Comércio e das Colónias*. Todavia o exemplar encontra-se em mau estado para mais informações sobre a publicação em apreço.

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, Ano 59, N.º 20:667, 1 de Agosto de 1923, p. 1.

¹⁷¹ *Diário de Notícias*, Ano 60, N.º 21:027, 2 de Agosto de 1924, pp. 1-2.

Nas capilhas 543 a 699¹⁷² encontramos documentação sobre o mandato de Itália sobre a Abissínia (conflito Ítalo-etíope), acompanhada de fontes sobre a questão petrolífera dos EUA e o fornecimento de combustíveis a Itália; Rússia e Roménia¹⁷³.

As capilhas 289 a 395¹⁷⁴ são dedicadas aos ofícios do Ministério das Colónias de finais de 1929 dirigidos a César Augusto de Almeida de Vasconcelos Correia¹⁷⁵; com um *Boletín Mensual de la Sociedad de las Naciones*¹⁷⁶; uma Representação das empresas açucareiras de Angola solicitando a protecção do Governo para o açúcar angolano¹⁷⁷; um Requerimento das Companhias de Açúcar de 5 de Agosto de 1929, exigindo a aplicação do Decreto n.º 16.991 (D. G. n.º 137 da I Série de 1929)¹⁷⁸; e documento similar da Companhia do açúcar de Angola que reivindicava cautelas a propósito da crise açucareira, de 6 de Agosto de 1929¹⁷⁹.

Nas capilhas 161 a 288, a documentação reporta-se às décadas de 1930 e 1940; contempla o relatório da nomeação de Augusto de Vasconcelos para o Conselho da Sociedade das Nações¹⁸⁰ e um conjunto apreciável de relatórios relativos à Liga das Nações¹⁸¹.

O Arquivo Pessoal de Augusto de Vasconcelos não se encontra integralmente tratado; a informação supra apresentada não corresponde a uma consulta exaustiva dos documentos, antes uma selecção criteriosa, concebida com o inestimável auxílio da Dr.^a Margarida Lages e da Dr.^a Anabela Isidro do Instituto Diplomático do MNE, a quem reiteramos os nossos sinceros agradecimentos.

¹⁷² Espólio de Augusto de Vasconcelos. In Capilhas 543-699. Cota: S2.1/E3/P7/14826-A

¹⁷³ Idem, Ibidem.

¹⁷⁴ Espólio de Augusto de Vasconcelos. In Capilhas 289 a 395. Cota: S2.1/E3/P7/14823

¹⁷⁵ Ofício do Ministério das Colónias dirigido a Augusto de Vasconcelos, 14 de Novembro de 1929. In Idem, Capilha 390.

¹⁷⁶ *Boletín Mensual de la Sociedad de las Naciones*, Vol. IX, N.º 8, Agosto de 1929. *Informe de la Comisión de Mandatos*. In Idem, Ibidem.

¹⁷⁷ «Representação das Empresas açucareiras de Angola pedindo ao Governo protecção para o açúcar aquela colónia, grandemente afectado pela baixa mundial do preço do açúcar, e propondo alvitre para a solução da crise que a indústria açucareira atravessa». In Idem, Ibidem.

¹⁷⁸ «Requerimento das Companhias de Açúcar, pedindo que o Decreto n.º 16.991, seja extensivo às colónias». In Idem, Ibidem.

¹⁷⁹ «Requerimento da Companhia do açúcar de Angola, reclamando providências sobre a crise açucareira». In Idem, Ibidem.

¹⁸⁰ Relatório sobre a nomeação de Vasconcelos, em 1933, para o Conselho da S.D.N. In Espólio de Augusto de Vasconcelos. In Capilha 161. Cota: S2.1/E3/P7/14822

¹⁸¹ Três relatórios sobre a Sociedade das Nações, um sem datação, os outros dois de 12 de Setembro de 1933 e 2 de Junho de 1935. In Idem, Capilhas 171, 172 e 173.

3.1.1.2. O Espólio de Alfredo Augusto Freire de Andrade

O espólio de Alfredo Augusto Freire de Andrade (1859-1929) foi doado ao Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 2016¹⁸². Apresenta um conjunto apreciável de documentos produzidos por Freire de Andrade sobre o problema da escravatura e do «trabalho forçado». As nossas apreciações resultam da consulta de uma pequena parte do Arquivo Pessoal de Freire de Andrade, o qual se encontra em vias de receber tratamento por parte do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Apresentamos os nossos agradecimentos à Directora do Arquivo, Mestre Margarida Lages, pela autorização de consulta e à Sr.^a Dr.^a Anabela Isidro, técnica superior, pela ajuda nas consultas efectuadas.

As impressões de Freire de Andrade sobre a Conferência de Paz constituem um contributo muito relevante do acervo; as percepções do Autor incluem o ambiente social sentido em Lisboa, à data da sua partida: «(...) tendo ido à nossa despedida bem pouca gente, umas duas dúzias de pessoas. Sente-se bem que o país cansado pelas revoluções e pelas lutas dos políticos está indiferente a tudo, e que a partida de indivíduos que vão fazer parte da conferência da paz, em que jogam os destinos do país lhe resulta indiferente»¹⁸³, a passagem por Madrid e a chegada a Paris, onde se hospedou no Hotel Castiglioni¹⁸⁴. Esta imagem não desatendia às dificuldades experimentadas pelos diplomatas portugueses no âmbito da S.D.N.¹⁸⁵.

Como já mencionado, grande parte da documentação deste Arquivo Pessoal subordinava-se ao problema da escravatura e às condições de trabalho na África Portuguesa¹⁸⁶. O futuro das colónias portuguesas¹⁸⁷ configurava uma preocupação fundamental como se depreende dos muitos recortes de jornais¹⁸⁸. Entre esses, destaque-

¹⁸² O Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros teve a enorme gentileza de nos permitir o acesso a um espólio que se encontra ainda em tratamento. Deste modo, será possível que muitos outros documentos surjam no referido espólio sobre a temática da Sociedade das Nações, os quais não integram, por impossibilidade actual, o nosso Roteiro de Fontes.

¹⁸³ Diário de Freire de Andrade. Espólio de Alfredo Freire de Andrade. In caixas *Sociedade das Nações*.

¹⁸⁴ Idem, Ibidem.

¹⁸⁵ Idem, Ibidem.

¹⁸⁶ «Labour Conditions in Portuguese West Africa». In Idem, Ibidem.

¹⁸⁷ Documento da SDN (Genebra, 5 de Janeiro de 1926), Comissão Permanente dos Mandatos: «The League of Nations, The Mandates System and The Portuguese Colonies. Note by the Chief of Mandates Section». In Idem, Ibidem.

¹⁸⁸ *O Século*, 16 de Agosto de 1925: «'Portugal as a Coloniser: Lisbon Geographical Society's reply to the German campaign to discredit Portugal'»; *Diário de Notícias*, 6 de Setembro de 1925, «'The Dangers that

se a entrevista de Freire de Andrade, publicada com o título «The Problem of Slavery. Interview with General Freire d'Andrade», em 12 de Outubro de 1925¹⁸⁹. O entrevistado enfatizava: «‘ (...) that were attacked in the League of Nations cannot set its elaborate machinery in motion whenever it receives a communication from any quarter. Nobody has accused us of practising slavery. Various communications were made to the Temporary Commission to the effect that a system of compulsory labour existed in the Portuguese Colonies and that the natives were compelled to work for the benefit of private individuals»¹⁹⁰.

Uma das preocupações cruciais suscitadas por Freire de Andrade incidia sobre a articulação entre a agricultura nas colónias portuguesas, o trabalho dos indígenas e os direitos desta população atendendo à necessidade de promover o progresso das terras africanas¹⁹¹. Tais reflexões inspiravam o pensamento de Freire de Andrade sobre as Cartas Orgânicas e o modelo de administração colonial portuguesa¹⁹².

Na segunda caixa consultada do Espólio do General, designada «Sociedade das Nações /Apontamentos», encontra-se um bloco «Papier Toilé Supérieur» de rascunhos de cartas redigidas, entre as quais, uma missiva a Afonso Costa. A carta não está datada mas corresponde no âmbito das funções de Presidente da Delegação Portuguesa à 1.^a Assembleia, a propósito da Conferência Internacional contra o alcoolismo. Andrade salientava: «Ao nosso país importava sobretudo que o voto da Conferência fosse no sentido da proibição das bebidas destiladas, sem qualquer resolução sobre as bebidas fermentadas, que ficariam livres. E tendo tomado a palavra repetidas vezes, consegui que a resolução da Comissão fosse como desejava»¹⁹³. Acrescentava, a resolução tomada a favor da proibição das bebidas intoxicantes, proposta alemã que Andrade apelidava ser uma «pancada na água»¹⁹⁴.

threaten our Colonies' by Jorge Guerner, Paris, September 1st»); *Diário de Notícias*, 10 de Outubro de 1925: «Our Colonies and the League of Nations» por Armando Zuzarte Cortesão.

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, 12 de Outubro de 1925, entrevista a Freire de Andrade: «The Problem of Slavery. Interview with General Freire d'Andrade».

¹⁹⁰ Idem, Ibidem.

¹⁹¹ Apontamentos de Freire de Andrade, texto em folhas pautadas. In Idem, Ibidem.

¹⁹² Nota de Freire de Andrade sobre as Cartas Orgânicas. In Idem, Ibidem.

¹⁹³ Bloco «Papier Toilé Supérieur» com rascunhos de carta dirigida a Afonso Costa. Idem, Ibidem.

¹⁹⁴ Idem, Ibidem.

Este conjunto compõe-se ainda de três cartas de Joseph Cook (1860-1947)¹⁹⁵, datadas de Genebra a 4 de Julho de 1922: nesta correspondência apreciava-se a vontade expressa de Freire de Andrade, em carta de 30 de Junho, de convergência temporal entre a 4.^a Sessão da Comissão dos Mandatos e a 3.^a Assembleia da Liga das Nações; intento ao qual Cook não deu provimento¹⁹⁶. O acervo permite-nos também conhecer o convite dirigido pelo Director da Secção dos Mandatos a Freire de Andrade para integrar o Comité de seis especialistas em matéria colonial, subordinado às questões da escravatura, em 19 de Março de 1924¹⁹⁷. No mesmo âmbito, sublinhe-se a relevância do ofício da S.D.N, de 5 de Maio de 1928, relativo ao projecto sobre o tráfico de bebidas espirituosas¹⁹⁸.

Esta pasta contempla ainda os seguintes documentos: «Great Britain's Drink Bill for 1924»¹⁹⁹, uma carta do Instituto Internacional de Agricultura ao Marquês de Theodoli²⁰⁰ e um texto do Centro Colonial, remetido ao Conselho da SDN, sobre a liberdade de consciência dos territórios sob mandato B, a liberdade politica, a liberdade de comércio, a liberdade de trabalho, o direito à propriedade e as medidas de protecção sobre a matéria²⁰¹. As questões sanitárias suscitadas pelo Tratado de Versalhes inspiravam, por outro lado, a proposta elaborada pelo Director Geral da Saúde e remetida em ofício ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 10 de Novembro de 1920, sobre a criação de uma Secretaria Internacional de Saúde²⁰². A Assembleia da Sociedade das Nações levaria a temática a debate na sessão de 15 de Novembro do mesmo ano.

O International Bureau Against Alcoholism (European Scientific and Information of the World League against Alcoholism) encontra-se igualmente representado neste espólio com uma missiva de Lausanne, 26 de Agosto de 1925. Nunca lida por Andrade (chegou-nos por abrir) informava o destinatário da sua nomeação como representante à

¹⁹⁵ Primeiro-ministro da Austrália entre 1913 e 1914, tendo liderado o Partido Liberal da Commonwealth entre 1913 e 1917.

¹⁹⁶ Cartas de Joseph Cook; destaque-se a última, datada de Genebra, 4 de Julho de 1922. In Idem, Ibidem.

¹⁹⁷ Carta da S.D.N. (Genebra, 19 de Março de 1924), assinada pelo Director da Secção dos Mandatos. In Idem, Ibidem.

¹⁹⁸ Ofício da S.D.N. (Genebra, 5 de Maio de 1928) dirigido a Freire de Andrade. In Idem, Ibidem.

¹⁹⁹ «Great Britain's Drink Bill for 1924». In Idem, Ibidem.

²⁰⁰ Carta do Instituto Internacional de Agricultura («Cabinet de la Présidence»), Roma, 24 de Fevereiro de 1926, dirigida ao Marquês de Theodoli. In Idem, Ibidem.

²⁰¹ Texto redigido pelo Centro Colonial, 2, Largo do Quintella, Lisboa; dirigido ao Conselho da SDN. Idem, Ibidem.

²⁰² Carta dirigida ao MNE, pelo Director Geral da Saúde, em 10 de Novembro de 1920. Idem, Ibidem.

«Conférence internationale sur l'alcoolisme organisée par notre Bureau à Genève, palais de l'Anthénée, les 1, 2 et 3 septembre» pelo governo português. Sensíveis ao interesse do mesmo executivo pela matéria, concluíam da seguinte forma: «Il sera très intéressant en particulier d'être renseigné de façon plus complète sur ce qui se fait dans les colonies portugaises, sur les motifs qui ont obligé le gouvernement à atténuer le décret de 1922 et à le remplacer par celui de 1924. A mon avis, l'idéal à atteindre serait le retour aux dispositions du décret de 1922, mais à condition que toutes les colonies africaines des autres pays prennent des mesures analogues»²⁰³.

Neste arquivo cabem documentos da Comissão Temporária para a Escravatura, como o Memorandum de Mr. H. A. Grimshaw, o representante da Organização Internacional do Trabalho²⁰⁴; e da Comissão Consultiva e Técnica das Comunicações e do Trânsito²⁰⁵.

Concluindo a avaliação preliminar deste espólio sublinhe-se o rascunho de carta de Freire de Andrade a Afonso Costa – Presidente da Delegação Portuguesa à 6.^a Assembleia da Sociedade das Nações. A questão em apreço consistia no tratamento devido ao Relatório Ross: o Governo Português solicitava a tradução da réplica e a entrega do documento à Comissão da Escravatura. Freire de Andrade retorquia tais procedimentos com o uso de particular cautela: «Por minha parte julgo que tal não se deve fazer». Conforme explicava, o seu posicionamento resultava do conhecimento das limitações intrínsecas à actuação e capacidade de controlo exercido pelo Ministério das Colónias. Relembrava a posição oficial assumida na Assembleia de 1922, «(...) havia-se reconhecido que a escravatura existia ainda, sob diversas formas, em várias regiões do mundo». Esclarecendo o enquadramento institucional do documento «não foi enviado ao governo português como perfilhado pela Comissão, mas como um elemento de informação para o seu relatório, de que ella não quis fazer uso sem que o Governo

²⁰³ Carta dirigida a Freire de Andrade (Lausanne, 26 de Agosto 1925) pelo International Bureau Against Alcoholism (European Scientific and Information of the World League against Alcoholism). In Idem, *Ibidem*.

²⁰⁴ Documentação da Comissão Temporária para a Escravatura. Memorandum de Mr. H. A. Grimshaw, pp. 107-113. In Idem, *Ibidem*.

²⁰⁵ Publicação da SDN, Genebra, 4 de Setembro de 1923. Comissão Consultiva e Técnica das Comunicações e do Trânsito. «La restauration des moyens de communication en Europe. Documents sur l'application des Résolutions sur les transports adoptées par la Conférence de Gênes». In Idem, *Ibidem*.

portuguez dissesse o que se lhe offerecia, caso quisesse fazê-lo», considerava desprovida de fundamento a resposta do executivo português neste contexto.

Pela indiscutível relevância, optamos por transcrever a última parte do documento:

«Ora eu sei, Exmo. Snr., que o que aqui se diz, é a pura verdade (...).

Diz o relatório que o Chibalo se pratica nas colonias, contrariamente à lei. Não é verdade? Podemos negal-o? Mas se o fizermos, dezenas e dezenas de testemunhas dignas de fé viram dizer o contrário? Por que é que então não remediamos o mal, só nos lembramos de responder em tom agressivo no ofício a que me estou referindo?

(...) E entretanto eu continuarei, por vezes até contra o que sei ser a verdade, mas no meu dever patriótico de portuguez que sou, a defender o bom nome do nosso paiz, mal talvez, mas como sei e posso»²⁰⁶.

3.1.1.3. O Espólio de José de Almada

O espólio de José de Almada (1865-1953) – consulto ultramarino do MNE – foi doado ao Instituto Diplomático do MNE, em 1973. Encontra-se tratado na plenitude e caracteriza-se pela singular relevância para o tema em análise. Nessa medida, saliente-se o dossier VIRIA Ring Schnellhefter²⁰⁷, intitulado «Peritos de Escravatura. Informações Officiaes» em que consta a cópia de um memorandum sobre as pretensões de Lord Cecil em restaurar a antiga Comissão da Escravatura, «dando-lhe o carácter de Comissão Permanente» - um iniciado em 1929²⁰⁸. Contempla igualmente os seguintes relatórios: «Relatórios de 1932»: «Mémoire sur l'Esclavage et la main d'oeuvre indigene présenté par le Gouvernement Portugais Généralité» e o Relatório de Afonso Costa (Genebra, 13 de Setembro de 1925) sobre o «gravíssimo problema da mão de obra indígena nas colónias portuguesas perante a Sociedade das Nações». Este texto fazia alusão ao parecer de Freire de Andrade e reiterava as reservas necessárias a adoptar pelo Estado Português perante a S.D.N. e a Comissão de Escravatura²⁰⁹. Costa concluía: «Em nome de toda a

²⁰⁶ Rascunho da carta para Afonso Costa, dirigida por Freire de Andrade [s. d.]. In Idem, Ibidem.

²⁰⁷ «Peritos de Escravatura. Informações Officiaes». In Espólio de José de Almada. Cota: S3/E98/P5/38628

²⁰⁸ Idem, Ibidem.

²⁰⁹ Escreveu Afonso Costa: «A Sociedade das Nações ainda não nos ameaçou, está entendido, embora possa pedir-nos contas do modo como cumprimos o art.º 23 do Pacto relativo ao tratamento dos indígenas. Está

Delegação Portuguesa, e querendo cumprir até ao fim o nosso dever, apelo patrioticamente para o Governo da República, pedindo-lhe que, como primeiro acto dessa política colonial nobilitante, faça revogar, por nula, ilegítima, inconstitucional e ilegal, a portaria numero 4 de Angola, ou publique um decreto harmónico com as sugestões da Comissão temporária da escravatura e que tenha por primeiro efeito inutilizar essa portaria – ou que, se o não fizer, se digne substituir-me e aos Senhores Dr. Augusto de Vasconcelos e General Freire d’Andrade, visto que nos sentimos moralmente incapacitados de representar Portugal na Assembleia da Sociedade das Nações, desde que a referida portaria numero 4 – exemplo característico da pior das politicas indígenas – continue a figurar e a ser aplicada e executada na nossa colonia de Angola»²¹⁰.

A caixa «Estudos Económicos da Sociedade das Nações»²¹¹ representa um acervo de particular interesse atendendo aos seguintes documentos:

- SDN, *Section Économique et Financière, Memorandum sur les Tarifs Européens de Négotiation – Transmis par M. W. T. Page, Genebra, 1927.*

- SDN, *Section Économique, Agriculture and the International Economic Crisis. Memorandum by M. Jules Gautier, Dr. Hermes and Mr. H. A. F. Lindsay, Members of the Sub-Committee on Agricultural Questions of the Preparatory Committee for the International Economic Conference, Genebra, 1927.*

- SDN, *Section Économique, Conférence Économique Internationale, Documentation, Taux Indices des Tarifs, Genebra, 1927.*

- SDN, *Economic and Financial Section, International Economic Conference (Geneva, May 1927). Documentation. Principal Features and Problems of the World Economic Position from the Point of View of the Different Countries (First Part of the Programme of the Conference.) Italy, Latvia, Norway, Portugal.*

também entendido que o art.º 22 do Pacto, que instituiu o régimen dos mandatos, confiando-o às nações desenvolvidas e dotadas de larga experiencia e de grandes recursos, não se aplica senão às ‘colónias e territórios que em consequência da guerra, deixaram de estar sob a soberania dos Estados que os administravam precedentemente. Mas isto não impede que se esteja novamente formando uma rede de ambições e pressões em torno de nós, e que muitos membros influentes da Sociedade das Nações façam desde há muito uma campanha insidiosa para o alargamento do régimen dos Mandatos a outras colonias além das que pertenceram aos Estados vencidos». – In Idem, *Ibidem*.

²¹⁰ Idem, *Ibidem*.

²¹¹ Espólio de José de Almada. Cota: S3/E98/P7/38638

- SDN, Economic and Financial Section, *International Economic Conference (Geneva, May 1927). Documentation. Memorandum of Cotton.*

- SDN, *World Economic Conference held at Geneva, May, 1927, Final Report adopted by the Conference on May, 23rd, 1927*, in *The Economist*. Economic Conference Supplement. Saturday, May 28, 1927.

- SDN, Section Économique et Financière, *La Stabilité des Tarifs Douaniers. Communications de M. J. Brunet*, Genève, 1927.

- SDN, Economic and Financial Section, *International Economic Conference. Documentation. Direct and Indirect Subsidies. Differential Taxes on Circulation, Consumption or Handling of Foreign Imported Goods. Regulation of Quantities of Imports and Exports Admitted*, Genebra, 1927.

- SDN, Economic and Financial Section, *International Cartels by D. H. MacGregor, Professor of Political Economy, Oxford University*, Genebra, 1927.

- SDN, International Labour Office, *International Economic Conference, Reports on Legislation Concerning the Movement of Labour and Migration in General*, Genebra, 1926.

- SDN, Economic and Financial Section, *International Economic Conference Geneva, May 1927. Documentation. Export Duties*, Genebra, 1927.

- SDN, Section Économique et Financière, *Conférence Économique Internationale Genève, mai 1927. Documentation. Traités de Commerce Systèmes Tarifaires et Méthodes Contractuelles par D. Serruys, Membre du Comité économique de la Société des Nations et du Comité préparatoire de la Conférence économique internationale*, Genebra, 1927.

- SDN, Section Économique et Financière, *Memorandum sur les Tarifs Européens de Négociation Transmis par M. W. T. Page, Membre du Comité préparatoire de la Conférence économique internationale*, Genebra, 1927.

- SDN, Section Économique et Financière, *Mémoire sur les Classifications Douanières Discriminantes Transmis par M. W. T. Page, Membre du Comité préparatoire de la Conférence économique internationale*, Genebra, 1927.

3.2. O Arquivo de Salazar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

O Arquivo de Salazar constitui um acervo fundamental no tratamento da Sociedade das Nações e de particular valia no processo que conduziu à dissolução do Instituto Internacional de Agricultura.

O referido arquivo, criteriosamente elaborado por Salazar, ficou numa cave do Palácio de S. Bento à guarda da Secretaria Geral da Presidência do Conselho, na sequência da morte do antigo Presidente do Conselho. Por despacho de 7 de Janeiro de 1981 foi transferido para a Biblioteca Nacional de Portugal e seria entregue ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo pelo Decreto-Lei nº 279, de 9 de Agosto de 1991. Contabilizava então 1177 caixas, 2 ficheiros e 1 armário de objectos pessoais:

Caixa: *Sociedade das Nações - NE-5 1928/1946*

Caixa: *Sociedade das Nações - NE-5A 1927/1938*

Caixa: *Sociedade das Nações - NE-5B*

Caixa: *Sociedade das Nações - NE-6A*

Caixa: *Sociedade das Nações - NE-8 1935/1937*

Capilha: *Dissolução do Instituto Internacional de Agricultura de Roma*

Entre a documentação respeitante ao período de 1928 a 1946, nos domínios temáticas em estudo, seleccionámos os seguintes: relatório à Comissão de Estudo para a União Europeia, sobre crédito agrícola²¹²; o «memorandum das finanças públicas» da Comissão Financeira da Liga das Nações²¹³; o pedido de colaboração dirigido pela revista de propaganda da Sociedade das Nações, Magazine des Nations²¹⁴, a Oliveira Salazar; os documentos referentes à actividade de Armindo Monteiro na Liga²¹⁵; um estudo de 1933 sobre o sistema eleitoral para o Conselho da Sociedade das Nações²¹⁶; documentação sobre o pedido de empréstimo externo português sob os auspícios da Organização Internacional²¹⁷, e a restauração financeira, com data de 1928²¹⁸; anotações sobre uma

²¹² Arquivo Salazar. In Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: NE-5A, cx. 449, pt. 7.

²¹³ Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: NE-5, cx. 448, pt. 4.

²¹⁴ Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: NE-5, cx. 448, pt. 6.

²¹⁵ Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: NE-5, cx. 448, pt. 19.

²¹⁶ Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: NE-5, cx. 448, pt. 13.

²¹⁷ Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: NE-5A, cx. 449, pt. 3.

²¹⁸ Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: NE-5B cx. 450, pt. 1.

hipotética reunião do Conselho das S.D.N em Lisboa, um assunto em que Augusto de Vasconcelos se empenhou intensivamente em 1935²¹⁹; documentação sobre a Conferência Parlamentar Internacional do Comércio, realizada em Londres naquele ano²²⁰; múltiplos documentos o conflito entre a Itália e a Abissínia, entre 1935 e 1937²²¹.

Quanto ao Instituto Internacional de Agricultura, a documentação concentra-se numa capilha com o título supramencionado, composta de 14 folhas; nessas avaliam-se os motivos conducentes da dissolução do Instituto, com particular ênfase para os interesses ingleses e norte-americanos na matéria, a contragosto das posições italiana e portuguesa, em 1946²²².

3.3. O acervo documental da Biblioteca Nacional de Portugal

A Biblioteca Nacional de Portugal alberga igualmente um conjunto de documentação relativa ao Arquivo da Sociedade das Nações. Entre esses, merece-nos particular relevo o espólio de Jaime Batalha Reis (1847-1935).

O acervo da Biblioteca Nacional encontra-se organizado da seguinte forma:

1. Sociedade das Nações. Biblioteca
2. Sociedade das Nações. Bureau de Renseignements Epidémiologiques en Extrême-Orient
3. Sociedade das Nações. Comité de la Protection de l'Enfant
4. Sociedade das Nações. Comité d'Experts pour la Codification Progressive du Droit International
5. Sociedade das Nações. Comité d'Experts pour l'Assistance aux Étrangers Indigents et l'Exécution á l'Étranger des Obligations Alimentaires
6. Sociedade das Nações. Comité d'Experts Statisticiens
7. Sociedade das Nações. Comité du Conseil Pour la Collaboration Technique Entre la Société des Nations et la Chine
8. Sociedade das Nações. Comité Économique
9. Sociedade das Nações. Comité Financier

²¹⁹ Arquivo Salazar, In Idem, Ibidem. Cota: NE-5B cx. 450, pt. 6.

²²⁰ Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: NE-6A cx. 452, pt. 2

²²¹ Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: NE-8 cx. 451, pt. 1; Arquivo Salazar, NE-8 cx. 451, pt. 2.

²²² Arquivo Salazar. In Idem, Ibidem. Cota: Arquivo Salazar, NE-1D, cx. 396, capilha 21.

10. Sociedade das Nações. Comité Fiscal
11. Sociedade das Nações. Comité Mixte
12. Sociedade das Nações. Comité Permanent des Transports par Voie Ferrée
13. Sociedade das Nações. Commission Consultative des Questions Sociales
14. Sociedade das Nações. Commission Consultative et Technique des Communications et du Transit
15. Sociedade das Nações. Commission Consultive du Trafic de l'Opium et autres Drogues Nuisibles
16. Sociedade das Nações. Commission Consultive pour la Protection de l'Enfance et de la Jeunesse
17. Sociedade das Nações. Commission d'Enquête sur la Traite des Femmes et des Enfants en Orient
18. Sociedade das Nações. Commission des Dépenses de Défense Nationale
19. Sociedade das Nações. Commission d'Étude pour l'Union Européenne
20. Sociedade das Nações. Commission Permanente de Standardisation Biologique

Entre a documentação supramencionada, concentramo-nos no acervo relativo aos trabalhos do Comité Económico e o arquivo da Comissão de Estudos para a União Europeia, os quais revelam-se de particular relevância para a história económica e social, como para o entendimento sobre a evolução da projectada Pan-Europa. Contudo, grande parte destes documentos encontram-se no acervo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações do Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do MNE, os quais já tivemos hipótese de aferir.

A forma como a documentação foi encadernada, sem atender às temáticas, obriga a uma pesquisa exaustiva pelos vários livros da S.D.N. intitulados de «Vária»; o sistema de atribuição de cotas não aligeira a tarefa, antes pelo contrário, pelo que a consulta do designado «Fundo da Sociedade das Nações» revela-se particularmente árdua quiçá infrutífera²²³.

Na linha da nossa investigação, salientamos os seguintes documentos:

²²³ PACHECO, Idem, Ibidem; BRANCO, Idem, Ibidem.

- Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN. Société des Nations. Comité Économique. Remarques sur L'État Actuel des Relations Économiques Internationales, Genebra, 13 de Setembro 1935²²⁴.

- Comunicado ao Conselho e aos Membros da Sociedade e aos Delegados à Assembleia. Société des Nations. Amendement à l'Article 10 du Pacte proposé par la Délégation Canadienne à la Troisième Assmeblée, Genebra, 16 de Julho de 1923²²⁵.

- Comunicado ao Conselho, aos Membros da Sociedade e aos Delegados à Assembleia. Société des Nations. Réorganisation du Bureau de l'Amérique Latine, Genebra, 8 de Maio de 1924²²⁶.

- SDN. Conférence Économique Internationale. Discussion et Déclarations sur le rapport présenté au Conseil de la Société des Nations au sujet de la Conférence le 16 juin 1927²²⁷.

- Société des Nations. Comité Économique. Études Relatives au Problème des «Rapprochements Économiques Européens». Première Série Chiffres Essentiels du Commerce Extérieur des Pays Danubiens. Données réunis par le Secrétariat sur la base des statistiques officielles, Genebra, 9 de Abril de 1932²²⁸.

- Publicação da SDN. Section des Relations Économiques. Évolution de la Politique Économique et Commerciale (Autonome, Contractuelle et Collective) depuis la dixième Assemblée, Genebra, 19 de Junho de 1931²²⁹.

Salientamos como um dos conteúdos de realce neste acervo respeita ao Bureau de l'Amérique Latine, «(...) un moyen efficace pour améliorer la liaison nécessaire entre les gouvernements et les organes centraux de la Société des Nations», numa época marcada pelo inequívoco descontentamento dos diferentes Estados Latino-americanos – entre os quais, o Brasil que saiu da Liga das Nações em 1928²³⁰ –, pelas orientações e projectos

²²⁴ *Sociedade das Nações. Comité Economique*. In Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: B.N. 15717//2

²²⁵ *Idem, Ibidem*. Cota: B.N. 5995 S.C.

²²⁶ *Idem, Ibidem*.

²²⁷ *Idem, Ibidem*.

²²⁸ *SDN Vária. Sociedade das Nações. Commission d'Étude pour l'Union Européenne*. In Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: B.N. 5884 S.C.

²²⁹ *Idem, Ibidem*.

²³⁰ MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Edições 70, Lisboa, 2007, p. 35.

desenvolvidos no âmbito da S.D.N.. O Novo Mundo, especialmente os estados latinos, ressentiam-se da circunstância inultrapassável de que não eram Europeus.

3.3.1. O Espólio de Jaime Batalha Reis do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea

O arquivo pessoal de Jaime Batalha Reis (1847-1935) à guarda do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, na sala dos Reservados (Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea), surge-nos como um dos importantes acervos a ser visitado.

O presente espólio encontra-se dividido entre a BNP e o Instituto Diplomático do MNE; no caso deste último, o arquivo foi doado aquando da morte de Batalha Reis, em 1935. Contém documentação relativa à missão a Berlim, às discrepâncias com a Inglaterra e ao Ultimatum Britânico²³¹. O primeiro congrega documentação relativa à Conferência da Paz, ao Tratado de Versalhes e à Sociedade das Nações.

Sobre aqueles assuntos destacam-se no referido Arquivo as seguintes caixas:

Caixa 1: *Correspondência.*

Caixa 2: *Correspondência principalmente do período relativo à Conferência de Paz, em Paris. 1918-1923.*

Caixa 5: *Apontamentos, cronologias e bibliografias sobre a Conferência da Paz e SDN – 1919.*

Caixa 6: *Recortes de jornais sobre a Conferência de Paz durante o ano de 1919 – Janeiro, Fevereiro e Maio.*

Caixa 7: *Recortes de imprensa sobre a Sociedade das Nações (1919).*

Caixa 14: *Sociedade das Nações. Actividade de Jaime Batalha Reis em Bruxelas. Correspondência, textos, folhetos e manuscritos de J. B. R. sobre os problemas da constituição da Sociedade das Nações: 1917-1930.*

Caixa 16: *Estadia de Jaime Batalha Reis na Rússia: repatriamento da colónia portuguesa; recolha de fundos para os feridos de guerra russos; manuscrito de J. B. R.*

²³¹ Vide, sítio: <https://idi.mne.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/arquivo/arquivos-pessoais>

sobre situação na Rússia. *Correspondência, acertos de contas com o MNE: 1914-1918. Conferência de Paz: Correspondência, relatórios, manuscritos de J. B. R., e recortes de jornais sobre a conferência e assuntos relacionados com a Paz Mundial: 1918-1963.*

Caixa 17: *Condições do armistício com os alemães. Sociedade das Nações, documentos oficiais e nota de Jaime Batalha Reis – 1918-1919 (Jan./Fev.). Condições do armistício; pacto; Memorandum relativo à neutralidade Suíça; Emendas; proposta belga.*

Caixa 18: *Sociedade das Nações; Actas das sessões, apontamentos de J. B. R., relatórios, propostas, projectos, 1919 (Fev./Março).*

Caixa 19: *Pactos, emendas e relatórios da Conferência das Nações, 1919. Março a Abril.*

Caixa 20: *Sociedades das Nações. Manuscrito de Jaime Batalha Reis sobre assuntos tratados e a tratar no decorrer das sessões. Relatórios, textos adoptados. Boletim da Associação Portuguesa da Sociedade das Nações.*

Caixa 22: *Comissão de reparações. Comissão económica: concorrência desleal. O problema de Olivença: Plano de Castro Meslier: estudo para uma organização do comércio internacional. Cartas, manuscritos de J. B. R., documentos oficiais das comissões, publicações e recortes de jornais. 1919 a 1920.*

Caixa 23: *Conferência da Paz: Cartas manuscritas de JBR e documentos oficiais, incluindo o volume “Traité de Paix entre les Puissances alliées et associées et l’Allemagne et Protocole signés à Versailles, le 28 Juin 1919”, 1919 a 1920.*

Caixa 33: *Troca de correspondência com amigos russos, 1919 a 1928. Tentativa (sonegada) de vinda a Portugal do botânico soviético Boris Fedtschenko. Correspondência com esse especialista acerca de sua vinda e com representantes do poder político. 1925 a 1928. Outra correspondência. 1926 a 1928.*

Caixa 40: *Correspondência.*

Caixa 43: *Correspondência com Padre Himalaia, Ramalho Ortigão e Augusto Reis Machado e outros. 1871 a 1925.*

Caixa 45: *Intensa correspondência com General Pedro Romano Folque. 1905 a 1932. Outra correspondência.*

Caixa 46: *Autógrafos de JBR sobre estética. Correspondência variada entre 1919 e 1933.*

Caixa 52: *Comemorações do 3º e 4º Centenário de Camões – 1884-1924. Correspondência.*

A documentação oferecida por estes acervos consiste, essencialmente em correspondência. A título exemplar sublinhem-se as seguintes: a carta de Paul Adam, Presidente da Ligue de la Fraternité Intellectuelle Latine, de Novembro de 1918. Nessa missiva a Jaime Batalha Reis, o Presidente da Liga aspirava persuadir o seu destinatário a reforçar esta instituição através do ingresso respectivo. As negociações de paz surgiam, aliás, como o momento propício à adesão dos países da América Latina nesta causa conotada com os princípios de Direito e Arbitragem, na esteira dos princípios considerados na Conferência de Haya de 1907. Para a prossecução de tal tarefa, contava com «os amigos sinceros da Europa»: Bélgica, Portugal, Itália, Roménia e Espanha²³².

A correspondência de Jaime Batalha Reis²³³ - evidencie-se o exemplo de António Maria de Bettencourt Rodrigues e Bernardino Machado sobre «a nossa Associação em favor da Sociedade das Nações»²³⁴ – permite-nos a reconstituição do quotidiano dos diplomatas portugueses em Paris: os cartões-de-visita entre Delegações, os menus dos almoços e jantares oferecidos durante a Conferência da Paz²³⁵, o «Livre D’Or de la Conférence de la Paix» (Paris, 6 de Março de 1919)²³⁶, os convites²³⁷, os recortes de imprensa sobre a Conferência de Paz e a assinatura do Tratado²³⁸. Estas informações são complementadas pelos apontamentos de Batalha Reis sobre a Conferência, com particular incidência na recepção da proposta francesa de criação de um Exército Internacional e

²³² Espólio de Jaime Batalha Reis, *Sala dos Reservados* da BNP. Cota: E4/2-7 (1, 2, 3).

²³³ Como Augusto de Vasconcelos, Bernardino Machado, Teixeira Gonçalves, entre outros.

²³⁴ *Bernardino Machado 1920-1921*. In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/14-16 (1 a 8)

²³⁵ Cartão de Bettencourt-Rodrigues «Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Portugaise». In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/52-62 a62c; *Menus Fevereiro a Dezembro de 1919*. In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/2-116.

²³⁶ Photographie Eugénie Pirou ofertava a Jaime Batalha Reis o «Livre D’Or de la Conférence de la Paix» (Paris, 6 de Março de 1919). In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/2-35 (1, 2, 3)

²³⁷ *Convites de almoços, recepções, etc. (de Fevereiro a Dezembro de 1919)*. In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/2-115; Jantar presidido por Egas Moniz, Chefe da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz. Um jantar «au Cercle Français de la Presse Étrangère», «80 Avenue des Champs-Élysées», no dia 12 de Março às 8h. In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/2-48

²³⁸ *Imprensa sobre a Conferência de Paz 1919*. In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/2-121 (1 a 10)

críticas respeitantes às reacções - hipócritas - do Presidente norte-americano Woodrow Wilson e a Lord R. Cecil²³⁹.

Em 1919, as anotações de Reis reflectiam sobre as questões da «Cultura por conta própria; Propriedade; Agricultura e Indústria»²⁴⁰: dedicava-se à aplicação das 8h diárias de trabalho – 48h semanais – na indústria e no comércio. Sublinhava as iniciativas dos socialistas franceses na Câmara dos Deputados, relativamente à agricultura nesta matéria. Evidenciava que, após um vivo debate, com a intervenção do Ministro do Trabalho, «la disposition de ces amendements acceptée par les autences, fois prononcé»; acentuava que «toutes des lois pour la réduction des heures de travail se réfèrent aux industries manufacturiers», não obstante, nas suas palavras, «l'idée naturelle de travailler sont que le soleil illumina le travail (...)», tradicionalmente, ser a relegada à agricultura. Observe-se, sobre as condições de trabalho, Batalha Reis direccionou o discurso para o Tratado de Paz com Alemanha, parte XIII²⁴¹.

O acervo é prolixo em referências aos decretos sobre o Crédito Agrícola Colonial (1914-1917)²⁴², em apontamentos sobre economia, finanças e comércio na conjuntura da Conferência de Paz²⁴³ e nos reflexos da diplomacia portuguesa como a notícia «Um assinalado triunfo da delegação portuguesa. O sr. dr. Afonso Costa consegue fazer aplaudir o princípio da representação de todas as potências no conselho executivo»²⁴⁴. Nessa linha, cumpre particular destaque de Woodrow Wilson a Jaime Batalha Reis, em 18 de Março de 1919, por Woodrow Wilson, escrevendo: «I have invited representatives of some of the neutral states to come to the Hotel Crillon at 3 o'clock on Thursday next to discuss informally and unofficially the terms of the Covenant of the League of Nations with some of those who have been concerned in framing it. It would seem desirable that a small Committee of our League of Nations Commission should meet them, and if you

²³⁹ *Apontamentos sobre a Conferência da Paz; Sociedade das Nações (1919). Proposta francesa; Exército Internacional.* In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/5-1

²⁴⁰ *Cultura por conta própria; Propriedade; Agricultura e Indústria.* In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/5-43

²⁴¹ *Idem, Ibidem.*

²⁴² *Crédito Agrícola Colonial.* In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/5-42

²⁴³ *Conferência de Paz: Economia, Finanças, Comércio.* In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/5-49

²⁴⁴ Recorte de jornal: «Um assinalado triunfo da delegação portuguesa. O sr. dr. Afonso Costa consegue fazer aplaudir o princípio da representação de todas as potencias no conselho executivo». In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/14-37

seen no objection I suggest that the Committee should consist of M. Leon Bourgeois, Lord Robert Cecil. M. Venizelos, M. Hymans, M. Vesnitch and Colonel House»²⁴⁵.

Por fim, evidencie-se a relevância subjacente à correspondência com Teixeira Gonçalves, trocada entre 1918 e 1919, organizada por Jaime Batalha Reis²⁴⁶; sobre os problemas em tempo de guerra²⁴⁷, a nomeação para a Comissão Económica que Augusto de Vasconcelos havia escrito²⁴⁸, sobre os estudos preparatórios para a Conferência da Paz²⁴⁹, e, ainda, a propósito da não convocação dos ministros plenipotenciários à mesma Conferência²⁵⁰.

3.4. O Espólio de Francisco Pinto da Cunha Leal do Arquivo Histórico Parlamentar

O Arquivo Histórico Parlamentar albergou o espólio de Francisco Pinto da Cunha Leal²⁵¹ (1888-1970), doado pela família à Assembleia da República em 28 de Novembro de 2012²⁵². Este arquivo pessoal dispõe de uma capilha dedicada à Conferência Económica da Sociedade das Nações de 1927 – requerida pela França em 1925 para debate de questões económicas e a salvaguarda face a um conflito futuro.

O maço respeitante à Conferência Económica, em que Cunha Leal participou como representante do governo português, organiza-se da seguinte forma:

- Publicações da SDN. Secção Económica e Financeira. Conférence Économique Internationale (Genève, Mai 1927). Documentation. Principaux Aspects et Principaux et problèmes de la situation économique mondiale au point de vue des différents pays

²⁴⁵ Woodrow Wilson, Fev. 1919. In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/16-38 (1 a 8)

²⁴⁶ Teixeira Gonçalves, conjunto de correspondência organizado pelo autor, 1918-1919. In Espólio Jaime Batalha Reis. Cota: E4/16-46

²⁴⁷ Carta de 8 de Agosto de 1918. In Idem, Ibidem.

²⁴⁸ Carta de 30 de Setembro de 1918. In Idem, Ibidem.

²⁴⁹ Carta de 7 de Outubro de 1918. In Idem, Ibidem.

²⁵⁰ Carta de 30 de Novembro de 1918. In Idem, Ibidem.

²⁵¹ Arquivo Francisco Pinto da Cunha Leal. Conferência Económica Internacional. Sociedade das Nações 1927-05-04 a 1927-12-17. In Arquivo Histórico Parlamentar. Cota: AFPCL, Cx.6, Mç. 3, n.º 1 a n.º 8

²⁵² Vide, *sítio* do Arquivo Histórico Parlamentar. Arquivo Francisco Pinto da Cunha Leal: <http://ahpweb.parlamento.pt/Detalhe/?&pesq=ps&t=9&id=50513&tx=sociedade%20AND%20das%20AND%20nações>

(Première partie du Programme de la Conférence.) Italie, Norvège, Lettonie, Portugal. C. E. I. 29. Série II. Cota: AFPCL, CX. 6, MÇ. 3, N° 1

- Rapport sur la Situation Économique du Portugal, Envisage dans ses Connexions avec la Situation Économique Mondiale. Cota: AFPL, CX. 6, MÇ. 3, N° 2

- Texto em francês redigido por Cunha Leal sobre os propósitos da Delegação Portuguesa à Conferência Económica e suas respectivas reservas, sugerindo de novo a necessidade de um acordo económico geral entre as nações como prevenção à guerra económica entre os povos. Cota: AFPCL, CX. 6, MÇ. 3, N° 3

- Movimento comercial por classes de pautas. Cota: AFPCL, CX. 6, MÇ. 3, N° 4

- Texto em francês de Cunhal Leal, a propósito da racionalização das indústrias através da organização do trabalho humano na linha da standardização. Cota: AFPCL, CX. 6, MÇ. 3, N° 5

- Texto francês de Cunha Leal, sobre os métodos de reaproximação económica entre os povos, observando que a reconciliação internacional através de um acordo entre os produtores era aplicável apenas ao perímetro europeu e na sequência da celebração de um entendimento entre os diferentes Estados. Cota: AFPCL, CX. 6, MÇ.3, N° 6

- Ofício de Joseph Avenol (Secretário Geral da S.D.N.) a Francisco da Cunha Leal (Genebra, 17 de Dezembro de 1927) solicitando a reacção do destinatário à nomeação para integrar o Comité Consultivo da Organização Económica. Cota: AFPCL, CX. 6, MÇ. 3, N.º 7

- Rascunho de carta escrito por Cunha Leal sobre a possibilidade de outras personalidades, com altas faculdades, participarem na conferência. Sugeria o nome de Afonso Costa para tal. Cota: AFPCL, CX. 6, MÇ.3, N.º 8

3.5. A documentação sobre a Sociedade das Nações da Casa-Comum da Fundação Mário Soares

A plataforma *online*, do Arquivo da Casa-Comum da Fundação Mário Soares²⁵³ disponibiliza documentos inequivocamente interessantes e pertinentes no presente

²⁵³ Vide, plataforma *online* Casa-Comum [visualizado a última vez em: 19 de Junho de 2018]: <http://casacomum.org/cc/>

roteiro. Referimo-nos a documentação proveniente dos arquivos pessoais de Bernardino Machado, de Rodrigo José Rodrigues, de Manuel Teixeira Gomes, de Afonso Costa e de Carvalhão Duarte.

O primeiro acervo oferece múltiplos elementos a saber, documento da União Internacional das Associações para a Sociedade das Nações, intitulado «Questionário destinado a ser preenchido pelas Associações Nacionais para a SDN»²⁵⁴; um documento sobre a «Constituição da Liga Alemã para a SDN entre os povos da Checoslováquia na sessão de 26.MAR.1922» sublinhando-se a «admissão na União das Associações para a Sociedade das Nações, no VI Congresso realizado em Praga» de 3 a 8 de Junho de 1922²⁵⁵; ou as «sugestões para a promoção e organização de uma liga nacional para a SDN»²⁵⁶. De particular relevância afigura-se «A Mensagem à Sociedade das Nações» de Bernardino Machado durante a ditadura militar. O antigo Presidente da República Portuguesa dirigia-se a João Negrin – então Presidente da Assembleia da S.D.N. –, em protesto contra a acção portuguesa que, à semelhança dos Governos italiano e alemão, arredava-se da Guerra Civil espanhola. Bernardino criticava de forma acérrima à «usurpação do poder» de que os portugueses eram alvo e salientava os efeitos do rompimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Checoslováquia²⁵⁷.

O acervo de Rodrigo José Rodrigues (1879-1963) contempla alguma correspondência de relevância; destaque-se uma carta «muito confidencial» de Augusto de Vasconcelos, mencionando «que no Ministério ainda não consideravam que Portugal estivesse derrotado nas conversações em Genebra», ocupando-se ainda das intrigas nos meandros do Secretariado da Sociedade das Nações, as quais implicavam a posição de Rodrigo Rodrigues²⁵⁸; e outra, do mesmo remetente sobre a Conferência Consultiva do Ópio realizada em Genebra, observando a possibilidade de Rodrigues vir a ser requisitado

²⁵⁴ Arquivo Casa-Comum da Fundação Mário Soares: (s.d.), «União Internacional das Associações para a Sociedade das Nações», CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_109393 (2018-6-17)

²⁵⁵ Idem, Ibidem: (1922), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_108721 (2018-6-17)

²⁵⁶ Idem, Ibidem: (1920), «Sociedade das Nações», CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_109405 (2018-6-17)

²⁵⁷ Idem, Ibidem: Bernardino Machado (s.d.), «Mensagem à Sociedade das Nações», Paris, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_82405 (2018-6-17)

²⁵⁸ Idem, Ibidem: (1925-1926), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09507.085> (2018-6-17)

ao Ministério da Instrução para servir na Sociedade das Nações²⁵⁹. Entre os inúmeros documentos, repete-se de particular importância o caderno de registo de correspondência elaborado por Rodrigo José Rodrigues enquanto Delegado de Portugal à Liga das Nações. O caderno respeita o mês de Janeiro de 1926 e consigna os assentamentos da correspondência enviada, a redacção das cartas nas páginas pautadas. Regista correspondência para o Director Geral das Colónias do Oriente; para Camilo da Câmara em Nova York; entre outras personalidades, na sua maioria estrangeiras, isto é, de outras Delegações presentes na S.D.N.²⁶⁰

No arquivo de Teixeira Gomes, encontramos artigos de imprensa como o da autoria de Maurice Muret, da *Gazette de Lausanne*, de 28 de Setembro de 1922, sobre a candidatura de Portugal ao Conselho da Sociedade das Nações²⁶¹;

No fundo de Afonso Costa, reserva-nos elementos de interesse: fotografia em Genebra, «por ocasião da sua presidência da Assembleia da Sociedade das Nações», datada de 1925²⁶²; a correspondência com a filha Maria Emília de Barros Abreu e Costa, sobre as actividades desenvolvidas em Genebra, como a carta de 22 de Abril de 1920, em que descreve o encontro com o cônsul português em Paris, um ofício sobre as questões de Macau, a organização da Conferência Financeira de Bruxelas, a preparação da participação portuguesa na Conferência de Trabalho de Génova, a Conferência das Associações de Roma para a S.D.N., os problemas das reparações de guerra e a Conferência de Direito Internacional de Portsmouth²⁶³. Noutra carta à mesma destinatária, Afonso Costa fazia menção às diferenças mantidas com Augusto de Vasconcelos, a interpelação desse ao Autor²⁶⁴.

O acervo de Duarte Carvalhão (1897-1972) contempla um «panfleto editado por um grupo de republicanos de Santarém em homenagem a Afonso Costa, a propósito da

²⁵⁹ Idem, Ibidem: (1924-1925), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09507.084> (2018-6-17)

²⁶⁰ Idem, Ibidem: (1926-1926), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09506.093> (2018-6-17)

²⁶¹ Idem, Ibidem: Maurice Muret (1922), «Gazette de Lausanne», Quinta, 28 de Setembro de 1922, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_82234 (2018-6-17)

²⁶² Idem, Ibidem: (1925), «Afonso Costa em Genebra», CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_148776 (2018-6-17)

²⁶³ Idem, Ibidem: (1920), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_45286 (2018-6-17)

²⁶⁴ Idem, Ibidem: (1919), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_45317 (2018-6-17)

sua intervenção na Assembleia da Sociedade das Nações», datado de 5 de Dezembro de 1920²⁶⁵.

Todavia, na plataforma *online* da Casa-Comum – nos arquivos supra mencionados – encontramos também disponibilizados documentos relativos ao Tratado de Versalhes²⁶⁶, a Conferência de Paz²⁶⁷, o Instituto Internacional de Agricultura²⁶⁸; sobre este último, objecto de estudo nas próximas páginas deste trabalho, encontram-se disponíveis dois documentos datados de 1930, pertencentes ao acervo da Secretaria dos Negócios dos Indígenas, solicitando informações estatísticas dos diferentes territórios coloniais²⁶⁹.

Considerando a breve exposição das fontes históricas sobre a Sociedade das Nações e seus intervenientes – identificadas até ao momento nos arquivos lisboetas, reiteramos o carácter selectivo da informação apresentada. Todavia é de evidenciar a relevância destes fundos documentais para a renovação dos eixos de investigação e aprofundamento de temáticas ligadas ao desempenho português na Sociedade das Nações.

4. Portugal e a Sociedade das Nações (1919-1928): Bettencourt Rodrigues e a Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Sociedade das Nações

Entre conversas e *aplausos*, entre jantares e almoços, no meio de discursos inflamados e das manchetes dos jornais, muitos foram os rostos portugueses que

²⁶⁵ Idem, Ibidem: (1920), «Homenagem a Afonso Costa pela sua intervenção na Assembleia da Sociedade das Nações», CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147562 (2018-6-17)

²⁶⁶ Vide, «Tratado de Versalhes» in Arquivo Casa-Comum da Fundação Mário Soares [última consulta: 13 de Junho de 2018]: <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=tratado+de+versalhes>

²⁶⁷ Vide, «Conferência de Paz» in Arquivo Casa-Comum da Fundação Mário Soares [última consulta: 13 de Junho de 2018]: <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=confer%C3%A2ncia+de+paz>

²⁶⁸ Vide, «Instituto Internacional de Agricultura» in Arquivo Casa-Comum da Fundação Mário Soares [última consulta: 13 de Junho de 2018]: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10423.109#13>

²⁶⁹ Idem, Ibidem: (1930), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10423.098> (2018-6-17); (1930), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10423.109> (2018-6-17)

passaram pelos bastidores e pelo palco da Liga das Nações. Entre esses, António Maria de Bettencourt Rodrigues merece o destaque enquanto republicano de longa data e uma das figuras de vulto do ambiente intelectual da época, quer no seio da Conferência da Paz e da Sociedade das Nações, quer no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Abordar a sua actividade e o seu pensamento nos meandros das ligações Portugal-Genebra no período entre guerras, será trespassarmos nas próximas páginas o percurso de Bettencourt Rodrigues na Delegação Portuguesa à Conferência da Paz e na referida Organização Internacional, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros (1926-1928) e Chefe da Delegação de Portugal à Sociedade das Nações.

Observe-se que falarmos da representação diplomática portuguesa enviada à Liga das Nações, ou daqueles que se preocuparam com esta questão, será acostarmos num jogo de (in)conveniências em ambiente estrangeiro, deslocado e intermitente em face dos propósitos e necessidades de uma pequena potência no ponto mais ocidental da Europa. Desta forma, a incisão do nosso olhar em Bettencourt Rodrigues encontra pertinência na esteira do desenvolvimento da Secretaria Geral Portuguesa da Sociedade das Nações, requerida pelo Tratado de Paz e criada no MNE aquando do exercício *bettencourtiano*, ao tempo da ditadura militar; ressaltando-se os contributos e afazeres de uma época caracterizada pela suspensão da guerra bélica – conforme as percepções de Bettencourt – e as atenções se desviaram para a S.D.N.

Cabe-nos a elaboração da biografia de uma daquelas personalidades portuguesas que integram o elenco dos *esquecidos*, pelo desempenho tantas vezes nos bastidores da política, de forma a compreendermos a criação da Secretaria Portuguesa da S.D.N. no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na linha do trajecto e pensamento internacional traçado nas malhas do tempo pelo nosso biografado. Cumpre-nos ainda uma referência ao estágio curricular realizado no Instituto Diplomático, dedicado ao estudo e compreensão da actividade diplomática de Bettencourt Rodrigues, no âmbito da Liga das Nações.

4.1. Uma biografia de António Maria de Bettencourt Rodrigues (1854-1933)

Conversador nato e interessante, apreciador do «charuto de vintém» e de cigarros franceses, que se reunia, por força do hábito, com os seus comparsas na Casa Havaneza²⁷⁰,

²⁷⁰*O Século*, Ano 53.º, N.º 18 523, 5 de Outubro de 1933, p. 2.

situada no Largo do Chiado, em Lisboa, nas lojas números 24 e 25²⁷¹, António Maria de Bettencourt Rodrigues deambulava pelas palavras ao compasso das horas bem passadas, dando «a quantos o conheciam uma nota de sobriedade»²⁷², caracterização que não ficava pela rama no dia 28 de Julho de 1955, numa Conferência realizada na Sessão da Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria²⁷³, a propósito do seu centenário de nascimento. Isento de artificialidades na maneira de proceder, o orador assim o *esculpia*, sublinhando-lhe a inteligência e a simplicidade com que lhe floresciam as afeições²⁷⁴; apontava-o, de resto, como um dos fundadores da Psiquiatria Portuguesa, ao lado de nomes como Júlio de Matos, Miguel Bombarda, Sobral Cid, António Maria Sena e Magalhães Lemos²⁷⁵.

Voltando-nos às suas raízes, António Maria nasceu em S. Nicolau, uma das ilhas do Barlavento do arquipélago de Cabo Verde²⁷⁶, a 6 de Março de 1854²⁷⁷, «descendente de ilustre família portuguesa»²⁷⁸, com origem goesa pelo lado paterno²⁷⁹. Era o quarto filho de José Júlio Rodrigues²⁸⁰ – natural de Salvador do Mundo²⁸¹, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi delegado do Procurador Régio no Funchal, exerceu o cargo de juiz do Tribunal da Relação de Luanda²⁸², leccionou Ciências Físicas e Naturais

²⁷¹ Vide, *sítio Casa Havaneza*: <http://restosdecolecao.blogspot.com/2014/02/casa-havaneza-do-chiado.html>

²⁷² AMARAL, Almeida, *Bettencourt rodrigues. Um pioneiro de Assistência Psiquiátrica Portuguesa, Separata dos Anais Portugueses de Psiquiatria*, Vol. VI, N.º 6, Dez. 1954.

²⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 1.

²⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 8.

²⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 9.

²⁷⁶ *Processo de Requerimento de Passaporte de António Maria Bettencourt Rodrigues*, in Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Cx. 25, doc. 47.

²⁷⁷ *O Século, Ibidem; O Estado de S. Paulo*, N.º 24653, 17 de Setembro de 1955, p. 6.

²⁷⁸ *O Estado de S. Paulo, Ibidem*.

²⁷⁹ Atendendo-se à continuidade da família nos dias de hoje; «Esta distinta família de intelectuais e cientistas não é de origem lusa, mas sim goesa. No entanto, pelos seus cruzamentos com família luso-descendentes, os seus próprios membros acabam por ser em parte luso-descendentes (...)». - Vide, FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de, *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*, Vol. III, Fundação Oriente, Lisboa, 2003, p. 427.

²⁸⁰ *Processo de Requerimento de Passaporte de António Maria Bettencourt Rodrigues*, in Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Cx. 25, doc.47.

²⁸¹ Nasceu a 6 de Maio de 1812 e faleceu em Luanda, sendo que à data da conclusão do Doutoramento de António Maria de Bettencourt Rodrigues, em Paris (1886), cremos que os pais do nosso biografado já haviam falecido (veja-se a dedicatória da sua tese: «À la mémoire de mes Parents». – Vide, Idem, *Ibidem*, p. 428; BETTENCOURT-RODRIGUES, António Maria, *Contribution à l'étude des réflexes dans la paralysie générale des aliénés*, Tese de Medicina de Paris 1885-1886, n.º156, Imprimerie des Écoles, Paris, 1886, p. 2. Disponível online em:

<http://www.biusante.parisdescartes.fr/histoire/medica/resultats/index.php?do=livre&cote=TPAR1886x>

²⁸² Idem.

no Liceu de Lisboa e Lente de Química Mineral na Escola Politécnica e de Química Tecnológica no Instituto Industrial e Comercial²⁸³; assinou e promoveu, em Paris, o «célebre acordo de 12 de Agosto de 1875, sobre permutações internacionais»²⁸⁴; concretizou, como caso inédito no país, a fotografia científica «com luz electrica». Responsável pela primeira iluminação pública através da Biblioteca da Academia Real das Ciências, «antes da generalização pratica das velas de Jablochkoff e das lâmpadas de incandescência», a partir de uma máquina de Gramme trazida de França, foi convidado por Emídio Navarro para a organização e direcção dos serviços científicos «de estudo e de propaganda, por parte de Portugal» para a Exposição Internacional Francesa de 1889; designado inspector técnico das Contribuições indirectas do álcool em Portugal²⁸⁵; presidente do Conselho do Mercado Central de Produtos Agrícolas; foi, ainda, deputado às Cortes Portuguesas pela Índia (Círculo de Mapuça) e deputado pelo Funchal em 1892²⁸⁶, não obstante as indústrias que tentou estabelecer em Portugal²⁸⁷, fazendo jus à sua época, a qual encarava com um acérrimo descontentamento²⁸⁸ – e de Teresa Cristina

²⁸³ *Simples Apontamentos de Alguns Trabalhos e Serviços de José Júlio Rodrigues durante 28 annos de vida publica em Portugal – Publicações (Até Maio de 1892)*, Typ. da Academia, 1982, p. 13.

²⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 11.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 13.

²⁸⁷ «Aproveitamento industrial da batata doce sob o ponto de vista do fabrico do álcool e da extração da fécula, - muito antes de quaisquer outros ensaios ou trabalhos portuguezes. Chegou a requerer o respectivo privilegio há perto de 20 annos estando, n'essa epocha, para ser lavrada uma portaria pelo estadista, hoje Conde de Valbom, encarregando, pelo ministério das obras públicas, o professor José Júlio Rodrigues, dos estudos respectivos ao assumpto na ilha da Madeira. (...) Indústria do assucar de Beterraba. Foi extrahido o primeiro assucar portuguez d'esta planta, em 1888, no laboratório da Escola Polytechnica, preparando-se então perto de 1 kilo. Chegou a esta organizada uma companhia com o capital, quasi todo estrangeiro, de 2:250 contos de réis, sob a garantia de um acordo ou contracto, lavrado com o governo portuguez. Industrias do alcatrão do gaz. Industria do caout-chouc e da guta-percha.» - Vide, Idem, *Ibidem*, p. 45-46; RODRIGUES, José Júlio, *O Assucar Portuguez de Beterraba: Episodios de uma Industria no seu período de Gestão*, Typografia Universal, Lisboa, 1889.

²⁸⁸ «Nota final. – A narrativa dos factos respectivos ás industrias supra designadas, e, muito principalmente, á industria do assucar de Beterraba, na parte em que interveio o seu iniciador ou propugnador, constituiria, se fosse minuciosamente contada, uma das paginas mais tristes e deprimentes da historia do capitalismo portuguez e de certos vultos, infelizmente, nosso patrícios e contemporâneos. Seja-nos licito, todavia, lamentar que a ambição sórdida de vários argentarios e intrigantes, degenerados ou sem consciência, tenha, com prejuízo irremediável de uma nação de 5 milhões de indivíduos, reduzido a zero alguns milhares de contos de réis por anno, no computo da sua próxima riqueza publica, e cruelmente engrandecido a leva de cadáveres que, por milhares também, não anualmente atestar em terra extranha a inépcia, a ignorância, o medo ou a cupidez de vários exploradores ou não exploradores de um povo, que nem sabe punir os que roubam, nem castigar os que o iludem.» - Vide, Idem, *Ibidem*, p. 16.

de Sá e Bettencourt²⁸⁹ – nascida no Funchal²⁹⁰. António Maria recebia os dois apelidos que viriam a referenciá-lo entre as intelectualidades portuguesa e internacional da sua época: Bettencourt Rodrigues. Bisneto de António Filipe Rodrigues²⁹¹ – proprietário nascido em Serulá²⁹² –, e de Maria da Conceição Fernandes – nascida na Penha de França²⁹³ –, teve como avós paternos Vicente Salvador Rodrigues²⁹⁴ – que exercia a profissão de ouvidor e juiz da Alfândega de Damão, integrando a Junta Governativa dessa antiga sede de distrito do Estado Português da Índia, a qual «depôs o governador D. Lourenço Vicente de Noronha em 1820 e que governou até 1822»; era prosélito do constitucionalismo, e, dessa feita, conheceu o cárcere em 1831 pela mão do governador miguelista de Damão, sendo enviado para Goa onde, atestada a sua inocência foi mandado regressar àquela terra²⁹⁵ – e D. Mariana Pereira de Menezes²⁹⁶ – sepultada na Igreja de Penha de França²⁹⁷ –, os quais tiveram quatro filhos: José Júlio Rodrigues (o pai do nosso biografado); Raimundo Venâncio Rodrigues²⁹⁸; Francisco Rodrigues²⁹⁹; António Filipe Rodrigues³⁰⁰; todos eles nascidos em Salvador do Mundo (Goa) e tios direitos de António Maria de Bettencourt Rodrigues. Ressalve-se, pelo lado de sua mãe, António Maria era

²⁸⁹ *Processo de Requerimento de Passaporte de António Maria Bettencourt Rodrigues*, in Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Cx. 25, doc. 47; casou com José Júlio Rodrigues a 13 de Agosto de 1842, no Funchal, Sé. – Vide, FORJAZ, *Ibidem*, p. 428.

²⁹⁰ *Idem*, *Ibidem*.

²⁹¹ Vide, FORJAZ, *Ibidem*, p. 426. Segundo a referida obra, este é o terceiro ramo da família Rodrigues da Índia Portuguesa.

²⁹² *Idem*, *Ibidem*.

²⁹³ *Idem*, *Ibidem*.

²⁹⁴ Nascido na terra natal de seu pai, em Serulá, a 1 de Julho de 1775 e falecido a 26 de Fevereiro de 1834. – Vide, *Idem*, *Ibidem*, p. 428.

²⁹⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 427.

²⁹⁶ Falecida em 1822. – Vide, *Idem*, *Ibidem*.

²⁹⁷ *Idem*, *Ibidem*.

²⁹⁸ Nasceu a 13 de Maio de 1813 e faleceu em Coimbra a 22 de Novembro de 1879; «Doutor em Matemática (U.C.), lente catedrático da Universidade de Coimbra. Vereador (1846-1847, 1851-1855 e 1868-1872) e presidente (1857-1862) da Câmara Municipal de Coimbra, procurador à Junta Geral do distrito de Coimbra (1858-1861), deputado às Cortes pelo círculo de Coimbra (1868). Comendador da Ordem de N^a Sr^a da Conceição de Vila Viçosa». – Vide, *Idem*, *Ibidem*, p. 427.

²⁹⁹ Não se encontram quaisquer datações de nascimento ou óbito.

³⁰⁰ Casou com D. Ana Francisca Maciel, tendo duas filhas: D. Clara Estela Rodrigues (nascida na Penha de França) e D. Rosa Maria Eufregina Rodrigues (nascida em Salvador do Mundo e falecida na Penha de França). Faleceu em Goa a 30 de Junho de 1870; «Vivia em Damão com o pai, quando este foi preso. Era muito novo, mas isso não obsteu a que recaísse também sobre ele a sanha do governador miguelista. Fugiu então para Bombaim, onde fundou o jornal ‘Mensageiro Bombaense’ (17.3.1831-26.1.1832), onde denunciava as tropelias do governador de Damão. Mais tarde regressou a Goa, onde foi professor de inglês no Liceu de Goa». – Vide, *Idem*, *Ibidem*, pp. 427-428.

neto do Capitão João Aniceto de Sá Bettencourt Esmeraldo e de D. Eulália Henriqueta da Câmara Tojal³⁰¹.

Não sendo filho único, António teve como irmão mais velho José Júlio de Bettencourt Rodrigues³⁰² - bacharel em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra, com um percurso idêntico ao do pai, chegando a Lente da Escola Politécnica de Lisboa e do Instituto Comercial e Industrial; exerceu os cargos de inspector técnico das Contribuições Industriais e de Presidente do Mercado de Produtos Agrícolas, acabando por fundar a secção de fotografia da Direcção-Geral de Trabalho Geodésicos, deixando vasta obra; destacou-se ainda enquanto deputado às Cortes pela Índia e pelo Funchal³⁰³; de resto, casou com D. Eulália³⁰⁴, sendo fruto desse casamento, um filho que recebera o seu nome; o segundo José Júlio de Bettencourt Rodrigues³⁰⁵, então sobrinho do nosso biografado.

³⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 428.

³⁰² Nasceu na terra natal da mãe, no Funchal (Sé), a 8 de Maio de 1843, e faleceu em Lisboa a 9 de Abril de 1923. – Idem, *Ibidem*, p. 431.

³⁰³ Idem; José Júlio de Bettencourt Rodrigues era, ainda, «Sócio da Academia Real das Ciências, do Instituto de Coimbra e da Sociedade de Geografia, sócio honorário da Sociedade de Ciências Médicas, sócio da Sociedade Francesa de Fotografia. Foi agraciado com a carta de Conselho (1888), comendador da Ordem de Santiago, cavaleiro da Legião de Honra e oficial da Ordem de Instrução Pública de França.» - Vide, Idem.

³⁰⁴ Existem incertezas sobre o seu nome. – Vide, Idem.

³⁰⁵ Nasceu em Lisboa, nas Mercês em 1874 e faleceu em Niterói, no Brasil, a 27 de Agosto de 1948. Era Bacharel em Química e professor no Liceu de Lamego e no Liceu de Goa; recebeu a condecoração de Cavaleiro da Ordem de Santiago. Casou em Lisboa, na Pena, em 1900 com D. Maria Jesuína Correia Mendes, sendo frutos desta união o terceiro José Júlio de Bettencourt Rodrigues (nascido em Lisboa e falecido no Rio de Janeiro, era casado e deixou descendência, todavia, desconhecemos os seus nomes); Germano Correia Mendes de Bettencourt Rodrigues (nascido em Lisboa e falecido no Rio de Janeiro); D. Vera Correia Mendes de Bettencourt Rodrigues (Nascida em Lisboa, a 14 de Outubro de 1905 e falecida em Lisboa, a 26 de Março de 1963; casou em Lisboa, a 14 de Outubro de 1927 com Joaquim António de Lemos Lobato Faria); D. Maria Alice Correia Mendes de Bettencourt Rodrigues (nascida em Arroios, Lisboa, a 4 de março de 1908 e falecida em S. Lourenço, Portalegre, a 3 de Fevereiro de 1986; casou em Lisboa, a 14 de Novembro de 1929 com José Dias da Costa Andrade Sequeira tendo filhos: D. Maria Teresa de Bettencourt Sequeira [n. 1930]; D. Maria Margarida de Bettencourt Sequeira; D. Maria Cecília de Bettencourt Sequeira; Joaquim José de Bettencourt Sequeira, os quais nasceram todos em Lisboa, sendo que não se encontram quaisquer datações até ao presente); D. Odete Correia Mendes de Bettencourt Rodrigues (nascida em Lisboa a 18 de Janeiro de 1909; casou com Filipe Ferrugento Gonçalves, médico e docente da Faculdade de Medicina de Lisboa; tiveram três filhos: Luís Filipe Bettencourt Rodrigues Ferrugento Gonçalves; D. Paulina Odete Bettencourt Rodrigues Ferrugento Gonçalves, licenciada em Medicina; D. Maria Luísa Bettencourt Rodrigues Ferrugento Gonçalves); Júlio Correia Mendes de Bettencourt Rodrigues e Carlos Correia Mendes de Bettencourt Rodrigues (faleceram em crianças); Armando Correia Mendes de Bettencourt Rodrigues (nascido em Lisboa, casou com D. Maria da Graça Cid, com quem teve duas filhas: D. Cristina Cid de Bettencourt Rodrigues, tradutora de filmes; D. Maria da Conceição Cid de Bettencourt Rodrigues)– Vide, Idem, *Ibidem*, pp. 431, 432 e 433.

Entre José Júlio de Bettencourt Rodrigues e António Maria de Bettencourt Rodrigues, existiam outros dois irmãos: Elisa Cristina de Bettencourt Rodrigues³⁰⁶ - a segunda irmã mais velha – e Júnio Gualberto Bettencourt Rodrigues³⁰⁷ que foi general de brigada, comandante militar dos Açores e Comendador da Ordem de Avis³⁰⁸. No espólio de Bernardino Machado encontrámos correspondência remetida por Maria Teresa de Bettencourt Rodrigues, a qual ao escrever a Bernardino, identificava-se da seguinte forma: «(...) sou filha do Dr. José Júlio Rodrigues, que foi um grande amigo do Sr. Dr. Bernardino Machado (...)»³⁰⁹; localizamos ainda numa outra carta com o mesmo destinatário, uma referência ao irmão Raimundo³¹⁰. Acerca deste familiar, apurámos no

³⁰⁶ Nasceu no Funchal (Sé), em 1846. Casou nas Mercês, em Lisboa, com Francisco Pereira de Azevedo a 15 de Outubro de 1874, tendo descendência: Cristina de Bettencourt Rodrigues de Azevedo (nascida em Lisboa) e Maria Teresa de Bettencourt Rodrigues de Azevedo (nascida em St.^a Isabel, Lisboa, a 9 de Agosto de 1876 e falecida no Hospital de S. José, de tuberculose, a 3 de Fevereiro de 1876). A última deixara descendência: Maria Alice Bettencourt e Vasconcelos (nascida nos Anjos, em Lisboa, a 1 de Maio de 1896 e falecida no Porto, em Paranhos, a 31 de Maio de 1991), havendo casado duas vezes e deixando, igualmente, descendência do primeiro casamento que chega aos dias de hoje. Refiram-se: Alcina Vasconcelos da Silva Martins (nascida em Alfena, Valongo, a 6 de Agosto de 1914, Licenciada em Direito pela U.C., casou em Coimbra) e Manuel Guilherme Vasconcelos Silva Martins (nascido em Alfena, Valongo, a 3 de Maio de 1916 e falecido em New Bedford, nos EUA, a 18 de Novembro de 1992, casou em Vidago), ambos eram filhos de Maria Alice, segunda sobrinha de António Maria de Bettencourt Rodrigues; deixaram descendência: Olga Alcina de Vasconcelos Oliveira Soares (filha de D. Alcina, nasceu no Porto a 1 de Novembro de 1944, casou com o Director do *Jornal de Notícias* do Porto) tendo cinco filhos: Samanta Olga de Vasconcelos Martins; Tiago André de Vasconcelos Martins; Jordana Olga de Vasconcelos Martins; Telmo Guilherme de Vasconcelos Martins; Rudi de Vasconcelos Martins. As duas filhas de Manuel Guilherme: Maria Manuela Magalhães Martins (nasceu a 13 de Fevereiro de 1939, no Porto, licenciou-se em Filologia Românica na U.P., casou duas vezes e teve filhas do primeiro casamento, celebrado em Ovar: Olga Alcina Martins de Oliveira Amaral e Maria Joana Martins de Oliveira; a primeira tem um filho: Martim Amaral Magalhães, nascido a 15 de Junho de 2000, no Porto, em Lordelo) e Maria Fernanda Rodrigues Vasconcelos Martins (nasceu a 30 de Novembro de 1946, em Bonfim, no Porto e casou-se com Joseph Edward Quann tendo dois filhos: Eric Edward Quann e Elisabeth Miriam Quann); todos eles, terceiros, quartos e quintos sobrinhos do nosso biografado – Vide, Idem, *Ibidem*, p. 430.

³⁰⁷ Era solteiro. Nasceu em St.^a Catarina, em Lisboa, a 12 de Julho de 1849 e faleceu em Lisboa a 19 de Outubro de 1908, segundo a obra supra citada. – Vide, Idem, *Ibidem*; «Só hoje tivemos conhecimento da morte do general José Rodrigues (...) do mal de Bright. C extinto, com quem tínhamos as melhores relações de amizade, era irmão do dr. Bettencourt Rodrigues, actualmente no Brazil, e a quem enviamos sentidos pezames.» - *Bettencourt Rodrigues*, in *A Lucta*, 2 de Setembro de 1910, N.º 1692, p. 1.

³⁰⁸ FORJAZ, *Ibidem*.

³⁰⁹ Carta de Maria Teresa de Bettencourt Rodrigues dirigida a Bernardino Machado. In DBG - Documentos Bernardino Machado: (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_100726 (2018-6-22)

³¹⁰ «Rua de Villar, N.º 38, Porto. (...) Escreveu-me meu irmão Raymundo da terça-feira dizendo-me que tinha estado com V.Ex.^a no ministério, pedindo-lhe a fineza de falar com o Sr. Dr. Afonso Costa para mandar autorização rápida ao Dr. Paulo Falcão para que me fosse entregue tudo quanto me pertence que está guardado no collegio das Salesias aqui no Porto, tendo-lhe V. Ex.^{cia} com toda a amabilidade garantido que ia tratar com toda a brevidade d'este assumpto; (...) venho pois rogar-lhe a fineza de não se esquecer do prometido, pois não calcula o imenso transtorno que esta demora me tem feito, pois durante a minha

mesmo arquivo, a existência de cartas redigidas por Raimundo Venâncio de Bettencourt Rodrigues –funcionário público na «Direcção dos Serviços da Casa Agrícola»³¹¹ e Condutor de Obras Públicas na África Oriental³¹² –, entre 1910 e 1924, dando vivas à implantação da República Portuguesa em carta dirigida a Bernardino Machado³¹³. Apesar do cartão com o seu nome entregue a Jaime Batalha Reis em Janeiro de 1918³¹⁴; ficando-nos a incógnita sobre o parentesco de ambos os irmãos para com a família; ousamos, porém, acreditar partilhavam a filiação de António Maria; em suma, irmãos deste.

Os primeiros passos do irmão mais velho em ambiente académico foram seguidos pelo irmão mais novo; em Coimbra, António Maria de Bettencourt Rodrigues começou a frequentar o primeiro ano das Faculdades de Matemática e Filosofia em 1871/1872³¹⁵, altura em que conheceu Guerra Junqueiro³¹⁶. Todavia, ao contrário do Bettencourt Rodrigues que o antecederia na vida coimbrã, fincou, a partir desse momento, a sua devoção ao republicanismo português. Desta feita, o seu nome passou «desassombradamente»³¹⁷ a ser mencionado nos textos publicados na «folha semanal»³¹⁸,

estada no campo tinha deixado alli guardada toda a mobília da minha casa que agora esta completamente vazia.» - Vide, carta de Maria Teresa de Bettencourt Rodrigues dirigida a Bernardino Machado, c. 1910-1911. DBG - Documentos Bernardino Machado: (1910-1911), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_100727 (2018-6-22).

³¹¹ Carta de Raimundo Venâncio de Bettencourt Rodrigues dirigida ao Ministro do Fomento, a 10 de Fevereiro de 1911. DBG - Documentos Bernardino Machado: (1911), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_100837 (2018-6-22).

³¹² Envelope com mensagem, no canto superior esquerdo com a inscrição «Condutor de Obras Públicas na África Oriental», em 1924. – Vide, bilhete dirigido a Bernardino Machado por Raimundo Venâncio de Bettencourt Rodrigues, a 3 de Fevereiro de 1924. In DBG - Documentos Bernardino Machado: (1924), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_100838 (2018-6-22).

³¹³ Carta de Raimundo Venâncio de Bettencourt Rodrigues dirigida a Bernardino Machado, a 29 de Dezembro de 1910. In DBG - Documentos Bernardino Machado: (1910), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08139.164> (2018-6-22)

³¹⁴ Cartão de Raymundo Venancio de Bettencourt Rodrigues. In Bettencourt Rodrigues, 24 e 27 de Janeiro de 1918. In Espólio de Jaime Batalha Reis, in Arquivo da Biblioteca Nacional. Cota: E4/52-62 a62c.

³¹⁵ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Médicos e Medicina, factos e comentários*, LVMEN – Emprenza Internacional Editora, Lisboa, 1922, p. 221.

³¹⁶ Frequentava «(...) o Junqueiro, se bem me lembro, o terceiro ou o quarto anno da Faculdade de Direito.» - Vide, Idem, *Ibidem*.

³¹⁷ *O Século*, *Ibidem*.

³¹⁸ Sobre a poesia de Bettencourt Rodrigues, *Ao Combate!* – Vide, *Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, 1 de Maio de 1873, N.º 1, p. 3; Sobre a récita daquela poesia no Teatro do Príncipe Real. – Vide, *Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, 15 de Maio de 1873, N.º 3, p. 4; Sobre o impacto no público das récitas das poesias de Bettencourt Rodrigues e Gomes Leal. – Vide, *Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, 22 de Maio de 1873, N.º 4, p. 3; Sobre a «ovação esplendida» dos versos de Bettencourt Rodrigues, no dia 17 de Maio de 1873. – Vide, *Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, 22 de Maio de 1873, p. 3; Sobre novos escritos de Bettencourt Rodrigues, ainda em curso, *Gomorra do Occidente*. Vide, *Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, 29 de Maio de 1873, N.º 5, p. 4; Sobre a causa em benefício do *Rebate*

República Portuguesa sob direcção de Magalhães Lima, paladino republicano o qual coadjuvou mais tarde no jornal *O Século*³¹⁹. Nas linhas da *Republica Portuguesa*, de 15 de Maio de 1873, sugeria-se a publicação artístico-literária que, a breve trecho, assomarse-ia nas ruas de Coimbra, trabalho redigido pelas mãos de Bettencourt Rodrigues e de Magalhães Lima, sendo que o primeiro número sairia «por todo o mez de maio»³²⁰.

Republicano até à medula, Bettencourt Rodrigues propagandeara a República ao lado de figuras de relevo, como Latino Coelho, Elias Garcia, Consiglieri Pedroso, ou ainda Sampaio Bruno, Basílio Teles, Coelho de Carvalho e Manuel de Arriaga, por quem nutria uma elevada estima³²¹. Nas suas memórias, grafadas com letras adornadas pela saudade, numa publicação de 1931 – no final da sua vida –, com o título *Por estradas e atalhos*, Rodrigues mencionava, no primeiro artigo – designado *Coimbra* – a ceifa de republicanos da sua geração académica, que o acompanharam nos tempos em que Coimbra tinha mais *encanto*; passava a *pente fino* os nomes de João Penha, Gonçalves Crespo, Guerra Junqueiro, Bernardino Machado, Cândido de Figueiredo, Teixeira de Queiroz, Magalhães Lima, Macedo Papança (Conde de Monsaraz), Coelho de Carvalho, Sérgio de Castro, Alves da Veiga, Alves de Moraes, e outros que mais anos mais tarde, reencontrava no Brasil, como Zeferino Cândido, Luís de Andrade, Garcia Redondo e Silva Ramos³²².

Como se a memória não parasse de o *agarrar*, Bettencourt lembrou, ainda, na mesma obra, «(...) um famoso club republicano, presidido por Alves Moraes (o Moraes filósofo), e que funcionava em casa de um quartanista de Direito, António Gil, na rua das Cozinhas (...)», local onde o nosso biografado se reunia, assiduamente, com seus colegas e *comparsas*, com o intuito da discussão de «vastos planos de propaganda», estabelecendo o contraste entre a «verve» que os acudia e a maneira como ele (Bettencourt Rodrigues), Alves da Veiga e Coelho de Carvalho eram tão efervescentes e de «tremenda violência» quanto correspondiam às «diatribes demagógicas»³²³. José Bonança, «irmão do velho socialista e republicano João Bonança», Pedro Pipa Fernandes Tomaz, o alferes António

de Carrilho Videira. Vide, *Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, 1873, N.º 6, p. 4.

³¹⁹ *O Século*, *Ibidem*.

³²⁰ *Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, 15 de Maio de 1873, N.º 3, p. 4.

³²¹ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Manuel de Arriaga. Paris, 6 de Maio de 1915, Légation de la République Portugaise en France. In MATOS, Sérgio Campos; FREITAS, Joana Gaspar (org.), *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, pp. 508-509.

³²² BETTENCOURT-RODRIGUES, *Por estradas e atalhos*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1931, p. 11.

³²³ *Idem*, *Ibidem*, p. 13.

Luís Teixeira Machado, eram outros tantos que integravam e interagiam no clube republicano mencionado³²⁴.

O jovem António Maria que havia iniciado a sua vida académica num espírito republicano arrojado, não olvidava as horas em que, nessa época de *sangue na guelra*, ia em «excursões de propaganda a Celas e a Santo António dos Olivais», num anseio de captar «alguns pobres camponeses» pelo trajecto, «quando à tarde, ao pôr do sol, vinham de enxada ao ombro recolhendo a casa»³²⁵. De resto, fruto desses anos em que o republicanismo cheirava a um *rebuçado* envolto na sua prata, saía à rua, entre 1871/1872, o panfleto *A República Portuguesa*; contava, então, com o contributo esforçado de Alves Morais, Sérgio de Castro e, claramente, de Bettencourt Rodrigues. O discurso iniciava-se rompante, com uma frase meio desconcertada com recurso ao pleonismo: «'Quem tem olhos para ver, que veja; quem tem ouvidos para ouvir, que oiça!'»³²⁶.

A sua actividade ligada à causa republicana merece realce; a 17 de Dezembro de 1873 uma «manifestação republicana no Theatro do Principe Real [era] promovida pelos redactores do *Rebate*, Carrilho Videira e Eduardo Maia»³²⁷, para amparar as finanças do jornal federalista; desta feita, um sarau dramático era organizado no referido Teatro, contando-se entre os seus colaboradores, António de Bettencourt Rodrigues. Nos intervalos da *soirée* composta por duas comédias – foi Magalhães Lima quem o disse –, a poesia do nosso biografado, intitulada *Ao Combate!*, preenchia aqueles instantes, sendo recitada entre emoções aplaudidas³²⁸. De resto, na *Republica Portuguesa* grafaram-se palavras sobre esta ocasião, sublinhando-se o *bis* do público «applaudindo cheio de frenesi as estrofes finaes» que pareciam tê-lo arrebatado: «A' luta! irmãos! á luta!... Democratas/ Poisae o pé sobre as cabeças chatas/ Das viboras reaes!»³²⁹; motivo de regozijo nos meandros republicanos de Coimbra³³⁰. A 29 de Maio de 1873, anunciava-se no semanário em apreço, os escritos em curso de Bettencourt Rodrigues intitulados

³²⁴ Idem.

³²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 14.

³²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 14.

³²⁷ *Almanach Republicano para 1878*, 4.º Ano, Nova Livraria Internacional, TYP., Lisboa, 1877, pp. 69-70.

³²⁸ Cit. LIMA, Magalhães, *Episódios da minha Vida*, Vol. I, pp. 59-60, in RIBEIRO, Lia, *A Popularização da Cultura Portuguesa (1881-1910)*, Colecção *República*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, p. 224.

³²⁹ *Republica Portuguesa: Órgão do Partido Republicano de Coimbra*, 22 de Maio de 1873, p. 3.

³³⁰ Idem.

Gomorrha do Occidente, um «poemeto»³³¹ que se encontrava a ser fermentado por António Maria.

Embora a vida de estudante em Coimbra se afigurasse contagiante, altura em que a cidade estava «positivamente impregnada, se não de literatura, pelos menos de literatice»³³², os ares que emanavam da capital cheiravam à mudança dos tempos que o saciavam e, dessa feita, Rodrigues matriculou-se no Curso Superior de Letras no ano lectivo de 1875/1876³³³ - possuindo este a durabilidade, ainda, de dois anos lectivos³³⁴; Manuel Busquets de Aguilar³³⁵ considerou-o *principal aluno* desse ano. O 1º ano do Curso Superior de Letras acolhia 29 alunos³³⁶, entre os quais figurava o nosso republicano com apenas 21 anos de idade.

Crendo-se já diplomado em Letras, escrevia a Teófilo Braga do Hotel de Flandre, situado em Paris³³⁷, a 4 de Maio de 1880, a propósito das comemorações camonianas das quais Teófilo era figura de vulto e acérrimo paladino³³⁸; agradecia Bettencourt Rodrigues ao destinatário «os esclarecimentos» que lhe havia dado sobre Camões, dizendo que «não podiam ser melhores, nem mais completos»³³⁹. Adiantava que sobre tais apontamentos, estava a realizar um trabalho que deveria estar pronto no final do corrente mês. A este respeito, Rodrigues escreveu: «Desejavamos poder aproveitar todo o seu trabalho limitando-nos a fazer a sua traducção para fracez; mas a falta de tempo e de espaço obrigamos a resumil-o um pouco mais sem com isso lhe prejudicarmos em nada a idéa e o methodo critico. Esperamos fazer um trabalho bonito, que deverá receber o bom acolhimento do publico»; de resto, observava que se viam na contingência de apresentar «um bom retrato de Camões» na primeira página, «e as de mais 2 ou 3 personagens da

³³¹ *Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, 29 de Maio de 1873, N.º 5, p. 4.

³³² «Dilatando as narinas, sentíamo-la na atmosfera, como o cheiro acre que se exala da terra poeirenta ao cair das primeiras chuvas.» - Vide, BETTENCOURT-RODRIGUES, *Por Estradas e Atalhos*, p. 64.

³³³ AGUILAR, Manuel Busquets, *O Curso Superior de Letras: 1858-1911*, Lisboa, 1939, p. 320.

³³⁴ O Plano Curricular do Curso Superior de Letras só passaria a três anos lectivos em 1878; Bettencourt Rodrigues frequentou dois anos lectivos. - Vide, COUVANEIRO, João Luís Serrenho Frazão, *O Curso Superior de Letras: 1861-1911. Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 44.

³³⁵ Idem.

³³⁶ COUVANEIRO, *Ibidem*, p. 160.

³³⁷ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Teófilo Braga. Paris, 4 de Maio de 1880. In Espólio de Teófilo Braga, in Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Cota: MPR/APTB/CX159/074.

³³⁸ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, pp. 52-53.

³³⁹ Carta de Bettencourt dirigida a Teófilo Braga. Paris, 4 de Maio de 1880. In *Ibidem*.

época»³⁴⁰. Rodrigues dizia estarem interessados em fazer «um trabalho verdadeiramente popular, ao alcance de todas as bolsas», ao contrário de Ferdinando Devris – que também estava a preparar um trabalho em homenagem a Luís de Camões, e que nem sequer lhe mostrou um retrato do poeta de que há referência ao início da carta –, despedindo-se no final de Teófilo Braga, como «amigo e admirador», colocando-se ao dispor para o que lhe pudessem servir estando na capital francesa³⁴¹.

Neste período em que deambulava entusiasmado com as comemorações republicanas, Bettencourt Rodrigues encontrava-se em Paris para se doutorar na Faculdade de Medicina parisiense, na qual se inscreveu em 1879³⁴². Frequentava na época o café Bas-Rhin, «rendez-vous de todos os portugueses e brasileiros, habitantes ou frequentadores do Bairro Latino»³⁴³, fazendo parte desse grupo: Vicente Bransão, David Cohen, Trigueiros de Martel, Guilherme de Azevedo, Mariano Pina, Braklami e o biografado na altura estudante de medicina³⁴⁴.

Fruto do tempo e do afínco, tornava-se, em 1882, externo da Clínica das Doenças do Sistema Nervoso no serviço do Prof. Doutor Charcot no Hospital de Salpêtrière, em Paris³⁴⁵; no ano seguinte, em 1883, tornou-se ajudante do serviço *électrothérapique* da Clínica³⁴⁶, tendo o Certificado de Charcot constante na sua publicação sobre os seus serviços, trabalhos e diplomas, a data de 1 Julho de 1883³⁴⁷; e, em 1884, interno da Clínica das doenças mentais da Faculdade de Medicina de Paris³⁴⁸, com Certificado de Benjamin Ball datado de 20 de Março de 1886³⁴⁹, no qual dizia que Bettencourt Rodrigues havia ali exercido três anos consecutivos (1883-1884-1885) de interno na supramencionada clínica, sob sua direcção enfatizando as qualidades de António Maria «il possède maintenant les qualités nécessaires pour diriger un asile public d'aliénés»³⁵⁰.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Carta de Bettencourt dirigida a Teófilo Braga. Paris, 4 de Maio de 1880. In *Ibidem*.

³⁴² PEREIRA, *Ibidem*, p. 108.

³⁴³ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Por Estradas e Atalhos*, pp. 74-75.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ *États de Service Travaux et Diplomes Scientifiques du Bettencourt Rodrigues de la Faculté de médecine de Paris Officier d'Académie (1882-1892)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 11.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 11.

³⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 14.

³⁵⁰ Idem.

Entre o *fumo* das ideias e aquelas que se lhe aclaravam, António Maria de Bettencourt Rodrigues defendeu a sua tese a 20 de Março de 1886, às 13h, numa sessão académica presidida pelo Professor Benjamin Ball, e com o Professor Bouchard e o agregado Hanot Raymond como júris³⁵¹, distinguindo-se. Tornava-se psiquiatra de renome feito no estrangeiro, com o seu trabalho: *L'état des reflexes dans la paralysie générale des aliénés*³⁵². Bettencourt dedicara a tese à memória dos pais, aos seus irmãos, amigos e aos seus mestres do Hospital e da Faculdade de Medicina de Paris, mas também ao seu Presidente de tese; a ideia para os seus escritos havia encontrado linhas de força a partir do momento em que Rodrigues entrara como interno para a Clinique des Maladies Mentales, tendo a *chance* de observar «pendant l'année 1884 (...) un grand nombre de paralytiques généraux (...)», havendo redigido uma curta Memória para Abril de 1885, designada «Des réflexes dans la paralysie générale»³⁵³. No dia subsequente à sua morte, *O Século* redigia algumas linhas sobre o clínico acarinhado além-fronteiras, referindo que António de Bettencourt Rodrigues foi «(...) o primeiro médico português que se dedicou a esses estudos e de tal forma que conquistou a amizade do seu professor, o notável doutor Charcot»³⁵⁴.

De regresso a Portugal, findo o curso de medicina em terras gálicas, viu-se na contingência de prestar provas em solo luso para o exercício da sua profissão no país. Desta feita, em 1887, procedeu «à revalidação do curso», tendo «efectuado exames em Junho e Julho desse ano em Coimbra»³⁵⁵, ficando diplomado para o exercício da medicina em Portugal³⁵⁶. O nosso biografado observava de perto as carências lisboetas e do país em matéria psiquiátrica; posto isto, nos anos de 1887, 1888, 1889 e 1890 procedeu à organização de um Curso Livre de Neuropatologia e Psiquiatria³⁵⁷, leccionando no

³⁵¹ *O Século*, Ibidem.

³⁵² BETTENCOURT-RODRIGUES, António Maria, *Contribution à l'étude des réflexes dans la paralysie générale des aliénés*, Tese de Medicina de Paris 1885-1886, n°156, Imprimerie des Écoles, Paris, 1886. Disponível [online](http://www.biusante.parisdescartes.fr/histoire/medica/resultats/index.php?do=livre&cote=TPAR1886x) no [sítio:](http://www.biusante.parisdescartes.fr/histoire/medica/resultats/index.php?do=livre&cote=TPAR1886x)

³⁵³ AMARAL, *Ibidem*, p. 5.

³⁵⁴ *O Século*, Ibidem.

³⁵⁵ PEREIRA, José Manuel Morgado, *A Psiquiatria em Portugal. Protagonistas e história conceptual (1884-1924)*, Tese de doutoramento em Altos Estudos em História, Época História Contemporânea, Orientação Prof.^a Doutora Ana Leonor Pereira e Prof. Doutor João Rui Pita, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 109.

³⁵⁶ *États de Service Travaux et Diplomes Scientifiques du Bettencourt Rodrigues de la Faculté de médecine de Paris Officier d'Académie (1882-1892)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 11.

³⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 8.

Hospital de Rilhafolles, o qual seria o primeiro a ser leccionado nesta matéria em Portugal³⁵⁸. Bettencourt Rodrigues torna-se, igualmente, director da Casa de Saúde de Lisboa³⁵⁹, a qual fundou e onde, em estreita colaboração com José António Serrano, «foi feita pela primeira vez em Portugal a operação do enxerto da glândula tiroide»³⁶⁰. Note-se, aquando das comemorações do seu centenário de nascimento, Barahona Fernandes evidenciava no seu discurso em jeito de elogio ao antigo ministro da ditadura militar, que foi naquela Casa de Saúde que Rodrigues instalou o aparelho «para suspensão de doentes pelo método russo de Matchonkousky»³⁶¹, o qual era concretizado para assistência a pacientes nervosos³⁶². Acompanhando a exposição do mesmo orador, o *médico alienista* – expressão da época – ocupou-se do tratamento da tuberculose, da gripe e da cólera, questões que possibilitaram outras intervenções suas na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa³⁶³.

Durante estes anos crepusculares de Oitocentos, António de Bettencourt Rodrigues tornou-se membro da Sociedade Médico-Psicológica de Paris; membro da Sociedade das Ciências de Lisboa; membro correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa; e, membro da Medico-Legal Society de Nova Iorque – notícia publicada em 1901 pelo semanário *O Benaventense*³⁶⁴ –; membro honorário da Associação do Internos em Medicina dos Asilos de Alienados Departamento de Seine, em França; e, correspondente do State Committee on Lunacy of Pennsylvania, nos Estados Unidos da América³⁶⁵. Na mesma época, o nosso biografado, tornou-se médico da Academia politécnica de Lisboa³⁶⁶ e Oficial da Academia de França³⁶⁷.

³⁵⁸BETTENCOURT-RODRIGUES, «Curso Livre de Nevropathologia e Psychiatria Professado no Hospital de Rilhfoles pelo dr. Bettencourt Rodrigues (Lição d'abertura)», in BETTENCOURT-RODRIGUES (direcç.), *Revista de Nevrologia e Psychiatria*, N.º 1, Jan.-Mar. 1888, 1.º Ano, Editor Henrique Zeferino, Lisboa, p. 45.

³⁵⁹AMARAL, *Ibidem*, p. 2.

³⁶⁰FERNANDES, Henrique João de Barahona, *Bettencourt Rodrigues. O psiquiatra e a sua obra*, Separata do Jornal Médico, XXVIII, 665, 1955, p. 7.

³⁶¹Idem.

³⁶²Idem.

³⁶³Idem.

³⁶⁴*O Benaventense*, N.º 184, 9 de Junho de 1901, IV Ano, p. 1.

³⁶⁵*États de Service Travaux et Diplomes Scientifiques du Bettencourt Rodrigues de la Faculté de médecine de Paris Officier d'Académie (1882-1892)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 11.

³⁶⁶Idem, *Ibidem*, p. 12.

³⁶⁷Idem.

Neste contexto, Bettencourt Rodrigues fundava a *Revista de Neurologia e Psiquiatria* em Março de 1888, cuja direcção assegurava até 1889³⁶⁸; Rodrigues pretendia promover a divulgação de conhecimentos científicos entre os psiquiatras. Socorrendo-nos do discurso de Barahona Fernandes, o nosso Autor participou ainda na *Revista de Educação e Ensino* – publicação mensal sob direcção de Alexandre José Sarsfield entre 1886 e 1900 –, e nos *Archivos de Oftalmologia*³⁶⁹. Após consulta do primeiro periódico (foi-nos facultada a consulta incompleta dos anos 1886, 1896, 1898, 1899 e 1900), verificamos a existência de uma confusão: o responsável pelo secretariado e redactor de artigos para a *Revista de Educação e Ensino* era Bettencourt Ferreira, «médico e naturalista adjunto do Museu da Escola Polytechnica de Lisboa»³⁷⁰. Não encontramos referência ao nome do nosso biografado naquelas páginas.

Em 1888, António Maria de Bettencourt Rodrigues ingressava por concurso como médico do Hospital de S. José, 1.^a Classe para a Ordem de Mérito³⁷¹. Inspirado pelas matrizes francesas enquanto clínico – e influenciado pelo país onde havia feito o doutoramento –, Bettencourt Rodrigues encarou a obra de Pinel e Esquirol (1745-1826) no âmbito legislativo e da Assistência aos doentes com problemas do fórum psíquico de maneira ambiciosa, intervindo – na condição de sócio – na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, em 16 de Janeiro de 1891, com o intuito de propiciar a aplicação efectiva da Lei Sena. A referida lei oficializada no dia 4 de Julho de 1889 – tendo constituído a primeira legislação elaborada no país sobre esta matéria –, previa a divisão de Portugal continental e ilhas adjacentes, «em quatro círculos compostos por distritos administrativos e a edificação ou requalificação de um hospital psiquiátrico, quatro no total, em Lisboa, em Coimbra, na Ilha de São Miguel e no Porto, complementar ao Hospital Conde de Ferreira»³⁷². Similarmente, a mesma lei requeria a criação de «enfermarias psiquiátricas anexas às prisões», constituindo-se para o efeito, um «fundo de beneficência pública dos alienados» para assegurar o financiamento das disposições legislativas, a concretizar através de «um imposto especial de selo que incidia sobre diversos documentos oficiais». Bettencourt Rodrigues pedia cautela da Sociedade de

³⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 11.

³⁶⁹ FERNANDES, *Ibidem*, p. 10.

³⁷⁰ *Revista de Educação e Ensino*, N.º 1, Ano XIII, Janeiro de 1898, p. 1.

³⁷¹ États de Service Travaux et Diplomes Scientifiques du Bettencourt Rodrigues de la Faculté de médecine de Paris Officier d'Académie (1882-1892), Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 12.

³⁷² Vide, Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, *sítio*: <http://www.mmipo.pt/pt-pt/obras/antonio-maria-de-sena>

Ciências Médicas, temendo a utilização dos fundos – nos actos *descuidosos* do Governo – para outros fins distintos dos originariamente votados pelo Parlamento³⁷³. Contudo, ao invés das ideias esgrimidas por António Maria Sena, defensor da criação dos asilos fechados, António Maria de Bettencourt Rodrigues revelava-se preocupado inclusive com o tesouro do Estado, e demonstrava como tais pressupostos eram desvantajosos quando confrontados com «o sistema das grandes colónias agrícolas», conforme defendia no Congresso de Medicina Mental de Paris em 1889³⁷⁴. Bettencourt Rodrigues rematava o seu discurso na referida sessão da Sociedade das Ciências Médicas, demonstrando o benefício para os requerentes de tal acompanhamento. Segundo Almeida Amaral: «Com o mesmo capital de hospitalização e um maior número de alienados, e devidamente aproveitados, o trabalho destes poderia constituir uma fonte importante de receita em benefício da própria colónia, acudindo às duas despesas, melhorando-a e ampliando-a». No mesmo ano, apresentou um relatório sobre o referido Congresso, tornando-se representante da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa³⁷⁵.

Na linha do trabalho desenvolvido com a criação do curso livre ministrado no Hospital de Rilhafoles (Hospital Miguel Bombarda depois da implantação da República), António Rodrigues intercedeu junto da Sociedade Médica de Lisboa para a utilização desta unidade hospitalar para o ensino da psiquiatria. Sublinhe-se, o estudo psiquiátrico em Portugal permanecia atrasado face à tendência verificada nos restantes países europeus, cujo interesse científico sistematizado e respectiva institucionalização ocorrera em meados da década de 1880³⁷⁶. A esse propósito será de enfatizar o processo de divulgação da especialidade e a «construção de uma cultura profissional», não obstante as relações dos psiquiatras com o Estado, os quais ambicionavam, à semelhança de Bettencourt Rodrigues, a institucionalização de escolas médicas para o estudo da área em apreço³⁷⁷. Como frisara José Manuel Morgado Pereira, só em 1910 se verificou em Portugal «um ponto de chegada»³⁷⁸ sobre o estudo da mente.

O filho mais novo de José Júlio Rodrigues entregou-se por completo à profissão médica, pretendendo uma quebra no marasmo de uma época; nessa conformidade chegou a propor consultas sem compensação monetária para pessoas carenciadas do Hospital de

³⁷³ AMARAL, *Ibidem*, p. 3.

³⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 4.

³⁷⁵ PEREIRA, *Ibidem*, p. 111.

³⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 33.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem.

Rilhafoles. As suas pretensões abarcavam também um Laboratório de Anatomia-Patológica, o qual afigurava-se-lhe verdadeiramente crucial³⁷⁹. Registe-se o carácter insistente das súplicas produzidas pelo republicano junto da Sociedade de Ciências Médicas, parcialmente materIALIZADAS na nomeação de uma comissão destinada a solucionar a hospitalização dos doentes psíquicos em Portugal. Esta comissão era integrada por Arantes Pedroso, Sousa Martins, Miguel Bombarda e Bettencourt Rodrigues.

No entanto, aos olhos de António Maria, outro problema de vulto se colocava no domínio dos métodos de selecção do Médico do Hospital de Rilhafoles. Para o autor, a prática da nomeação através do critério da antiguidade, suscitava incredulidade especialmente porque os clínicos recrutados no Hospital de S. José não possuíam qualquer formação específica em Psiquiatria³⁸⁰. Requeria o concurso como método selectivo, considerando-o o melhor processo para apuramento da «competência e aptidão»³⁸¹. Em sessão de 20 de Março de 1886, debatia-se com o problema dos médicos se transformarem em «médicos alienistas», isto é, especialistas «no tratamento da loucura», após cerca de 15 anos de serviço em S. José, onde de resto, o Psiquiatra exclamava que os doentes mentais eram apartados³⁸².

No mesmo ano, Bettencourt Rodrigues participava numa conferência na Sala da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, com a comunicação intitulada «Hysterie. Hypnotisme»; a 4 de Junho de 1890, discursava sobre a «Responsabilité criminelle des épileptiques» no Grande Anfiteatro da Escola Politécnica de Lisboa, e dois anos depois, entre muitas outras participações, a 3 de Abril de 1892, dissertava sobre as «Notions générales d'anatomie normale et pathologique de la moëlle épinière. Projection, à la lumière électrique et avec un fort grossissement, de préparations microscopiques de moëlle normale et pathologique»³⁸³.

Em estreita colaboração com o Professor J. António Serrano, Rodrigues realizou «(...) experiências sobre o tratamento do myxoedéma», sendo aclamado como «o segundo caso registado de Literatura Médica, mundial dois meses apenas, após o

³⁷⁹ AMARAL, *Ibidem*, p. 4.

³⁸⁰ *Idem*.

³⁸¹ *Idem*, *Ibidem*, p. 5.

³⁸² *Idem*.

³⁸³ *États de Service Travaux et Diplomes Scientifiques du Bettencourt Rodrigues de la Faculté de médecine de Paris Officier d'Académie (1882-1892)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 7.

primeiro, que foi feito por Lanelongue»³⁸⁴. Esta operação foi apresentada no Congrès de la Association française pour le avancement des Sciences, realizado em Limoges em 1890³⁸⁵, com o título «Un cas de myxoedème traite par la greffe hypodermique du corps thyroïde d'un mouton»³⁸⁶. No decurso destes meses, anunciou-se n'A *Medicina Contemporânea*, a fundação de uma Policlínica na capital lisboeta, por personalidades destacadas no meio médico, entre os quais se encontrava Bettencourt Rodrigues³⁸⁷, não obstante o «carácter gratuito» da mesma «e em casa própria, longe dos hospitais»³⁸⁸. Para Rodrigues, a vida parecia-lhe ir *de vento em popa*. Foi, ainda, eleito sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa a 14 de Maio de 1891³⁸⁹.

A propósito da participação do nosso Psiquiatra em revistas e periódicos, neste período, sublinhe-se a sua colaboração na Revista *Medicina Contemporânea*³⁹⁰ – revista com publicação semanal entre a 7 de Janeiro de 1883 e Dezembro de 1874 (já mensalmente)³⁹¹ – com artigos da sua especialidade; assim como n'*O Século*, com recurso a crónicas científicas³⁹².

António Maria contraiu matrimónio com uma senhora francesa – o que era interpretado pelos franceses como uma sincera manifestação dos sentimentos francófilos de Bettencourt³⁹³ – Eugénie Cordélie de Bettencourt Rodrigues, nascendo uma filha deste casamento, a única que Bettencourt Rodrigues teria: chamaram-lhe Teresa de Bettencourt Rodrigues³⁹⁴. A família recém-constituída, residia nesta época em Lisboa, na Rua Castilho, n.º 12, 2º andar; estávamos a 28 de Agosto de 1891 quando Bernardino Machado recebeu, por escrito, a participação do nascimento de Teresa³⁹⁵.

³⁸⁴ AMARAL, *Ibidem*, pp. 5-6.

³⁸⁵ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Médicos e Medicina...*, pp. 44-45.

³⁸⁶ Nota de rodapé 1, in *Idem*, *Ibidem*, p. 45.

³⁸⁷ «Policlínica em Lisboa». In *A Medicina Contemporânea*, nº 50, 1890, Lisboa, p. 401. – Vide, PEREIRA, *Ibidem*, p. 111.

³⁸⁸ PEREIRA, *Ibidem*.

³⁸⁹ *Idem*.

³⁹⁰ *Idem*, *Ibidem*, p. 5.

³⁹¹ MONTEIRO, JMM, «A *Medicina Contemporânea*» - um caso emblemático da imprensa médica portuguesa, [s. d], Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, p. 2.

³⁹² FERNANDES, *Ibidem*, p. 7.

³⁹³ *Bulletin de Propagande Française*, N.º 2, 3.º Ano, 1 de Dezembro de 1918, p. 38.

³⁹⁴ Casou com o Dr. Afonso Rodrigues Pereira e passou a chamar-se D. Teresa de Bettencourt Rodrigues Pereira. – Vide, *O Século*, *Ibidem*; estamos em crer que fosse Teresa Eugénia de Bettencourt Rodrigues Pereira, casada a 6 de Julho de 1922, sem deixar descendência. – Vide, Dr. Afonso Rodrigues Pereira. In Agrupamento de Escolas da Lourinhã, *sítio* [última visualização 25 de Junho de 2018]: <https://www.aelourinha.pt/agrupamento/historia/patronos?start=1>

³⁹⁵ Carta remetida por António Maria de Bettencourt Rodrigues e Eugénie Cordélie Bettencourt Rodrigues a Bernardino Machado sobre o nascimento de uma filha, 28 de Agosto de 1891. DBG - Documentos

Meses antes, em sessão da Sociedade das Ciências Médicas, de 17 de Janeiro de 1891, Rodrigues expressava consternação com a morte de António Maria de Sena³⁹⁶, cuja perpetuação da obra respeitante aos cuidados hospitalares de doentes psiquiátricos era crucial. Revelava extensa preocupação com o paradeiro dos dinheiros destinados pelo Parlamento à causa em apreço, a qual constituía matéria agreste para Bettencourt Rodrigues que não se fazia de rogado perante a situação a que a assistência hospitalar psiquiátrica estava votada; usou da voz solicitando que a referida Sociedade se dirigisse ao Executivo da seguinte forma: «Extingiram-se Conventos de Évora, das Francezinhas, das Albertas e, ainda ultimamente o de S. Bento de Viana do Castelo, metade destes bens pertencem aos alienados. Cada comprante paga 500 reis para os alienados, parte do imposto de selo e dos breves de dispensa para casamentos entre parentes pertencem-lhes por Lei».

Note-se, aquando das comemorações do centenário do seu nascimento, Bettencourt Rodrigues foi considerado um dos precursores da Lei 2.006 de 1945, assinada por Trigo de Negreiros, a qual «(...) previa a criação de serviços extra-hospitalares de Psiquiatria cujas estruturas operatórias eram os três Dispensatórios Centrais de Higiene e Profilaxia Mental de Lisboa, Coimbra e Porto, dispondo cada um deles de diversas equipas ambulatoriais (um ou mais médicos, um enfermeiro/a e motorista) que de deslocavam com regularidade para fazerem consultas externas de psiquiatria nos distritos que lhe competiam de acordo com as modalidades de distribuição da responsabilidade territorial definida pela Lei». Cumpre-nos salientar a natureza das suas ideias – *à frente do seu tempo* –, num país em que a psiquiatria estava longe, em finais do século XIX, de ser aceite enquanto parte integrante da Medicina com tratamentos específicos e metodologias próprias para o seu estudo e diploma; antes era encarada como algo que não *apetecia* tratar nem tão pouco se enquadrava na sociedade.

Então com 37 anos, Bettencourt Rodrigues observava o malogro das expectativas acalentadas sobre o tratamento clínico e investigação científica em psiquiatria; apesar dos seus esforços para a adequação do Hospital de Rilhafoles e para o recrutamento de médicos através de concurso aberto, na já mencionada sessão de 17 de Janeiro de 1891 da Sociedade de Ciências Médicas, o Psiquiatra declarava o fim do Curso Livre no

Bernardino Machado: (1891), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_100844 (2018-6-22)

³⁹⁶ Nota sobre a hospitalização dos alienados das Actas da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa de 17 de Janeiro de 1891. In *A Medicina Contemporanea*, nº 8, 1891, Lisboa, p. 61. – Vide, Idem, *Ibidem*.

conhecido *Manicómio de Lisboa* (Rilhafoles). Cancelava igualmente «(...) a programada actividade na Consulta e no laboratório de anatomia patológica»³⁹⁷. A decisão era consequência das diligências frustradas para organizar uma comissão gratuita para trabalhar em Rilhafoles³⁹⁸, melindrando-se com a pronta resposta da Administração do Hospital: se a ideia do trabalho gracioso parecia-lhes assombrosa, a mesma administração encontrava-se preocupada com as posições dos médicos mais antigos do hospital, embora os mesmos nada percebessem de psiquiatria³⁹⁹. Rodrigues via o *cercos apertar-se à sua volta*.

A 4 de Abril de 1891, em sessão da Sociedade das Ciências Médicas, o psiquiatra advogava o sistema de concurso para o preenchimento das vagas no Hospital em que servia. Não poupava críticas na análise da condição do Hospital de São José onde, nas suas palavras, escasseava a «classificação moderna»: registava com lástima a inexistência de autópsias de electroterapia e de hidroterapia⁴⁰⁰. A propósito do concurso requerido por Bettencourt Rodrigues, concretizava-se a nomeação de um júri⁴⁰¹. No entanto, em Janeiro de 1892 o executivo via-se obrigado a reformular a sua composição, na sequência de um escândalo financeiro causado pelas opções de investimento do ministro das Finanças Mariano de Carvalho⁴⁰². D. Carlos convidava Dias Ferreira para ocupar a pasta vacante⁴⁰³, aquando da formação do novo Governo. O cargo de director do Hospital de Rilhafoles – entretanto sujeito a concurso –, foi atribuído a Miguel Bombarda, sem qualquer processo concursal devido. A estranheza apurava-se para Bettencourt Rodrigues na medida em que o rei havia procurado solucionar as questões internas do país «fora dos quadros partidários»⁴⁰⁴, acentuando-se o carácter reformista e anti-conservador das personalidades do novo Executivo⁴⁰⁵. Se, para Rodrigues «toutes les garanties d’une bonne sélection étaient ainsi complètement établies», a chegada de Dias Ferreira

³⁹⁷ PEREIRA, *Ibidem*, p. 112.

³⁹⁸ Acta da Sessão de 17 de Janeiro de 1891. In *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, pp. 296-300. – Vide, Idem, *Ibidem*.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Sessão da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa de 4 de Abril de 1891 sobre a Discussão do parecer sobre a questão de hospitalização de alienados. In *A Medicina Contemporanea*, nº 18, Lisboa, pp. 139-140.

⁴⁰¹ *États de Service Travaux et Diplomes Scientifiques du Bettencourt Rodrigues de la Faculté de médecine de Paris Officier d’Académie (1882-1892)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 6.

⁴⁰² PROENÇA, Maria Cândida; Manique, António Pedro, *Da reconciliação à queda da monarquia*, in REIS, António (dirç.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, p. 462.

⁴⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 463.

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ Idem.

representava, para o nosso biografado, um retrocesso incompreensível em face da nomeação «sans concours, médecin, directeur d'un asile d'aliénés, non pas un aliéniste de profession, mais un chirurgien des hôpitaux»⁴⁰⁶.

Em 1891, o Autor era candidato à vereação municipal de Lisboa⁴⁰⁷; nesse ano colaborava com Teófilo Braga, Magalhães Lima, Homem Christo, Bernardino Pinheiro, Azevedo e Silva e Manuel de Arriaga, na redacção do Manifesto-Programa do Partido Republicano vigente até à República⁴⁰⁸.

Face aos acontecimentos, António Maria de Bettencourt Rodrigues publicou, em 1892, *États de Service: Travaux et Diplomes Scientifiques du Dr. Bettencourt Rodrigues. (1882-1892)* – que supracitamos –, como forma de evidenciar a acérrima contestação ao ministério de Dias Ferreira⁴⁰⁹. De resto, o Psiquiatra e *Republicano* fazia questão de anexar os seus certificados profissionais aos escritos que dava à Companhia Nacional Editora para divulgação, enfatizando as palavras de Benjamin Ball sobre a aptidão do Autor para dirigir um hospital com fins psiquiátricos.

Preterido no concurso para a vaga de director do Hospital de Rilhafoles, em 1892⁴¹⁰, Bettencourt Rodrigues abandonou Portugal. No entanto, a causa do afastamento explicava-se também por motivações políticas subjacentes à afirmação manifesta do ideário republicano⁴¹¹ num período em que o regime monárquico asseverava cautelas face ao movimento republicano intensificado com o *Ultimatum britânico*. Bettencourt Rodrigues integrou a Comissão Nacional de Protesto, em 1890⁴¹², e, indignado, requereu o passaporte ao Governo Civil de Lisboa para viajar com a sua mulher Eugénie de Bettencourt Rodrigues e a sua filha Teresa até ao Rio de Janeiro⁴¹³.

O Republicano tinha, então, nessa época, 38 anos quando partiu de Portugal em busca de um Brasil desconhecido⁴¹⁴. Anos mais tarde, em 1922, ao redigir a sua obra *Médicos e Medicina, factos e comentários*, prevalecia um travo amargo sobre a saída de

⁴⁰⁶ *États de Service Travaux et Diplomes Scientifiques du Dr. Bettencourt Rodrigues de la Faculté de médecine de Paris Officier d'Académie (1882-1892)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 6.

⁴⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, N.º 11613, 29 de Outubro de 1910, p. 3.

⁴⁰⁸ *Idem*.

⁴⁰⁹ PEREIRA, *Ibidem*.

⁴¹⁰ AMARAL, *Ibidem*, p. 6.

⁴¹¹ *O Século*, *Ibidem*.

⁴¹² *O Estado de S. Paulo*, N.º 11613, 29 de Outubro de 1910, p. 3.

⁴¹³ *Processo de Requerimento de Passaporte de António Maria Bettencourt Rodrigues*, in Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Cx. 25, doc. 47.

⁴¹⁴ *Idem*.

Portugal⁴¹⁵. Descrevia o processo de adaptação a uma realidade nova: à chegada, ficara hospedado no Hotel de França⁴¹⁶, então dirigido pelo amigo Guilherme Lebeis⁴¹⁷. Nesse recanto aguardou ser procurado para realizar consultas⁴¹⁸, sem sequer ter tido contacto com colegas do mesmo ofício em S. Paulo⁴¹⁹. Tal sucedeu alguns meses volvidos, quando Mathias Valladão o convidou, por bilhete, para participar numa conferência, na companhia de Evaristo da Veiga e Oliveira Fausto – Rodrigues era o mais velho, logo o último a pronunciar-se na palestra como era da «praxe em deontologia»⁴²⁰ – «junto de um seu doente em estado grave»⁴²¹, o qual daria que falar na Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo⁴²² e ficaria aos cuidados de Bettencourt Rodrigues⁴²³. O que restou nas recordações sobre o entusiasmo experimentado de Bettencourt Rodrigues em função do convite ficou gravado nas memórias do Autor⁴²⁴. A amizade íntima que travou com Mathias Valladão fazia-o, décadas passadas, falar no amigo e colega com a saudade que o caracterizava⁴²⁵.

No Brasil viveu «vinte annos dos mais felizes da sua vida»⁴²⁶, exercendo a sua profissão⁴²⁷. Em Setembro de 1893⁴²⁸ inscrevia a sua carteira profissional no Brasil. Nas memórias, Bettencourt Rodrigues revelava ter residido no «antigo largo da Pólvora»⁴²⁹, mudando-se mais tarde – depois de «um bom par de anos em S. Paulo»⁴³⁰ – para a Rua da Liberdade⁴³¹, n.º 33, dando consultas na Rua 15 de Novembro, 22⁴³², entre o meio-dia e

⁴¹⁵ «Tendo eu deixado o meu paiz, não em busca de fortuna ou por espírito de aventura, mas por conhecidos motivos que não vêm agora ao caso relembrar (...)» - Vide, BETTENCOURT-RODRIGUES, *Médicos e Medicina, factos e comentários*, p. 189.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 189-190.

⁴¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 190.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 191.

⁴²¹ Idem, *Ibidem*, p. 190.

⁴²² Idem.

⁴²³ Idem, *Ibidem*, p. 191.

⁴²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 190.

⁴²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 191.

⁴²⁶ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Prováveis Allianças e Agrupamentos de Nações. Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923, p. 10.

⁴²⁷ *O Século*, *Ibidem*; BETTENCOURT-RODRIGUES, *Uma Confederação Luso-brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923.

⁴²⁸ PEREIRA, *Ibidem*, p. 113.

⁴²⁹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Por Estradas e Atalhos*, p. 163.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Idem.

⁴³² *O Estado de S. Paulo*, N.º 7184, 31 de Julho de 1898, p. 2.

as 2h⁴³³. Esta mudança causava atribulações ao nosso biografado, desconhecedor da fama de «assombrada»⁴³⁴ da casa escolhida para habitar. Tal resolvia-se uma vez identificado o agente causador das manifestações inexplicáveis: um mero morcego⁴³⁵.

Durante 20 anos exerceu a prática clínica, sendo o fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo⁴³⁶. Entre colegas e amigos, reunidos em banquete com menus que variavam de mês a mês⁴³⁷, surgiu a ideia de uma policlínica na cidade paulista⁴³⁸.

Durante a estada brasileira, Bettencourt Rodrigues nunca aceitou convites de Lisboa para deixar a terra de além-Atlântico que tão bem o recebera; Brito Camacho, seu amigo íntimo⁴³⁹, aguardava-o e acalentava a esperança de o ver ocupar «um lugar activo na política republicana»⁴⁴⁰. Contudo, as opções políticas do Autor expressavam-se na terra de adopção: «republicano de convicções inabaláveis e de atitudes desassombradas dá um grande impulso ao Centro Republicano Português de S. Paulo no Brasil»⁴⁴¹. Enfatize-se, a saída de Portugal rumo a terras de Vera Cruz assinalava um momento de transição na vida de Bettencourt Rodrigues: aos poucos, iniciava a sua carreira política e diplomática.

Em inícios da terceira semana de Maio de 1899, Bettencourt Rodrigues deixou o Brasil rumo à Europa⁴⁴². O jornal *O Estado de S. Paulo*, de dia 11 de Maio desse ano, não esclarecia o destino específico. Alguns médicos e amigos do nosso biografado – Cerqueira César, Carlos Botelho, Eduardo Cunha Cauto, Turk e Daniel de Abreu, Pereira Barretto, Adolfo Gad, Bernardino de Abreu (Vice-Cônsul Português), Victor Freire, Júlio Mesquita, Mathias Valladão, Viriato Brandão, Luiz Lourenço, Augusto Barjona, Saldanha, Miranda Azevedo, Almeida Netto, Bourroul e Riskallah (Eulalio da Costa Carvalho, Álvaro de Carvalho e Oliveira Fausto escusavam-se «por motivos de força maior»)⁴⁴³ – ofereceram-lhe um jantar no Salão Rotisserie Sportsman, elogiando o

⁴³³ *O Estado de S. Paulo*, N.º 8692, 15 de Setembro de 1902, p. 2.

⁴³⁴ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*.

⁴³⁵ *Idem*, *Ibidem*, pp. 161-167.

⁴³⁶ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Médicos e Medicina, factos e comentários*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1922, p. 212.

⁴³⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 213.

⁴³⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 214.

⁴³⁹ *O Século*, *Ibidem*.

⁴⁴⁰ *O Século*, *Ibidem*.

⁴⁴¹ AMARAL, *Ibidem*, p. 7.

⁴⁴² *O Estado de S. Paulo*, N.º 7476, 11 de Maio de 1899, p. 2.

⁴⁴³ *Idem*.

brilhanismo intelectual e o «fino cavalheirismo», nas palavras de Pereira Barretto. Eduardo Prado, por carta, uma vez que não pudera estar presente, desejava-lhe através da voz José Maria Bourroul, que a viagem fosse próspera «mas não muito longa a ausência»⁴⁴⁴.

A 30 de Janeiro de 1900, Bettencourt Rodrigues redigia um artigo para *O Estado de S. Paulo*, intitulado «A tuberculose em Portugal», publicado a 4 de Março⁴⁴⁵. Bettencourt encontrava-se por esses dias em Portugal, referindo-se aos centros de Lisboa e Porto com conhecimento próximo fruto de observação directa⁴⁴⁶. Dava conta das medidas promovidas contra a doença, entre as quais a primeira conferência de propaganda realizada no Teatro de D. Maria, as quais apelidava de «desveladas iniciativas»⁴⁴⁷. Observava que os géneros de consumo dos pobres estavam monopolizados «pela avidez gananciosa de meia dúzia de exploradores», motivo pelo qual não podia «haver hygiene» onde faltava «o pão»⁴⁴⁸. A análise dos preços do bacalhau, do arroz, do café, do feijão, da carne de vaca, do pão, das galinhas e dos ovos permitiam-lhe atestar a elevação dos preços em Lisboa, face à realidade brasileira, concluindo que Lisboa era então uma das cidades mais caras da Europa. Segundo afirmava, nos últimos 15 anos, o preço dos géneros alimentares aumentou em 30% na capital, sem correspondente tendência dos salários. Este cenário de miséria era ambiente propício à instalação e alastramento da tísica «no proletariado e na indigência»⁴⁴⁹.

A 9 de Junho de 1901, Bettencourt era nomeado vice-presidente da Sociedade de Medicina Legal de Nova Iorque⁴⁵⁰, o «primeiro instituto de medicina judiciária dos Estados Unidos, onde, de resto, figuravam nomes de ilustres médicos internacionais: o brasileiro Nina Rodrigues, o austríaco Krafft Ebing, o italiano Eurico Ferri, o alemão Lachr, o francês Victor Parant, o russo Miezzejewski, o belga Jules Morel, o dinamarquês Godeken, o espanhol Taladriz, e o inglês Ireland»⁴⁵¹», aos quais acrescia o psiquiatra português. Em Abril de 1903, Bettencourt Rodrigues aconselhou o tratamento da febre

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, N.º 7772, 4 de Março de 1900, XXIV Ano, p. 1.

⁴⁴⁶ Idem.

⁴⁴⁷ Idem.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ *O Benaventense*, N.º 184, 9 de Junho de 1901, IV Ano, p. 1.

⁴⁵¹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Tratamento da Febre Amarella pelas Injecções de Sôro Anti-Ophidico (anti-bothropico e anti-crotalico) pelo Dr. Bettencourt-Rodrigues. Notas e Observações Clínicas*, Escola Typographica Salesiana, São Paulo, 1904.

amarela através da injeção de soro antiofídico; uma vez sentidos os seus efeitos benéficos no Rio de Janeiro, no Ribeirão Preto e em São Paulo, onde a experiência se havia efectuado. Em Março de 1904⁴⁵², Rodrigues dava à Escola Typographica Salesiana, o *Tratamento da Febre Amarella pelas Injecções de Sôro Anti-Ophidico* que ocupava o seu pensamento, para publicação. Cinco anos volvidos, Bettencourt Rodrigues publicava *Os sentidos e a emoção em alguns poetas portugueses e brasileiros*, discurso proferido no Salão Steinway, em São Paulo, a convite expresso «(...) por um grupo de distintas damas paulistas (...) em beneficio de uma benemérita instituição – o Vestiário dos tuberculosos»⁴⁵³.

No início de Novecentos Bettencourt Rodrigues manifestava laivos de preocupação enquadrados no conceito oitocentista do *luso-brasileirismo* – em que subjazia a expectativa de se «(...) otimizar o relacionamento entre dois estados independentes»⁴⁵⁴, constituído em movimento político, social e posteriormente económico. Nos primórdios do séc. XX, o conceito passou a integrar um discurso hábil, uma vez que «(...) a fraternidade luso-brasileira passou a ser disputada (...) entre monárquicos e republicanos»⁴⁵⁵. Tal rivalidade permite-nos enformar as acções de Bettencourt Rodrigues na esteira das preocupações do movimento republicano português, empenhado na mudança de regime muito embora se encontrasse no Brasil – que se *havia feito* República.

A 13 de Julho de 1909, n' *O Estado de S. Paulo* redigiam-se linhas sobre a deslocação de estudantes franceses ao Brasil, a sua recepção e acolhimento pelos confrades de terras de Vera Cruz e pelos representantes do governo. Divulgava-se a participação de Bettencourt no projecto, o qual acompanhava Jacques Dupas – cônsul francês – na visita aos secretários de Estado para manifestar a sua consideração pelo desenvolvimento da capital brasileira e agradecer a recepção no dia anterior⁴⁵⁶. António de Bettencourt Rodrigues secundou os visitantes na deslocação à sede da Comissão

⁴⁵² Idem, *Ibidem*, p. 5.

⁴⁵³ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Os sentidos e a emoção em alguns poetas portugueses e brasileiros*, A. M. Teixeira, Lisboa, 1909.

⁴⁵⁴ CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues; SARMENTO, Cristina Montalvão (eds.), *Tratados do Atlântico Sul – Portugal-Brasil, 1825-2000*, Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série A, Europress, Lisboa, 2006, p.14.

⁴⁵⁵ SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da, *O Espelho Fraternal: O Brasil no discurso do republicanismo português (c. 1889 – c. 1914)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Orientação Prof. Dr. Rui Ramos, Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (UL, ISCTE, UCP, UE), 2012, p. 134.

⁴⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, N.º 11172, 13 de Julho de 1909, p. 3.

Executiva do Congresso Brasileiro de Estudantes, apresentando-os; Leonidas Garcia Rosa, presidente da Comissão agradecia a visita. À noite conduzia os delegados da juventude francesa à redacção d'*O Estado de S. Paulo*⁴⁵⁷. No dia da publicação da notícia o programa de actividades dos visitantes brasileiros incluía a visita à Santa Casa da Misericórdia e ao Instituto Pasteur, para cuja fundação havia contribuído o médico português. Previa ainda a deslocação ao Centro Académico Onze de Agosto; volvidos dois dias, as romagens dos estudantes franceses compunham-se de Escolas brasileiras de diferentes áreas de especialização. No dia 14 deveria ser instalado o Congresso Brasileiro de Estudantes, do qual se publicava o seu regimento no referido artigo⁴⁵⁸.

Bettencourt mantinha correspondência com personalidades como Teófilo Braga; em carta remetida de São Paulo, de 11 de Outubro de 1909, expressava agradecimento pela sua eleição à Academia das Ciências⁴⁵⁹. Por esses tempos, ocupava-se com a clínica paulista e com a publicação de alguns trabalhos enviava a Teófilo na mesma carta – sobre o tratamento da febre amarela que dizia já ter «salvo bastantes vidas». A conferência no Salão Steinway não ficava aquém da troca de impressões entre os republicanos «que mais desenvolvido poderia ser interessante» nas palavras de Rodrigues⁴⁶⁰. Empenhado na leitura de *História da Literatura Portuguesa na Idade Media*, Rodrigues revelava ter «colhido alguns elementos para uma conferência» que iria realizar em S. Paulo «a pedido de patrícios nossos e em benefício de uma sociedade beneficente portuguesa»⁴⁶¹. «Modesto» nos propósitos, este trabalho possuía o intuito de «mostrar a quem de Portugal só conhece a epopeia das navegações e conquistas, que, em todas as ephocas, desde os humanitas da idade media até aos nossos dias tem havido no estrangeiro letrados, philosophos e cientistas que tem honrado o nome portuguez»⁴⁶². No final da missiva, Bettencourt Rodrigues revelava-se ansioso pelo «próximo mez de abril para uma visita á querida Patria, de que já ando bem saudoso»⁴⁶³.

A 10 de Abril de 1910, *A Lucta* informava a partida do nosso republicano de Santos «com destino a Lisboa» no dia 5 desse mês, com chegada prevista a dia 20 «a

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Teófilo Braga. São Paulo, 11 de Outubro de 1909. In Espólio de Teófilo Braga, Ibidem. Cota: MPR/APTB/CX159/072.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Idem.

bordo do *Aragão*⁴⁶⁴. A notícia vinha enquadrada pelo elogio pronto do «homem de sciencia» que «fugiu» de Portugal 17 anos antes, período de ausência quebrado uma única vez para *ver* os portugueses à terra *deles*. Enfatizava-se a participação de Rodrigues na Junta Consultiva do Partido Republicano – eleita no Congresso de Lisboa realizado nos dias 4, 5 e 6 de Janeiro de 1891, na sede da Associação Escolar Fernandes Tomás, composta por Latino Coelho, Elias Garcia, Rodrigues de Freitas, Sousa Brandão, Teixeira de Queirós e Consiglieri Pedroso⁴⁶⁵ – e frisava-se que não havia «fugido, para ganhar a vida, para o Brazil», encontrar-se-ia, naquele momento num «logar eminente» entre os republicanos portugueses⁴⁶⁶. A notícia olvidava as causas determinantes da decisão do republicano de longa data a deixar Portugal e a rumar ao Brasil.

No dia 24 de Abril de 1910, segundo *A Lucta*, Bettencourt Rodrigues achava-se na capital portuguesa⁴⁶⁷, tendo visitado a redacção do jornal afecto aos *camachistas*. O periódico fazia menção às preocupações do nosso biografado, «empenhado na solução d'um problema» de sobejo interesse aos republicanos portugueses⁴⁶⁸. António Maria manteve-se próximo do Grupo da Lucta por mais duas semanas antes de partir. Ao fazê-lo, deixou um cartão ao seu «mestre»⁴⁶⁹, com «um affectuoso abraço de despedida» dirigido a Teófilo Braga, datado de 4 de Maio de 1910⁴⁷⁰. Uma vez mais, cinco meses antes da implantação da República, Rodrigues saía do país. Não tendo conseguido um momento livre, como se o tempo lhe *fugisse*, só voltaria a escrever a Braga no dia 21 de Julho de 1910, após a chegada a Paris⁴⁷¹.

António de Bettencourt Rodrigues foi levado até à capital francesa com o propósito de negociar a criação de um curso de literatura portuguesa na Sorbonne com o «Groupment des Universités»⁴⁷². A temática era aludida na carta a Teófilo: «Não lhe escrevo de Paris insistindo no pedido que lhe fiz de Lisboa, porque a gente da Sorbonne,

⁴⁶⁴ *A Lucta*, N.º 1544, 10 de Abril de 1910, p. 1.

⁴⁶⁵ LEAL, Ernesto Castro, *A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)*, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 27, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, p. 255.

⁴⁶⁶ *A Lucta*, *Ibidem*.

⁴⁶⁷ *A Lucta*, N.º 1561, 24 de Abril de 1924, p. 1.

⁴⁶⁸ *Idem*.

⁴⁶⁹ Cartão de despedida de Bettencourt Rodrigues dirigido a Teófilo Braga. 4 de Maio de 1910. In Espólio de Teófilo Braga, *Ibidem*. Cota:

⁴⁷⁰ *Idem*.

⁴⁷¹ Carta de Bettencourt Rodrigues a Teófilo Braga. Paris, 21 de Julho de 1910. In Espólio de Teófilo Braga, *Ibidem*. Cota: T.B. – 4012.

⁴⁷² *Idem*.

por enquanto, só aceita a criação de um curso puramente brasileiro»⁴⁷³. Sublinhava ao destinatário que o agrupamento tinha «em vista a aproximação intelectual com a América Latina»⁴⁷⁴, apesar do esforço reiterado do nosso biografado em enfatizar a pertinência em conhecer as raízes da literatura brasileira, ou seja a «literatura portuguesa»⁴⁷⁵. O curso em apreço – ao qual João de Barros fez referência na *Atlantida*⁴⁷⁶ na linha da estreiteza dos laços entre brasileiros e franceses, inclusive com a «exposição de arte francesa em S. Paulo» e com a visitas de estudantes e professores de França ao Brasil, iniciativa de grande interesse e contributo de Bettencourt Rodrigues dando espaço a «(...) uma tão útil propaganda da nação fraterna em toda a Europa»⁴⁷⁷ – seria entregue exclusivamente a docentes brasileiros. Rodrigues demonstrava algum alento nas linhas endereçadas a Teófilo Braga, justificado pelo destinatário do curso – o Brasil – mas também pela possibilidade de Portugal enviar «anualmente» um professor à Sorbonne com o intuito de promover um curso livre de literatura portuguesa⁴⁷⁸. Bettencourt prometia desenvolver os seus escritos nesta matéria logo que regressasse ao Brasil⁴⁷⁹, na certeza de que a iniciativa em apreço era «ideia» que não devia ser «abandonada»⁴⁸⁰.

No dia seguinte, António Rodrigues embarcou com a família para terras de Vera Cruz, com a previsão de chegada a São Paulo a 9 de Agosto de 1910⁴⁸¹. Na esteira das palavras de Luís Bigotte Chorão, aquando da proclamação da República Portuguesa, ficara «empenhado da política de cultos do Governo Provisório»⁴⁸², o que não pretende significar, todavia, a sua aceitação do cargo que lhe era oferecido.

De regresso ao Brasil, deu uma conferência sobre *A República Portuguesa*, no Salão do Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro, publicada em 1911⁴⁸³. Sobre a carta prometida a Teófilo Braga, com vista à criação de um curso livre de literatura portuguesa,

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ Idem.

⁴⁷⁵ Idem.

⁴⁷⁶ BARROS, João de; RIO, João do (eds.), *Uma ideia a defender: A Confederação Luso-Brasileira. Será possível uma nova e grande Lusitânia?*, in *Atlantida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*, N.º 20, Ano II, 15 de Junho de 1917, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, p. 659.

⁴⁷⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 659-660.

⁴⁷⁸ Carta de Bettencourt Rodrigues a Teófilo Braga. Paris, 21 de Julho de 1910. In Espólio de Teófilo Braga, *Ibidem*. Cota: T.B. – 4012.

⁴⁷⁹ Idem.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Idem.

⁴⁸² CHORÃO, Luís Bigotte, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Sextante Editora, 1.ª Edição, Lisboa, 2009, p. 692.

⁴⁸³ BETTENCOURT-RODRIGUES, *A República Portuguesa*, Livraria Clássica Editora, 1911.

nada mais se conhece. Escrever-lhe-ia, porém, a 26 de Setembro de 1911 para lhe prestar condolências pelo falecimento da sua mulher; continuava, na época, na cidade paulista⁴⁸⁴. Neste período, o Centro Republicano Português de S. Paulo, dinamizado por Bettencourt, realizava um ciclo de conferências sobre a República Portuguesa no Instituto Histórico e Geográfico⁴⁸⁵. A 24 de Agosto de 1911, Rodrigues dissertava sobre *A Pátria e o Povo Português* tendo sido recebido calorosamente pelo som das palmas; no final, era premiado por um bouquet composto por fitas das cores da República Portuguesa, uma oferta da Directoria do Centro Republicano⁴⁸⁶. O discurso foi publicado em 1912 pela Livraria Clássica Editora⁴⁸⁷.

A evocação do primeiro aniversário da República Portuguesa levava Bettencourt Rodrigues ao Consulado Português do Brasil, no dia 6 de Outubro de 1911; mais tarde, dirigia-se ao Teatro Polytheama para a sessão solene dedicada à República Lusa, sentando-se numa das cadeiras colocadas no palco⁴⁸⁸. O Centro Académico agradecia ao Republicano o empenho na aproximação «das mocidades do Brasil e Portugal», propondo-se o lançamento na acta de um voto de simpatia a gratidão ao Biografado⁴⁸⁹. As comemorações continuavam no dia seguinte⁴⁹⁰.

A 2 de Março de 1912, *O Estado de S. Paulo* noticiava «O Brasil da Sorbonne»⁴⁹¹; o periódico publicava na íntegra uma carta dirigida por Bettencourt Rodrigues ao *Jornal do Commercio*, enquanto Presidente da União Escolar Franco-Paulista⁴⁹². Referia-se à cadeira de estudos brasileiros na Universidade de Paris, então ministrada por Arrojado Lisboa – anteriormente por Oliveira Lima – como a propaganda que até àquele momento mais havia contribuído para a difusão do Brasil no estrangeiro⁴⁹³. Contudo, advertia, que esta cadeira – inaugurada em Março de 1911 – não resultava da iniciativa do Governo Francês, antes dos esforços da União Escolar a que presidia, por iniciativa própria, com o apoio do governo brasileiro⁴⁹⁴.

⁴⁸⁴ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Teófilo Braga. São Paulo, 26 de Setembro de 1911. In Espólio de Teófilo Braga, *Ibidem*. Cota: T.B. – 4014.

⁴⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 25 de Agosto de 1911, p. 5.

⁴⁸⁶ *Idem*.

⁴⁸⁷ BETTENCOURT-RODRIGUES, *A Pátria e o Povo Português*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1912.

⁴⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, N.º 11983, 6 de Outubro de 1911, p. 5.

⁴⁸⁹ *Idem*.

⁴⁹⁰ *Idem*.

⁴⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, N.º 12129, 2 de Março de 1912, p. 2.

⁴⁹² *Idem*.

⁴⁹³ *Idem*.

⁴⁹⁴ *Idem*.

A 5 de Abril, no encerramento do ciclo de conferências de G. Dumas que decorriam na Escola Normal, promovidas pela União Escolar Franco-Paulista, Bettencourt Rodrigues auspiciava a deslocação do Professor Divruie em Abril do ano seguinte para «uma série de conferências sobre transportes»⁴⁹⁵.

Conforme afirmam vários autores⁴⁹⁶, António Maria de Bettencourt Rodrigues regressou a Portugal em 1913. A 13 de Março, proferiu uma conferência no Centro da União Republicana, publicada com o título *O Brasil e suas relações em Portugal*, no jornal diário *O Estado de São Paulo*⁴⁹⁷, a 7 de Abril. A referida conferência dava conta do ideal republicano florescido no Autor durante a estada brasileira: a república presidencial federativa. De acordo com a tipologia de Bettencourt Rodrigues, existiam três tipos de repúblicas: o modelo norte-americano, o modelo brasileiro e o português, este último essencialmente parlamentar. Bettencourt Rodrigues relacionava o desenvolvimento obtido pelo Brasil desde 5 de Novembro de 1889 graças ao sistema presidencialista. Este era caracterizado pela estrutura institucional de poderes tripartidos – Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judicial, «harmónicos e independentes entre si»⁴⁹⁸, uma arquitectura encimada pela eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República por sufrágio directo da nação «e maioria absoluta de votos»⁴⁹⁹. Rodrigues revelava-se conhecedor da Constituição Brasileira e dos amplos poderes, políticos e administrativos, atribuídos ao Presidente da República, à semelhança da República Francesa «apesar desta ser uma república parlamentar»⁵⁰⁰.

Bettencourt Rodrigues explanava os artigos respeitantes às competências do presidente brasileiro, rematando que nesta estrutura institucional «(...) não há ocasião essas famosas interpellações que muitas vezes não são mais do que simples torneios de rhetorica e em que quasi sempre perdem o melhor do seu tempo os parlamentos e os

⁴⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 5 de Novembro de 1912, p. 6.

⁴⁹⁶ LEAL, Ernesto Castro, *A ideia de Confederação Luso-brasileira nas primeiras décadas do século XX*, in *Revista de Estudos Filosóficos*, N.º 3, São João del' Rei, 2009, p. 236; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; ANDRADE, Luís; CASTRO, Zília de Castro, *Atlantida: a Invenção da Comunidade Luso-Brasileira*, Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2013, nota de rodapé 59, p. 50; AMARAL, Almeida, *Bettencourt Rodrigues. Um pioneiro de Assistência Psiquiátrica Portuguesa*, Separata dos Anais Portugueses de Psiquiatria, Volume VI, N.º 6, Dezembro de 1954, p. 7.

⁴⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 7 de Abril de 1913, pp. 2-3.

⁴⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 2.

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ Idem.

ministros»⁵⁰¹, deixando patente a sua opinião sobre a república que almejava para Portugal.

Uma das preocupações de Bettencourt sedeava-se na emigração portuguesa, justificada com o custo de vida no país, expondo os valores dos alimentos (trigo e bacalhau). A este propósito, António Maria contrapunha o exemplo do Partido Agrário de Itália, o qual entendia o aumento migratório passível de solucionar através do aumento dos salários dos trabalhadores rurais⁵⁰². Contudo, o Autor observava a emigração como um fenómeno de efeitos positivos ou não fossem os emigrantes «(...) empregados viajantes do nosso commercio e da nossa produção»⁵⁰³. O nosso biografado havia procedido à realização de inquéritos em casas bancárias durante os últimos meses de estada no Brasil, basilar para os cálculos sobre as transferências financeiras entre os dois países «em muito menos de trinta mil contos fortes o dinheiro enviado directamente para Portugal, no último ano de 1912»⁵⁰⁴. Assim, o Republicano equacionava o paralelo estabelecido entre os dinheiros e o movimento emigratório⁵⁰⁵.

Rodrigues perspectivava um projecto de navegação a constituir-se entre os portos portugueses e brasileiros, demonstrando a necessidade de um comércio luso-brasileiro para benefício de ambas as partes. Aludia enfático ao subsídio dado pelo Brasil às campanhas de navegação italianas, devido às inúmeras mercadorias – e portanto, lucro brasileiro – importadas por Itália de terras de Vera Cruz; os portugueses encontravam-se ausentes desse procedimento⁵⁰⁶. Concluía, Portugal desconhecia as exigências do mercado brasileiro, não organizava exposições naquele país para mostrar os seus produtos agrícolas, nem tão pouco enviava agentes capazes de divulgar Portugal no exterior em termos científicos, artísticos, comerciais. Não surpreendentemente, Bettencourt era crítico da representação consular «deficiente, incompleta e mal remunerada»⁵⁰⁷. O Autor lembrava os produtos nacionais disponíveis para exportação: as lãs da Covilhã e Alenquer, as loiças de Sacavém, a Vidraria da Marinha Grande, a ourivesaria do Porto e de Lisboa, vinhos, azeites, frutas, entre muitos outros⁵⁰⁸. Na visão *bettencourtiana*, na ausência de iniciativas adicionais e para que a Itália e Espanha não dominassem o

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ Idem.

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ Idem.

⁵⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁵⁰⁷ Idem.

⁵⁰⁸ Idem.

mercado de exportações do Brasil, Portugal dependia da iniciativa privada para compartilhar na civilização latina em ambos os lados do Atlântico,⁵⁰⁹.

Nesse ano, a 9 de Novembro, uma carta de Coimbra chegava às mãos de António José de Almeida⁵¹⁰; o seu conteúdo reportava-se aos nomes apresentados para as eleições administrativas e legislativas suplementares a realizar nesse mês⁵¹¹, nas quais os unionistas alcançavam menor votação do que os evolucionistas – quer na capital, quer no Porto⁵¹². Na segunda página dessa correspondência enviada apreciava-se uma referência expressa a Bettencourt Rodrigues, então pertencente ao núcleo central do partido de Brito Camacho⁵¹³: «Um unionista d’aqui, disse-me que o Camacho mantém as votações no Bettencourt Rodrigues»⁵¹⁴, perguntando seguidamente se não deveriam também os evolucionistas fazer figurar nas listas de Lisboa um nome dos seus⁵¹⁵. Estas eleições não eram indiferentes à imprensa estrangeira: a 18 de Novembro de 1913, o jornal francês *L’Homme Libre* noticiava as eleições complementares «à la Chambre portugaise»⁵¹⁶, para o preenchimento de «37 lugares da Câmara dos Deputados»⁵¹⁷; segundo caracterizava, o sufrágio constituiu um sucesso para o gabinete de Afonso Costa. Bettencourt Rodrigues não era esquecido na análise do periódico o qual divulgava o número de votos – 406, total ainda incompleto – obtido pelo candidato unionista⁵¹⁸.

Em 1914, Bettencourt Rodrigues conferenciou no Salão do Teatro Nacional, sobre *O Medo, sua expressão na Arte e na Poesia*. A 12 de Fevereiro deste ano, dirigiu uma carta a Bernardino Machado solicitando «uns curtos minutos de atenção»⁵¹⁹, atendendo

⁵⁰⁹ Idem.

⁵¹⁰ Carta dirigida a António José de Almeida. Coimbra, 9 de Novembro de 1913. In Espólio António José de Almeida, in Museu da Presidência da República. Cota: MPR/APAJA/CX78/doc.025/1,2,3.

⁵¹¹ SERRA, João B., *Os Poderes Locais: Administração e Política no 1.º Quartel do Século XX*, in OLIVEIRA, César (dircc.), *História dos Municípios e do Poder Local [Dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, Coleção Grandes Temas da Nossa História, Círculo de Leitores, [s. l.], 1996, p. 272.

⁵¹² *Eleições dos corpos administrativos. Domingo, 30 de Novembro de 1913*. In Arquivo e Biblioteca da Fundação Mário Soares. Disponível online no sítio [consultado a última vez em 3 de Julho de 2018]: <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=039084>

⁵¹³ LEAL, Ernesto Castro, *Programas e Partidos: o campo partidário republicano português 1910-1926*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008, p. 56.

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ *L’Homme Libre: Journal quotidien du matin*, N.º 198, 18 de Novembro de 1913, I Ano, p. 3.

⁵¹⁷ SERRA, *Ibidem*.

⁵¹⁸ *L’Homme Libre: Journal quotidien du matin*, N.º 198, 18 de Novembro de 1913, I Ano, p. 3.

⁵¹⁹ Idem.

ao objecto dos textos em preparação para *O Paiz* e para o *Estado de S. Paulo*⁵²⁰ (ambos imprensa brasileira). Observe-se a extensa colaboração de Bettencourt Rodrigues mantida neste último periódico; em Setembro de 1921, a participação assinalava 25 anos⁵²¹.

Em Maio de 1915, a família Bettencourt Rodrigues partia de Lisboa rumo a Paris, cidade em que António Maria assumia a função de Ministro de Portugal em França. Na estação do Rossio compareceram o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro do Fomento, o Ministro das Finanças e o Embaixador do Brasil em Lisboa para as despedidas⁵²². António de Bettencourt manteve sempre o contacto com o velho amigo e Presidente da República, Manuel de Arriaga, a quem deveu indicação para o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Paris⁵²³. Bettencourt Rodrigues foi nomeado por decreto de 5 de Abril de 1915⁵²⁴, durante o governo de Pimenta de Castro; confiança que Rodrigues imensamente lhe agradeceu⁵²⁵. Na carta dirigida a Arriaga, em 6 de Maio de 1915, do Hotel Mercedes, situado na Rue Presbourg⁵²⁶, Bettencourt justificava não ter escrito antes por pretender expor-lhe as «impressões sobre o acolhimento que teve, no mundo oficial francês, a minha nomeação»⁵²⁷. Tais percepções foram do seu conhecimento mesmo antes de se apresentar – provinham do pessoal superior do ministério dos Negócios Estrangeiros e do ministro Théophile Delcassé⁵²⁸, diplomata francês bem conhecido pelas concepções anti-germânicas e pelo desejo de formar alianças com a Grã-Bretanha e com a Rússia.

Rodrigues apresentara as credenciais ao presidente da República francesa, Raymond Poincaré, em 5 de Maio de 1915⁵²⁹ -, satisfazendo-se com a resposta obtida a qual descreveu como «(...) a mais lisonjeira para Portugal, para o seu governo e para o

⁵²⁰ Carta de António Maria de Bettencourt Rodrigues dirigida a Bernardino Machado, a 12 de Fevereiro de 1914. In DBG – Documentos Bernardino Machado: (1914), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08056.042> (2018-6-22).

⁵²¹ Dedicatória do Livro *Médicos e Medicina, factos e comentários* a Júlio de Mesquita (director d’*O Estado de S. Paulo*). – Vide, Bettencourt-Rodrigues, *Medicina e Médicos – factos e comentários*, p. 5.

⁵²² *O Estado de S. Paulo*, 6 de Maio de 1915, p. 3.

⁵²³ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Manuel de Arriaga. Paris, 6 de Maio de 1915. In MATOS, Sérgio Campos; FREITAS, Joana Gaspar (org.), *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, pp. 508-509.

⁵²⁴ *Anuário Diplomático e Consular Português, 1915*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, p. 157.

⁵²⁵ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Manuel de Arriaga. Paris, 6 de Maio de 1915. In Idem.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Idem.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ *L’Homme Libre: Journal quotidien du matin*, N.º 213, 6 de Maio de 1915, Ano XII, p. 2.

seu representante em Paris»⁵³⁰. O novel embaixador ressaltava «as alusões que muito insistentemente» o Presidente fizera à amizade de António Maria pela França, replicada pela simpatia dos parisienses e consolidada pelas acções de Bettencourt «(...) ao serviço da ideia francesa, no Brasil»⁵³¹. Rodrigues não olvidava as preocupações expressas pelo presidente da República Francesa sobre as relações luso-francesas: embora «sem participação militar na guerra, Portugal tem-se no entanto mostrado nosso amigo, e, como aliado da Inglaterra, nosso aliado também, prestando-nos de várias maneiras o seu concurso»⁵³², demonstração das «melhores referências a Portugal e ao seu governo»⁵³³.

Parecia-lhe «que o sentimento francês» tendia, por fim, a ser favorável aos interesses lusos, o que *confidencialmente* transmitiu a Arriaga⁵³⁴. Observava ainda a recepção positiva da imprensa francesa, patente nas «agradáveis referências» à nomeação de Bettencourt. Concluía: «(...) mas o que mais me sensibilizou foram as felicitações que me dirigiu, em nome da mocidade das Escolas, a Associação Geral dos Estudantes de Paris»⁵³⁵, na esteira do projecto acalentado ali e em terras brasileiras. Neste contexto, Bettencourt Rodrigues encontrava-se em posição privilegiada de «captar de vez as simpatias da França», o objectivo do Presidente da República Portuguesa⁵³⁶ e o propósito subjacente à nomeação de Bettencourt Rodrigues.

Volvidos alguns dias, o nosso biografado voltava a ser foco na imprensa periódica francesa. A 21 de Maio de 1915, o *Le Petit Parisien* divulgava uma nota redigida por Bettencourt Rodrigues⁵³⁷. Intitulada «La situation au Portugal»⁵³⁸, versava os boatos referidos em inúmeros jornais acerca da presença de navions de guerra espanhóis no Tejo «pendant l'insurrection portugaise»⁵³⁹; justificada tal presença por um movimento xenófobo incidente sobre as casas de cidadãos estrangeiros a culminar no assassinato de súbditos espanhóis⁵⁴⁰. Em réplica, o ministro português explicava que os navios de guerra enviados por Espanha, correspondiam ao «l'habituel exercice du droit de protection exercé par tous les pays envers ses nationaux, même lorsqu'il s'agit d'une nation amie, et

⁵³⁰Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Manuel de Arriaga. Paris, 6 de Maio de 1915. In Idem, *Ibidem*.

⁵³¹ Idem.

⁵³² Idem.

⁵³³ Idem.

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷*Le Petit Parisien: Journal quotidien du soir*, N.º 14, 21 de Maio de 1915, N.º 14.083, XL Ano, p. 3.

⁵³⁸ Idem.

⁵³⁹ Idem, *Ibidem*.

⁵⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

celle-ci, comme dans le cas actuel, se trouve en état de révoltution»⁵⁴¹. De resto, o diplomata português assegurava que as relações entre Portugal e Espanha eram cordiais no momento⁵⁴².

A 9 de Junho de 1915, Manuel de Arriaga – liberto dos afazeres da Presidência da República – escrevia a Bettencourt Rodrigues em tom desiludido com o rumo político do país após o derrube do governo de Pimenta de Castro, em Maio de 1915. Apresentava-se igualmente consternado pela afirmação de ideias e de agentes políticos fervorosamente empenhados na defesa da participação portuguesa na Grande Guerra⁵⁴³. O *ex*-Chefe de Estado, apelidava, então, Portugal de «pátria infeliz»⁵⁴⁴ e receava o impacto da mudança política na manutenção do representante português em França: «Estou vendo o seu belo e laureado nome exposto nos golpes da aventura e [?] políticas, que dão as cartas neste momento!...»⁵⁴⁵. Dito e feito; no final de Novembro desse ano, Rodrigues permanecia em Paris, agora na Avenue D'Antin, n.º 51⁵⁴⁶; exonerado do cargo por decreto de 4 em Agosto de 1915⁵⁴⁷, como previra o antigo Chefe de Estado, Bettencourt Rodrigues recorria aos tribunais portugueses⁵⁴⁸.

A 30 de Agosto de 1915, Aresta Branco (1862-1952) – que viria a obter a pasta da Marinha no Governo de Sidónio Pais⁵⁴⁹ – interpelava o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, sobre o afastamento de Bettencourt Rodrigues e, posteriormente, a demissão de João Chagas⁵⁵⁰. O deputado manifestava estranheza pela dispensa de ambos os representantes diplomáticos em Paris, uma decisão tomada em momento gravoso para a Europa, «estado de conflito»⁵⁵¹, incompatível com experimentalismos ou desatenção face à França. Enfatizava a relevância do estado francês

⁵⁴¹ Idem, *Ibidem*.

⁵⁴² Idem, *Ibidem*.

⁵⁴³ ROSAS, Fernando, «A República e a Grande Guerra», in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, 2.ª Edição, Tinta da China, 2010, p. 247.

⁵⁴⁴ Carta de Manuel de Arriaga a Bettencourt Rodrigues. Parede, 9 de Junho de 1915. In Idem, *Ibidem*, pp. 522.

⁵⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

⁵⁴⁶ Carta de Bettencourt Rodrigues a Manuel de Arriaga. Paris, 30 de Novembro de 1915. In Idem, *Ibidem*, pp. 527-528.

⁵⁴⁷ *Anuário Diplomático e Consular Português, 1915*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, p. 157.

⁵⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, N.º 13421, 21 de Setembro de 1915, p. 3.

⁵⁴⁹ Vide, sobre a António Aresta Branco, in Biblioteca e Arquivo da Fundação Mário Soares. Disponível online no sítio: <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/biografias?registo=Aresta+Branco>

⁵⁵⁰ *Sessão da Câmara dos Deputados, N.º 66, 30 de Agosto de 1915*, III Legislatura, Sessão Legislativa 01, pp. 5-6.

⁵⁵¹ Idem.

no confronto e, por extensão, da importância do mesmo para Portugal «era um dos países que mais directamente [estava] interessado nesse conflito»⁵⁵². Aresta evocava o contexto da nomeação de Bettencourt Rodrigues, por Pimenta de Castro, bem como o propósito de intensificar as ligações diplomáticas entre os dois estados num tempo de charneira. Sublinhando a idoneidade de Rodrigues, referenciava-o enquanto Lente da Faculdade de São Paulo nomeado pela República Brasileira e figura agraciada pela Legião de Honra de França⁵⁵³.

Em réplica, Augusto Soares não encontrava qualquer irregularidade nos decretos de nomeação de Bettencourt, em substituição de Chagas; Aresta Branco ripostava com a alusão à Lei n.º 375 de 3 de Junho de 1913, ao abrigo da qual a substituição tinha ocorrido. Desta feita, tratar-se-ia de um acto de ditadura⁵⁵⁴, com o intuito exclusivo de restituir o cargo ao segundo que recebia vencimentos há data sem sequer ter saído de Lisboa⁵⁵⁵. O deputado mandou para a mesa uma moção na qual a Câmara reconhecia «que o Governo não podia anular o decreto de nomeação do Sr. Bettencourt Rodrigues para Ministro de Portugal em Paris, porquanto ela tenha sido feita por autoridade competente e com observância de todas as formalidades legais», convidando sem demoras o Governo «a remediar a falta que praticou», a qual foi admitida⁵⁵⁶. O Ministro dos Negócios Estrangeiros reconhecia a pertinência na nomeação de Rodrigues, observando a dificuldade em encontrar-se alguém «que oferecesse tantas condições». Confessava, porém, resguardar-se na lei de 15 de Junho de 1915, a qual possibilitava a anulação, suspensão ou modificação de «todos os despachos, decretos ou actos do Ministério anterior»⁵⁵⁷.

Ainda em Paris, António Maria escrevia ao amigo Manuel de Arriaga na certeza das tormentas experimentadas por este por causa da «nossa malfada República»⁵⁵⁸; entendia que o correligionário não era objecto da consideração merecida. Rodrigues reflectia sobre o desequilíbrio do governo, o qual acompanhava através dos jornais recebidos de Portugal: «Que deprimente espectáculo é este que estamos dando ao mundo, num tão grave momento, em que todas as nações da Europa, ou lutando por um ideal de

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 6.

⁵⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁵⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁵⁵⁸ Carta de Bettencourt Rodrigues a Manuel de Arriaga. Paris, 30 de Novembro de 1915. In Idem.

civilização, ou em defesa própria, ou zelando a sua honra e o seu prestígio, nos estão dando o exemplo, que desaproveitamos, do mais disciplinado e nobre patriotismo. Como tudo isto nos confrange o coração!»⁵⁵⁹. Em face do exposto, manifestava a intenção de não regressar «tão cedo a Portugal»⁵⁶⁰, rematando o seu discurso para prodigiosa leitura de Arriaga: «(...) pelo menos enquanto aí perdurar essa mesma criminosa desorientação, que bem mais amargurados deve tornar os dias dos que por ela se acham mais directamente envolvidos».

Em 15 de Junho de 1917, João de Barros veria a oportunidade de entrevistar Bettencourt Rodrigues a propósito da sua ideia sobre a confederação luso-brasileira *bettencourtiana* enquanto «uma ideia a defender»⁵⁶¹. Colava-se, assim, na imprensa luso-brasileira um debate sobre uma aproximação económica, comercial, política e cultural entre os dois lados ao Atlântico, no qual o diplomata era figura de proa.

Bettencourt Rodrigues, próximo de Sidónio Pais, contribuiu para o movimento que eclodiu a 5 de Dezembro de 1917⁵⁶². Convidado para participar no novo regime, por Sidónio, como uma das relevantes personalidades da *República Nova*, declinava a possibilidade de erigir uma nova estrutura institucional republicana; à semelhança de José Relvas (a quem Pais o dirigiu depois de insistir com Rodrigues), tal qual o referiram Rocha Martins e Teófilo Duarte⁵⁶³.

Segundo Rocha Martins, em *Memórias sobre Sidónio Pais*, o convite de Sidónio antecedeu o golpe dezeembrista; conforme expunha, o propósito de Pais consistia em ver Bettencourt «assumir a chefia do governo da revolução»⁵⁶⁴. No mesmo passo, Martins enfatizava os traços da personalidade do nosso biografado, o qual embora «embebera-se das ideias presidencialistas, e sendo um *gentleman* e um calmo, habituado a dominar loucos, um analista de almas que não guardava o culto da baixa turba como os super-homens do regime, sentia bem puros os seus ideais de democracia»⁵⁶⁵. Para Teófilo Duarte, o convite de Sidónio a Rodrigues resultava natural, fruto das convicções do

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ BARROS, *Ibidem*.

⁵⁶² AMARAL, *Ibidem*, p. 7.

⁵⁶³ Vide, referências a ROCHA MARTINS, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa, 1921; DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Portugal, Lisboa, 1941. In SAMARA, Maria Alice, «Sidonismo e restauração da República. Uma ‘encruzilhada de paixões contraditórias’», in ROSAS, *Ibidem*, p. 377.

⁵⁶⁴ ROCHA MARTINS, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa, 1921, p. 75.

⁵⁶⁵ Idem.

segundo sobre o presidencialismo brasileiro, caracterizado pela intervenção do Presidente na vida pública. Apesar do manifesto apoio partidário subjacente à escolha dessa personalidade, a opção de Sidónio fundava-se, num primeiro relance, no «figurino já consagrado e aceite no mundo político, ao abrigo do qual faria passar um certo número de inovações»⁵⁶⁶.

Neste contexto, quando o directório unionista do movimento – nas palavras de Teófilo Duarte – pretendeu que Pais saísse dos trabalhos, este dirigiu o convite a Bettencourt e a Relvas «para chefes da situação política que ia tentar criar»⁵⁶⁷. Rocha Martins esclarecia ainda a situação de Rodrigues, ausente das intrigas políticas, proveitosa aos argumentos de Sidónio que, socorrendo-se do pedido de Brito Camacho «de não levar mais os conspiradores à sua redacção»⁵⁶⁸ d' *A Lucta*. Segundo Rocha, Bettencourt esgrimiou outros argumentos – «tendo vivido tanto tempo lá longe, não conhecia suficientemente os homens para semelhante encargo»⁵⁶⁹. Na sua visão, um governo saído de um acto revolucionário «tinha a arcar com imensas dificuldades que escapariam facilmente a quem da política tam arredado andava». Assim, recusava o convite.

Pais, por seu turno, não desistia de o persuadir a integrar o executivo. Procurou-o em casa na Rua das Chagas, onde tinha o consultório psiquiátrico⁵⁷⁰, reiterando a vontade de entregar a presidência do executivo a Bettencourt – Sidónio ocupar-se-ia da manutenção da ordem⁵⁷¹. Aos olhos do nosso biografado, tal afigurava-se impensável em face das expectativas criadas por Pais, principalmente entre as camadas populares⁵⁷².

Volvidos alguns dias, na Farmácia Ferreira, Sidónio Pais lançava um repto a Rodrigues: deveria preparar-se para assumir o poder, porque a revolta estava *à porta*⁵⁷³. Bettencourt Rodrigues reincidia na posição inicial para enfurecimento do interlocutor⁵⁷⁴. À possibilidade de recorrer a José Relvas, apresentada por Sidónio, António Maria adiantava não ser do interesse do político sugerido⁵⁷⁵. Sidónio procurou reunir com

⁵⁶⁶ DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Portugal, Lisboa, 1941, p. 191.

⁵⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 188.

⁵⁶⁸ ROCHA MARTINS, *Ibidem*.

⁵⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 76.

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ Idem.

⁵⁷² Idem.

⁵⁷³ Idem.

⁵⁷⁴ Idem.

⁵⁷⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 76-77.

ambos, Bettencourt e Relvas em simultâneo, propósito não concretizado por resistência do proprietário de Alpiarça. Na sequência da revolução, António Miguel Fernandes contactou Rodrigues o qual considerava uma tremenda violência o tratamento reservado a Bernardino Machado, então presidente da República⁵⁷⁶.

Persistia uma questão: estaria Bettencourt disponível para assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros? Ficara de pensar sobre o assunto, segundo Rocha Martins. Uma vez mais o presidencialismo, legado da estada brasileira, inspirava o Autor à intervenção pública e Sidónio, por seu turno, parecia persuadido à ideia de um «presidencialismo aconselhado». Volvidos alguns dias, Bettencourt recebia um «recado «do chefe da revolução»⁵⁷⁷ e rumava à Rua do Ouro, 220, de encontro a Brito Camacho «no gabinete de Emídio Mendes, onde Sidónio Pais, Santos Viegas e Nunes de Oliveira também estavam para se preparem «as ambições para a governança»⁵⁷⁸. Instado a exercer a pasta da Instrução Pública, por Camacho, Bettencourt enfeitava⁵⁷⁹.

A 11 de Dezembro de 1917, o *Le Gaulois* tornava pública a substituição de João Chagas por Bettencourt Rodrigues⁵⁸⁰, na representação diplomática portuguesa em França, sublinhando os sentimentos francófilos do novel diplomata e a amizade pessoal para com o Presidente Poincaré⁵⁸¹. Neste assunto, o jornal *L'Intransigeant* adiantava ainda que o nosso biografado havia sido colega do senhor presidente⁵⁸². No dia 25, *L'Action Française* destacava a nomeação de Bettencourt como Ministro de Portugal em Paris, referindo que já havia ocupado o cargo aquando do Governo de Pimenta de Castro⁵⁸³.

A 1 de Janeiro de 1918 o *Bulletin périodique de la presse portugaise* na secção destinada ao Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, afiançava os motivos da substituição dos ministros concretizada por Sidónio Pais, devido aos «mauvais services rendus à l'étranger par ses représentants diplomatiques»⁵⁸⁴. A 9 de Janeiro, o *L'Humanité* reportava-se às medidas e aos actos do novo regime vigente em Portugal⁵⁸⁵

⁵⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 77.

⁵⁷⁷ Idem.

⁵⁷⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 77-78.

⁵⁷⁹ Idem.

⁵⁸⁰ *Le Gaulois: le plus grande journal du matin*, N.º 14668, 11 de Dezembro de 1917, LII Ano, p. 2.

⁵⁸¹ Idem.

⁵⁸² *L'Intransigeant*, N.º 13674, 21 de Dezembro de 1917, XXXVIII Ano, p. 1.

⁵⁸³ *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, N.º 359, 25 de Dezembro de 1917, X Ano, p. 3.

⁵⁸⁴ *Bulletin périodique de la presse portugaise* N.º 32 du 1^{er} au 25 Janvier, 1 de Janeiro de 1918, p. 2.

⁵⁸⁵ *L'Humanité: journal socialiste quotidien*, N.º 5015, 9 de Janeiro de 1918, XV Ano, p. 3.

com um artigo de Fabra Ribas, no qual se abordava Sidónio e a chegada ao poder com a sucessiva reformulação dos ministros e representantes portugueses⁵⁸⁶. No decurso do texto aclarava as impressões sobre «une autre personnage vient d'entrer en scène»⁵⁸⁷, referindo-se a Bettencourt Rodrigues que não era diplomata de carreira, tendo a nomeação resultado da indelével de confiança e de solidariedade - «solidarité réciproque»⁵⁸⁸ - de quem o designara⁵⁸⁹. O redactor enfatizava a chegada de Bettencourt a Paris⁵⁹⁰, fruto da primeira acção do novo chefe de governo português «qui a retardé de quelques mois l'intervention du Portugal dans la guerre»⁵⁹¹.

A 24 de Janeiro de 1918, Bettencourt endereçou umas linhas, em ofício, a Jaime Batalha Reis, então Ministro de Portugal em Petrogrado⁵⁹². Comunicava-lhe ter assumido «a gerência da Legação de Portugal em Paris, na qualidade de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Portuguesa em França»⁵⁹³, rogando-lhe que dispusesse dele, uma vez no exercício do cargo, fosse no que respeitasse ao Estado, fosse conforme «interesse particular» de Batalha Reis.

A imprensa estrangeira deu conta do regresso de António de Bettencourt Rodrigues à capital francesa no dia 26 de Janeiro de 1918⁵⁹⁴, para o exercício do cargo para o qual fora nomeado em 1915, relembrando o afastamento, um exercício eivado de alguma confusão de datas⁵⁹⁵. Assim, o republicano retornou à Legação Portuguesa no auge da I Guerra Mundial, tornando-se, mais tarde, representante de Portugal aquando da entrada das tropas aliadas na cidade de Estrasburgo⁵⁹⁶.

1918 foi um ano repleto para Bettencourt Rodrigues. A 4 de Maio, uma notícia da capital portuguesa, datada de 2, ganhava eco na imprensa francesa: Bettencourt tornava-se o Senador, com 10.561 votos⁵⁹⁷. Em 19 de Julho de 1918 era proclamado senador, sob parecer da segunda Comissão Verificadora de Poderes constituída por Carlos Frederico

⁵⁸⁶ Idem.

⁵⁸⁷ Idem.

⁵⁸⁸ Idem.

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ Idem.

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² Ofício de Bettencourt Rodrigues (Legação da República Portuguesa em França) dirigido a Jaime Batalha Reis. Paris, 24 de Janeiro de 1918. In Bettencourt Rodrigues, 24 e 27 de Janeiro de 1918. In Espólio de Jaime Batalha Reis, in Arquivo da Biblioteca Nacional. Cota: E4/52-62 a62c.

⁵⁹³ Idem.

⁵⁹⁴ *L'Homme Libre: Journal quotidien du matin*, N.º 577, 27 de Janeiro de 1918, VI Ano, p. 2.

⁵⁹⁵ «M. Bettencourt avait déjà rempli ces fonctions em 1916». – Vide, Idem.

⁵⁹⁶ AMARAL, *Ibidem*.

⁵⁹⁷ *L'Action Française: organe du nationalisme intégral*, N.º 124, 4 de Maio de 1918, XI Ano, p. 3.

de Castro, Pereira Lopes, Júlio de Campos Melo e Matos, Adriano Xavier Cordeiro e A. R. Adães Bermudes, de 16 desse mês⁵⁹⁸. Rodrigues integrava o elenco de senadores eleitos pelas províncias da Estremadura, Alentejo, Beira Baixa e Índia⁵⁹⁹; o nosso biografado foi eleito pela província da Estremadura⁶⁰⁰. Não podendo estar em Paris e em Lisboa, simultaneamente, Rodrigues viu-se impossibilitado de comparecer às sessões do Senado. A 23 de Julho de 1918⁶⁰¹, Zeferino Falcão informava a Câmara e o presidente Manuel Jorge Forbes de Bessa⁶⁰², que o Ministro em Paris estava ausente nas «(...) por exigências do seu cargo», motivo pelo qual se desculpava⁶⁰³. António Maria Rodrigues não compareceu a nenhuma sessão do Senado constando sempre o seu nome na lista dos senadores que não se apresentavam nas cadeiras⁶⁰⁴, à excepção do dia 4 de Fevereiro de

⁵⁹⁸*Diário do Senado*, Sessão N.º 1, 19 de Julho de 1918, p. 1.

⁵⁹⁹ Idem.

⁶⁰⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.); GUINOTE, Paulo; MESQUITA, Pedro Teixeira; DIAS, José João Alves, *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Edições Afrontamento, Assembleia da República, Lisboa, 2000, p. 377.

⁶⁰¹*Diário do Senado*, Sessão N.º 1, 23 de Julho de 1918, p. 2.

⁶⁰² Idem, *Ibidem*, p. 1.

⁶⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁶⁰⁴*Diário do Senado*, Sessão N.º 1, 19 de Julho de 1918, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 1, 23 de Julho de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 2, 24 de Julho de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 3, 25 de Julho de 1918, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 4, 26 de Julho de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 5, 29 de Julho de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 6, 30 de Julho de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 7, 31 de Julho de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 8, 1 de Agosto de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 9, 5 de Agosto de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 10, 6 de Agosto de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão «A», N.º 1, 4 de Novembro de 1918, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 1, 3 de Dezembro de 1918, p. 2 (esta Sessão do Senado encontra-se impossível de consultar e por isso não sabemos se Bettencourt Rodrigues esteve mesmo ausente); *Diário do Senado*, Sessão N.º 2, 4 de Dezembro de 1918, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão «A», N.º 2, 6 de Dezembro de 1918, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 3, 9 de Dezembro de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 4, 11 de Dezembro de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 5, 12 de Dezembro de 1918, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 6, 13 de Dezembro de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 7, 16 de Dezembro de 1918, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 8, 23 de Dezembro de 1918, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 9, 8 de Janeiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 10, 9 de Janeiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 11, 10 de Janeiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, N.º 12, 13 de Janeiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão «B», N.º 12, 15 de Janeiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 13, 16 de Janeiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão «C», N.º 13, 17 de Janeiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 14, 20 de Janeiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 15, 30 de Janeiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 16, 3 de Fevereiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 18, 5 de Fevereiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 19, 6 de Fevereiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 20, 10 de Fevereiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 21, 11 de Fevereiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 22, 12 de Fevereiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 23, 13 de Fevereiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 24, 14 de Fevereiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 25, 17 de Fevereiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 26, 18 de Fevereiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 27, 19 de Fevereiro de 1919, p. 2; *Diário do Senado*, Sessão N.º 28, 20 de Fevereiro de 1919, p. 1; *Diário do Senado*, Sessão N.º 29, 21 de Fevereiro de 1919, p. 1.

1919, quando Bettencourt entrou no decurso de uma das sessões⁶⁰⁵, sem que, todavia, se dirigisse à câmara.

A 9 de Maio de 1918, Rodrigues era chamado a Lisboa, conforme *Le Populaire de Paris*⁶⁰⁶ informava⁶⁰⁷. Dias volvidos, o *Le Temps* esclarecia o assunto, com uma notícia de 14: «L'appel à Lisbonne du docteur Bettencourt Rodrigues, ministre du Portugal, serait motive par l'intention du gouvernement de le placer à la tête du ministère qui sera organisé sous le nouveau régime constitutionnel»⁶⁰⁸, o que compaginava com as precepções de Rocha Martins e Teófilo Duarte.

A 18 de Junho Bettencourt Rodrigues era recebido no Elysée para proceder à entrega das credenciais ao presidente da República Francesa⁶⁰⁹. *L'Action Française* fazia uma síntese do percurso biográfico de Bettencourt; segundo o mesmo, o republicano havia deixado Portugal na sequência das eleições legislativas de 1891 «où il fut candidat»⁶¹⁰; uma vez no Brasil destacou-se pelos serviços prestados à causa francesa na América Latina. Sublinhavam ainda o apreço inequívoco do Barão D'Anthouard – ministro de França no Brasil – por Bettencourt Rodrigues⁶¹¹. Concluindo, *L'Action Française* caracterizava a conduta do novel embaixador como favorável aos aliados, mesmo depois da guerra⁶¹².

A 25 de Junho de 1918, Bettencourt Rodrigues trocava impressões com Manuel Filho, encarregado de serviços portugueses em Inglaterra pelo presidente da República, tal qual dizia por carta a Augusto de Vasconcelos⁶¹³.

Durante a estada em Paris, Bettencourt Rodrigues caracterizou-se por uma intensa actividade: em 28 de Junho de 1918 presidia a uma cerimónia franco-portuguesa na Sociedade de Geografia Francesa, uma iniciativa aliada com o objectivo de enfatizar o papel de Portugal na Grande Guerra⁶¹⁴. A ocasião era propícia a uma conferência de F. Homem-Christo (director dos serviços de informação de Portugal) organizada pelo

⁶⁰⁵ *Diário do Senado, Sessão N.º 17, 4 de Fevereiro de 1919*, p. 1.

⁶⁰⁶ *Le Populaire de Paris: Journal Socialiste du Soir*, N.º 29, 9 de Maio de 1918, III Ano, 2.ª Série, p. 2.

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ *Le Temps*, N.º 20766, 15 de Maio de 1918, LVIII, p. 1.

⁶⁰⁹ *Le XIXe siècle: journal quotidien politique*, 19 de Junho de 1918, N.º 17.380, p. 2; *L'Action Française: organe du nationalisme intégral*, N.º 170, 19 de Junho de 1918, XI Ano, p. 2.

⁶¹⁰ *L'Action Française: organe du nationalisme intégral*, N.º 170, 19 de Junho de 1918, XI Ano, p. 2.

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² Idem.

⁶¹³ Carta de Manuel Filho dirigida a Augusto de Vasconcelos. In *Espólio de Augusto de Vasconcelos*, in Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cota: S2.1/E3/P7/14822; Capilha 275.

⁶¹⁴ *Le Matin*, N.º 12540, 28 de Junho de 1918, XXXV Ano, p. 2.

Comité das Ligas Anti-Germânicas, a qual era igualmente presidida pelo nosso biografado⁶¹⁵.

Em Paris, a 16 de Julho, Bettencourt usou da palavra publicamente para demonstrar a elevada consideração de Portugal por aquela cidade, pela França e pelo exército francês. Esta intervenção, dirigida ao presidente da República, incluía ainda referência à relevância das lembranças duradouras dos campos de batalha franceses para os portugueses «pour la defense du Droit et de la Justice»⁶¹⁶. O diplomata concluía com expressão dos votos de regozijo pela fraternidade dos povos aliados e pelo desfecho, a breve trecho, do conflito – uma «victoire décisive et complète»⁶¹⁷.

A 3 de Outubro, realizava-se uma manifestação em Saint-Germain, na referida Société de Géographie, organizada pela direcção dos serviços de propaganda e informação de Portugal em países amigos e aliados, um acto presidido por Rodrigues⁶¹⁸; Henri-Robert, A. de Manzie, Wetterlé e F. de Homem Christo tomaram a palavra, secundados por uma conferência proferida por Cunha Leal designada «Le Portugal et les Allies»⁶¹⁹.

Alguns dias volvidos, na Société des Gens de Lettres⁶²⁰, Bettencourt emocionava-se, segundo o jornal *Le Figaro*, com a influência recíproca registada entre França, Brasil e Portugal: «France et Portugal ont toujours exercée l'un sur l'autre»⁶²¹. Este discurso secundava o movimento pan-latinista de que o autor constituía figura de vulto naqueles anos. No dia 20, o republicano visitou Lille e prestou homenagem junto da estátua, onde depositou a bandeira portuguesa⁶²².

A 6 de Novembro, o *L'Homme Libre* divulgava informações sobre o Conselho Superior de Guerra de Versalhes⁶²³. António Maria de Bettencourt Rodrigues tomou assento no Conselho que, dois dias antes, havia encerrado os seus trabalhos. Na perspectiva do periódico, a presença do diplomata português representava a comparência

⁶¹⁵ Idem.

⁶¹⁶ *Bulletin Municipal Officiel de la Ville de Paris*, N.º 196, 23 de Julho 1918, XXXVII Ano, p. 2227.

⁶¹⁷ Idem.

⁶¹⁸ *L'Homme Libre: Journal quotiden du matin*, N.º 826, 3 de Outubro de 1918, VI Ano, p. 2.

⁶¹⁹ Idem.

⁶²⁰ *Le Figaro: Journal non politique*, N.º 282, 9 de Outubro de 1918, LXIV Ano, p. 2.

⁶²¹ Idem.

⁶²² *L'Homme Libre: Journal quotiden du matin*, N.º 843, 20 de Outubro de 1918, VI Ano, p. 1.

⁶²³ *L'Homme Libre: Journal quotiden du matin*, N.º 860, 6 de Novembro de 1918, VI Ano, p. 2.

de uma das nações que se destacara como das primeiras a tomar posição «à côté des pays de l'Entente»⁶²⁴.

Em finais desse ano decorriam os preparativos para a presença portuguesa na Conferência da Paz. A 5 de Dezembro de 1918 o nosso biografado dirigia uma carta a Jaime Batalha Reis revelando satisfação pela nomeação deste para a Conferência da Paz⁶²⁵. Acrescentava, os «acontecimentos precipitaram-se» muito embora as complicações crescessem de igual forma. A carta ocupava-se de questões comezinhas como o problema do alojamento; dava conta que Egas Moniz não tardaria em Paris, prevendo a sua partida para Londres⁶²⁶. A 28 de Novembro de 1918, Batalha Reis replicava a interlocutor, com agradecimentos, convicto da intervenção de Bettencourt na sua designação para os trabalhos preparatórios à Conferência da Paz⁶²⁷. Batalha voltava a *socorrer-se* de Bettencourt posteriormente para auxílio na instalação em Paris⁶²⁸.

A morte de Sidónio Pais canalizaria as atenções da imprensa sobre o diplomata português. A 17 de Dezembro, o *Le Petit Parisien* publicou as condolências de Pichon, ministro dos Negócios Estrangeiros de França, a Bettencourt Rodrigues; o diplomata português, por seu turno, escusava a divulgar informações aos jornais franceses sobre o contexto e acontecimentos subsequentes à morte do chefe de estado português⁶²⁹.

A 21 de Dezembro, *L'Echo D'Alger* dava conta da resposta de Bettencourt à acusação de Afonso Costa divulgada no dia anterior pelos jornais⁶³⁰. O diplomata declarava que Portugal limitava-se ao direito de autodefesa, após duas tentativas revolucionárias rapidamente reprimidas e o movimento bolchevique «maîtrisé»⁶³¹. Bettencourt Rodrigues acusava o partido de Costa, uma vez derrubado por Sidónio Pais, de ter cometido «actes reprouvés par le Portugal et l'étranger»⁶³². Divulgava-se a decisão de constituir de um comité em Inglaterra, presidido por Lord Lytton, integrado pela

⁶²⁴ Idem.

⁶²⁵ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Jaime Batalha Reis. Legação da República Portuguesa em França, 5 de Dezembro de 1918. In Espólio de Jaime Batalha Reis, Arquivo da Biblioteca Nacional. Cota: E4/2-9 (1, 2).

⁶²⁶ Idem.

⁶²⁷ Rascunho de carta de Jaime Batalha Reis dirigida a Bettencourt Rodrigues. 28 de Novembro de 1918. In Idem, Ibidem. Cota: E4/2-9 (1, 2).

⁶²⁸ Rascunho de carta de Jaime Batalha Reis dirigida a Bettencourt Rodrigues. Sem datação. In Bettencourt Rodrigues, 24 e 27 de Janeiro de 1918. In Idem, Ibidem. Cota: E4/52-62 a62c.

⁶²⁹ *Le Petit Parisien: Journal quotidien du soir*, N.º 15288, 17 de Dezembro de 1918, LXIII Ano, p. 1.

⁶³⁰ *L'Echo D'Alger: Journal republicain du matin*, N.º 2463, 21 de Dezembro de 1918, VII Ano, p. 1.

⁶³¹ Idem.

⁶³² Idem.

Duquesa de Bradford, para protestar contra a crueldade a que foram alvo os presos políticos do governo de Afonso Costa por parte de Sidónio Pais que havia «commis des actes reprouvés par le Portugal et l'étranger»⁶³³.

Em Janeiro de 1919, Rodrigues permanecia como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Paris⁶³⁴. A 21, o Senado francês oferecia um almoço na Sala das Conferências do Palácio do Luxemburgo em honra do Presidente norte-americano, Woodrow Wilson⁶³⁵. Presidida por Antoin Dubost, a refeição reunia, além do homenageado, um conjunto de personalidades: MM. Orlando, Bratiano, Kramarcz, Matsui, Magalhaes, Henri White, Sonnino, Pichon, o Conde Bonin-Lonare, Georges Barnes, Georges Leygues, Calogeras, Hower e Bettencourt Rodrigues⁶³⁶.

A 2 de Fevereiro, António Maria marcava presença num jantar⁶³⁷ em que se reuniam Epitácio Pessoa, então Presidente da República Brasileira e os membros da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz: Egas Moniz, Conde de Penha Garcia, Alberto D'Oliveira, Jaime Batalha Reis, entre outros.

Em Portugal, no final do mês, o ambiente asseverava-se em torno do nosso biografado. A 20 de Fevereiro, *A Capital* dava eco às interpelações feitas no Senado⁶³⁸ sobre António Maria⁶³⁹. Castro Lopes e Baptista Ramires – ambos senadores – questionavam o presidente da sessão Germano Arnaud Furtado acerca da «campanha» em curso contra o Ministro de Portugal em Paris, Bettencourt Rodrigues⁶⁴⁰. Dando mais ênfase à questão, Baptista Ramires considerava tratar-se de uma iniciativa movida contra o diplomata português, suportada por uma «certa imprensa»⁶⁴¹. Segundo observava, Bettencourt Rodrigues não expressara «o menor desejo de ocupar o lugar» de representante em Paris, aceitando-o «a reiteradas instâncias do falecido Presidente, Dr. Sidónio Pais», conhecedor do prestígio granjeado pelo nosso biografado entre os franceses⁶⁴². Por outro lado, o Senador salientava o percurso profissional de Rodrigues para quem a função diplomática em Paris era desnecessária; antes enobrecia o cargo pelo

⁶³³ Idem.

⁶³⁴ *Bulletin Municipal Officiel de la Ville de Paris*, N.º 3, 5 de Janeiro de 1919, XXXVIII, p. 41.

⁶³⁵ *Le Temps*, N.º 21017, 21 de Janeiro de 1919, LIX Ano, p. 4.

⁶³⁶ Idem.

⁶³⁷ Menu de jantar do dia 2 de Fevereiro de 1919. In *Menus Fevereiro a Dezembro de 1919*. In Espólio de Jaime Batalha Reis, in Arquivo da Biblioteca Nacional. Cota: E4/2-116.

⁶³⁸ *Diário do Senado*, Sessão N.º 28, 20 de Fevereiro de 1919, pp. 1-4.

⁶³⁹ *A Capital: Diário Republicano da Noite*, N.º 3037, 20 de Fevereiro de 1919, IX Ano, p. 2.

⁶⁴⁰ *Diário do Senado*, Sessão N.º 28, 20 de Fevereiro de 1919, p. 3.

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² Idem.

carácter da personalidade, como sendo um «espírito moderno» e de uma «simplicidade e grandeza desta alma antiga de Portugal». Em defesa de Bettencourt, Ramires rematava: «republicano austero desde o tempo em que, aqueles que tendenciosamente dele falam, talvez, não bebesses mais do que leite materno»⁶⁴³.

Baptista Ramires expressava desalento por verificar «que o interesse que nos move nem sempre é o interesse da Pátria e da República, mas o interesse dos partidos e, a dentro dos partidos, o interesse de cada um»; reflectia ainda sobre a «bandeira azul e branca» e as perturbações a ela associada, um factor que devia conduzir à união da «família republicana»⁶⁴⁴. O Senador adiantava as relações pessoais mantidas com Bettencourt Rodrigues e a pertença ao Partido Centrista; contudo, considerava-se imparcial nestas questões⁶⁴⁵. Concluía que a calúnia induzia a dissolução e, consequentemente significava a ruptura da «marcha ordenada da política portuguesa»⁶⁴⁶.

Os jornais *A Capital* e *A Vanguarda* adiantavam informações adicionais nesta matéria; segundo esclareciam as insinuações eram dirigidas também a Vasco de Quevedo – funcionário consular –, as quais suscitavam as preocupações de José Relvas – presidente do ministério – que prometia as averiguações necessárias⁶⁴⁷ «procedendo depois com justiça, pois quem bem serve a República ficará onde está»⁶⁴⁸. No entanto, o Congresso da República era dissolvido no dia seguinte; restabelecia-se a Constituição de 1911⁶⁴⁹ e a polémica findava-se sem causar repercussões de vulto no diplomata português que mantinha inalterável as rotinas parisienses e a actividade intensa: a 25 de Fevereiro reencontrava-se num jantar com a representação brasileira⁶⁵⁰.

No início de Março, Jaime Batalha Reis recebia uma carta de E. Bensaeide Oulman⁶⁵¹ – personalidade impossível de apurar no momento –, elogiosa sobre a actuação diplomática portuguesa, com especial apreço por Bettencourt Rodrigues⁶⁵². A 14 do mesmo mês, *Le Temps* noticiava o jantar oferecido pelo círculo francês de imprensa

⁶⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 4.

⁶⁴⁴ Idem.

⁶⁴⁵ Idem.

⁶⁴⁶ Idem.

⁶⁴⁷ *A Vanguarda*, N.º 1925, 20 de Fevereiro de 1919, VII Ano, p. 2.

⁶⁴⁸ *A Capital: Diário Republicano da Noite*, N.º 3037, 20 de Fevereiro de 1919, IX Ano, p. 2.

⁶⁴⁹ *A Capital: Diário Republicano da Noite*, N.º 3038, 21 de Fevereiro de 1919, IX Ano, p. 1.

⁶⁵⁰ Menu de jantar do dia 25 de Fevereiro de 1919. In *Menus Fevereiro a Dezembro de 1919*. In Espólio de Jaime Batalha Reis, *Ibidem*. Cota: E4/2-116.

⁶⁵¹ Carta dirigida a Jaime Batalha Reis por E. Bensaeide Oulman. 3 de Março de 1919. In Espólio Jaime Batalha Reis, in Idem, *Ibidem*. Cota: E4/2-34 (1, 2, 3).

⁶⁵² Idem.

estrangeira, no dia anterior, à Delegação Portuguesa à Conferência da Paz⁶⁵³. Bettencourt Rodrigues, então senador e Ministro Plenipotenciário em Paris, marcou presença no conclave usado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros português para aludir às reparações portuguesas consideradas devidas pela participação do país na Grande Guerra.

Em Junho, novos elogios a Bettencourt Rodrigues chegavam ao conhecimento de Batalha Reis, desta feita, por missiva subscrita por Madame Paul de Lauribar⁶⁵⁴. O reconhecimento chegava também do Cercle Français de la Presse Etrangère, sob a forma de jantar nos Campos Elísios; Batalha Reis foi um dos convidados para o evento presidido por Paul Painlevé, antigo Presidente do Conselho de Ministros e membro do Instituto. Esta homenagem resultava da elevação de Rodrigues à dignidade de Grande Officier de la Légion d'Honneur, pelos serviços prestados à causa francesa no Brasil e em Portugal⁶⁵⁵. A esta iniciativa associavam-se George Dumas, professor da Sorbonne, e E. Martinenche, secretário geral do «Groupement des Universités de France pour les relations avec l'Amérique Latine»⁶⁵⁶.

A 31 de Dezembro, Rodrigues permanecia como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Paris⁶⁵⁷; assim como em Janeiro de 1920⁶⁵⁸. Todavia, convém sublinhar-se, que no anuário diplomático e consular português de 1920 é o nome de João Chagas que no surge, enquanto Ministro de Plenipotenciário de Portugal em Paris⁶⁵⁹, graças à Portaria de 1 de Julho desse ano⁶⁶⁰.

Em 1922, Bettencourt Rodrigues encontrava-se em Lisboa⁶⁶¹; contava então 68 anos e regressava ao interesse pela área de formação, patente na obra *Médicos e Medicina*. Ao referir-se à gota, Rodrigues relembra os primeiros sintomas da doença, frisando o quão transitória era a saúde. Segundo descrevia, certa noite ao deitar-se, «de perfeitíssima saúde», com a tranquilidade possível em «sombrios tempos [...] a altas horas da noite, ao

⁶⁵³ *Le Temps*, N.º 21060, 14 de Março de 1919, LIX Ano, p. 2.

⁶⁵⁴ Carta dirigida a Jaime Batalha Reis pela Madame Paul de Lauribar. 2 de Junho de 1919. In Espólio de Jaime Batalha Reis, *Ibidem*. Cota: E4/2-57 (1, 2, 3, 4, 5).

⁶⁵⁵ *Idem*.

⁶⁵⁶ *Idem*.

⁶⁵⁷ *Bulletin Municipal Officiel de la Ville de Paris*, N.º 353, 31 de Dezembro de 1919, XXXVIII Ano, p. 4256.

⁶⁵⁸ *Bulletin Municipal Officiel de la Ville de Paris*, N.º 2, 3 de Janeiro de 1920, XXXIX Ano, p. 43.

⁶⁵⁹ *Anuário Diplomático e Consular Português, 1920*, MNE, Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, [s. l.], 1921, p. 143.

⁶⁶⁰ *Anuário Diplomático e Consular, 1921*, MNE, Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, [s. l.], 1922, p. 124.

⁶⁶¹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Médico e Medicina, factos e comentários*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1922, p. 203.

cantar do galo (hora já no século XVII apontada por Sydenham como sendo aquela em que mais frequentemente se manifestam as crises dolorosas da gota)», Bettencourt acordava com «um violentíssimo ataque de gota»⁶⁶². Frederic Nietzsche encontrava-se à sua cabeceira, com o livro *Assim falava Zarathustra*, mas antes de adormecer preferia ler *Thaïs*, de Anatole France. Ao deixar-se dormir, a gota arrebatara-o⁶⁶³.

A 27 de Julho de 1922, Bettencourt Rodrigues publicava um artigo intitulado «Necessidade da formação de um bloco luso-hispano-americano»⁶⁶⁴ no *Diário de Notícias*. Esse texto reflectia as suas ideias sobre a urgência de projectar os povos latinos, da Europa e do Novo Mundo, numa posição prestigiada no mundo do pós-guerra. Esse era, aliás, o maior ensejo da vida de Bettencourt Rodrigues, mesmo antes da eclosão da I Guerra Mundial.

A 6 de Dezembro, o biografado proferia uma conferência no Club Republicano Português, na Rua Conselheiro Chrispiniano, inserida no ciclo de palestras promovidas pela Federação Académica de S. Paulo, com o intuito da aproximação «moral e intelectual»⁶⁶⁵, propósito mobilizador de «todas as populações de origem ibérica da América e da Europa»⁶⁶⁶. Nessa palestra, Bettencourt Rodrigues abordava as relações entre Portugal e o Brasil, estribadas no interesse luso-espanhol por uma aproximação renovada aos *novos latinos*⁶⁶⁷.

Em 1923, dava à estampa a sua mais conhecida obra, *Uma Confederação Luso-Brasileira: opiniões, factos e alvitres*⁶⁶⁸, com particular impacto nos intelectuais portugueses e brasileiros⁶⁶⁹ e na imprensa estrangeira, na qual se afincava a concretização da proximidade enunciada através de uma aliança luso-hispano-americana⁶⁷⁰. Tratava-se

⁶⁶² Idem, *Ibidem*, p. 199.

⁶⁶³ Idem.

⁶⁶⁴ Vide, nota de rodapé (1), in «Relações luso-hispano-americanas». In BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1929, p. 89.

⁶⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, N.º 16384, 6 de Dezembro de 1923, p. 4.

⁶⁶⁶ Idem.

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Prováveis alianças e agrupamentos de nações. Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Livraria Clássica Editora Lisboa, 1923.

⁶⁶⁹ DIAS, Carlos Malheiros, «As Relações Luso-Brasileiras. Quimeras e Realidades. Comentários à margem do livro do Sr. Dr. Bettencourt-Rodrigues: Uma Confederação Luso-Brasileira», in *Lusitania*, II Fascículo, Março de 1925, pp. 193-207; BARROS, João de; RIO, João do (eds.), «Uma ideia a defender: A Confederação Luso-Brasileira. Será possível uma nova e grande Lusitânia?», in *Atlantida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil*, N.º 20, Ano II, 15 de Junho de 1917, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, pp. 659-673.

⁶⁷⁰ *Comoedia*, N.º 4302, 2 de Outubro de 1924, XVIII Ano, p. 3.

de um projecto longamente amadurecido por Bettencourt Rodrigues – na medida em que não constituía caso inédito⁶⁷¹ – nos anos subsequentes ao regresso a Portugal, fruto da dinâmica de cooperação encetada durante a estada no Brasil, com a França. Almejando a estreiteza dos laços entre os povos latinos do Velho Continente e da América Latina, procurou a inserção do país num espaço económico designado o «triângulo do Atlântico Sul» para rebater a fuga de capitais e a instabilidade da moeda. A prossecução destes elos seria tão mais relevante quanto o estado português tentara obter um financiamento junto da Sociedade das Nações no ano antecedente, tendo o mesmo sido recusado em 1923⁶⁷², em face dos receios do executivo português pela soberania nacional⁶⁷³.

Bettencourt Rodrigues pretendia a salvaguarda do espaço Atlântico para a actividade das sociedades e economias latinas, na esteira de uma visão geopolítica do mundo do pós Grande Guerra caracterizada pelo advento de agrupamentos de nações (blocos internacionais) e consequente disputas das superfícies marítimas da Terra com o objectivo de blindagem económica, numa primeira instância. Nas relações luso-brasileiras, António Maria debruçava-se sobre os *pan-movements*, definidos como movimentos nacionalistas de expressão hegemónica que pretendiam a sonegação das diferentes nacionalidades. Inscrevendo-se na linha do *lusobrasileirismo*, movimento político, cultural e intelectual da época da década de 1920, o Autor defendia a necessidade da expansão da latinidade e, não menos relevante, a capacidade portuguesa em liderar a dinâmica pretendida. O *pan-lusitanismo*, caracterizado por Louis L. Snyder como vanguardista de um fenómeno social reivindicativo da unidade de um império, através da assunção dos interesses e conveniências dos países em causa, foi a matriz de pensamento de Bettencourt Rodrigues, com salvaguarda do respeito pela independência política de ambas as nações.

Nestes anos, Rodrigues tornou-se apreciador das ideias de Mussolini que ecoavam a partir da Itália⁶⁷⁴; o seu pensamento deambulava pelas necessidades do país em termos

⁶⁷¹ NUNES, Teresa Maria e Sousa, *Um Monárquico entre dois regimes: Carlos Malheiro Dias e a I República*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998, p. 39.

⁶⁷² CARVALHO, Soraia Milene, *O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações*, in Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (IDI/MNE), Abril de 2018, p. 17. [última visualização em: 9 de Maio de 2018] Disponível online em sítio: https://idi.mne.pt/images/curiosidades/SDN/soraia_milene_carvalho.pdf

⁶⁷³ TELO, António José, *Primeira República II – Como Cai Um Regime*, Editorial Presença, Lisboa, 2011, p. 111.

⁶⁷⁴ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, p. 11.

da manutenção de um dito império. Assim, o diplomata português pretendia a integração num espaço político-comercial de primeira instância entre congéneres da mesma *raça* – conceito complexo no ideário do republicano –, através de uma *confederação* entre Portugal, Brasil e as colónias portuguesas; estas uma vez independentes, gradualmente integrariam esse espaço gerador de *riqueza comum*, na óptica *bettencourtiana*.

Para António de Bettencourt Rodrigues, a década de 1920 acarretava mudanças inequívocas na história das relações internacionais: a Espanha formaria com as Repúblicas Espanholas um agrupamento de nações – e os portugueses deviam esforçar-se por conter essa tendência aglutinante no respeitante ao Brasil –; a Inglaterra, os Estados Unidos da América e os domínios e colónias inglesas, uma Commonwealth; a Alemanha e a Rússia um bloco internacional até às costas do Alasca, em aliança estreita; e o Japão exerceria a hegemonia no continente asiático, um motivo de temor para portugueses por causa das possessões nacionais na Índia, Timor e sobre Macau. Esta leitura resultava do entendimento sobre a nova ordem internacional nascida em Versalhes em face da qual o Republicano histórico agora consagrado jornalista luso-brasileiro – continuou a escrever para *O Estado de S. Paulo* e para *O Século* – e antigo diplomata aconselhava Portugal, vocacionado para o Atlântico, a encetar aquele que seria, a longo prazo, o refúgio para toda a latinidade, na sua linha: a América Latina.

A ideia de uma Commonwealth, enquanto espaço de livre circulação e de facilidades comerciais estabelecidas entre Portugal, Brasil, Angola e as restantes colónias portuguesas não correspondia às expectativas do Autor na plenitude; consistia apenas no estádio primordial, posteriormente alargado à Espanha e às Repúblicas Espanholas. Num terceiro momento, estimava o ingresso dos demais estados latinos na Confederação. Era esta a concepção *bettencourtiana* de um espaço económico-comercial de excelência, a partir do qual, os povos latinos aprenderiam a criar riqueza, isto é, métodos de produção e exportação que os tornassem autossuficientes entre si numa lógica de engrandecimento blindado da economia, para posterior concorrência com o exterior – com as grandes nações – alijando o «(...) simples papel de satélites»⁶⁷⁵.

Segundo equacionava, as economias brasileira e angolana apresentavam as mesmas produções: café, açúcar, cacau, algodão, borracha, oleaginosos, tabaco; assim, Portugal tinha a oferecer ao Brasil as rotas de expansão comercial e marítima, no

⁶⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 12.

Atlântico e no Índico⁶⁷⁶. Nesta óptica, a aproximação aos brasileiros era a fórmula mais eficaz de garantir o domínio colonial até Timor. Apostava numa diplomacia económica geradora de cooperação capaz de erradicar rivalidades concorrenciais intangíveis à economia portuguesa. Sem produção de género alimentar em quantidade sobeja para bastar às necessidades internas e promover o comércio externo, a forma de evitar uma dependência viciosa do exterior implicava o estreitamento de relações com parceiros estratégicos de Portugal, os quais se cofrontavam com um processo de desnacionalização, entenda-se perda rápida de caracteres identitários fruto da infiltração comercial alemã bem-sucedida no Novo Mundo. Bettencourt retomava os planos desconsiderados com a morte de D. Carlos I⁶⁷⁷ - de aproximação ao Brasil –, apesar dos projectos da União Republicana, durante o conflito bélico, para a formação de um mercado colonial fechado assistido por uma lógica proteccionista⁶⁷⁸.

Uma das preocupações fundamentais de Bettencourt Rodrigues, no período do pós-guerra, residia no meio através do qual os países latinos poderiam triplicar o peso respectivo na *balança das nações*, primordial para a formação de «um organismo de primeira grandeza para a produção, para a exportação e para [...] uma larga e serena independência»⁶⁷⁹, nas palavras de Guglielmo Ferrero (1871-1942)⁶⁸⁰ – erudito, sociólogo e romancista italiano. No momento em que a Sociedade das Nações dava os primeiros passos, António Rodrigues pretendia a criação de uma *Commonwealth Latina*, inspirado pelo Comitato Pro Confederazione Latina⁶⁸¹; tal não iludia a inquietação do Autor sobre a *Lenda Negra*, a qual antevia menor protagonismo dos povos do sul da Europa, consequentemente da América Latina, no âmbito negocial, fruto do índice de desenvolvimento reduzido, se comparado com as sociedades no norte da Europa.

Neste percurso traçado por Bettencourt Rodrigues, encontramos o espelho do ambiente internacional da época, momento em que a Liga das Nações se tornou realidade, para os representantes portugueses, uma espécie de um *beco sem saída*. No final desta

⁶⁷⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 184-185.

⁶⁷⁷ NUNES, Teresa, *D. Carlos, o Diplomata. Dinastia de Bragança 1889-1908*, in Coleção Reis de Portugal, Academia Portuguesa da História, Edições Quidnovi, Lisboa, 2009, p. 45.

⁶⁷⁸ AFONSO, Aniceto, «A Primeira Guerra Mundial e a situação das colónias portuguesas. A intervenção de Portugal no conflito», in ALBUQUERQUE, Luís (direcc.), *Portugal no Mundo*, Vol. III, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, p. 609.

⁶⁷⁹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, p. 12.

⁶⁸⁰ Historiador, jornalista e novelista italiano; conhecido pela sua publicação intitulada *Greatness and Decline of Rome*. Redigiu sobre o liberalismo clássico, opondo-se ao regime ditatorial enquanto forma de governo.

⁶⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 11.

obra, Rodrigues prometia um segundo livro intitulado *Portugal, Espanha e América Latina*⁶⁸², o qual não seria publicado. Segundo o Autor, teria como objecto as acções levadas a cabo enquanto ministro dos negócios estrangeiros entre 1926 e 1928, as quais viria a integrar a obra dada à estampa em 1929⁶⁸³.

Ressalve-se, em 1924, António de Bettencourt Rodrigues tornou-se sócio correspondente nacional do Instituto de Coimbra⁶⁸⁴.

Em Abril de 1929, ao terminar o livro *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, o republicano, o médico, o diplomata, o senador, o jornalista, o ensaísta e o político Bettencourt Rodrigues dava conta da forma como chegara à pasta dos Estrangeiros convidado pelo General Óscar Carmona, em 8 de Julho de 1926. O militar, de quem apenas ouvira falar até então, irrompera pela sua moradia no Estoril⁶⁸⁵. Três dias depois, Rodrigues comparecia no Palácio das Necessidades, a 12 de Julho, para tomar posse do cargo⁶⁸⁶. Nesta obra, Bettencourt explicava as razões que conduziram à aceitação da pasta ministerial durante a ditadura militar, a saber a esperança na expectativa «de poder cimentar em mais solidas bases, por meio de novos tratados e acordos» as relações de Portugal com o estrangeiro⁶⁸⁷. Sublinhe-se a possibilidade de Bettencourt Rodrigues ingressar no elenco governativo era apreciada na imprensa estrangeira meses antes da formação do executivo⁶⁸⁸.

Como se a sensatez o inundasse, Rodrigues confessou, logo nas primeiras páginas do seu livro, que «ao entrar pela primeira vez como Ministro dos Negócios Estrangeiros, no Palácio das Necessidades» não levava consigo nenhum projecto para reformar o Ministério⁶⁸⁹; aclarava o tom ao rematar «(...) que para reformar, seja o que fôr, é primeiro que tudo necessário termos um perfeito conhecimento do que se pretende reformar»⁶⁹⁰. Segundo considerava, só após o contacto sistemático com todos os serviços

⁶⁸² Idem, *Ibidem*, p. 219.

⁶⁸³ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, Livraria Classica Editora, 1929, pp. 89-99.

⁶⁸⁴ FERREIRA, Licínia Rodrigues, *Sócios do Instituto de Coimbra (1852-1978)*, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Coimbra, 2015 p. 181.

⁶⁸⁵ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros (De 12 de Julho de 1926 a 9 de Novembro de 1928)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1929, p. 5.

⁶⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁶⁸⁷ Idem.

⁶⁸⁸ *L'Homme Libre: Journal quotidien du matin*, N.º 4288, 19 de Abril de 1928, XVI Ano, p. 3.

⁶⁸⁹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*.

⁶⁹⁰ Idem.

do MNE estaria em condições de proceder à supressão das «lacunas, insuficiências ou defeitos da sua organização ou funcionamento»⁶⁹¹.

Rodrigues esclareceu-nos os propósitos que o levaram a redigir o livro intitulado, *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros*; dizia: «(...) escrevendo-o, fiz o que deveriam fazer todos os ministros da Dictadura – darem conta exacta de todos os actos que, como ministros, praticaram e as suas razões justificativas, não só para os tornarem conhecidos dos que possivelmente os ignoram, mas muito principalmente para os submeterem ao julgamento, em ultima instancia, da opinião publica para que esta sobre elles pronuncie o seu imparcial veridictum»⁶⁹². O autor sublinhou, ainda, que considerava tal «quasi como um dever, quando a acção governativa, por atendíveis circunstancias de momento, se coloca ao abrigo de uma rigorosa fiscalisação, em tempos normaes exercida pelo parlamento e pela imprensa»⁶⁹³. A seu ver, apenas desse modo, se salvaguardavam os actos e decisões da deformação de determinadas visões, que poderiam ser resultados de «odios ou sectarismos políticos»⁶⁹⁴, não fosse Bettencourt anti-parlamentarista.

Chegado ao ministério dos Negócios Estrangeiros, Rodrigues confrontou-se com vários problemas que se reflectiam no fraco orçamento destinado ao MNE. Destacam-se as questões sobre o financiamento da actividade consular e emolumentos dos funcionários externos do Ministério, custeados pelo Tesouro e não do cofre respectivo; Bettencourt empenhou-se na redução da despesa anual «com base nos encargos orçados para 1926-1927, na importância de 21.645\$60, escudos», através do decreto n.º 12.204 de 18 de Agosto de 1926⁶⁹⁵. O Ministro lembrava ainda as despesas respeitantes «aos abonos para instalação e condições de viagem para os transferidos ou nomeados de novo para o estrangeiro», acrescentando uma limitação do número de acompanhantes – de seis a três⁶⁹⁶.

Bettencourt Rodrigues reconhecia uma opção errónea, quando «por decisão tomada em conselho de ministros», promulgou a redução das taxas de emolumentos consulares com o objectivo de diminuir os preços dos artigos de importação, com especial atenção aos «destinados á alimentação, á agricultura e á industria», atendendo à carestia

⁶⁹¹ Idem.

⁶⁹² Idem, *Ibidem*, p. 8.

⁶⁹³ Idem, *Ibidem*, pp. 8-9.

⁶⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁶⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 17.

⁶⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 18.

de vida que grassava o país⁶⁹⁷. O antigo ministro confessava-se persuadido pelos importadores⁶⁹⁸ segundo os quais a carestia provinha da cifra elevada das taxas consulares; no entanto, o preço das mercadorias não baixou⁶⁹⁹.

Para reduzir os gastos do MNE, o Autor referia a proposta da Comissão de Reforma do Orçamental do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a supressão da verba destinada à Legação Portuguesa da Suécia, uma vez que a remodelação dos serviços do ministério acarretava o aumento da despesa anual⁷⁰⁰.

Aos olhos do nosso biografado, a participação portuguesa na S.D.N. revestia-se de uma relevância inquestionável. Atendendo ao interesse da Sociedade em alargar a colaboração a mais de cinquenta Estados para a edificação e segurança de uma paz mundial, Bettencourt entendia que Portugal não podia ficar à margem das dinâmicas de solidariedade e cooperação entre os Estados membros. Rodrigues não olvidava o sintoma de guerra latente entre os Estados: «a interdependência dos diferentes povos e o entrelaçamento dos seus interesses ainda não chegaram a ponto de impedir que estes por vezes se desliguem e desde logo assumam o aspecto de um perigoso antagonismo»⁷⁰¹; perante um cenário desses, os portugueses não podiam excluir-se para não correrem o risco de serem surpreendidos nos meandros internacionais. Bettencourt Rodrigues entendia que a política externa portuguesa devia estar a par de «quaisquer possíveis ocorrências [...] todos os gestos, todos os movimentos e incidentes da política internacional», a qual na época organizava-se em função da presidência da Sociedade das Nações⁷⁰².

Enquanto Ministro de Portugal em Paris, Bettencourt Rodrigues participou na Conferência da Paz, como já mencionado, cujas impressões ora relatava. Segundo expressava, Portugal fora «indevidamente» colocado «no grupo das Nações de interesses limitados»⁷⁰³. Contudo, o país tinha «interesses bem definidos em quasi todos os mares e continentes» atendendo ao império colonial e às ilhas adjacentes (Madeira e Açores), com «portos de mar do mais alto valor estratégico» em termos navais e aéreos⁷⁰⁴. Na visão do Autor, Portugal deveria sentar-se na S.D.N. como num autêntico «posto de observação e

⁶⁹⁷ Idem.

⁶⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 19.

⁶⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 18.

⁷⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 20.

⁷⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 22.

⁷⁰² Idem.

⁷⁰³ Idem.

⁷⁰⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 22-23.

de defeza commum», não apenas de forma excepcional, mas de maneira regular, participando e intervindo nas Assembleias anuais da Organização em causa, num afincado préstimo «em todos os seus organismos»⁷⁰⁵.

Neste contexto, e na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros da ditadura militar – de 12 de Julho de 1926 a 9 de Novembro de 1928 – Bettencourt Rodrigues criou a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações⁷⁰⁶, conforme aliás as ideias de Jaime Batalha Reis – representante de Portugal na Conferência da Paz na comissão responsável pela redacção do Pacto da Sociedade das Nações – «n’um memorandum entregue ao ministério dos negócios estrangeiros, em 1921»⁷⁰⁷. Esta iniciativa de Batalha Reis havia chamado «’(...) a atenção do Governo da República (...)’»⁷⁰⁸ para «a organização de certos serviços impostos pelos actos da Conferência de Paris»⁷⁰⁹; em memorandum do mesmo diplomata, de 1 de Março de 1921⁷¹⁰, referido por Bettencourt na sua obra, Batalha Reis apresentava as bases desejáveis da Secretaria Portuguesa.

Ao assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Bettencourt Rodrigues retomou a questão: o decreto n.º 12.674 de 6 de Novembro de 1926 organizou «definitivamente» a Secretaria Geral Portuguesa da Sociedade das Nações no MNE⁷¹¹. A criação do secretariado organizou um leque de funções pré-existentes, até então à deriva no ministério, as quais eram uma preocupação do biografado; à Secretaria competia «o estudo e documentação de todas as questões portuguesas» que na Liga das Nações poderiam ter ensejo de discussão, não obstante a Secretaria Portuguesa da S.D.N. ter como objectivo primacial a ligação «entre esse organismo e as diferentes comissões e departamentos do ministério dos estrangeiros, ou de outros ministérios»⁷¹².

Após deixar o cargo, Bettencourt Rodrigues sublinhou que a criação do secretariado português resultava do Tratado de Versalhes, na linha do qual, Portugal enquanto signatário «se obrigara a colaborar também com a Organização Internacional

⁷⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 23.

⁷⁰⁶ Idem.

⁷⁰⁷ Idem.

⁷⁰⁸ Cit. Jaime Batalha Reis in Idem, *Ibidem*, pp. 23-24.

⁷⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁷¹⁰ Apenas a última página do memorandum (fotocopiado por mau estado do original) de Jaime Batalha Reis datado de Lisboa, 1 de Março de 1921, se encontra do processo presente acervo do Instituto Diplomático. In *Processos 25 e 77, Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da S.D.N. – Seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração. 1920/29*, in Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115.

⁷¹¹ Idem.

⁷¹² Idem.

do Trabalho», atendendo à parte XIII⁷¹³ «e as que lhe correspondem nos outros Tratados de paz»⁷¹⁴. Ressalve-se, quando Rodrigues chegou ao Ministério já haviam decorrido nove sessões da Conferência Internacional do Trabalho, e Portugal participara exclusivamente nas «duas primeiras», realizadas em Washington e em Génova, respectivamente, entre 1919 e 1920⁷¹⁵. Tratava-se, por outro lado, de delegações «incompletas, por não terem sido constituídas nos precisos termos do art. 389, do Tratado de Versalhes», o que levou Albert Thomas – Director do Bureau International du Travail – a redigir uma nota ao MNE, em 24 de Fevereiro de 1926, aludindo ao crescente número de Estados que, de ano para ano, enviavam a Genebra – a *casa* da Sociedade das Nações – as suas delegações. Observava a ausência notada da delegação portuguesa «completa»⁷¹⁶ às discussões do Bureau⁷¹⁷.

Albert Thomas realçava ao ministro, Bettencourt Rodrigues, a necessidade de cumprimento das obrigações dos estados membros da Organização Internacional do Trabalho – o envio de delegação às conferências. Enfatizava que a República Portuguesa, à luz do artigo 389 do Tratado de Versalhes, se comprometera a fazer-se «representar nas sessões da Conferencia Internacional do Trabalho por quatro delegados, sendo dois governamentais e os outros, respectivamente, dos patrões e dos operários»⁷¹⁸; asseverava constituir uma verdadeira «obrigação que ligava entre si as partes contractantes»⁷¹⁹.

A 8 de Setembro de 1926, Bettencourt Rodrigues encontrava-se em Paris⁷²⁰, cidade de onde rumava a Genebra⁷²¹, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente da Delegação Portuguesa à VI Assembleia da Sociedade das Nações, para realizar uma visita o Bureau International du Travail. Em conferência, Albert Thomas expunha as dificuldades de relacionamento da instituição a que presidia com o estado português: Portugal não tinha «um organismo apropriado, que nos permitisse dar-lhes plena satisfação», o que justificava as relações *quase* cortadas para com a Organização

⁷¹³ *Tratado de Versalhes, Parte XIII, «Trabajo»*, Archivo Nacional de Honduras, pp. 227-241.

⁷¹⁴ *Idem*.

⁷¹⁵ BETTECOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, p. 26.

⁷¹⁶ Cit. Nota de Albert Thomas datada de 24 de Fevereiro de 1926, *in Idem, Ibidem*.

⁷¹⁷ *Idem*.

⁷¹⁸ Cit. Nota de Albert Thomas datada de 24 de Fevereiro de 1926, *in Idem, Ibidem*.

⁷¹⁹ *Idem*.

⁷²⁰ *Comoedia*, N.º 5001, 8 de Setembro de 1926, XX Ano, p. 2.

⁷²¹ *Comoedia Journal*, N.º 239, 8 de Setembro de 1926, I Ano, p. 1.

do Trabalho⁷²². Em réplica, Bettencourt Rodrigues deixava uma promessa: «estudaria o assunto e prontamente o resolveria» no regresso a Lisboa⁷²³. A 4 de Outubro de 1926, o *Diário de Lisboa* dava voz a Augusto de Vasconcelos sobre a necessidade de propaganda da Liga das Nações entre os portugueses. Declarava-se, por outro lado, confiante nos ensejos de Bettencourt Rodrigues antes da partida para Lisboa, empenhado no estreitamento de relações entre Portugal-S.D.N.⁷²⁴

Um mês depois nascia, por decreto, o Secretariado Português da S.D.N.; nesse, criava-se uma secção especializada para o Bureau International du Travail, cumprindo-se o compromisso de Rodrigues a Thomas. Por carta de 14 de Dezembro de 1926, Thomas revelava-se entusiasmado com os putativos efeitos do decreto n.º 12.674. Albert Thomas mostrava-se taxativo ao demonstrar-se persuadido dos resultados da «benemérita iniciativa» de Bettencourt. Acabava a missiva aspirando a contactos a breve trecho entre a Secretaria Portuguesa recém-nascida com o B.I.T.⁷²⁵. A organização dos serviços fora incumbida a Augusto de Vasconcelos, expondo Bettencourt Rodrigues que o «bom êxito do seu funcionamento» a ele se deveram⁷²⁶.

A 20 de Março de 1927, Bettencourt Rodrigues relatava os afazeres do ministério a Jaime Batalha Reis, principalmente os «frequentes e demorados conselhos de ministros» muito penosos ao seu «já combalido organismo»; convidava Reis a imaginar «a vida de cada um» dos membros do governo da ditadura militar⁷²⁷. Em resposta à carta de Batalha Reis, a 12 de Fevereiro, assegurava terem sido «bem maus os momentos» passados pelo próprio e familiares «tão desesperados eram os boatos que a nosso respeito corriam»; acreditava que rumores – os quais o redactor não nos permite apurar – estavam relacionados com a sua aceitação da pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros⁷²⁸. Concluía com expressão da inveja sobre Batalha Reis, pacatamente na sua quinta, onde as notícias de Lisboa chegavam como vindas de uma terra longínqua⁷²⁹.

⁷²² Idem.

⁷²³ Idem, *Ibidem*, p. 28.

⁷²⁴ Recorte do *Diário de Lisboa* (4 Outubro 1926), contendo um artigo de Irene de Vasconcelos, intitulado «Em Genebra – Portugal terá no próximo ano um lugar no conselho da S. das N. diz-nos o sr. dr. Augusto de Vasconcelos». In *Espólio de Augusto de Vasconcelos*, in Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cota: S2.1/E3/P7/14820; Divisão 1922/1926.

⁷²⁵ Cit. Nota de Albert Thomas datada de 14 de Dezembro de 1926, in Idem, *Ibidem*, pp. 28-29.

⁷²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 29.

⁷²⁷ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Jaime Batalha Reis. Lisboa, 20 de Março de 1927. In *Espólio de Jaime Batalha Reis*, in *Ibidem*. Cota: E4/46-52.

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ Idem.

Para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o secretariado português da S.D.N. contribuía para o êxito da política externa no contexto da mesma organização. Segundo o autor, em 1928 haviam entrado no Secretariado «alem de um sem numero de impressos e publicações das S. das N., 1136 notas e ofícios, dos quaes 260 pertencem á secção do B.I.T»⁷³⁰. Rodrigues identificou as notas e ofícios entrados no MNE: respeitavam a «mandatos, arbitragem e desarmamento, delimitação de fronteiras africanas, trafico de armas e munições, ópio e outros estupefacientes, litígios internacionais, condições economica e jurídica dos estrangeiros, codificação do direito internacional, passaportes, formalidades aduaneiras e outras muitas»⁷³¹.

Durante o exercício de funções de Bettencourt Rodrigues, depois do decreto n.º 12.674, Portugal ratificou, pela primeira vez, convenções de Trabalho, entre as quais as respeitantes ao descanso semanal, às horas de trabalho, às reparações por doença profissional e ocorrência de desastres de trabalho ou à igualdade no trato de trabalhadores nacionais e estrangeiros⁷³². Depois de ratificadas as convenções, à semelhança dos outros países, Portugal passou a formular relatórios sobre a aplicação daquelas medidas, vendo-se por fim apto a enviar «delegados seus ás sessões da Conferencia Internacional do Trabalho»⁷³³.

Enquanto ministro dos Estrangeiros, Bettencourt Rodrigues propiciou outras alterações no MNE, nomeadamente as produzidas pelo decreto n.º 12.824 de 30 de Novembro de 1926, «a organização da Direcção Geral do Gabinete do Ministro, fazendo-se uma nova distribuição dos serviços e creando a Repartição do Arquivo e da Consulta»⁷³⁴. Esta Repartição visava a valorização dos documentos e correspondência «acumulados no antigo Arquivo e Biblioteca do Ministerio», os quais Bettencourt Rodrigues reputava de fundamentais para a história diplomática; eram autênticos «ensinamentos» para a actividade em causa, serviços confiados a Luís Teixeira de Sampaio⁷³⁵.

Bettencourt Rodrigues não olvidou outras questões internacionais. Relativamente à dívida de guerra de Portugal à Inglaterra, Bettencourt referia «as primeiras conversas em Londres para a consolidação da nossa dívida», as quais coincidiam com a sua chegada

⁷³⁰ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*.

⁷³¹ *Idem*.

⁷³² *Idem*, *Ibidem*, pp. 29-30.

⁷³³ *Idem*, *Ibidem*, p. 30.

⁷³⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 32.

⁷³⁵ *Idem*, *Ibidem*, pp. 32-33.

ao MNE⁷³⁶. Daria especial apreço ao acordo com Espanha sobre as quedas do Douro internacional⁷³⁷, à conferência económica luso-espanhola, realizada em Lisboa, a 12 de Abril de 1928⁷³⁸, e ao tratado de conciliação e arbitragem luso-espanhol com o propósito da delimitação de fronteiras ratificado a 23 de Janeiro de 1928⁷³⁹, objecto de atenção do *Le Populaire de Paris*, a 27 de Agosto de 1927 – menção à troca de telegramas entre Bettencourt Rodrigues e Primo de Rivera e ao bom acolhimento do referido tratado na imprensa espanhola, distinto da recepção dos periódicos lisboetas atentos às declarações de Yanguas, que considerava as fronteiras luso-espanholas «intangibles et inutiles»⁷⁴⁰. O tratado de conciliação e arbitragem foi assinado por Bettencourt e Vallin, embaixador de Espanha em Lisboa, em 18 de Janeiro de 1928⁷⁴¹.

No domínio das relações luso-hispano-americanas, o ministério presidido por Bettencourt Rodrigues saldou-se pelo ensaio das ideias esboçadas anteriormente; segundo referia, «teria dado provas de pouca sequencia de ideias» caso não tivesse encetado essa avizinhação entre Portugal, Espanha e a América Central e do Sul⁷⁴². Assim criava-se a cadeira de cadeira de estudos hispano-americanos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ouvido o director da Faculdade, Queiroz Veloso. na linha da disciplina de estudos brasileiros criada na Sorbonne. A cadeira de estudos hispano-americanos havia sido inaugurada por Roberto Levillier, ministro da Argentina na capital portuguesa⁷⁴³.

Para comemorar deste acontecimento, o ministro argentino ofereceu um almoço a Rodrigues e ao ministro da instrução – Duarte Pacheco –, no Hotel Avenida Palace; participaram o Embaixador de Espanha, a quase totalidade dos representantes da América Latina, o Presidente e o Vice-Presidente da Academia das Ciências, Pedro José da Cunha, Júlio Dantas, Egas Moniz, Queiroz Veloso, Gonçalves Teixeira (secretário geral do MNE), Oliveira Soares (director geral dos consulados), e o professor Agostinho de Campos⁷⁴⁴. Neste contexto, Bettencourt Rodrigues enfatizava o papel de Portugal, o

⁷³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 41.

⁷³⁷ CARVALHO, *Ibidem*, p. 4.

⁷³⁸ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, pp. 68-69.

⁷³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 87.

⁷⁴⁰ *Le Populaire de Paris*, N.º 1666, 27 de Agosto de 1927, p. 3.

⁷⁴¹ *Bulletin Périodique de la Presse Espagnole*, N.º 138, 15 de Fevereiro de 1928, p. 7.

⁷⁴² Idem, *Ibidem*, p. 91.

⁷⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 92.

⁷⁴⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 92-93.

primeiro a «abrir a porta ao reconhecimento dos governos americanos»⁷⁴⁵, procurando sempre aproximar-se das repúblicas espanholas, o que muito influía na cadeira de estudos hispano-americanos, um complemento do programa da Faculdade de Letras, instituição que possuía já disciplinas de história e literatura brasileira e de história de Espanha⁷⁴⁶.

As relações entre Portugal e Bélgica constituíam matéria de atenção para Rodrigues, a propósito da rectificação das fronteiras entre Angola e o Congo belga. Os delegados portugueses da Conferência da Paz haviam sido sondados nesse contexto em 1919⁷⁴⁷. A realização de conferências e convénios entre os dois países marcaram o percurso diplomático e político de Bettencourt Rodrigues que não foi olvidado pela imprensa francesa aquando da nomeação para o MNE; muito especialmente, o projecto de entente económica entre Angola e o Congo belga, anunciada pelo Ministro; a referida iniciativa não considerava «aucune clause territoriale». Segundo Bettencourt, Portugal não alienaria parcelas do seu território colonial em favor de nenhuma potência⁷⁴⁸. O palco dessas negociações era a capital portuguesa, conforme o correspondente do *Le Temps*, de Bruxelas⁷⁴⁹.

Com a Santa Sé, Rodrigues confrontou-se com o acordo sobre o Padroado Português no Oriente, assinado em Roma, a 15 de Abril de 1928⁷⁵⁰; sendo orador, enquanto ministro dos Estrangeiros, na sessão solene que se concretizou na Sociedade de Geografia, por essa altura, em prol da comemoração do 5.º aniversário de Pontificado do Papa Pio XI⁷⁵¹, sublinhando-se que na óptica de Rodrigues motivos escasseavam «para que a Igreja e o Estado não pudessem ‘em boa harmonia, e muito patrioticamente, contribuit para o bem comum’»⁷⁵². No domínio das relações com a União Sul Africana, o ministro empenhou-se no reatamento das negociações sobre o Transvaal, depois da denúncia do Governo português do acordo de 1923⁷⁵³.

No âmbito do Estatuto de Tânger, o Autor reclamava a posição portuguesa em Marrocos em observância com o acordado no Estatuto de 1923, contrariamente à Espanha

⁷⁴⁵ Discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros Bettencourt Rodrigues, in Idem, *Ibidem*, p. 96.

⁷⁴⁶ Idem.

⁷⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 101.

⁷⁴⁸ *Le Temps*, N.º 23804, 17 de Outubro de 1926, LXVIII Ano, p. 2.

⁷⁴⁹ *Le Temps*, N.º 23808, 21 de Outubro de 1926, LXVIII Ano, p. 2.

⁷⁵⁰ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, p. 127.

⁷⁵¹ CHORÃO, *Ibidem*, p. 693.

⁷⁵² Cit. BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros...*, pp. 141-142, in CHORÃO, *Ibidem*.

⁷⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 155.

e a Itália, após a Conferência realizada em Paris entre 20 de Março e 16 de Julho de 1928. O ministro criticou a atribuição de um só assento na Assembleia Legislativa para a Portugal e «a menor participação n'um outro qualquer departamento da organização internacional de Tanger»⁷⁵⁴; sublinhava o número de portugueses – 589 indivíduos – em Tânger, a terceira nacionalidade representada, depois da Espanha e da França ou a presença de capitais portugueses, em quarto lugar, a seguir da Inglaterra⁷⁵⁵.

Em 1929, Bettencourt Rodrigues asseverava as preocupações, afazeres e opiniões sobre as relações com a Alemanha, a Inglaterra, a França, a Áustria, a China, a Itália e o Japão; sem esquecer a questão dos navios de guerra estrangeiros no porto de Lisboa. Não menos importante, Rodrigues abordava a temática do relacionamento luso-brasileiro expondo as suas percepções sobre a emigração, do comércio, os portos francos e a navegação; reiterava a necessidade de uma aliança económica entre Portugal e o Brasil. Destruindo entre «Estados federados» e de «Estados confederados», retomava a tese de «uma confederação luso-brasileira», com a manutenção da independência e soberania de ambos os Estados, sem desprimor do direito de secessão; por outras palavras, qualquer dos Estados teria «o direito de, quando bem lhe convier, se desligar do pacto que por algum tempo os uniu»⁷⁵⁶.

Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigues manteve-se atento às campanhas contra a ditadura militar instaurada em 1926. Tal preocupação apreciava-se no telegrama confidencial, sem data, enviado por Augusto de Vasconcelos para a sua residência em Lisboa, na Rua das Chagas. O tema respeitava as diligências de António Sérgio contra o Governo Português, em Genebra, e uma publicação não especificada, cuja circulação fora impedida na Assembleia da Sociedade das Nações⁷⁵⁷. Na obra *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, Rodrigues referia-se às campanhas «na imprensa e nos meios officiaes do estrangeiro» desfavoráveis à ditadura; contrapunha com exemplos do bom acolhimento obtido pela política externa então desenvolvida, em particular, pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal. O Autor recorria a uma mensagem desta entidade ao Presidente da República, a 18 de Janeiro de 1928, para

⁷⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 166.

⁷⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 167.

⁷⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 275.

⁷⁵⁷ Telegrama Confidencial de Augusto de Vasconcelos dirigido a Bettencourt Rodrigues. In *Processos 25 e 77, Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da S.D.N. – Seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração. 1920/29*, in Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115.

responder às acusações de que fora alvo: «de estar, com novos acordos e entendimentos, muito desastrosamente deslocando o eixo (o eixo!) da nossa política internacional»⁷⁵⁸. Terminava com um «Valha-nos Deus!», fatigado de *politiques*. O programa da Liga de Paris – composta por personalidades criticadas do regime ditatorial, as quais aspiravam a constituição de governo –, publicado em Agosto de 1927⁷⁵⁹, não lhe era indiferente; quanto à pasta dos Estrangeiros, Bettencourt ressalvava o cumprimento quase integral do «seu programa»⁷⁶⁰.

Segundo *O Século*, Bettencourt Rodrigues foi preso na sequência do movimento de 27 de Fevereiro de 1927⁷⁶¹, originado no Porto, com o objectivo de pôr cobro à ditadura militar que se havia enraizado na capital.

O Autor regressava à Sociedade das Nações aquando da 46.^a Sessão do Conselho; Bettencourt encontrava-se entre o grupo dos ministros dos negócios estrangeiros reunidos em Genebra, para discutir questões económicas e financeiras, mormente a liquidação de bens de refugiados gregos e búlgaros e o transporte de material polaco para Dantzig⁷⁶².

Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigues manteve uma assídua correspondência com Jaime Batalha Reis, por quem nutria uma elevada amizade. Em 1928, Bettencourt Rodrigues convidava Reis e a sua família para a sessão a realizar no Ministério dos Negócios Estrangeiros no dia 21 de Janeiro de 1928⁷⁶³. No dia seguinte, chegavam os peritos do Comité Financeiro da Sociedade das Nações, os quais seriam recebidos por Bettencourt Rodrigues para um almoço no Palácio das Necessidades, oferecido pelo Governo Português⁷⁶⁴.

A 24 de Setembro de 1928, Batalha recebeu uma carta remetida do Monte Estoril⁷⁶⁵, nova residência de Bettencourt Rodrigues «bastante enfraquecido por mais de dois anos de pezado trabalho e não poucas preocupações»⁷⁶⁶, melhorando graças aos bons

⁷⁵⁸ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, pp. 217-218.

⁷⁵⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 221.

⁷⁶⁰ *Idem*, *Ibidem*, pp. 222-223.

⁷⁶¹ *O Século*, N.º 18523, 5 de Outubro de 1933, LIII Ano, p. 2.

⁷⁶² *Paris-Soir*, N.º 1426, 1 de Setembro de 1927, V Ano, p. 1.

⁷⁶³ Convite de Bettencourt Rodrigues e Madame Bettencourt Rodrigues dirigido a Jaime Batalha Reis e família deste. In Espólio de Jaime Batalha Reis, *Ibidem*. Cota: E4/46-53.

⁷⁶⁴ Fotografia de Bettencourt Rodrigues no salão do Palácio das Necessidades com os peritos do Comité Financeiro da S.D.N. para um almoço oferecido pelo Governo Português em finais de Janeiro de 1928. In Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cód. referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0008/0323C

⁷⁶⁵ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Jaime Batalha Reis. In Espólio de Jaime Batalha Reis, *Ibidem*. Cota: E4/46-54.

⁷⁶⁶ *Idem*.

ares e a algum repouso, sem deixar de ir ao Ministério dos Estrangeiros⁷⁶⁷. A 10 de Outubro, já no final das funções como ministro, o Autor dirigia meia dúzia de linhas a Batalha Reis a propósito de um professor russo, homem da ciência, que chegaria à fronteira portuguesa – segundo constava, a Marvão de Vilar Formoso –, o qual era amigo de Reis, indicando qual a fronteira e o hotel onde se iria instalar. O Ministro do Interior havia dado ordem para que o «deixassem passar, sem necessidade de apresentar passaporte»⁷⁶⁸. Perguntava se o mesmo convinha a Batalha Reis⁷⁶⁹.

O segundo aniversário da nomeação de Bettencourt Rodrigues para o MNE, por achar-se estranha a manutenção do Autor no governo durante 28 meses, inspirou a ideia do festejo⁷⁷⁰: «o que não deveria ter sido mais do que um muito intimo jantar de amigos» resultou num banquete no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa, a 12 de Julho de 1928, sob presidência do chefe de estado, Óscar Carmona⁷⁷¹. Nesse banquete, marcaram presença todos os membros do Governo, do corpo diplomático, o Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Junta Geral de Distrito, os Governadores Civil e Militar de Lisboa, enviados da Academia das Ciências, membros da Sociedade de Geografia, representantes do Centro Colonial, assim como das Associações Comercial e Industrial, oficiais Gerais do Exército e da Armada Portuguesa, além de outras personalidades da época, conforme as cartas lidas durante o jantar, remetidas pelos embaixadores suíço, sueco, letão e japonês «acreditados em Madrid e Lisboa», do ministro venezuelano, dos comandantes da região militar (1.^a, 2.^a e 3.^a oficialidade), e da Associação Central da Agricultura Portuguesa, estes identificados por Bettencourt⁷⁷².

No discurso de improviso, proferido com voz emocionada, Bettencourt Rodrigues agradeceu vivamente as manifestações de afinidade do Presidente da República, do Embaixador do Brasil e do restante corpo diplomático – como não podia deixar de ser –, do Presidente do Ministério e restante governo, do seu velho amigo Teófilo da Trindade, do Vice-almirante Júlio Galis (Comandante Geral da Armada), do General Domingos de Oliveira (Governador Militar), de Costa Sacadura (Professor da Faculdade de Medicina), de Coronel Mardel Ferreira (Presidente da Câmara Municipal de Lisboa), de Major Luís

⁷⁶⁷ Idem.

⁷⁶⁸ Carta de Bettencourt Rodrigues dirigida a Jaime Batalha Reis. Lisboa, 10 de Outubro de 1928. In Espólio de Jaime Batalha Reis, *Ibidem*. Cota: E4/33-35 (1 a 4).

⁷⁶⁹ Idem.

⁷⁷⁰ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, p. 228.

⁷⁷¹ Idem.

⁷⁷² Idem.

de Moura (Governador Civil), de Comandante Jaime Athias (secretário geral da Presidência da República), sem prejuízo da gratidão à restante assistência do banquete e àqueles que por ausência lhe enviaram correspondência. Referira-se, ainda, Bettencourt ocupou, interinamente, a Pasta da Justiça e dos Cultos pelo abandono dessa por parte do Ministro Manuel Rodrigues Júnior⁷⁷³, função que lhe foi incumbida de 11 a 18 de Abril de 1928⁷⁷⁴, ao mesmo tempo que permanecia no MNE como ministro da ditadura militar.

Quase quatro meses depois, a 2 de Novembro de 1928, o presidente do ministério, coronel Vicente de Freitas irrompia pelo Palácio das Necessidades, com a *nova* de que «uma forte corrente de opinião estava indicando a necessidade de uma remodelação ministerial»⁷⁷⁵. Na memória da ocasião, Rodrigues lembrava não ter sido esclarecido sobre «a qualidade e volume d’essa tal corrente». Porém, concordou, não olvidando «que dentro do próprio governo dois ministros, pelo menos, eram activos partidários d’essa remodelação»⁷⁷⁶, pôs o lugar à disposição e exigiu a convocação de Conselho de Ministros. Seis dias depois realizava-se a reunião do executivo mas sem a presença dos ministros das finanças – Oliveira Salazar, em funções desde Abril⁷⁷⁷ – e do comércio – José de Araújo Correia⁷⁷⁸. No início do conclave, Bettencourt anunciava a decisão de abandonar o governo, procedimento secundado pelos demais colegas, com excepção do ministro das Finanças, o ministro da Guerra – Júlio Moraes Sarmento –, o ministro da Marinha – Aníbal de Mesquita Guimarães – e o ministro das Colónias – José Bacelar Bebiano⁷⁷⁹. O Autor concluía o trabalho no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 9 de Novembro de 1928⁷⁸⁰. Mas não sem a angústia que transparecia em *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros*⁷⁸¹.

Na fase final da sua passagem pelo Ministério, recolheu à vivenda Emília, na Rua de Nice, no Monte Estoril, onde viria a falecer, meses depois⁷⁸². Continuou a ser

⁷⁷³ CHORÃO, *Ibidem*, p. 857.

⁷⁷⁴ GUIMARÃIS, Alberto Laplaine; AYALA, Bernardo Diniz de; MACHADO, Manuel Pinto; ANTÓNIO, Miguel Félix, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Caixa Geral de Depósitos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [s. d.], [s. l.], p. 255.

⁷⁷⁵ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, p. 230.

⁷⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷⁷ Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma Biografia Política*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2010, p. 69.

⁷⁷⁸ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*.

⁷⁷⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 231.

⁷⁸⁰ *Idem*.

⁷⁸¹ *Idem*.

⁷⁸² *O Século*, *Ibidem*.

convidado para conferências e, neste período, amiúde pedia aos estudantes «que nunca abdicuem do seu direito à crítica, que nunca se deixem escravizar por doutrinas que só tenham a prestígia-las o bom nome de uma escola...»⁷⁸³; segundo expressava «‘não há intolerância pior que a intolerância científica...’»⁷⁸⁴. De resto, via no «‘bom humor’» o paliativo «(...) dos derradeiros anos e a mais suave relíquia e o mais doce vestígio de uma já distante mocidade...»⁷⁸⁵.

António Maria de Bettencourt Rodrigues faleceu a 4 de Outubro de 1933, precisamente um dia antes das comemorações da implantação da República em Portugal⁷⁸⁶, da qual guardava as memórias de juventude, não resistindo a visitar a Biblioteca da Universidade cada vez que visitava Coimbra para ali ficar «compulsando as duas primeiras séries da Fôlha»⁷⁸⁷. Contava 79 anos de idade e aparentava boa saúde, continuando activo durante a sua permanência no Monte Estoril, passeando ao sabor das horas, visitando famílias por quem nutria a maior estima, e recebendo pessoas por quem tinha uma manifesta consideração, como Júlio Prestes, presidente da república brasileira, e Júlio Mesquita, director d’*O Estado de S. Paulo*.

Dois dias antes, em passeio com Mesquita, confidenciava que «havia tido um ligeiro ameaço de ‘angina pectoris’»⁷⁸⁸. Manteve a disposição e a sua memória quase *cinematográfica* – caracterização que aplicou à entrada e saída de ministros do ministério dos negócios estrangeiros –, patente na atenção dada e na narrativa biográfica com que entreteve os convidados. Particular apreço exprimia pela estada brasileira e, mais especificamente, os momentos vividos em São Paulo⁷⁸⁹.

Os sintomas voltavam a molestá-lo às 6h; a família congregava-se enquanto Bettencourt Rodrigues rejeitava a proposta de ser assistido por um médico⁷⁹⁰. A sós com o genro, «pediu-lhe que fosse buscar um formulário de medicina e, consultando-o serenamente, foi descrevendo sintoma por sintoma, as várias fases do mal que o atacava»; em face da morte próxima, entendeu encará-la de forma estóica, segundo *O Século*⁷⁹¹. Os

⁷⁸³ Cit. de Bettencourt Rodrigues, in FERNANDES, *Ibidem*, p. 18.

⁷⁸⁴ Cit. de Bettencourt Rodrigues, in Idem, *Ibidem*.

⁷⁸⁵ Cit. de Bettencourt Rodrigues, in Idem, *Ibidem*, p. 19.

⁷⁸⁶ *O Século*, *Ibidem*.

⁷⁸⁷ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Por Estradas e Atalhos*, p. 49.

⁷⁸⁸ *O Século*, *Ibidem*.

⁷⁸⁹ Idem.

⁷⁹⁰ Idem.

⁷⁹¹ Idem.

sintomas agudos reincidiam às 10h20; Bettencourt Rodrigues morreu mesmo antes da intervenção dos médicos Madureira e Tacanho⁷⁹².

O funeral realizou-se a 5 de Outubro de 1933; o cortejo fúnebre partiu da residência no Estoril para o cemitério dos Prazeres, com chegada prevista para o meio-dia⁷⁹³. No Brasil, a morte de Bettencourt Rodrigues foi sentida profundamente, tendo surgido a ideia de mandarem colocar no túmulo de Rodrigues uma coroa de bronze, a qual, aos poucos, segundo as notícias que corriam n'*O Estado de S. Paulo*, foi contando com algumas adesões com vista à sua concretização⁷⁹⁴ em homenagem do médico e diplomata acarinhado em terras de Vera Cruz.

4.2. A criação da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1926

O ministério de António Maria de Bettencourt Rodrigues retomou os projectos concebidos anteriormente, como sucedera com o plano de Jaime Batalha Reis, de 1921, para a criação da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. Após a nomeação de Rodrigues para o MNE, em Julho de 1926, surgia o referido secretariado para atender às necessidades impostas pela participação de Portugal na S.D.N.. Em particular, para o tratamento da documentação, do estudo e da participação nas diferentes matérias apreciadas nas conferências das comissões da Liga. À luz do Tratado de Versalhes, o país comprometeu-se a colaborar de maneira assídua, enquanto membro fundador e integrante, na Sociedade das Nações. Também em 1921, Melo Barreto – Ministro dos Negócios Estrangeiros na época –, havia ponderado o inequívoco interesse da integração de Portugal no Conselho da Liga das Nações⁷⁹⁵.

A 5 de Janeiro de 1921, João Chagas elaborou um relatório sobre a 1.^a Assembleia da S.D.N., expondo as dificuldades determinantes da impossibilidade portuguesa em integrar aquele órgão; Chagas antecipava a formação de «*blocos* no interior da

⁷⁹² Idem.

⁷⁹³ Idem.

⁷⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, N.º 19633, 26 de Outubro de 1933, p. 6.

⁷⁹⁵ PACHECO, Cristina, *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*, p. 57.

instituição»⁷⁹⁶ a saber, o bloco dos Estados da América Latina – excluindo o Brasil –, o bloco balcânico (Checoslováquia, Jugoslávia e Roménia), o bloco dos países nórdicos (Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia) e o bloco de influência britânica (Austrália, Canadá e Nova Zelândia)⁷⁹⁷. Segundo Cristina Pacheco, a Espanha constituía uma incógnita para João Chagas, porém, «em diversas circunstâncias teria dirigido o bloco dos estados de língua espanhola»⁷⁹⁸. A Autora relacionava a eleição dos Estados para os assentos não permanentes do Conselho da Liga das Nações com os blocos em que se encontravam inseridos, o que afastava Portugal, ausente de qualquer das dinâmicas diplomáticas em curso⁷⁹⁹.

Em 1923, Bartolomeu Ferreira dava a conhecer as ideias de proximidade entre Portugal e a França, na esteira do desejo português de integrar o Conselho, assumindo que, atendendo à votação inglesa, os intentos nacionais seriam malogrados⁸⁰⁰. A intenção portuguesa «de vir a ser na Europa, no bloco geográfico-ibérico, o representante da civilização latina sul-americana, cujos pólos principais seriam a Espanha e o Brasil»⁸⁰¹, foi equação perfeita no pensamento *bettencourtiano*, o qual pretendia a criação de uma confederação luso-brasileira materializada no bloco luso-hispano-americano⁸⁰². A diplomacia portuguesa parecia convicta da projecção internacional alcançada pelo Brasil e pela Espanha enquanto membros do Conselho, apesar do «facto de, juntamente com a Inglaterra, os países sul-americanos serem os únicos a dispôr de uma máquina eleitoral capaz de impor candidaturas»; uma confiança suscitada pela eleição de Afonso Costa como Presidente da Assembleia da S.D.N., em 1926⁸⁰³.

Em Portugal, acalentava-se o apoio inexorável ao bloco ibero-americano – a formar –, o qual deveria ser composto por vinte e duas nações. As ambições portuguesas assentavam na relevância da cultura nacional entendido como factor importante no

⁷⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 58.

⁷⁹⁷ Idem.

⁷⁹⁸ Idem.

⁷⁹⁹ Idem.

⁸⁰⁰ Idem.

⁸⁰¹ Idem.

⁸⁰² BETTENCOURT-RODRIGUES, *Uma Confederação Luso-brasileira: factos, opiniões e alvitre*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923, p. 219.

⁸⁰³ «Esta convicção seria corroborada pelo facto de, logo em 1926, por ocasião da Assembleia Extraordinária da SDN, Afonso Costa ser eleito presidente dessa Assembleia depois de uma candidatura para a qual teriam trabalhado entusiasticamente o Brasil, a Espanha e o bloco sul-americano, ao qual se associaram outros países, entre os quais a França.» - Vide, nota de rodapé 167, in PACHECO, *Ibidem*, p. 59.

contexto europeu, na esteira na cultura latina⁸⁰⁴. Assim, com a subida ao poder de Primo de Rivera, em 1923, intensificou-se o movimento ibero-americano, com a nomeação de Melo Barreto para a Legação de Portugal em Madrid; como Pacheco salientou, em 1926, o *Diário de Notícias* – por causa da elevação a Embaixadas das Legações de Madrid e de Lisboa –, exaltou o império luso-espanhol, «uma vez que considerava que Portugal, a Espanha e a América Latina estavam em profunda identidade territorial, histórica e civilizadora perante os blocos de política internacional criados pelo pós-guerra»⁸⁰⁵. Bettencourt Rodrigues identificava-os na obra *Um Confederação Luso-Brasileira*, associando-os ao novo patamar das relações internacionais, a autêntica base da Sociedade das Nações.

Merece referência a carta de Melo Barreto, citada pela autora, sobre a formação do bloco luso-hispano-americano, dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a 30 de Março de 1926. Nessa missiva o diplomata assegurava que Portugal, Espanha, Brasil e Argentina seriam «dentro do bloco ibero-americano, as quatro grandes potências desse concerto parcial de nações»⁸⁰⁶; em réplica, poucos dias antes do 28 de Maio, o MNE criava a Comissão de Estudos Luso-Hispano-Americanos⁸⁰⁷.

Contextualizada neste ambiente, a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações definia-se organicamente durante a ditadura militar, pelas condicionantes supraenunciadas, de preocupação do regime com a dimensão externa e em especial, com a projecção portuguesa na Liga, em face das dificuldades financeiras, económicas e monetárias do país⁸⁰⁸. Nesta matéria, os portugueses instaram a organização internacional à concessão de um empréstimo financeiro no valor de 12 milhões de libras esterlinas, na sequência de outros pedidos congéneres à instituição, um procedimento que mereceu múltiplas interpretações internacionais⁸⁰⁹. Sublinhe-se, 1926 foi um ano de mudanças na S.D.N.; segundo Cristina Pacheco, a 7ª Assembleia da Liga das Nações terminava com

⁸⁰⁴ PACHECO, *Ibidem*, p. 59.

⁸⁰⁵ *Idem*.

⁸⁰⁶ Cit. Carta de Melo Barreto datada de 30 de Março de 1926, AHMNE, 3.º Piso, A.8, M.2 a 44, in PACHECO, *Ibidem*, p. 60.

⁸⁰⁷ PACHECO, *Ibidem*.

⁸⁰⁸ Documento da S.D.N. de 2 de Dezembro de 1927, contendo a carta do Governo Português (24 de Novembro de 1927) em comunicado. In *Proc. 48 Restauração financeira de Portugal. Empréstimo sob os auspícios*. Cota: S1/ E8/ P1/ N.º 85114.

⁸⁰⁹ CARVALHO, Soraia Milene, *O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações*, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (IDI/MNE), Abril de 2018, p. 1. [última visualização 9 de Maio de 2018] URL: https://idi.mne.pt/images/curiosidades/soraia_milene_carvalho.pdf

«modificações na forma da composição do Conselho e das regras relativas à eleição de membros não-permanentes, da duração dos mandatos destes e da condição da sua reeleição»⁸¹⁰, uma vez que a Alemanha havia conseguido o seu assento nesse órgão – o órgão decisor da Sociedade das Nações⁸¹¹. Com o ingresso alemão no Conselho, o número de lugares alargava-se para um total de 14⁸¹². Saliente-se, por outro lado, as saídas do Brasil e da Espanha da organização: o primeiro retirou-se a 14 de Junho de 1926 (por não conseguir um lugar permanente no Conselho; manteve-se como membro da Bureau International du Travail assim como das organizações económicas e sociais da S.D.N.)⁸¹³. O segundo abandonou a S.D.N. a 11 de Setembro do mesmo ano em protesto pelo malogro das reivindicações apresentadas desde 1921, de um lugar permanente no Conselho; a Alemanha, ao invés, obtinha a desejada posição no contexto da admissão à Sociedade das Nações, uma decisão para a qual Portugal contribuía activamente com o seu voto⁸¹⁴. Neste cenário, Portugal considerava-se apto para representar a Península Ibérica no Conselho da Liga das Nações, aproveitando o impacto da saída da vizinha Espanha⁸¹⁵. O MNE, em articulação com a Delegação Portuguesa enviada à S.D.N., mobilizou os esforços para obter uma votação favorável aos seus propósitos⁸¹⁶; em Agosto de 1926, Augusto de Vasconcelos comunicou ao MNE ser intenção alemã atribuir o seu voto a Portugal para o preenchimento da vaga no Conselho⁸¹⁷.

Na perspectiva do executivo português e do MNE, tratava-se de salvaguardar os territórios coloniais perante a eventualidade da Alemanha obter mandatos sobre as antigas colónias alemãs⁸¹⁸. António Maria de Bettencourt Rodrigues expressou o seu parecer a Alberto D'Oliveira⁸¹⁹: «Conquanto o assunto seja de cuidadosa consideração para todas as nações coloniais, não partilho as apreensões que sobretudo transparecem das declarações do Sr. Jaspar. Não temos Mandatos; não é portanto a nós que as críticas do membro alemão da Comissão de Mandatos se poderão dirigir directamente. Compreendo

⁸¹⁰ PACHECO, *Ibidem*, p. 63.

⁸¹¹ Vide, «Structure of the League» in GINNEKEN, Anique A. M. van, *Historical Dictionary of the League of Nations*, Colecção *Historical Dictionaries of International Organizations* N° 23, The Scarecrow Press, Inc., Oxford, 2006, p. 8.

⁸¹² Idem, *Ibidem*, p. 9

⁸¹³ Vide, «Brazil», in Idem, *Ibidem*, pp. 49-50.

⁸¹⁴ Vide, «Spain», in Idem, *Ibidem*, p. 176.

⁸¹⁵ PACHECO, *Ibidem*.

⁸¹⁶ Idem.

⁸¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 61.

⁸¹⁸ Idem.

⁸¹⁹ Idem.

o alcance levantado por essa nomeação nos meios coloniais francês e na União da África do Sul (...); nos Sul-africanos, porque as medidas anti-germânicas adoptadas ultimamente pelo Governo do SW africano, vão encontrar agora uma opposição directa e incómoda, o que, sob certos aspectos, não deixaria até de nos ser útil'»⁸²⁰. Posto isto, Freire de Andrade votou a favor da admissão da Alemanha no Conselho da Sociedade das Nações, merecendo nota de ressalva, na linha de Cristina Pacheco, que o voto de Portugal se constituiu no único atribuído por «um país beligerante e colonial»⁸²¹; ripostava em relação à Bélgica, à França e à Inglaterra que haviam votado desfavoravelmente. Em Agosto de 1927, confirmava-se a perspectiva de voto alemão à integração portuguesa no Conselho⁸²².

Relembre-se, Bettencourt Rodrigues tomou posse do cargo de ministro dos Estrangeiros a 12 de Julho de 1926. Três meses depois, a 20 de Outubro, o MNE recebia um ofício de Rodrigo Rodrigues – Chefe da Legação de Portugal na S.D.N. em Berna – dirigido ao Chefe da Secretaria (provisória) da Sociedade das Nações. Nessa missiva evocava as resoluções de constituição de uma Secretariado permanente na Delegação portuguesa em Berna⁸²³. A ausência de um organismo para garantir o regular funcionamento da representação portuguesa na Liga era enfatizada neste ofício.

Segundo Bettencourt Rodrigues, Portugal não podia desinteressar-se pela Sociedade das Nações; antes, deveria intensificar a presença. A participação do país era crucial, uma vez que na Conferência da Paz, os portugueses viram-se na contigência de serem remetidos ao «grupo das nações de interesses limitados»⁸²⁴; contudo, na linha *bettencourtiana*, o facto de Portugal ser detentor de um império colonial espalhado pelo mundo, deveria constituir-se na chave para a manutenção dos seus interesses na S.D.N.⁸²⁵

⁸²⁰ «Carta de 19 de Junho de 1927, AHMNE, 3º Piso, A.28, M.69», in PACHECO, *Ibidem*, p. 62.

⁸²¹ PACHECO, *Ibidem*, p. 62.

⁸²² «Carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 26 de Agosto de 1927, AHMNE, 3º Piso, A.3, M.23», in PACHECO, *Ibidem*.

⁸²³ Ofício de Rodrigo Rodrigues dirigido ao Chefe da Secretaria da Sociedade das Nações no MNE. 20 de Outubro de 1926. In *Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração*, in Arquivo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115.

⁸²⁴ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, Livraria Classica Editora, Lisboa, 1929, p. 22.

⁸²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 22-23.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros instava ao rompimento do limbo prevalecente entre Portugal e a Liga das Nações, patente na participação nacional nas Assembleias anuais da Sociedade das Nações; as mesmas deveriam ser incrementadas através do crescendo das relações tratadas com a Instituição, graças a «uma acção contínua e uma assídua colaboração em todos os seus organismos»⁸²⁶. A história da organização da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações traduz as dificuldades conjunturais subjacentes à transição entre dois regimes constitucionais – a I República Portuguesa e o Estado Novo. Designada pelo decreto n.º 12.674 de 6 de Novembro de 1926⁸²⁷, a novel entidade obedecia à lógica traçada por Jaime Batalha Reis, em 1921, nos dois textos produzidos sobre a carência do secretariado que assegurasse os trabalhos a desenvolver pela Delegação Portuguesa junto da S.D.N.

No primeiro memorandum, Batalha Reis – o representante português enviado à Comissão Redactora do Pacto da Liga das Nações – traçava a urgência da «organização de certos serviços impostos pelos actos da Conferencia de Paris e pelo consequente e gravíssimo estado político e social do mundo», o qual se desenvolvia a um ritmo célere⁸²⁸. Em 1 de Março de 1921, um novo memorandum esclarecia as estruturas necessárias à organização do Secretariado Português da Sociedade das Nações⁸²⁹. Batalha Reis, conhecedor da nova diplomacia encetada com a fundação da S. das N., explicitava-a atendendo às especificidades de conciliação necessária com a antiga diplomacia, «cuja missão utilíssima não acabou entretanto», marcada pela resolução nacional das questões despontadas entre os Estados⁸³⁰. Observando os papeis de defesa e ataque intrínsecos aos Estados (antiga diplomacia), as novas relações internacionais basear-se-iam na harmonização dos interesses daqueles. Batalha Reis alertou: «Seria perigoso que as antigas Direcções Políticas dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e os representantes acreditados, junto dos diversos Estados, tratassem as questões fora do ponto de vista estricto dos interesses nacionaes, como seria inadmissível que os Delegados á Assembleia, ou ao Conselho da Sociedade das Nações, e as entidades que, nos diferentes Ministerios nacionaes, superiormente os hão de dirigir, não tratassem com espirito internacional os

⁸²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 23.

⁸²⁷ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, Livraria Classica Editora, Lisboa, 1929, p. 25.

⁸²⁸ Cit. Jaime Batalha Reis, in Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁸²⁹ Idem.

⁸³⁰ Idem.

assumptos dos trabalhos da Sociedade das Nações, para que esta possa resolver-os sem nunca se chegar á guerra»⁸³¹. Ao diplomata, a distância entre o país e a S.D.N era incompreensível e contrária aos interesses nacionais.

O MNE, durante o exercício de funções de Bettencourt Rodrigues, revolucionou a forma de trato e de entendimento entre Portugal e Genebra. A organização definitiva do Secretariado, em Novembro de 1926, tinha em vista «o estudo e documentação de todas as questões portuguesas» que no âmbito da S.D.N. pudessem ser tratadas, sem prejuízo «das necessárias ligações entre esse organismo e as diferentes comissões e departamentos do ministério dos estrangeiros, ou de outros ministérios»⁸³². A desenvoltura diplomática portuguesa então prendia-se igualmente com a interjeição de Albert Thomas (1878-1932), director do Bureau International du Travail (B.I.T.), autor de uma missiva ao MNE, em 24 de Fevereiro de 1926, respeitante aos efeitos da ausência portuguesa na S.D.N., tão mais notada quanto o número de Estados representados em Genebra avolumava⁸³³.

A Organização Internacional do Trabalho⁸³⁴ integrava a Liga das Nações; os honorários da instituição formavam-se à parte do orçamento da S.D.N., sendo que o director do O.I.T. era responsável perante o Secretário Geral da Liga⁸³⁵. A Organização contemplava uma Conferência Geral dos Representantes dos Estados membros, assim como uma Secretaria Internacional do Trabalho controlada por um corpo executivo, composto por 12 representantes governamentais, «six representing employers and six representing workers»⁸³⁶. Contudo, a Conferência Geral deveria reunir, pelo menos, uma vez por ano, com delegações de cada estado formada por quatro membros⁸³⁷. Esta organização era autónoma, muito embora os membros do corpo executivo fossem escolhidos na Conferência e o director do Bureau fosse indicado por esse organismo⁸³⁸. Albert Thomas, o primeiro director da O.I.T. – socialista francês –, preservou a autonomia

⁸³¹ Cit. Memorandum de Jaime Batalha Reis, 1 de Março de 1921. In Idem, *Ibidem*, pp. 24-25.

⁸³² Idem, *Ibidem*, p. 25.

⁸³³ Cit. de Abert Thomas, 24 de Fevereiro de 1926. In Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁸³⁴ Vide, RODRIGUES, Cristina, *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*, Edições Afrontamento, Porto, 2013.

⁸³⁵ Vide, «International Labour Organisation (ILO)», in GINNEKEN, Anique A. M. van, *Historical Dictionary of the League of Nations*, Colecção *Historical Dictionaries of International Organizations* Nº 23, The Scarecrow Press, Inc., Oxford, 2006, p. 110.

⁸³⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 109-110.

⁸³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 110.

⁸³⁸ Idem.

da organização⁸³⁹, conforme se aprecia na correspondência ao MNE ou na filiação de Estados que abandonaram a Liga das Nações⁸⁴⁰. Para Thomas, o envio de uma «delegação completa às sessões da Conferência» constituía uma obrigação dos países «que se tornaram membros da Organização Internacional do Trabalho»⁸⁴¹.

Nas palavras do director da O.I.T., à luz do art.º 389 do Tratado de Versalhes, a República Portuguesa comprometera-se em fazer-se representar nas sessões do organismo, «por quatro delegados, sendo dois governamentais e os outros, respectivamente, dos patrões e dos operários»⁸⁴². O caso mudava de figurino com a intervenção do Tribunal Permanente de Justiça Internacional que, «n'um aviso consultivo de 31 de Julho de 1922», sublinhava que o compromisso intrínseco ao referido artigo constituía uma verdadeira incumbência «que ligava entre si as partes contractantes»⁸⁴³.

Bettencourt Rodrigues revelava-se apreensivo com o incumprimento dos compromissos assumidos pelo país, por «falta de um organismo apropriado»⁸⁴⁴ para atender às exigências das organizações internacionais, particularmente do Bureau International du Travail. Em Setembro de 1926, Bettencourt Rodrigues deslocava-se a Genebra para explicar os motivos da escassa presença portuguesa a Albert Thomas. Apresentava-se como presidente da Delegação Portuguesa à VI Assembleia da Sociedade das Nações e deixava a promessa de estudar e resolver o problema da representação nacional⁸⁴⁵.

Um mês depois a solução entrava em vigor, mas não sem dilemas estruturais a solucionar através da aplicação da reforma orçamental *bettencourtiana* do Ministério dos Estrangeiros e das despesas para com os funcionários e Legações de Portugal no exterior⁸⁴⁶. Por decreto com força de lei n.º 12.674, o MNE integrou o Secretariado da S.D.N, destinado aos trabalhos e relações a manter com o Bureau Internacional do Trabalho. Os elogios não tardariam; no dia 14 de Dezembro de 1926, Albert Thomas assinalava a iniciativa do executivo português com vivo interesse. Claramente,

⁸³⁹ Idem.

⁸⁴⁰ Idem.

⁸⁴¹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, pp. 26-27.

⁸⁴² Idem, *Ibidem*, p. 27.

⁸⁴³ Idem.

⁸⁴⁴ Idem.

⁸⁴⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 27-28.

⁸⁴⁶ Vide, “I - Serviços internos do ministério – Economia e reformas”, in Idem, *Ibidem*, pp. 13-39.

regozijava-se com a criação de uma estrutura na Secretaria Portuguesa em prol da O.I.T., dizendo conhecer bem «os sentimentos» de Bettencourt Rodrigues pelo Bureau International du Travail. Mostrava-se seguro das acções do ministro português para a concretização desta entidade estruturante para o desenvolvimento e maturação da diplomacia nacional no quadro das relações internacionais⁸⁴⁷. Concluiu a referida missiva com o pedido de rapidez no contacto entre a Secção da Secretaria Portuguesa destinada ao Bureau⁸⁴⁸.

A 10 de Novembro de 1926, A. M. Bartholomeu Ferreira enviou cópias de documentos fornecidos pelo Secretariado da Sociedade das Nações. Procurava demonstrar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a inexistência de «uma fórmula única consagrada para acreditar o representante de qualquer paiz junto da Sociedade das Nações»⁸⁴⁹. Remetia exemplares dos Países Baixos, do Canadá, de Roménia, de Letónia, da Albânia, da Polónia, da Jugoslávia, entre outros. Este procedimento devia-se à formalização da presença portuguesa na Liga uma vez criada a Secretaria Geral dos Serviços Portuguesa da Sociedade das Nações.

Neste contexto, evidencie-se a relevância do espólio da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, no qual constam documentos referentes ao Bureau Internacional da América Latina⁸⁵⁰. Num momento de charneira para as instituições políticas portuguesas e para a diplomacia internacional, a entidade em estudo constituiu-se em instrumento privilegiado dos intentos e actividades de Bettencourt Rodrigues, em prol da aproximação a Espanha, à Bélgica e aos países da América Latina, como demonstrado no capítulo anterior. Em face dos «pan-movements», impunha-se o estreitamento dos laços entre Portugal e os países latinos, de forma a protagonizar um dos capítulos da história da

⁸⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 28.

⁸⁴⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 28-29.

⁸⁴⁹ Ofício de A. M. Bartholomeu Ferreira. 10 de Novembro de 1926. In *Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração*, in Arquivo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115.

⁸⁵⁰ Documento do Bureau International de la Amerique Latine. In *Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração*, in Arquivo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115.

Sociedade das Nações: a emergência dos regimes autoritários que submeteram a S.D.N. a uma nova prova.

O objectivo português consistia em alcançar um assento no Conselho da Sociedade das Nações na linha do designado «pan-latinismo»; a prossecução deste propósito implicava fomentar as relações com a S.D.N., intensificar o relacionamento com as nações latinas da Europa e da América e com as organizações resultantes do movimento cultural exacerbado no pós-guerra (latinismo) como a «política internacional francesa» em conflito aberto com o hispanismo (movimento cultural que pretendia a união dos países sob influência espanhola)⁸⁵¹.

Os serviços da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações foram confiados a Augusto de Vasconcelos; Bettencourt Rodrigues reconhecia o êxito do funcionamento dos serviços graças à colaboração daquele diplomata. Destacava, em particular, a actividade desenvolvida em 1928 – dois anos volvidos após a sua criação –, visível nos inumeráveis impressos e publicações da Liga das Nações, 1136 notas e ofícios –260 pertenciam ao Bureau International du Travail –recepcionados pela Secretaria. Rodrigues evidenciava o elevado número de «relatórios e resultados de inquéritos» remetidos pelo MNE⁸⁵². As temáticas em análise conemplavam domínios tão diferenciados como mandatos, arbitragem, desarmamento, delimitação das fronteiras africanas, tráfico de armas e de munições, ópio e estupefacientes de outra tipologia, litígios internacionais sobre as questões económicas e jurídicas dos estrangeiros, codificação internacional sobre passaportes, formalidades aduaneiras, entre outros⁸⁵³.

A implementação da Secretaria permitiu a Portugal ratificar as convenções de trabalho (1919), «entre outras, as respeitantes a descanso semanal, a horas de trabalho, á reparação nas doenças profissionais e de desastres de trabalho, á igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionaes, em matéria de reparação d'esses desastres»⁸⁵⁴.

Todavia, convém determo-nos no Decreto n.º 12.674; segundo o mesmo, os serviços da S.D.N exerciam manifesta influência na política internacional⁸⁵⁵. Ressalve-

⁸⁵¹ BEIRED, José Luis Bendicho, *Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano*, Varia Historia, Belo Horizonte, Vol. 30, N.º 54, Set./Dez. 2014, p. 639.

⁸⁵² BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*, p. 29.

⁸⁵³ Idem.

⁸⁵⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 29-30.

⁸⁵⁵ *Decreto n.º 12:674, N.º 212-C, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria da Sociedade das Nações*, p. 1. In Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu

se, o diploma frisava o progresso das organizações da Liga das Nações pela seguinte ordem: organizações técnicas, económicas, financeiras, de higiene, da cooperação intelectual, das minorias e dos mandatos. Reconhecia o «trabalho de cooperação internacional, jamais realizado em todas as épocas da História» materializado na aproximação entre todos os continentes e «todas as raças»⁸⁵⁶. A questão colonial merecia referência no primeiro parágrafo no respeitante à administração e à prosperidade dos territórios, os quais estavam «intimamente ligados com a acção da Sociedade das Nações, em virtude de artigos do Pacto, em especial do artigo 23.º, que como nação fundadora da Sociedade das Nações e signatária do Tratado de Versalhes»⁸⁵⁷, Portugal se obrigava a fazer cumprir escrupulosamente.

O segundo parágrafo do decreto n.º 12.674 ilustrava a actividade diplomática portuguesa e os esforços de densificar a mesma através de mecanismos devotados ao efeito: «Têm os nossos diferentes Governos reconhecido o valor da Sociedade das Nações, acompanhado o seu desenvolvimento, seguido atentamente os seus trabalhos e colaborado eficazmente, por intermédio das suas delegações e delegados técnicos, em muitas das suas iniciativas e resoluções. Tudo se tem feito, porém, por uma inteligente iniciativa dos Ministros, na ausência de uma organização regular, mais por improvisação de momento que por funcionamento metódico de um organismo apropriado»⁸⁵⁸. Evidenciava-se que, após a assinatura do Tratado de Paz, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, concebia-se uma Secção para os conteúdos relacionados com a S.D.N., aludindo-se ao incentivo de Jaime Batalha Reis.

Posteriormente, o assunto merece a atenção de Júlio Dantas(1876-1962); ministro dos Estrangeiros (1921- 1922 e de novo em 1923) – considerava indispensável a coordenação dos serviços da Sociedade das Nações no MNE, encarregando «um funcionário na disponibilidade da direcção de uma secretaria provisória»; em 1925, Lago Cerqueira (1880-1945) – então ministro dos negócios estrangeiros interino (2 de Julho a 1 de Agosto de 1925) – esforçava-se por delinear uma chancelaria provisória em Genebra,

funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração, in Arquivo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115.

⁸⁵⁶ Idem.

⁸⁵⁷ Idem.

⁸⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 2.

«dentro dos mais escassos recursos orçamentais»⁸⁵⁹. A 23 de Outubro de 1925, A. M. Bartholomeu Ferreira – representante português nas Conferências em Genebra e responsável pela Legação de Portugal em Berna – oficiava ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, então Vasco Borges, evocando a portaria de 18 de Julho; nessa Cerqueira incumbia Rodrigo Rodrigues, adjunto da Legação de Portugal em Berna, de «proceder à organização dos serviços de Portugal junto da Sociedade das Nações»⁸⁶⁰. Em observância Rodrigo Rodrigues reunira-se com Bartholomeu em Berna para expor os propósitos da sua missão e pô-lo «ao corrente do plano que tinha em vista», em vésperas da VI Assembleia da S.D.N.⁸⁶¹. Bartholomeu Ferreira facultou ao interlocutor os elementos necessários à criação de uma Secretaria Geral. Rodrigo, instalado na cidade suíça, dedicava-se ao estudo orgânico do secretariado o qual interrompia devido à VI Assembleia da S.D.N.⁸⁶². A 5 de Setembro, as reflexões de Rodrigo Rodrigues chegavam às mãos de Bartholomeu Ferreira; este, por seu turno, remetia-as a Afonso Costa, presidente da Delegação Portuguesa. Segundo explicava: «porque entendi que não devia elle ser separado do estudo que o Sr. Dr. R. Rodrigues estava em via de preparar, que há poucos dias me entregou, e que era o complemento lógico do anterior»⁸⁶³. Bartholomeu manifestava inteira concordância com as ideias de Rodrigo Rodrigues para Secretaria Permanente; porém, ressaltava: «A verba proposta pelo Sr. Dr. R. Rodrigues na importância de Francos suíços 7550 é demasiadamente pequena; julgo que deveria ser elevada a 12 mil francos pelo menos»⁸⁶⁴. Transmittia, por cópia dos exemplares, os dois relatórios do adjunto da Legação de Portugal em Berna, para apreciação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, na época Vasco Borges (1882-1942)⁸⁶⁵.

A 1 de Dezembro de 1925, Afonso Costa telegrafava de Paris ao Ministro dos Negócios Estrangeiros; afirmava ser indispensável a Secretaria Permanente junto da Sociedade das Nações, apoiando a proposta remetida de Berna para arrendar instalações

⁸⁵⁹ Idem.

⁸⁶⁰ Offício de A. M. Bartholomeu Ferreira dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. 23 de Outubro de 1925. In *Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração, in Arquivo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115.

⁸⁶¹ Idem.

⁸⁶² Idem.

⁸⁶³ Idem.

⁸⁶⁴ Idem.

⁸⁶⁵ Idem.

para acomodar a dita Secretaria. Outrossim, manifestava apoio à definição das atribuições do Secretário o qual, na sua óptica, devia ficar dependente da Legação de Portugal em Berna⁸⁶⁶.

O ministro dos Negócios Estrangeiros nomeado em Julho de 1926, António Maria de Bettencourt Rodrigues, esforçou-se por solucionar este problema cuja grandeza e severidade justificavam os termos preambulares do decreto n.º 12.674. Reputada de «mesquinha» a situação portuguesa, em termos de representação, definia como vegetativo o estado do país face à Liga, se comparado com a opções dos diferentes países representados em Genebra, integrando a Assembleia e/ou o Conselho da Sociedade⁸⁶⁷. A França, a Inglaterra e a Itália possuíam secções especiais de Secretaria que funcionavam em Paris, em Londres e em Roma, «além dos Secretariados em Genebra»⁸⁶⁸. Bettencourt enfatizava o exemplo de trinta nações, sem contar com as dez detentoras de assento no Conselho, com representantes diplomáticos acreditados na S.D.N., o Chile, por exemplo, «com categoria de Embaixador, especialmente enviado para essa representação», apesar da existência de chancelarias permanentes alemã, argentina, austríaca, canadiana, chilena, finlandesa, húngara, irlandesa, lituana, checoslovaca e venezuelana em Genebra⁸⁶⁹.

Em 1925, países como a Abissínia, a Colômbia, a Costa Rica, Cuba, a Estónia, a Guatemala, as Honduras, o Luxemburgo, a Nicarágua, o Paraguai, o Perú e Portugal não possuíam representação efectiva na Liga das Nações⁸⁷⁰. Bettencourt antecipava que a criação de uma Secretaria definitiva não acarretava aumento significativo na despesa, se secundada por uma reforma orçamental. Salientava: «Tanto o secretário geral, como o chefe de repartição na disponibilidade, chamados legalmente a serviço, continuarão percebendo os vencimentos que já recebem e o chefe da Secretaria em Genebra, passando a ser um funcionário do quadro, receberá apenas uma verba para despesas de representação, muito inferior àquela que hoje se atribui ao funcionário interino que estava desempenhado o lugar»⁸⁷¹. Rodrigues concretizava: «Por uma vez ao menos o provisório,

⁸⁶⁶ Telegrama de Afonso Costa dirigido ao MNE. Paris, 1 de Dezembro de 1925. In Idem, *Ibidem*.

⁸⁶⁷ Decreto n.º 12:674, N.º 212-C, *Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria da Sociedade das Nações*, p. 2. In *Proc. 25 e 77... Criação da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da SDN - seu funcionamento. Diversos sobre pessoal e administração*, in *Arquivo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E08 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 85115.

⁸⁶⁸ Idem.

⁸⁶⁹ Idem.

⁸⁷⁰ Idem.

⁸⁷¹ Idem, *Ibidem*, pp. 2-3.

nos serviços públicos, passará a definitivo sem largas despesas orçamentais»⁸⁷², peso que constituía sempre o recuo da instituição categórica do secretariado.

O diploma que organizava definitivamente o Secretariado da Sociedade das Nações e a representação portuguesa na S.D.N. «e das instituições que dela emanaram», elencava as causas determinantes da não representação na Organização Internacional do Trabalho: a falta de representantes operários para enviar às Conferências, a impossibilidade de realização de estudos e de dar resposta assídua às solicitações da Organização⁸⁷³. Apesar da intervenção de Albert Thomas, a mobilização do executivo português relacionava-se com o seguinte: «Agora, sobretudo, que a essa organização foi entregue o estudo e a promulgação de um Estatuto do trabalho indígena, não podemos nem devemos desinteressar-nos dos seus trabalhos e da sua actividade»⁸⁷⁴.

O decreto com força de lei n.º 12.674, à luz do art. 1.º determinava o desempenho dos serviços relativos às relações entre o Governo Português e a S.D.N., os quais seriam executados por uma Secretaria Geral que integrava o quadro dos funcionários do MNE; por uma Delegação representativa do país nas Assembleias Gerais e/ou nos Conselhos; por um Ministro Plenipotenciário (o Ministro de Portugal em Berna, a acreditar na Liga), com uma chancelaria em Genebra.

O art. 2.º indicava as competências da Secretaria: a centralização e ordenação da correspondência relacionada com a S.D.N., a organização dos processos e a troca de correspondência necessária à Organização Internacional e afins; preparação dos processos a tratar pelas Delegações nas Assembleias e/ou Conselho, mas também nas conferências; era também incumbência despachar instruções aos delegados portugueses; a correspondência com o Ministro junto da Liga das Nações de maneira a mantê-lo informado sobre «os assuntos pendentes e fornecendo-lhe os respectivos documentos»; a organização do arquivo dos serviços que tratavam com as instâncias internacionais, na esteira de um acervo de colecção de documentos e publicações da S.D.N.: «Resoluções, actas e publicações da Sociedade das Nações, publicações sobre a Sociedade das Nações; Actas dos Congressos das associações nacionais para a Sociedade das Nações; Documentação referente às questões portuguesas que possam ser tratadas na Sociedade das Nações; Jurisprudência emanada das resoluções da Assembleia, do Conselho, ou dos

⁸⁷² Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁸⁷³ Idem.

⁸⁷⁴ Idem.

Tribunais da Sociedade das Nações»; o estabelecimento de vínculo entre as comissões e organismos no MNE ou de outros ministérios com a S.D.N., por via directa ou tendo por intermediária a Chancelaria Portuguesa⁸⁷⁵.

O art. 3.º correspondia às competências da delegação portuguesa às Assembleias da Liga das Nações, e/ou aos Conselhos, a qual deveria intervir em todos os assuntos, de forma a assegurar os deveres e os direitos do país. A delegação deveria desenvolver as negociações entabuladas com outras Delegações de diferentes países, na sequência dos interesses nacionais e conforme decisão do executivo⁸⁷⁶. O art. 4.º respeitava às competências do Ministro Plenipotenciário acreditado na S.D.N. que deveria interagir directamente ou por intermédio da sua chancelaria, com o Secretariado Geral da S.D.N., com o Conselho e restantes organismos de interesse para Portugal, de forma a preparar o trabalho das Delegações à Assembleia, «ou às diferentes conferências internacionais promovidas pela Sociedade das Nações». Ressalvava-se, o Ministro Plenipotenciário representaria Portugal nas conferências sempre que o Governo o entendesse⁸⁷⁷.

O art. 5.º incidia nas competências da chancelaria portuguesa da Sociedade das Nações; dela dependia o tratamento da correspondência estabelecida entre a representação portuguesa e o MNE, sobre o Secretariado, o Conselho e restantes «organismos deles dependentes»; as diligências e outros serviços das delegações portuguesas no decurso das Assembleias, dos Conselhos e/ou das Conferências; competia-lhe a organização de um arquivo documental para consulta das delegações portuguesas respeitante aos serviços gerais e técnicos especiais da Liga das Nações; a prestação de um serviço de informação permanente «de todos os pormenores da vida e funcionamento da Sociedade das Nações» que pudessem respeitar/interessar a Portugal; cabia-lhe a propaganda dos serviços portugueses no país, relacionados com a Sociedade das Nações⁸⁷⁸.

O art. 6.º apresentava a composição da Secretaria Geral dos Serviços da Sociedade das Nações, constituída por um Secretário Geral, chefe de missão de 1.ª Classe; um Chefe de Repartição, correspondente a Chefe de missão de 2.ª Classe; um Secretário, o qual 2º

⁸⁷⁵ Idem.

⁸⁷⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 4-5.

⁸⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 5.

⁸⁷⁸ Idem.

oficial; e uma dactilógrafa⁸⁷⁹. No art. 7.º esclarecia a composição da delegação portuguesa às Assembleias da S.D.N.: três delegados efectivos, um dos quais o Secretário Geral dos Serviços da Liga, e um delegado adjunto⁸⁸⁰. No art. 8.º esclarecia a composição da chancelaria portuguesa da S.D.N., sediada em Genebra, sob a responsabilidade de um primeiro secretário de Legação do quadro do MNE, «tendo preferência para a nomeação os funcionários que conheçam praticamente os serviços da Sociedade das Nações»; um dactilógrafo com conhecimentos de português e francês⁸⁸¹. O art. 9.º previa a possibilidade do executivo português organizar «comissões especiais de representação nacional em organizações técnicas da Sociedade das Nações», estabelecendo o relacionamento por via directa ou intermediária⁸⁸².

O art. 10.º organizava a secção prometida a Albert Thomas, na Secretaria Geral dos Serviços da Sociedade das Nações, destinada com o Bureau International du Travail (B.I.T.)⁸⁸³. No art. 11.º explicava-se que tal secção centralizaria toda a correspondência entre o B.I.T., servindo de ligação com o Ministério do Comércio, o Instituto de Seguros Sociais Obrigatório e de Previdência Geral e qualquer outra Repartição ou Instituto necessária ao relacionamento com a Organização Internacional do Trabalho⁸⁸⁴. O art. 12.º atribuía o cargo da Secção a um primeiro oficial, Chefe de Secção do Ministério do Comércio, com conhecimentos especializados⁸⁸⁵. O art. 13.º respeitava matérias financeiras: o 1.º secretário de Legação, Chefe da Chancelaria em Genebra, seria abonado com os vencimentos e a verba para as despesas de representação «acrescida de 45 libras mensais»⁸⁸⁶. O vencimento do funcionário do Ministério do Comércio, encarregado da Secção do Bureau, correspondia ao valor recebido do Ministério do Comércio⁸⁸⁷.

Segundo o art. 14.º, os lugares de chefe de missão de 1.ª Classe (Secretário Geral) e do Chefe de Missão de 2.ª Classe (chefe de Repartição) seriam providos nos funcionários então em funções na Secretaria Provisória da Sociedade das Nações; o

⁸⁷⁹ Idem.

⁸⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 6.

⁸⁸¹ Idem.

⁸⁸² Idem.

⁸⁸³ Idem.

⁸⁸⁴ Idem.

⁸⁸⁵ Idem.

⁸⁸⁶ Idem.

⁸⁸⁷ Idem.

provimento dos lugares de 2º Oficial na Secretaria Geral e do 1º Secretário de Legação Chefe da Chancelaria em Genebra, obedeceriam aos «termos da legislação vigente»⁸⁸⁸.

O art. 15.º autorizava o Governo a decretar «a abertura de créditos especiais» necessários ao vencimento dos funcionários ou «quaisquer transferências, no todo ou em parte, de verbas, sem as restrições impostas por leis anteriores»⁸⁸⁹. No art. 16.º respeitava os vencimentos «sob designação de emolumentos dos funcionários», assim como às «imposições legais respectivas», encargo do cofre geral de emolumentos do MNE⁸⁹⁰. O decreto era subscrito por todos os membros do executivo, José Ribeiro Castanho, Manuel Rodrigues Júnior, Sinel de Cordes, Jaime Afreixo, António Maria de Bettencourt Rodrigues, Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa, João Belo, Artur Ricardo Jorge e Felisberto Alves Pedrosa, e promulgado por Óscar Carmona⁸⁹¹, em 6 de Novembro de 1926.

Organizada a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, iniciou-se um novo período para Portugal. A 6 de Fevereiro de 1928, Augusto de Vasconcelos notava a inscrição da delegação da República na Comissão Executiva dos Tratados de Pazna, alínea referente aos serviços da Sociedade das Nações no estrangeiro (cap. 93, art.º 34)⁸⁹². O diplomata solicitava a atribuição de um conto de reis do orçamento dos Serviços da S.D.N., fixado em 55.00000, ao capítulo 2, art.º 1, sob a rubrica «Trabalhos Extraordinários a executar para a Secretaria Geral de despesas de material e expedientes inerentes aos mesmos trabalhos. Vasconcelos architectava o preenchimento da lacuna sem o aumento de despesa, obtendo a concordância do ministro dos negócios estrangeiros, Bettencourt Rodrigues⁸⁹³. A 11 de Fevereiro de 1928, o MNE recebia um ofício da Secretaria Geral dos Serviços Portugueses da Liga das Nações dirigido à 3.ª Repartição de Contabilidade Pública, na qual se comunicava a cópia da proposta ao Secretário Geral daqueles serviços, o qual obteve a concordância de Bettencourt Rodrigues.

⁸⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁸⁸⁹ Idem.

⁸⁹⁰ Idem.

⁸⁹¹ Idem.

⁸⁹² Ofício de Augusto de Vasconcelos dirigido a Bettencourt Rodrigues. Lisboa, 6 de Fevereiro de 1928. In Idem, *Ibidem*.

⁸⁹³ Idem.

Assim operava-se o estabelecimento definitivo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. Em simultâneo, como antes mencionado, Bettencourt Rodrigues empenhava-se na aproximação luso-brasileira através de uma confederação, sublinhando as vantagens desta ligação face ao relacionamento luso-inglês, sem desatender às desvantagens (enjeitadas pelo Autor) de um contacto estreito com o Brasil. Em suma, Bettencourt Rodrigues revelava-se um promotor da ideia do ibero-americanismo, acompanhando a dinâmica da formação de blocos étnico-raciais no âmbito do Conselho da Liga das Nações.

Os interesses nacionais também se perscrutavam na dimensão financeira, atendendo à necessidade de saneamento das contas públicas portuguesas. Nessa medida, o MNE empenhava-se na formalização do pedido de um empréstimo financeiro à Sociedade das Nações, a 4 de Novembro de 1927, o qual viria posteriormente a ser rejeitado pelo estado português⁸⁹⁴. Por outro lado, o Bureau International du Travail apresentava-se como um cenário preferencial dos interesses nacional em face da discussão subordinada ao trabalho indígena. Todas estas matérias confluíam em algo que só seria vantajoso se os portugueses lograssem o estreitamento dos laços com a S.D.N., avizinhandos-se quanto possível do centro decisor: o Conselho.

5. A Sociedade das Nações e a Agricultura Europeia – Problemas e Soluções Apontadas

Na perspectiva de Bettencourt Rodrigues, a ordem internacional surgida no pós I Guerra Mundial arrastava consigo um reagrupamento económico das nações, o qual interpretava não como «fenómenos transitórios»⁸⁹⁵, antes como a estrutura duradoura da Europa, forjada por um conflito inacabado. Partindo desta premissa, será pertinente interrogarmo-nos de que forma o entendimento do Autor nos possibilita a compreensão de um dos pontos constantes no seu discurso: os Estados formariam *blocos* internacionais com o objectivo da autossuficiência⁸⁹⁶ – especialmente os povos latinos no que respeitava

⁸⁹⁴ CARVALHO, *Ibidem*.

⁸⁹⁵ LÉON, Pierre (dir.), *História Económica e Social do Mundo – Guerras e Crises 1914-1947*, Vol. V, Tomo I, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982, p. 5.

⁸⁹⁶ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Prováveis alianças e agrupamentos de nações. Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923, p. 12.

os produtos essenciais⁸⁹⁷—, atendendo à tendência do pós Grande Guerra de acréscimo das barreiras alfandegárias. Para Bettencourt, o mundo dividir-se-ia em «blocos regionais», qual «tendência global» em muito subsidiária da Sociedade das Nações⁸⁹⁸. Relembrando: a Alemanha e a Rússia formariam uma aliança constituindo um bloco germano-eslavo; a Inglaterra e os Estados Unidos da América integrariam com os domínios e colónias britânicos uma Commonwealth; o Japão exerceria a sua hegemonia no continente asiático; a Espanha e as repúblicas espanholas formariam um outro bloco; e Portugal ver-se-ia na contingência de assegurar para si o Atlântico Sul amparado pelo Brasil, uma Commonwealth *à portuguesa*⁸⁹⁹.

A vaga inflacionista do pós Guerra comportava novas repercussões nos sistemas de transportes marítimo e ferroviário, então profundamente abalados pelos efeitos do conflito, como a Sociedade das Nações reconhecia⁹⁰⁰. Assim, o nosso trabalho visa analisar uma das questões mais prementes para a Europa e, naturalmente, para a Sociedade das Nações, desde o final da Grande Guerra até ao início dos anos 30. Pretendemos, por outro lado, aferir a lógica *bettencourtiana* sobre a necessidade dos países, principalmente os latinos, criarem fontes de riqueza específicas, através da produção e exportação⁹⁰¹. Muito justamente, neste contexto as conferências da S.D.N foram dominadas, entre outros assuntos, pelos debates relativos à crise cerealífera e do açúcar no mercado europeu. No limite, a necessidade imperiosa de prover alimento transformava-se em matéria de relevância inquestionável e, simultaneamente, uma das causas de dissídio do pós-guerra. Ou, na expressão *bettencourtiana*, premissa dominante da segunda parte da Grande Guerra.

Tendencialmente, a I Guerra Mundial é interpretada na dimensão industrial constituindo-se na «great industrial war»⁹⁰²; todavia, como alguns autores salientam, o conflito revelou-se, igualmente, na sua vertente agrícola tornando-se numa contenda por recursos alimentares capazes de decidir o período de antagonismo na Europa e no

⁸⁹⁷ Idem.

⁸⁹⁸ Vide, SAALER, Sven; SZPILMAN, Christopher W. A., «Pan-Asianism as an Ideal of Asian Identity and Solidarity, 1850-Present». In *The Asia-Pacific Journal*. [Consultado em: 2018/01/26] Disponível em: <https://apjif.org/2011/9/17/Christopher-W.-A.-Szpilman/3519/article.html>

⁸⁹⁹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*.

⁹⁰⁰ LÉON, *Ibidem*, pp. 8-9.

⁹⁰¹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Ibidem*.

⁹⁰² OFFER, Avner, *The First World War – An Agrarian Interpretation*, Clarendon Press, Oxford, 1989, p. 1.

mundo⁹⁰³, como no período subsequente atenta a ligação entre os sectores primário e secundário. O recuo verificado nas trocas comerciais depois do conflito, a uma escala mundial, contribuiu manifestamente «para quebrar o espaço europeu» aumentando a disparidade entre os países agrários e os países industrializados⁹⁰⁴, numa linha de velocidades a que Europa não conseguia ser uníssona na sua totalidade, como ainda hoje não alcança. No final da década de 1920, a intersecção dessas realidades parecia assemelhar-se a «uma restauração progressiva» dos laços económicos entre Estados agrícolas e Estados industriais, na medida em que se intensificava as reivindicações dos primeiros devido ao difícil acesso dos seus produtos nos mercados da Europa ocidental. Tal dinâmica culminava na Conferência de Varsóvia, em Agosto de 1930, e na constituição de um bloco agrário formado pelos países balcânicos e de leste, um grupo do qual só a Checoslováquia beneficiava da industrialização⁹⁰⁵.

Os problemas da agricultura europeia começaram a ser estudados e repensados desde 1905, através de uma fundação criada para essas finalidades – o Instituto Internacional de Agricultura. Esta instituição alcançava especial alento a partir de 1919, graças à criação da Sociedade das Nações, intensificando a actividade no final dos anos 20, no âmbito da referida Organização Internacional. Para tal concorria de igual modo o descalabro económico de alguns países europeus nessa época. Sublinhe-se as preocupações da instituição persistem na actualidade conforme se aprecia na Política Agrícola Comum da União Europeia.

O nosso objectivo consiste em acrescentar novos contributos a uma temática remetida ao limbo do esquecimento, a saber, o papel desempenhado pela Sociedade das Nações no domínio das questões e actividades agrícolas do pós Grande Guerra. Enfatize-se, por isso, as preocupações da Comissão de Estudos para a União Europeia, as quais antecipavam a necessidade da liberdade de circulação na Europa, mesmo após 1923 – salientando-se as modificações do mapa político nesse ano «estendendo-se [até aí] a agitação que caracteriza o pós-guerra»⁹⁰⁶ atendendo às repercussões do Tratado de Lausanne e da *Nova Política Económica* (NEP)⁹⁰⁷. A S.D.N tentaria, por seu turno, amenizar as formalidades

⁹⁰³ Idem.

⁹⁰⁴ LÉON, *Ibidem*, p. 13.

⁹⁰⁵ Idem.

⁹⁰⁶ MENESES, Filipe Ribeiro de, *Os Limites Cronológicos da I Guerra Mundial*, in revista *Relações Internacionais*, Junho 2014, N.º 42, Lisboa, pp.29-30.

⁹⁰⁷ Idem.

aduanейras através de uma *Convenção para a Simplificação* das mesmas⁹⁰⁸ mas sem lograr «a liberdade de circulação de antes da guerra»⁹⁰⁹.

A alteração das fronteiras no pós-guerra com a consecutiva ruptura dos circuitos económicos e das unidades monetárias graças ao «desmantelamento dos grandes espaços económicos», era acrescida da impossibilidade do retorno ao padrão-ouro dominante antes de 1914. Por outro lado, a consecutiva balcanização na Europa através do fim do império Austro-húngaro – e da circulação de uma moeda nessas regiões onde o Banco Áustria-Hungria dominava⁹¹⁰ –, além dos interesses inconciliáveis desses países⁹¹¹, conduziria à ideia de uma Pan-Europa, aproveitada por Louis Louchet com o intuito de criar um Conselho Económico Pan-Europeu⁹¹²; mais tarde, com Aristide Briand, aflorar-se-ia melhor a génese de uma União Europeia.

Uma das figuras de proa do movimento pan-europeu, o Conde Richard Nikolaus Graf Coudenhove-Kalergi (1894-1972) – autor do livro *Pan-Europe*, em 1923, no ano da publicação da obra de Bettencourt Rodrigues respeitante ao agrupamento de nações, base da S.D.N. – concebia pela primeira vez, «the elimination of duties on agricultural goods», no 4.º e 5.º Congresso Pan-Europeu respectivamente, realizados em Viena, entre Maio de 1935 e Novembro 1937⁹¹³. Já Louis L. Snyder (1907-1993) – erudito norte-americano que acompanhou de perto a ascensão do Partido Nacional Socialista desde 1923 e autor de extensa obra sobre a matéria – colocava a possibilidade de um mercado comum entre os povos europeus⁹¹⁴.

A importância da agricultura e a «crise» sentida por este sector durante o período entre guerras era inquestionável. Na esteira das dificuldades observadas nos anos anteriores ao conflito mundial, as quais inspiravam, como referido, a criação do Instituto Internacional de Agricultura em 1905, com sede em Roma. Esta organização caracterizou-se como uma

⁹⁰⁸ Comunicado ao Conselho e aos Membros da Sociedade (Genebra, 31 de Outubro de 1924), intitulado «1. Convention internationale pour la simplification des formalités douanières. 2. Protocole de la Convention internationale. Genève, le 3 novembre 1923». In Acervo documental da Secretaria Portuguesa da S.D.N. das Nações, Instituto Diplomático do MNE, *Proc. 8 – Questões Económicas e Financeiras. Questões Aduaneiras. Proc. 32 – Nomenclatura aduaneira. Aplicação pelos vários Países das Formalidades Aduaneiras*. Cota:S03/E94/P07/38455.

⁹⁰⁹ LÉON, *Ibidem*, p. 9.

⁹¹⁰ *Idem*, p. 10.

⁹¹¹ *Idem*.

⁹¹² *Idem*, p. 12.

⁹¹³ SNYDER, Louis L., *Macro-Nationalisms. A History of the Pan-Movements*, Greenwood Press, London, 1984, p. 73.

⁹¹⁴ *Idem*, *Ibidem*.

das estruturas internacionais mais antigas aquando da formulação da Liga das Nações. Cessava de existir no pós II Guerra Mundial (em 1948), momento de transferência das competências respectivas para a FAO (Food and Agriculture Organization of the United States) – fundada no Quebec, Canadá, com sede em Roma -, integrada na ONU. Todavia, com o aparecimento da Liga das Nações, em 1919, o Instituto permaneceu autónomo face a esta, verificando-se uma cooperação técnica entre as Instituições⁹¹⁵ que, inequivocamente, pretendia resolver os problemas intrínsecos às superproduções e aos fenómenos isolacionistas da Europa e do mundo.

A análise desenvolvida neste capítulo incidirá nos anos subsequentes à I Guerra Mundial e ao *crash* bolsista de 1929, atendendo-se à viragem da década seguinte, dominada pelo aprofundamento das experiências autoritárias e totalitárias no espaço europeu. Sublinhe-se, porém, a relevância destes regimes adquirida também através da carestia de vida das populações, pretexto para a mobilização de massas, cujos efeitos a Sociedade das Nações identificou e, em função disso, tentou suster. A partir de 1930 multiplicaram-se as reuniões, as conferências, os trabalhos produzidos assiduamente sobre o escoamento dos *stocks* de cereais na Europa, uma das preocupações da S.D.N.e sobre a questão açucareira, sem desatender a outras matérias como o cacau, produto em torno do qual se formaria uma entente, assunto a desenvolver no capítulo seguinte. Pretendemos aferir as configurações deste fenómeno através da análise da situação agrícola europeia vertida para a Liga, deslindando os problemas suscitados e as soluções apontadas pela Sociedade das Nações para solucionar uma guerra económica e comercial no Velho Continente. Entre os diversos produtos agrícolas que preencheram as sessões da S.D.N., seleccionámos o trigo e o açúcar para abordarmos neste capítulo do trabalho dada a importância manifesta na maioria dos países europeus e as fracturas produtivas verificadas no período entre guerras, com repercussão nos debates acesos das sessões da Organização Internacional.

5.1. A Liga das Nações e o Instituto Internacional de Agricultura (1905-1948)

⁹¹⁵ Vide, «International Institute of Agriculture», in GINNEKEN, Anique A. M. van, *Historical Dictionary of the League of Nations*, Colecção *Historical Dictionaries of International Organizations* Nº 23, The Scarecrow Press, Inc., Oxford, 2006, p. 31.

Um palácio construído em dezoito meses às expensas do monarca italiano⁹¹⁶, que coroava «uma elevação de terreno logo à entrada da vila Borghese, do lado da praça do Povo, onde altos pinheiros mansos veem tocar as janelas e paredes» do edifício situado na Vila Umberto I, foi a descrição que D. Luiz de Castro (1868-1928) – agrónomo e lente catedrático do Instituto de Agronomia Veterinária⁹¹⁷ - fizera das instalações que albergara o Instituto Internacional de Agricultura, em Roma.

A convenção fundacional decorreu em 7 de Junho de 1905, subscrita por 41 Estados⁹¹⁸, em Roma, salvaguardando a manutenção da organização internacional⁹¹⁹; posteriormente o número de membros alargava-se com a adesão de mais 33 Estados e colónias⁹²⁰; a primeira Assembleia Geral realizou-se em Novembro de 1908 e contou com 48 Estados⁹²¹. A ideia de uma organização internacional com vista a solucionar os problemas agrícolas do mundo foi encarada, por autores como D. Luiz de Castro, na esteira de Léon Bourgeois, como o momento primordial da autêntica fundação da Sociedade das Nações, advogando: «A sociedade das nações está criada. Está bem viva»⁹²². O sector agrícola/agrário enquanto sustentáculo essencial do mundo, era entendido - antes da criação da Liga – como a estrutura económica e social capaz de promover a guerra ou a paz entre os povos, premissa sintomática do clima de uma época marcada por fortes desfasamentos entre as sociedades rurais e industrializadas⁹²³.

Fundado na mesma cidade em que se instalou, o Instituto Internacional de Agricultura era caracterizado por D. Luiz de Castro como a inevitabilidade atendendo à evolução histórica dos latinos – descendentes de Roma Antiga –, os quais, sublinhava, terem sido

⁹¹⁶ CÂMARA, António Pereira de Sousa da, *A Dissolução do Instituto Internacional de Agricultura de Roma e o Enquadramento das suas Actividades na FAO*, Separata da Revista Agronómica, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, 1949, p. 162.

⁹¹⁷ CASTRO, D. Luiz de, *O Instituto Internacional de Agricultura (Roma). Conferência proferida na Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal em 30 de Abril de 1910*, Separata da Revista Agronómica, Lisboa, 1910.

⁹¹⁸ Idem, p. 14.

⁹¹⁹ *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais potências: 1922-1923*, Parte I, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível online [visualizado pela última vez em: 11 de Agosto de 2018]: http://www.fmssoares.pt/aeb/biblioteca/indices_resumos/indices/011820.htm

⁹²⁰ CÂMARA, António Pereira de Sousa da, *A Dissolução do Instituto Internacional de Agricultura de Roma e o Enquadramento das suas Actividades na FAO*, Separata da Revista Agronómica, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, 1949, p. 162.

⁹²¹ Idem.

⁹²² Idem, *Ibidem*, p. 14.

⁹²³ LÉON, Pierre (dir.), *História Económica e Social do Mundo – A Dominação do Capitalismo 1840-1914*, Vol. IV, Tomo I, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982, p. 5.

sempre «uma associação de agricultores»⁹²⁴, para os quais a agricultura era «d’uma sciencia d’Estado»⁹²⁵. Em conferência proferida na Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal, no dia 30 de Abril de 1910, o Autor explicava a unidade de Itália – remontando a 1870 – e o *risorgimento* político da Lombardia, do Piemonte e da Liguria na esteira do êxito e multiplicação das caixas rurais⁹²⁶. Castro defendia o socialismo reformista, em regime monárquico, observando o efeito respectivo no operariado rural: «é ahi que o movimento associativo, mormente para o credito, mais longe tem ido nos campos»⁹²⁷. Atendendo ao juro usurário, com valores entre 4% e 12% ao mês, o agrónomo enfatizava a importância das caixas económicas e o papel do estado italiano. Segundo explicava, a primeira caixa rural surgiu em Lombardia, em 1883, amparada pelo Congresso Católico⁹²⁸; em 1910, existiriam mais de mil, «catholicas e neutraes, com 100 mil membros talvez e, emprestando em cada anno perto de 4.000 contos de réis»⁹²⁹ aos produtores e trabalhadores agrícolas.

Victor Emanuel III – monarca italiano de 1900 a 1946 – tentou promover o espírito associativista, «uma associação agrária das nações do mundo»⁹³⁰. Maggiorino Ferraris (1856-1929) – economista e político italiano – propusera «o estabelecimento pelo Estado de Uniões semelhantes, obrigatórias, em cada provincia», com o objectivo de organizar «uma gigantesca cooperativa nacional que abrangesse todos os agricultores e proovesse á maior parte das suas necessidades», através do «fornecimento de sementes, adubos, machinas e gados», coadjuvando na propaganda de instrução e de aperfeiçoamento, sem prejuízo as «cathedras ambulantes». Sublinhava a questão do «fabrico cooperativo de vinho, manteiga, queijo, azeite» e a constituição de um banco para concessão de empréstimos agrícolas a 4%, «do qual seriam agencias as estações postaes, fazendo parte do fundo d’essa instituição os 10.000 contos de réis annuaes que recebe a Caixa Economica Postal»⁹³¹. O Autor aludia a revolução agrícola encetada na Itália, com paralelo na Dinamarca e na Irlanda, possibilitando a exportação de manteiga e queijo a partir do coração do antigo império romano⁹³².

⁹²⁴CASTRO, *Ibidem*, p. 6.

⁹²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 5.

⁹²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 8.

⁹²⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 8-9.

⁹²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁹²⁹ Idem.

⁹³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 11.

⁹³¹ Idem, *Ibidem*, p. 12.

⁹³² Idem.

Mediante o exposto, D. Luiz de Castro concluía: «Esta orientação do progresso agrícola, que não devo n'este ensejo aprofundar mais a despeito do interesse que merece, demonstra – e só para isso a trouxe para aqui – como o meio formado pela tradição, evolucionado sempre dentro do progresso, predispunha naturalmente o homem, que é a incarnação da pátria italiana, a aceitar e a adoptar com entusiasmo a ideia que da America lhe trouxe o sr. David Lubin e é o fundamento do Instituto Internacional de Agricultura»⁹³³. Inspirado pelo norte-americano David Lubin (1849-1919), o Instituto Internacional de Agricultura nascido nos alvares de Novecentos era entendido como o resultado da tendência de associativista fomentado no século XIX⁹³⁴. Portugal integrava o núcleo de Estados signatários composto por: a Itália, o Montenegro, a Rússia, a República Argentina, a Roménia, a Sérvia, a Bélgica, El Salvador, os Estados Unidos do México, o Luxemburgo, a Suíça, a Pérsia, o Japão, o Equador, a Bulgária, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Suécia, os Países Baixos, o Grécia, o Uruguai, a Alemanha, Cuba, a Áustria-Hungria, a Noruega, o Egipto, a Grã-Bretanha e a Irlanda, o Guatemala, a Etiópia, a Nicarágua, os Estados Unidos da América, o Brasil, a Costa Rica, o Chile, o Peru, a China, o Paraguai e a Turquia⁹³⁵.

Para Luiz de Castro, a criação do Instituto Internacional de Agricultura ombreava a relevância da Conferência de Haia e antecipava a formação da Liga das Nações: «No preambulo da convenção para o regulamento pacifico dos conflictos internacionais de 18 de outubro de 1907, os 44 Estados signatários reconhecem a solidariedade que une os membros da sociedade das nações civilisadas»⁹³⁶; esta fórmula era aplicável ao Instituto de Roma, se *sociedade* fosse secundada por *económica* ou *agrícola*⁹³⁷.

Em 1910, o Instituto Internacional de Agricultura propôs-se realizar o «serviço de estatística e de informação organizado em 50 nações e centralizado em Roma para collocar os productores ao abrigo da especulação universal bolsista ou outra, pondo rapidamente ao seu alcance todos os elementos da formação do preço»⁹³⁸. O primeiro número do Boletim da Organização Internacional explicitava os objectivos da iniciativa, à luz do artigo 9.º da Convenção de 7 de Junho de 1905⁹³⁹. Este artigo estipulava como

⁹³³ Idem.

⁹³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 13.

⁹³⁵ *International Institute of Agriculture, Convention signed June 7, 1905*, pp. 439-440.

⁹³⁶ CASTRO, *Ibidem*, p. 14.

⁹³⁷ Idem.

⁹³⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 15-16.

⁹³⁹ Idem.

um dos fins principais do Instituto «agrupar, coordenar e unificar todas as informações officiaes d'estatística referentes aos produtos agrícolas e em promover o levantamento d'essas informações nos paizes que actualmente não teem serviço estatístico regular podendo servir para esta obra»⁹⁴⁰. Era do interesse do Instituto de Agricultura apresentar as estatísticas agrícolas, divulgadas em publicação nos estados membros, para serem colocadas «á disposição do publico mundial», sendo intenção inequívoca destas acções o conhecimento real dos preços dos produtos agrícolas e da entrada dos mesmos no mercado na justaposição sobre «'(...) *as condições reaes da oferta*'»⁹⁴¹. Luiz de Castro não poupava elogios, pois só através da estatística as nações e os indivíduos poderiam determinar as opções necessárias em matéria económica, no domínio da produção. A estatística contribuía para a valorização das colheitas, não «sacrificadas á ignorância»⁹⁴². Assim, a proposta do Instituto de Roma ganhava ênfase pelo combate à especulação através de previsões, estatísticas e preços adequados, acessíveis à agricultura universal⁹⁴³.

O mentor do Instituto Internacional de Agricultura, enquanto agricultor californiano, sofrera duramente as dificuldades a que a agricultura estava votada⁹⁴⁴, era caracterizado por Castro como tendo deixado «de ser um homem para ser uma ideia ambulatória»; tal era a definição do percurso de Lubin, saído da América em direcção à Europa, onde apresentou a sua concepção a ministros, legisladores, publicistas, lavradores, entre as mais diversas personalidades. Uma autêntica «obra de catechese economica»⁹⁴⁵, nas palavras de Luiz de Castro, o qual chegou a corresponder-se com Lubin:

«Sr. e caro collega.

Recebi hoje sua amavel carta de 12 do corrente e vejo com prazer que está d'accordo comigo sobre a importância do serviço da estatística e do relatório do Dr. Müller. Sinto-me feliz em conceder-lhe auctorisação para traduzir a minha exposição ao senado dos E. U. e também a carta, das quaes poderá fazer o uso que entenda por melhor. Mando-lhe uma copia do relatório Müller na sua forma definitiva, prevendo que não o tenha recebido ainda.

Quanto ao que me diz sobre as dificuldades de toda a espécie que encontra para propagar a ideia do Instituto em Portugal, não há motivo para surpresa, porque as

⁹⁴⁰ Idem.

⁹⁴¹ Idem.

⁹⁴² Idem, *Ibidem*, p. 19.

⁹⁴³ Idem, *Ibidem*, pp. 19-20.

⁹⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 20.

⁹⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 22.

dificuldades d'esse trabalho, encontram-se, como sabe, em toda a parte e até no Instituto. Mas para que servem as dificuldades? Não existem ellas para serem vencidas pelos homens de valor? Eis no que a gente portugueza deve reflectir; só esse pequeno numero de grandes paizes productores estão hoje ao corrente dos factos respeitantes á oferta dos produtos agrícolas, factos que determinam o preço mundial d'essas mercadorias. Mas logo que nosso Instituto tome pé e viva, todos os paizes aderentes, tanto os pequenos como os grandes, serão colocados ao mesmo nível de igualdade no que respeita o conhecimento d'estes factos importantes. Uma vez que a gente da sua terra compreenda isto, não terá o meu amigo dificuldades para converter os inimigos ou os indiferentes em partidários sinceros dos fins que o Instituto se propõe attingir.

No passado havia cavalleiros revestidos de ferro que se impunham a missão de defender os oprimidos, impedindo as injustiças. O cavaleiro dos nossos tempos arma-se com o seu pensamento e forte na sua vontade indomável, bate-se pela boa causa, pelo progresso e pela justiça. E agora que o meu amigo cingiu a espada e a desembainhou, estou certo que só a repousará na bainha quando tenha alcançado victoria.

Queira receber, caro collega, a expressão da minha consideração cordeal e dedicada.

David Lubin»⁹⁴⁶.

O agrónomo português explicitava a forma como Lubin havia conseguido persuadir o rei de Itália (Victor Emanuel III) a instalar o Instituto Internacional em Roma, recorrendo ao poderoso argumento da «tradição mantida pela raça». Naturalmente, o parentesco entre o monarca italiano e D. Manuel II provia pertinência ao mesmo argumento no caso português⁹⁴⁷.

A 24 de Janeiro de 1905, Victor Emanuel consultava o presidente do conselho de ministros de Itália, Giovanni Giolitti (1842-1928) e o governo sobre a ideia exposta por Lubin⁹⁴⁸. O monarca mostrava-se particularmente atento à população agrícola, de expressão numérica considerável e, consequentemente de elevada influência «sobre a sorte das nações»; neste articulado, resultava essencial a integração plena desta camada populacional a qual ditava a proximidade entre as nações como forma de alcançar a prosperidade na agricultura mundial. No raciocínio do rei italiano, a “riqueza das nações” dependia da capacidade de distribuir as várias culturas pelas regiões de consumo,

⁹⁴⁶ Vide, nota de rodapé 1, *in* Idem.

⁹⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 23.

⁹⁴⁸ Vide, carta de Victor Emanuel III dirigida a Giovanni Giolitti, *in* Idem, *Ibidem*.

obedecendo aos interesses do mercado, na medida em que, tal constituía uma realidade para a maioria dos produtos do solo.

Victor Emanuel III considerava de extrema utilidade a criação de um Instituto Internacional de Agricultura «alheio a qualquer fim político»⁹⁴⁹, de modo a que o estudo da agricultura dos diferentes países – a uma escala mundial - fosse concretizado, «tornando conhecidas periodicamente a quantidade e qualidade das colheitas»⁹⁵⁰. Igualmente, de modo a que o comércio fosse rentabilizado em termos de preços de consumo e rapidez no abastecimento dos produtos. Enfatize-se, o Instituto visava a troca de informações concretas, através de um acordo comum com as repartições nacionais (de cada país membro), «sobre as condições da mão d’obra agrícola em toda a parte, de forma que os emigrantes encontrassem um guia útil e seguro»⁹⁵¹. Ocupava-se também das doenças das plantas e dos animais domésticos, para prevenir devastações e falta de produtos nos mercados, com impacto no encarecimento dos preços. Um ponto fulcral sublinhado pelo rei italiano respeitava ao exercício da cooperação rural pela via dos seguros e do sistema de crédito agrário⁹⁵² (artigo 10.º da Convenção)⁹⁵³. A missava a Giovanni Giolitti terminava exaltando o Instituto como um «órgão de solidariedade entre os agricultores» e, portanto, uma estrutura potenciadora da paz. Acreditava, por outro lado, que Roma seria uma «digna sede de instituição» e mostrava-se empenhado em assumir um papel de liderança no âmbito do Instituto Internacional de Agricultura, dos Estados e associações aderentes, interessados em harmonizar os objectivos públicos com os ensejos dos cultivadores das terras⁹⁵⁴.

A conferência internacional do Instituto foi inaugurada a 28 de Maio de 1905; esta cerimónia contou com a presença de 40 Estados. A 7 de Junho seguinte era divulgada a «Carta Fundamental do Instituto» que, segundo António Pereira de Sousa da Câmara (1901-1971) – engenheiro agrónomo e silvicultor –, alicerçava os princípios aprovados na reunião a saber, no artigo 2.º procedia à composição do Instituto pelo envio de delegações dos respectivos Estados membros, para se fazerem representar, o que fazia dela uma Organização de Estados⁹⁵⁵. O Instituto Internacional compreendia à luz do

⁹⁴⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 23-24.

⁹⁵⁰ Idem.

⁹⁵¹ Idem.

⁹⁵² Idem.

⁹⁵³ CÂMARA, *Ibidem*, p. 161.

⁹⁵⁴ CASTRO, *Ibidem*.

⁹⁵⁵ CÂMARA, *Ibidem*.

mencionado artigo, uma Assembleia Geral responsável pela direcção do mesmo e um Comité Permanente, qual órgão executivo das decisões emanadas pela Assembleia⁹⁵⁶. Luiz de Castro salientava a oposição manifesta para com a ideia de Lubin; segundo dizia: «o caracter de agremiação de classe sob a forma de camara internacional de agricultura composta de representantes de associações agrícolas», era, segundo entendia, o objectivo do californiano, uma tese rejeitada pela maioria dos membros da Organização Internacional, caso a Comissão não tivesse apresentado uma proposta que visava – na linha do artigo 2.º da Convenção – o seguinte: «o Instituto Internacional de Agricultura é uma instituição d’Estado, na qual cada Potencia aderente será representada por delegados de sua escolha»⁹⁵⁷.

Em 1927, o Instituto contava com representantes dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica (Congo belga), Brasil, Bulgária, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egipto, Equador, Espanha, Estónia, Estados- Unidos (Hawai, Ilhas Filipinas e Porto Rico), Etiópia, Finlândia, França (África Ocidental francesa, Argélia, Indochina, Madagáscar, Marrocos e Regência de Tunis), Grã-Bretanha e Irlanda Setentrional (Austrália, Canadá, Índia britânica, Estado Livre da Irlanda, Nova Zelândia e União da África do Sul), Grécia, Guatemala, Haiti, Hungria, Itália (Cirenaica, Eritreia, Somália italiana e Tripolitânia), Japão, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Países Baixos (Índias holandesas), Perú, Pérsia, Polónia, Portugal, Roménia, Reino dos Sérvios, dos Croatas e dos Eslovacos, Rússia (U.R.S.S.), S. Marino, Sião, Suécia, Suíça, Checoslováquia, Turquia, Uruguai e Venezuela⁹⁵⁸. Segundo António da Câmara, o Instituto agrupava 79,9% da superfície terrestre e 92% da população mundial, não obstante os cálculos deste autor abrangerem as colónias e os países aderentes, aumentando o resultado para 97,8%. Tal prenunciava um cenário de prosperidade alargada a 20 anos⁹⁵⁹.

Entre 1908 (data da 1.ª Assembleia Geral) e Outubro de 1930 – aquando do 25.º aniversário do Instituto –, realizaram-se dez Assembleias Gerais, sempre de dois em dois anos, à excepção do período entre Maio de 1913 e Novembro de 1920 (5.ª Assembleia Geral)⁹⁶⁰. Na Assembleia, o número de votos atribuído a cada Estado correspondia à

⁹⁵⁶ Idem.

⁹⁵⁷ CASTRO, *Ibidem*, p. 28.

⁹⁵⁸ CÂMARA, *Ibidem*, pp. 162-163.

⁹⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 163.

⁹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 164.

categoria do grupo em que se inscreviam, determinada pelo montante anual da cota: dos cinco grupos existentes, Portugal encontrava-se no 4.º grupo tendo direito a dois votos. O Instituto Internacional auferia 11.424 francos suíços com a participação nacional⁹⁶¹.

O Instituto Internacional de Agricultura apresentava uma estrutura orgânica repartida em quatro Bureaux: o Secretariado Geral, a Estatística Geral, as Informações agrícolas e os Estudos Económicos e Sociais⁹⁶². Tais serviços eram complementados por um número elevado de órgãos consultivos, entre os quais o Conselho Internacional Científico do Instituto, composto por comissões internacionais de peritos: Comissão para a agronomia colonial, exótica e tropical; Comissão para a Biologia e Bioquímica vegetal; Comissão para a Cooperação Agrícola; Comissão para o Crédito e Seguranças agrícolas; Comissão para a Economia rural; Comissão para o Embelezamento da vida agrícola; Comissão para os Fertilizantes; Comissão para a Genética e as Sementes; Comissão para a Engenharia rural e Mecânica agrícola; Comissão para a Higiene rural; Comissão para as Indústrias agrícolas dos produtos vegetais; Comissão para as Indústrias agrícolas dos produtos animais; Comissão para as Indústrias agrícolas do leite; Comissão para as doenças e inimigos das plantas (Secção Mosca da Azeitona; Secção Parasitas do Algodão; Secção dos grilos); Comissão para a Meteorologia e Ecologia agrícolas; Comissão para a Ciência do Sol; Comissão para a Silvicultura e Arboricultura (Secção Variedades da Oliveira); Comissão de Estatística Agrícola; Comissão para a Zoologia; Comissão para a Organização Científica do Trabalho Agrícola⁹⁶³.

Na sequência da Grande Guerra, o Instituto Internacional de Agricultura perdia o exclusivo enquanto única organização mundial com o propósito por promover a paz económica entre as nações. A fundação da Sociedade das Nações e do Bureau International du Travail arrebatarem parcialmente algumas das competências do Instituto, sem prejuízo da Convenção de 7 de Junho de 1905 se manter em vigor, conforme enunciado no Tratado de Versalhes. Assim, não causará estranheza a intersecção das discussões da Assembleia da S.D.N. com os trabalhos do Instituto da Agricultura; a partir de 1919, ambas as organizações concertavam esforços em prol das estatísticas

⁹⁶¹ O 1.º grupo (16 partes, 5 votos): 91.392 francos suíços; 2.º grupo (8 partes, 4 votos): 45.696 francos suíços; 3.º grupo (4 partes e 3 votos): 22.848 francos suíços; 5.º grupo (1 parte, 1 voto): 5.712 francos suíços. – Vide, Idem *Ibidem*, pp. 164-165.

⁹⁶² Idem, *Ibidem*, p. 165.

⁹⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 168.

internacionais de que se ocupavam as reuniões da Liga das Nações realizadas em Londres (1919) e em Paris (1920)⁹⁶⁴.

Nesta lógica de comparticipação merece realce a questão cerealífera que trataremos nos próximos capítulos, tema a que se dedicaria a Comissão de Estudos para a União Europeia da S.D.N. no final da década de 1920. Embora o Instituto Internacional de Agricultura possuisse documentação de relevância à prossecução dos trabalhos desta Comissão, a S.D.N. daria um forte contributo em determinadas matérias como o ópio, o açúcar, as questões veterinárias, as doenças das plantas, amplamente debatidas na Sociedade das Nações.

Neste período, a Comissão Económica da Liga assegurava que a reconstrução económica da Europa deveria assentar na recuperação da agricultura, sector estruturante da economia europeia, tornando indispensáveis os trabalhos do Instituto. Em 1925, «o Instituto era oficialmente convidado a participar na preparação e trabalhos da Conferência Económica Internacional», a qual reunia por proposta do governo francês no mês de Junho do mesmo ano⁹⁶⁵. Transformava-se numa pedra angular na actividade económica respeitante ao sector primário debatida na Conferência Económica⁹⁶⁶.

A análise de Luiz de Castro enfatizava a ideia subjacente à Sociedade das Nações: «Chegámos a um ponto da historia em que se falla sem utopias, da *Sociedade das Nações!*»; os objectivos desta organização transcendia os propósitos da Conferência e do Tribunal de Haia, inserindo-se na lógica económico-agrícola, compartilhada pelo Instituto Internacional de Agricultura, motivo do ímpeto participativo de dezenas de nações unidas «para fins de justiça, de utilidade universal»⁹⁶⁷. A concretização da solidariedade em matéria de subsistências, segundo o Autor, permitira a produção equilibrada, a melhor distribuição dos alimentos, métodos e conhecimentos. Tal equivalia à génese de uma autêntica sociedade na perspectiva comercial e produtora atendendo-se à lógica de um mercado mundial, indivisível e íntegro, orientado para a criação de lucro transversal às partes envolvidas. Por englobar actividades complementares, o Agrónomo salientava a natureza agultinante dos estudos necessários à recuperação pretendida: produção, distribuição, transportes, investimentos e créditos garantidos. Assim, o Instituto aspirava constituir-se numa sociedade internacional agregadora de diversos

⁹⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 169.

⁹⁶⁵ Idem.

⁹⁶⁶ Idem.

⁹⁶⁷ CASTRO, *Ibidem*, p. 40.

países, regendo-se pelos mesmos estatutos, remetendo para segundo plano, mas desejavelmente sem nunca ferir, as políticas agrícolas de cada Estado. Contudo, tratava-se também de uma sociedade de quotas, na esteira do que viria a constituir o modelo da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, na qual cada Estado contribuiu mediante as possibilidades para erradicar os desfasamentos das produções mundiais dentro do mercado comum – ideia na qual a Sociedade das Nações surgia como sucessora do Instituto Internacional de Agricultura. Concretize-se, porém, enquanto sociedade de quotas, o Instituto Internacional de Agricultura constituía-se como associação comercial em que os Estados membros (os sócios) eram responsáveis pelo total da contribuição – o capital social –, e não apenas pela sua parte.

O Instituto Internacional de Agricultura cessou definitivamente a 27 de Fevereiro de 1948 em acordo com os termos do artigo 3.º do Protocolo de 30 de Março de 1946, o qual consentia a dissolução do Instituto – proposta anglo-americana⁹⁶⁸ – e respectiva anexação pela FAO⁹⁶⁹. Matéria controversa entre os países latinos da Europa, como a Itália e a Roménia; Portugal optava por se abster à semelhança de outros países europeus como a Suécia e a Suíça⁹⁷⁰.

5.2. Os problemas da agricultura europeia *trespassados* para a Sociedade das Nações e as soluções *tentadas* nas Organizações Internacionais

Um dos dilemas a Liga das Nações, estruturante para cimentar as bases de uma *União Europeia*, residia no estado da agricultura do Velho Continente, afectado por superproduções e dificuldades dos escoamentos dos *stocks* cerealíferos da Europa Central e Oriental, num período intensamente marcado pelos nacionalismos políticos e económicos. Tais factores redundariam no malogro do sonho de uma *Pan-Europa* malograda na gestação.

A depressão de 1920-1921 constituiu um grande golpe para a agricultura europeia. O descontentamento cresceu entre os agricultores que sentiram os efeitos da diminuição dos

⁹⁶⁸ Informação-Parecer de 2 de Abril de 1946, in *Dissolução do Instituto Internacional de Agricultura de Roma*. In Arquivo de Salazar, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: Arquivo Salazar, NE-1D, cx. 396, capilha 21.

⁹⁶⁹ *International Institute of Agriculture, Convention signed June 7, 1905*, p. 1.

⁹⁷⁰ Informação-Parecer de 2 de Abril de 1946, in Idem.

preços agrícolas, sem alteração dos custos da produção⁹⁷¹. Autores como Giovanni Federico⁹⁷² alertam para as repercussões da Grande Guerra⁹⁷³ como basilares do desequilíbrio do sector agrícola, não exclusivamente ligado ao final da década de 1920 – com o fatídico ano de 1929. Desde o conflito mundial, tanto as exigências como o consumo de produtos agrícolas pouco tinham aumentado, segundo o Autor, apesar do lento crescimento demográfico da Europa no pós-guerra quando comparado com o período que lhe antecedeu⁹⁷⁴. Nos países extra-europeus, a Grande Guerra impulsionou a agricultura pela via técnica – desenvolvimento dos métodos mecanizados – e graças ao alargamento das áreas de cultura e ao influxo de mais capital⁹⁷⁵.

No seu trabalho, Giovanni analisa as repercussões do fenómeno indutor de superprodução cerealífera na Europa, patente na acumulação de stocks, também determinado pela concessão de créditos a curto prazo ou o aumento das reivindicações por bens alimentares. Tais factores determinavam um declínio das áreas produtivas «before the outbreak of the Depression»⁹⁷⁶. Iniciava-se então uma época de «'structural deflation'» frustrante para os agricultores enquadrados na economia atlântica, uma vez que qualquer baixa nos preços dos produtos agrícolas significava uma *dor de cabeça*⁹⁷⁷.

Os anos de 1929-1930 e seguintes foram severamente marcados pela *Grande Depressão* com efeito *boomerang* na Europa, regressando ainda mais forte às suas origens (EUA), «the farmers were forced to liquidate stocks» reduzindo os preços em flecha⁹⁷⁸. Aliás, a superprodução agrícola e a acumulação de *stocks* haviam criado uma vulnerabilidade extrema nos preços dessas produções também afectados pela instabilidade monetária e fragilidade do sistema financeiro internacional⁹⁷⁹.

⁹⁷¹ GALBRAITH, Jonh Kenneth, *A Crise Económica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira*, Publicações Dom Quixote, Coleção Universidade Moderna, N.º 42, 1972, p. 40.

⁹⁷² Especialista em História Económica na Universidade de Pisa, em Itália, com contributos sobre a história da agricultura concernentes ao período em estudo, como *Feeding the world: an economic history of agriculture, 1800-2000*, publicação datada de 2005.

⁹⁷³ FEDERICO, Giovanni, *Not guilty? Agriculture in the 1920s and the Great Depression*, Working Paper Series N.º 05-02, Universidade Carlos III de Madrid, Instituto Laureano Figuerola de História Económica, Maio de 2005, p. 4.

⁹⁷⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 4-5.

⁹⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 5.

⁹⁷⁶ Idem.

⁹⁷⁷ Idem.

⁹⁷⁸ Idem.

⁹⁷⁹ Idem.

O comércio mundial no final dos anos 20 encontrava-se 10% mais elevado do que no início do século⁹⁸⁰; entre 1928 e 1929, registava-se, porém, um decréscimo significativo das trocas comerciais nos países da América Latina e na maioria dos europeus; ao mesmo tempo registava um crescimento expressivo no Canadá, na Austrália e nos Estados Unidos. Giovanni Federico salienta a natureza deste cenário, compaginável com uma mudança substancial face às tendências ocorridas antes da Grande Guerra⁹⁸¹. Segundo o autor, o *Memorandum* de 1938-1939 da Sociedade das Nações sobre actividade agrícola no final da década de 1920 e o aumento de produção de 11,3% dificilmente encontraria correspondência com a realidade, na medida em que os índices respeitavam produções específicas: cereais, fibras têxteis e produtos tropicais «which happened to be the most subject to the (alleged) overproduction»⁹⁸². Porém, no respeitante ao açúcar e ao trigo, a Sociedade das Nações apresentava valores crescentes para o mesmo período, uma informação refutada pelo Autor segundo o qual, entre 1922 e 1928, os *stocks* mundiais de trigo haviam aumentado apenas 14,7%, quase menos 4% dos valores apresentados nos índices de produção do pré-guerra (entre 1890 e 1913)⁹⁸³. Em 1929 registava-se uma subida de 24,5% depois do armazenamento de *stocks* «remained around a quarter of output throughout the 1930s»⁹⁸⁴.

Esta questão constituiu um problema constante para a Sociedade das Nações; se até 1925, «obstáculos monetários, financeiros e políticos assinalaram uma reconstrução difícil»⁹⁸⁵ da Europa e do mundo, a nova ordem internacional sob a liderança hesitante dos Estados Unidos, afectava mudanças no funcionamento e no equilíbrio das trocas comerciais efectuadas entre os países⁹⁸⁶. Segundo Pierre Léon, dezoito meses após o conflito bélico, o descalabro dos preços mundiais atingiu o ponto sem retorno, sublinhando a fragilidade subjacente às trocas comerciais. Os estados *entrenchem-se* – expressão de Léon – «pela primeira vez nos seus próprios recursos e no seu mercado interno» devido à recessão de 1920, prolongada no ano seguinte⁹⁸⁷. As consequências

⁹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁹⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁹⁸² Idem.

⁹⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁹⁸⁴ Idem.

⁹⁸⁵ LÉON, *Ibidem*, p. 131.

⁹⁸⁶ Idem.

⁹⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 132.

foram de longo espectro cronológico e a baixa dos preços agrícolas «anormalmente empolados pela guerra» despontaram desordens crescentes na agricultura⁹⁸⁸.

No final da década de 1920 e inícios de 1930, as preocupações agravadas sobre o sector agrícola tornavam-se mote das reuniões e Assembleias da Sociedade das Nações. Em Genebra, de 14 a 19 de Maio de 1928 realizou-se a primeira Sessão do Comité Consultivo Económico, estabelecido pela Assembleia e pelo Conselho da Sociedade das Nações, em decisões de 24 e 27 de Setembro e 9 de Dezembro de 1927⁹⁸⁹. Segundo o relatório, as condições da produção na Europa observavam um crescimento lento desde 1925, ao invés da tendência expansionista de outros continentes. Volvidos dois anos, sublinhava-se a disparidade da situação económica da Europa: «l'augmentation a été plus rapide au centre et à l'est qu'à l'ouest»⁹⁹⁰; nesta análise, o crescimento da produção na Europa central dependia do «afflux très importante de capitaux d'outre-mer», os quais aumentavam a dívida do Velho Continente⁹⁹¹.

De acordo com o documento, as áreas de cultura agrícola na Europa cresciam; em 1927 haviam alcançado nível semelhante ao período anterior à guerra⁹⁹²; no entanto, enfatizava a discrepância dos preços dos produtos agrícolas e do custo dos materiais inerentes a essa produção. Assim a agricultura padecia «des taux d'intérêt relativement élevés qui'exigent les investissements de capitaux à long terme»⁹⁹³. A Conferência avaliou um método de análise metódica sobre os problemas da agricultura os quais deveriam estreitar os laços entre os diferentes organismos consagrados à mesma. O objectivo da Sociedade das Nações consistia o estabelecimento de formas de cooperação; tais as orientações defendidas pelo governo italiano, favorável à proximidade reforçada da S.D.N com o Instituto Internacional de Agricultura. Este executivo mostrava-se esperançoso de que «son président soit tenu au courant, en temps et lieux, de la marche des accords à poursuivre, afin d'y donner la collaboration qui paraîtra le plus appropriée»⁹⁹⁴.

⁹⁸⁸ Idem.

⁹⁸⁹ *Rapport du Comité Consultatif Économique sur la Première Session tenue à Genève du 14 au 19 mai 1928*, Sociedade das Nações, Organização Económica, Genebra, 1928, p. 5. In Acervo documental da Secretaria Portuguesa da S.D.N. Cota: S01/E07 /P01/85108

⁹⁹⁰ Idem.

⁹⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 6.

⁹⁹² Idem.

⁹⁹³ Idem.

⁹⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 18.

O Comité Consultivo, por seu turno, o reforço da recolha de informação sobre a intensificação agrícola, acompanhada da divulgação do ensino, da cooperação e o crédito agrícola, apesar dos progressos verificados no domínio dos transportes e escoamento dos produtos no mercado europeu. Enfatizava muito particularmente o estabelecimento e desenvolvimento de sociedades cooperativas agrícolas de produção e sociedades cooperativas de consumo «dans les divers pays»⁹⁹⁵.

A 4 de Julho de 1929, a questão mundial do açúcar tornava-se o centro dos desassossegos da Sociedade das Nações. Assim inaugurava-se a primeira conferência sobre esta produção «com delegados exclusivamente técnicos e observadores governamentais»⁹⁹⁶. Em Maio do ano anterior, o Comité Consultivo Económico aconselhava o Conselho da S.D.N. a proceder a um estudo sobre «les facteurs et mesures exerçant une influence sur la production, la consommation et le commerce international du sucre»⁹⁹⁷. O relatório acentuava a revolução mundial operada pela Grande Guerra na produção de açúcar, caracterizada pela diminuição do género obtido através da beterraba e expansão do mesmo a partir da cana sacarina⁹⁹⁸. Segundo os dados da S.D.N., as superfícies europeias de beterraba estimavam-se em 1.279.346 hectares para 1920-1921; em 1913-1914, verificaram-se 2.200.000 hectares em número redondos⁹⁹⁹. Antes da guerra, a produção de açúcar em bruto cifrava-se em 8.179.013 toneladas; nos anos seguintes não ultrapassava as 2.589.923 toneladas¹⁰⁰⁰. Segundo o mesmo relatório, a Tchecoslováquia, a Alemanha e a Polónia eram os principais exportadores europeus de açúcar, contudo, a Bélgica e a Hungria eram afiançadas como produtores secundários com «une proportion relativement importante de leur production»; a U.R.S.S. constituía-se igualmente como um centro de exportação do açúcar de beterraba¹⁰⁰¹.

A produção açucareira enfrentava medidas de protecção dos governos, extensíveis às colónias e domínios, com direitos aduaneiros extremamente elevados – mais de 9 dólares,

⁹⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 19.

⁹⁹⁶ Ofício de Augusto Vasconcelos (20-03-1937) dirigido ao MNE «Informação-Resumo-Parecer», in Subcapilha – Proc. 32 – Conferência dos Açúcares. Coronel B. Hornung – 1929. In 2ª Capilha – Proc. 32 – *Trabalhos do Comité Económico. Questão do açúcar. A questão ao açúcar – Comité Consultivo Económico Maio de 1928. A indústria portuguesa açucareira. Conferência de peritos em Genebra. Representação portuguesa*. In Proc. 32 – *Questões Económicas e Financeiras. 1921/1929*. Cota: S01/E07 /P01/85108

⁹⁹⁷ *Rapport du Comité Consultatif Économique sur la Première Session tenue à Genève du 14 au 19 mai 1928*, *Ibidem*, p. 5.

⁹⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁹⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰⁰ Idem.

¹⁰⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 10.

nos casos da Espanha e da Turquia¹⁰⁰². De acordo com os *experts* nesta cultura, os agricultores europeus dificilmente poderiam auferir rendimento neste contexto. Assim aconselhavam à substituição da beterraba sacarina pela forrageira, por nabos ou por outro produto mais rentável. Outros especialistas contestavam esta tese: segundo esses, cada cultura possuía um valor intrínseco definindo como mais-valia para o agricultor¹⁰⁰³. Uma das resoluções apontadas seria a concessão de subsídios para a substituição da cultura de beterraba por outra, caso o rendimento directo, acrescido do indirecto resultante do cultivo continuasse inferior ao obtido por outros produtos¹⁰⁰⁴. Os especialistas na produção de beterraba eram representantes da Alemanha, da Bélgica, da França, da Grã-Bretanha, da Itália, dos Países Baixos, da Polónia, da Roménia, do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, e da Tchécoslováquia¹⁰⁰⁵. O Instituto Internacional de Agricultura designou o Professor Dorph Peterson (director da estação de ensaios de sementes do estado dinamarquês e presidente da Associação Internacional de ensaios em sementes de Copenhaga) e o Ivan Serban de Vojla (secretário geral da Câmara Nacional Húngara de Agricultura em Budapeste)¹⁰⁰⁶.

As soluções obtidas resultavam dos seguintes pressupostos: a conclusão de um acordo internacional «entre tous les producteurs importants ou entre les producteurs des pays exportateurs, en vue de stabiliser la production» nos anos próximos¹⁰⁰⁷; um entendimento internacional destinado à exportação dos excedentes dos países exportadores e daqueles que, a breve trecho, poderiam vir a sê-lo, com o objectivo do estabelecimento de uma política de venda concertada e racional¹⁰⁰⁸; uma propaganda intensiva para aumento das vendas e do consumo do açúcar nos países orientais e tropicais; a redução generalizada dos impostos aplicados ao açúcar, sem prejuízo das receitas públicas associadas ao produto; o estabelecimento de um bureau central para recolha e divulgação de informações nesta matéria¹⁰⁰⁹.

Estas soluções não tiveram a adesão da maioria dos especialistas por contraditarem os princípios da Convenção de Bruxelas de 1902, a qual «estabeleceu controlos e

¹⁰⁰² Idem, *Ibidem*, p. 13.

¹⁰⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 14.

¹⁰⁰⁴ Idem.

¹⁰⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 31.

¹⁰⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 32.

¹⁰⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 15.

¹⁰⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 16.

¹⁰⁰⁹ Idem.

penalidades sobre os prémios à exportação do açúcar»¹⁰¹⁰, objecto de emenda em 1908 uma vez que «la Grande-Bretagne a obtenu le droit d'admettre certaines quantités de sucre primé sur son marché»¹⁰¹¹. Em 1918, a convenção foi denunciada pela França e o governo britânico não hesitou em reivindicar liberdade de acção. O executivo belga, por seu turno, replicou com a proposta de ruptura da Convenção aos estados signatários. Consequentemente, o entendimento expirava em 1 de Setembro de 1920 e cessavam os benefícios para produção e exportação bem como as isenções de impostos totais e parciais¹⁰¹².

A 7 de Novembro de 1931 o *Diário de Notícias* publicava um artigo intitulado «A Crise Mundial do Trigo»¹⁰¹³ sobre os *stocks* cerealíferos acumulados na Europa Oriental e os problemas futuros associados aos excessos dessa produção¹⁰¹⁴. O texto expunha as deliberações da Conferência realizada em Paris, sob a presidência de Aristide Briand (1862-1932). Segundo o periódico, a produção excedentária resultava do nacionalismo económico com reflexos na circulação desigual dos produtos nos mercados europeus. Briand advogava assim a necessidade de abolição das barreiras aduaneiras que obrigavam «o exportador a embaratecer os seus preços na proporção da elevação dos seus direitos». Existia, porém, outra causa para a superprodução do trigo¹⁰¹⁵: a Europa semeava cerca de 9,5 milhões de hectares antes do eclodir da guerra, colhendo em média 370 milhões de quintais; no pós-guerra, em 1919, 24 milhões de hectares perfaziam o total disponível, contudo, entre 1928 e 1929, «a área de cultura de trigo excedia já ligeiramente a área cultivada antes da guerra»¹⁰¹⁶.

O *Diário de Notícias* trazia novas achegas à questão: no período da guerra, a Europa ficou sujeita ao exterior para obter «o pão nosso de cada dia»¹⁰¹⁷. Em 1925, o preço do trigo excedia o valor de 1913, com reflexo no incremento de novas áreas de cultura no

¹⁰¹⁰ FILHO, Heitor Pinto de Moura, *Os países latino americanos e a Convenção açucareira de Bruxelas de 1902*, in Revista Travesía, N.º 14-15, 2012-2012, p. 224.

¹⁰¹¹ *Rapport du Comité Consultatif Économique sur la Première Session tenue à Genève du 14 au 19 mai 1928*, p. 29. Cota: S01/E07 /P01/85108

¹⁰¹² Idem.

¹⁰¹³ Recorte do Diário de Notícias, «A Crise Mundial do Trigo», in *Pan-Europa - Processo 23 - S.D.N. Comissão de estudos para a União Europeia. Sessões da Comissão. Sub-comissão dos créditos. Sub-comissão de coordenação em matéria económica. Comité de Organização. Comité dos cereais. Nomeações de delegados portugueses. 1930-1933*. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E29 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 84695.

¹⁰¹⁴ Idem.

¹⁰¹⁵ Idem.

¹⁰¹⁶ Idem.

¹⁰¹⁷ Idem.

Mundo Novo e na Austrália; já no Velho Continente, tardava o restabelecimento da capacidade produtora. As origens da superprodução residiam assim, no comportamento das agriculturas extra-europeias o qual determinava igualmente a queda dos preços do género a níveis anteriores aos verificados antes da Grande Guerra. Na leitura do *Diário de Notícias*, as barreiras aduaneiras europeias eram uma reacção à produção excessiva que contava com a comparticipação russa¹⁰¹⁸.

Na esteira da visão de Bettencourt Rodrigues, em 1923, a Rússia dos *soviets* entrava numa nova fase do seu «renascimento agrícola»¹⁰¹⁹ identificando-a como «um dos principaes celleiros da Europa» do qual os europeus não podiam «facilmente prescindir»¹⁰²⁰. Concomitantemente, o ano de 1931 elucidava largamente o impacto do cereal soviético no mercado cerealífero europeu: em seis meses, a URSS revelou-se capaz de colocar 25 milhões de quintais de trigo a preços que impossibilitavam a concorrência¹⁰²¹. O jornal adiantava a hipótese esboçada de imposição de uma fronteira única de salvaguarda da Europa face aos países «de superprodução sistemática» sem prejuízo dos incentivos/subsídios devido à distribuição interna do trigo¹⁰²².

A 7 de Março de 1931 a Comissão de Estudos para a União Europeia comunicava ao Conselho e Membros da S.D.N. que a resolução do problema cerealífero implicava a formação de uma entente a constituir por todos os agentes interessados¹⁰²³. Em termos gerais, a Europa não conseguiu desenvolver as superfícies de cereais «bien qu'elle en tire un rendement légèrement supérieur»¹⁰²⁴. Convocavam-se todos os países interessados para uma conferência do Instituto Internacional de Agricultura a realizar a 26 de Março, para aferir soluções adequadas¹⁰²⁵. Entre essas, avultavam as vantagens aduaneiras a oferecer à Europa Central e Oriental ou as medidas para escoamento regular do excesso cerealífero para melhoria das condições de venda. Para o Comité da S.D.N., os países importadores/exportadores/de trânsito deveriam rever conjuntamente os custos de transporte para facilitar o acesso do género aos mercados¹⁰²⁶.

¹⁰¹⁸ Idem.

¹⁰¹⁹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Prováveis alianças e Agrupamentos de nações. Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923, p. 28.

¹⁰²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 29.

¹⁰²¹ Recorte do Diário de Notícias, «A Crise Mundial do Trigo», in Idem, *Ibidem*.

¹⁰²² Idem.

¹⁰²³ Comunicado ao Conselho e aos Membros da S.D.N. Genebra, 7 de Março de 1931, p. 3. In Idem, *Ibidem*.

¹⁰²⁴ Idem.

¹⁰²⁵ Idem.

¹⁰²⁶ Idem.

As medidas bancárias integravam igualmente o leque das propostas, em particular as intrínsecas à transação de cereais e aos processos de pagamento: «C'est ainsi que l'on pourrait envisager pour l'escompte des traites une meilleure utilisation des marchés où le taux d'intérêt est bas, le 'warrantage' des marchandises, l'introduction éventuelle du système de la lettre de voiture négociable»¹⁰²⁷. A crise atingira particularmente os estados da Europa Central e Oriental cujas receitas assentavam no «produto das suas exportações agrícolas»; sem capacidade de escoamento no exterior incumpriam o pagamento das dívidas externas à França, à Inglaterra, aos EUA e à Itália¹⁰²⁸. Segundo Milza, os executivos daquelas *Europas* recorreram a moratórias e ao controlo das trocas como mecanismo de travar a declaração imediata de bancarrota¹⁰²⁹.

No âmbito da S.D.N., o Comité de Estudos para a União Europeia esforçava-se pela troca de informações estatísticas entre os países compradores, de forma diligente e precisa, para atender às necessidades de curto prazo; não parecia indiferente às solicitações dos importadores sobre a adaptação de trigos danubianos às preferências de moagem dos seus países, um procedimento que equivaleria ao aumento das transações, por extensão, dos preços¹⁰³⁰. Então, o Comité preparava auspiciosamente a criação de um instituto internacional de crédito agrícola¹⁰³¹.

Neste cenário, em face das mudanças no sector agrícola, o Comité responsável pelos trabalhos na S.D.N. estimava útil a elaboração de um relatório suplementar após a Conferência de Roma¹⁰³².

A 16 de Maio de 1931, a S.D.N. publicava um Memorandum francês sobre a crise europeia. Nesse documento, o problema agrícola era apresentado como resultante dos problemas de escoamento dos cereais dos países da Europa Central e Oriental, já objecto de análise nas conferências de Paris e de Roma. Constava ainda da agenda da Conferência de Londres convocada para 18 desse mês¹⁰³³. O governo francês pretendia completar medidas anteriormente esboçadas através de uma união de exportadores a constituir e de

¹⁰²⁷ Idem.

¹⁰²⁸ MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Edições 70, Lisboa, 2007, p. 130.

¹⁰²⁹ Idem.

¹⁰³⁰ Comunicado ao Conselho e aos Membros da S.D.N. Genebra, 7 de Março de 1931, p. 3. In Idem, *Ibidem*.

¹⁰³¹ Idem.

¹⁰³² Idem.

¹⁰³³ Publicação da Sociedade das Nações contendo um Memorandum francês. 16 de Maio de 1931. In *Pan-Europa - Processo 23 - S.D.N. Comissão de estudos para a União Europeia. Sessões da Comissão. Sub-comissão dos créditos. Sub-comissão de coordenação em matéria económica. Comité de Organização. Comité dos cereais. Nomeações de delegados portugueses. 1930-1933*. Cota: Sala: S01 Estante/Modulo: E29 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 84695.

um projecto de crédito internacional agrícola. Propunha um regime de preferência para benefícios dos trigos franceses, dentro do limite dos contingentes fixados periodicamente e possíveis de revisão¹⁰³⁴.

O executivo francês acalentava a possibilidade do Instituto Hipotecário Agrícola entrar em funcionamento no Outono de 1931, assim a Comissão de Estudos e o Conselho da Liga das Nações sancionassem a instituição¹⁰³⁵. Quanto ao sistema de preferência agrícola, o governo francês entendia as agruras das populações da Europa Central e Oriental como reflexo da insuficiência dos custos aplicados aos importadores; assim, propunha um regime de preferência europeia para esses trigos. A França sublinhava as destriças deste regime com o da nação mais favorecida: «La' préférence, en effet, doit avoir a ses yeux, un caractere exceptionnel, le caractère d'une dérogation justifiée par des circonstances anormales (...)»¹⁰³⁶. O volume dos trigos danubianos avultava em 9 milhões de quintais e caracterizavam-se pela qualidade diferente, para os quais «ils n'ont pas les mêmes acheteurs»¹⁰³⁷. Este regime preferencial não implicava qualquer tipo de discriminação a introduzir nas tarifas aduaneiras dos países compradores, frisando que a entrada dos trigos nos territórios protegidos independentemente dos locais de origem e passagem, pagaria os direitos em vigor¹⁰³⁸. Das terras gaulesas emanava uma proposta de criação «da Europa danubiana», a qual constituir-se-ia num autêntico mercado comum através da anuência dos Estados à realização de «acordos preferenciais» de comércio e garantia das respectivas moedas «por um Fundo de estabilização alimentado pelos países ricos»¹⁰³⁹.

O projecto francês para regime de preços não representava problema algum nos países danubianos; pretendia-se que uma certa proporção de deveres pagos e calculados assegurarem-se, quanto possível, aos produtores uma remuneração suficiente que possibilitasse o retorno a esses, era medida acalentada¹⁰⁴⁰. Na óptica do governo francês, as soluções passavam pela constituição de um bureau único, formado pelos países da Europa Central e Oriental, para compra e venda dos seus trigos; pela criação de uma comissão de representantes dos países compradores e dos países vendedores, a qual

¹⁰³⁴ Idem.

¹⁰³⁵ Idem.

¹⁰³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 6.

¹⁰³⁷ Idem.

¹⁰³⁸ Idem.

¹⁰³⁹ MILZA, *Ibidem*.

¹⁰⁴⁰ Publicação da Sociedade das Nações contendo Memorandum francês. 16 de Maio de 1931. In Idem.

fixaria periodicamente os contingentes necessários para benefício da preferência aduaneira. Nesse órgão, os representantes dos países compradores eram responsáveis pela repartição dos contingentes e pela determinação do montante da preferência. Esta preferência seria objecto de um reembolso posteriormente distribuído pelo bureau central a diferentes organizações nacionais dos países vendedores os quais remetiam as receitas aos agricultores. A a quota e a preferência podiam sofrer reajustamentos, caso necessários¹⁰⁴¹.

Mediante o exposto, na 63.^a Sessão do Conselho da Sociedade das Nações, realizada a 22 de Maio de 1931, a questão do crédito agrícola era debatida¹⁰⁴². O Conselho resolvera nomear um Comité de Organização para a criação da Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola. A primeira etapa consistia na designação de um grupo de peritos em matéria financeira e legislações hipotecárias, com competências idênticas às da delegação responsável pelos primeiros projectos do plano, já aprovado pelo Comité Financeiro. Contudo, propunha-se a permanência da delegação na qualidade de Comité de organização. Era composta pelos seguintes membros: Dr. Kissler (director geral do Deutsche Rentenbank-Kreditanstalt); M. C. E. Ter Meulen (da Messrs. Hope & Co. em Amesterdão); Prof. Mlynarski (antigo sub-governador do Banco da Polónia); Dinola (director geral do Instituto Italiano do Crédito Fundiário); Dr. Vilém Pospisil (Governador do Banco Nacional da Tchechoslováquia); E. Regard (sub-governador do Crédito Hipotecário de França); Van. Rijn (membro do Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura); Sir Henry Strakosch (Presidente da Union Corporation, Ltd., em Londres)¹⁰⁴³ e Dr. Bachmann (Presidente do Banco Nacional Suíço), o anfitrião do núcleo cujos trabalhos decorreriam em Genebra¹⁰⁴⁴. Meulen afastava-se da referida Comité e propôs, em alternativa, Oscar Rydbeck (director da Skandinaviska Kreditaktiebolaget)¹⁰⁴⁵.

A Turquia merece uma referência neste contexto: a admissão turca na Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola era, na visão do fascista italiano Dino Grandi (1895-1988), essencial. André François-Poncet (1887-1978) – político e diplomata francês – afirmava-se convicto da anuência de todos os membros do Conselho

¹⁰⁴¹ Idem.

¹⁰⁴² Processo Verbal 50.^a Sessão, 22 de Maio de 1931.

¹⁰⁴³ Idem.

¹⁰⁴⁴ Idem.

¹⁰⁴⁵ Idem.

à adesão da Turquia. Em conformidade, o Comité de Organização inseriu alterações no artigo 15.º da Sociedade futura, «qui determine très exactement comment pourront être admis dans la nouvelle société les Etats qui n'auraient pas signé la Convention en temps utile ou ceux qui sont membres non européens de la Société des Nations»¹⁰⁴⁶.

Subsequentemente, François-Poncet propunha uma ligação entre o Secretariado da S.D.N. e o Comité de Organização; tratava-se do «gardien de toutes les questions constitutionnelles», entidade à qual incumbiria aferir o processo de adesão dos Estados não membros da S.D.N. à Convenção que instituía a Sociedade de Crédito Hipotecário Agrícola¹⁰⁴⁷. O Presidente da sessão retorquia a inadmissibilidade da não participação da Turquia, convicção extensível à Rússia no âmbito dos trabalhos da Comissão de Estudos para a União Europeia, as quais encontrariam soluções graças aos pareceres italiano e francês¹⁰⁴⁸.

Para o funcionamento da Sociedade Hipotecária de Crédito Agrícola, a S.D.N. mobilizou fundos ao abrigo do artigo 1.º da Convenção que criava a Sociedade¹⁰⁴⁹ –, o Conselho autorizou o Secretário Geral a consentir num adiantamento máximo de 50.000 francos, o qual seria reembolsado pela Sociedade «sur le produit de l'émission de ses actions»¹⁰⁵⁰.

A 22 de Maio, a Liga emitia um comunicado sobre as resoluções adoptadas na 3.ª sessão da Comissão de Estudos para a União Europeia ao Conselho e aos Membros da S.D.N.; no domínio do escoamento futuro dos excedentes cerealíferos – matéria abordada pelo Comité em Paris, nos 26 e 28 de Fevereiro –, convocar novamente o Comité de Organização a 10 de Junho de 1931 para análise das propostas das diversas delegações¹⁰⁵¹. Era ainda pretendido o contacto com os estados extra-europeus exportadores de trigo e participantes nas Conferências de Roma e de Londres¹⁰⁵². A Comissão era já conhecedora da posição expressa pelo Instituto Internacional de Agricultura sobre o organismo internacional de Crédito Agrícola a curto termo¹⁰⁵³.

¹⁰⁴⁶ Idem, p. 12.

¹⁰⁴⁷ Idem.

¹⁰⁴⁸ Idem.

¹⁰⁴⁹ *Convention pour la création d'une Société Internationale de Credit Hypothecaire Agricole*. Genebra, 21 de Maio de 1931, Sociedade das Nações, p. 2.

¹⁰⁵⁰ *Processo Verbal 50.ª Sessão*, 22 de Maio de 1931. Idem, p. 13.

¹⁰⁵¹ Comunicado ao Conselho e aos Membros da Sociedade das Nações, *Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d'Etude pour l'Union Européenne, du 15 au 21 mai 1931*, Genebra, 22 de Maio de 1931, p. 3. In Idem.

¹⁰⁵² Idem.

¹⁰⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 4.

Na referida sessão procurou-se ainda resolver os problemas da produção e das trocas comerciais através das negociações tarifárias, do desenvolvimento de ententes económicas internacionais e da aplicação dos princípios da Convenção Comercial de 24 de Março de 1930¹⁰⁵⁴. Convocava-se uma comissão de peritos económicos para Genebra, a 24 de Junho, com o objectivo de instarem os respectivos executivos a trabalhar com a S.D.N e da O.I.T. O objectivo consistia em assegurar uma colaboração estreita e frutuosa entre os países, em prol do planeamento da produção e das trocas¹⁰⁵⁵. A referida comissão era composta pela Alemanha, pela Bélgica, pelo Reino Unido, pela França, pela Itália, pelos Países Baixos, pela Polónia, pela Suécia, pela Tchecoslováquia e pela U.R.S.S.¹⁰⁵⁶.

Na linha da proposta francesa, a Comissão de Estudos para a UE admitia que, sem detrimento das medidas em execução (organização do mercado do trigo e crédito hipotecário), o estabelecimento do regime de preferência agrícola para melhoria dos preços aos exportadores de cereais da Europa Central e Oriental e sublinhava o alcance desejável deste enquadramento, extensível a todos os produtos agrícolas¹⁰⁵⁷.

A compressão das posições expressas por alguns dos países europeus à crise na Europa impõe um recuo cronológico breve. Na sessão da Comissão de Estudos de 15 a 21 de Maio de 1931, Julius Curtius (1877-1948) – político alemão – definia a «crise» mundial como reflexo da superprodução dos alimentos e das matérias-primárias. Observava que a redução da capacidade de consumo caminhava a par do aumento futuro dos compradores de ouro e das perturbações no mercado de capitais. Curtius perscruta além e dava visibilidade a outro factor determinante, a saber, a divisão da Europa num «nombre considérable de petits territoires économiques»¹⁰⁵⁸. Inspirado nesta tese, o governo germânico examinava a conjuntura da Alemanha como resultado dos regimes aduaneiros existentes¹⁰⁵⁹ e rematava: «Pour caractériser la situation européenne, je rappellerai ces chiffres solvante cités: 20.000 kilomètres de nouvelles frontières douanières, treize nouveaux systèmes monétaires, neuf nouveaux territoires économiques et tarifs douaniers. Le danger le plus grand, pour l’avenir de l’Europe, reside dans ce morcellement économique de l’Europe centrale et de l’Europe Orientale»¹⁰⁶⁰. A primeira

¹⁰⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 5.

¹⁰⁵⁵ Idem.

¹⁰⁵⁶ Idem.

¹⁰⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 6.

¹⁰⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 13.

¹⁰⁵⁹ Idem.

¹⁰⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 14.

consequência, segundo Curtius, consistia na produção e distribuição irracionais e dispendiosas, à diminuição da concorrência e à diminuição do capital disponível; conseqüentemente, ao subconsumo, ao desemprego, à proletarização das classes médias e à pauperização da classe trabalhadora. A única via de solucionar a situação descrita era «l'élargissement progressif des territoires économiques»¹⁰⁶¹.

O Orador insurgia-se contra a autarcia económica enquanto tendência dominante nos estados de território exíguo observando que, no caso da Europa do Sudeste, a existência económica dependia da possibilidade de exportar cereais¹⁰⁶². A Alemanha, contrária à ideia francesa de um regime preferencial, conotava a solução francesa como facilmente permeável ao sistema da cláusula da nação mais favorecida, isto é, o regime de trocas comerciais mais apreciado pelos alemães¹⁰⁶³. Para Curtius, os direitos aduaneiros europeus cumpriam o propósito de salvaguarda das produções nacionais da concorrência dos demais agentes económicos europeus. Assim, as ententes regionais - «le plan d'unions dounières» - adquiriam particular importância, com ênfase para os esforços da Estónia e da Letónia, ou da Jugoslávia e da Roménia nesse sentido, mas também da França e da Bélgica¹⁰⁶⁴. Curtius mostrava-se disposto a debater a celebração de uma união aduaneira entre a Alemanha e qualquer país «grand ou petit», uma iniciativa que poderia ser extensível a mais do que um estado ou mesmo a um agrupamento regional. Curtius considerava a Europa como ponto central da entente regional; todavia, os planos acalentados pela Alemanha, contrariados pela França e o respectivo sistema preferencial, originavam uma *Mitteleuropa* – um bloco germano-austriaco que pretendia opor-se à criação do bloco dos países agrícolas, através do estabelecimento da aliança económica regional com os países do Sudeste Europeu¹⁰⁶⁵ – a qual seria de evitar por esses na visão francesa¹⁰⁶⁶.

Na sessão pública de 16 de Maio de 1931, presidida por Aristide Briand, Dino Grandi, em nome da Itália, proferia uma intervenção sobre a crise: «Il ne s'agit pas de tel ou tel pays, mais de la crise de chaque pays en fonction des conditions des autres

¹⁰⁶¹ Idem.

¹⁰⁶² Idem.

¹⁰⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 15.

¹⁰⁶⁴ Idem.

¹⁰⁶⁵ DUROSELLE, Jean-Baptiste, *História das Relações Internacionais de 1919 a 1945*, Tomo I, 12.^a Edição, Edições texto&grafia, Lisboa, 2001, p. 137.

¹⁰⁶⁶ MILZA, *Ibidem*.

pays»¹⁰⁶⁷; segundo expressava, o governo italiano aguardava a aplicação da convenção comercial de 1930, observando Grandi que a mesma constituía uma medida preambular para a aplicação de acordos directos, «méthode que l'Italie a toujours soutenue et à laquelle elle a déjà donné un début d'application»¹⁰⁶⁸.

O governo francês salientava a relevância de uma entente entre as diversas uniões regionais a qual constituiria a União Europeia; por outro lado, não acreditava que a dispersão da Europa em inúmeros blocos económicos pudesse assegurar a paz, dada a ligação estreita entre a economia e a política¹⁰⁶⁹. Para o representante francês, a união aduaneira deveria ser entendida como uma união política¹⁰⁷⁰.

A Áustria, um dos principais compradores de cereais, era identificada como um dos países a ser ajudado em caso de apoio às economias agrícolas do Este da Europa, logo deveria retribuir. Nessa sessão, a Áustria enfatizava a relevância atribuída no relatório às dificuldades comerciais do país com os vizinhos¹⁰⁷¹. Evocava o Tratado de Saint-Germain-en-Laye, cujo artigo 222.º autorizava a Áustria, a Hungria e a Tchecoslováquia a adoptarem uma tarifa preferencial. Em 1922 a Áustria e a Itália haviam encetado negociações para uma união financeira e económica e, no ano seguinte, estabelecia-se um regime de direitos preferenciais entre ambos os países e a Tchecoslováquia, acordo malogrado, devido às fronteiras comerciais e políticas, em 1925. A Áustria revelava-se uma defensora indefectível do desarmamento económico da Europa, sem o qual a restauração económica do continente jamais resultaria¹⁰⁷².

A 18 de Maio, na 4.ª Sessão Pública, Maxim Litvinoff (1876-1951) – político e diplomata russo – expunha o posicionamento da URSS no contexto de crise mundial¹⁰⁷³. Em discurso dirigido a Aristide Briand, presidente da sessão, o diplomata explicava os dilemas da economia soviética, a qual não podia depender exclusivamente da exportação de matérias-primas para financiar as impostações. A redução drástica dos preços revelava-se prejudicial à U.R.S.S.¹⁰⁷⁴, um dano acrescido pelos sucessivos projectos

¹⁰⁶⁷ Comunicado ao Conselho e aos Membros da Sociedade das Nações, *Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d'Etude pour l'Union Européenne, du 15 au 21 mai 1931*, Genebra, 22 de Maio de 1931. In Idem, *Ibidem*, p. 20.

¹⁰⁶⁸ Idem.

¹⁰⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 24.

¹⁰⁷⁰ Idem.

¹⁰⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 27.

¹⁰⁷² Idem, *Ibidem*, p. 28.

¹⁰⁷³ Idem, *Ibidem*, pp. 30-35.

¹⁰⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 30.

apresentados na S.D.N.. Litvinoff antecipava a necessidade de um estreitamento de relações entre os países europeus e a União Soviética, segundo uma lógica de tampão à «crise»¹⁰⁷⁵. Não esquecia, porém, que o fenómeno da superprodução derivava do sistema capitalista, do qual era inseparável.

Ao invés da percepção generalizada na S.D.N., o Orador não considerava a existência da U.R.S.S. como factor determinante da crise, uma tese fundada no papel desse país no comércio mundial, cifras corroboradas pela S.D.N.¹⁰⁷⁶. Exaltou a participação soviética para o alívio da crise económica europeia : «Il est certainement inutile de souligner que du moment que l'on admet l'importance des importations des Soviets, on peut difficilement s'opposer aux exportations des Soviets, qui doivent compenser les importations»¹⁰⁷⁷. Acentuava as discrepâncias entre as exportações da Rússia czarista e da Rússia dos *soviets*, sublinhando que a primeira detinha 25% das exportações mundiais do trigo enquanto a segunda, em 1930, não lograva além de 20% do trigo colocado no mercado mundial¹⁰⁷⁸.

O diplomata soviético salientava a sua visão: «Nous ne nions pas, sans doute, que les conditions spéciales de l'agriculture et du commerce extérieur de l'Union soviétique permettent de vendre les produits agricoles à des prix plus bas que ceux qui peuvent être pratiqués par d'autres pays. Ces conditions particulières sont les suivantes: l'absence, grâce à la nationalisation des terres, des lourdes charges imposées à la population paysanne des autres pays (loyers, baux, hypothèques), qui épuisent les ressources de l'agriculture et absorbent parfois jusqu'à 70% du coût de la production, la suppression des bénéfices individuels, de la spéculation sur les changes et des intermédiaires. Je dois dire, toutefois, qu'en dernier resort, les marchés mondiaux sont régis par la loi de l'offre et de la demande». Para concluir, o delegado soviético propunha a adopção de uma declaração comum a converter em convenção internacional, para regulação dos níveis obrigatórios dos preços e transações dos produtos agrícolas¹⁰⁷⁹.

A 23 de Setembro de 1931, a S.D.N. divulgava o relatório elaborado por Louis Rollin (1879-1952) – político francês – aos Membros, à Assembleia e ao Conselho. Este documento continha as resoluções face à obra económica da Liga desenvolvidas nos

¹⁰⁷⁵ Idem.

¹⁰⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 31.

¹⁰⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 32.

¹⁰⁷⁸ Idem.

¹⁰⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 33.

meses anteriores. No domínio agrícola, o Comité nomeado em Janeiro esclarecia a relevância de um estudo sobre «l'extension mondiale de la *crise agricole*»¹⁰⁸⁰. A maioria dos peritos manifestavam-se convictos da importância do planeamento do comércio de cereais¹⁰⁸¹. Em Março, o Instituto Internacional de Agricultura apresentara uma conferência preparatória da cimeira do trigo, embora a Conferência de Londres, realizada em Maio, não tenha surtido efeitos na concretização de um acordo internacional entre os países exportadores de trigo da Europa e de além-mar.

No contexto europeu, os acordos bilaterais haviam-se estabelecido em prol da preferência pela compra dos cereais oriundos da Europa Central e Oriental. Estes esforços eram congregados num período limitado de tempo atendendo às circunstâncias da época. A tarifa preferencial apresentava-se como o mecanismo propiciador da venda dos cereais a preço remunerador para os países produtores. Esses acordos seriam submetidos ao patrocínio da S.D.N., entidade responsável pela mediação¹⁰⁸². O relatório aludia ainda à iniciativa de alguns países de reflexão sobre as possibilidades de produtos agrícolas – que não os cereais – serem introduzidos no regime preferencial, como os tabacos e as raízes secas.

Entregue à Comissão de Estudos para a União Europeia pelo Subcomité de Coordenação em matéria económica, o relatório entendia a necessidade de um tratamento equiparável entre esta iniciativa e o comité dos cereais¹⁰⁸³, tão mais relevante quanto algumas delegações mostravam-se reticentes com a possibilidade¹⁰⁸⁴.

Algumas delegações mostravam-se favoráveis a uma «*association coopérative des producteurs et des consommateurs*», a qual deveria desempenhar a função de organizar e escoar os produtos agrícolas, como de contribuir para a regularização das produções, reduzindo a diferença de preço entre produtos agrícolas e industriais logo «à rédiure les frais, ainsi que la charge des dettes de l'agriculture»¹⁰⁸⁵. O documento felicitava-se a criação da Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola sob os auspícios da S.D.N., o qual teria impacto na melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e no comércio agrícola, graças à efectiva colaboração financeira internacional. Algumas

¹⁰⁸⁰ *L'Ouvre Économique de la Société des Nations – Rapport et Projet de Résolutions Présentés par la Deuxième Commission à L'Assemblée*. Genebra, 23 de Setembro de 1931, p. 5. In Idem.

¹⁰⁸¹ Idem.

¹⁰⁸² Idem.

¹⁰⁸³ Idem.

¹⁰⁸⁴ Idem.

¹⁰⁸⁵ Idem.

delegações desejavam uma extensão da Sociedade aos países extra-europeus¹⁰⁸⁶; esperava-se que a ideia do crédito a curto termo, alimentada pelo Instituto Internacional de Agricultura, alcançasse uma realização prática¹⁰⁸⁷.

Em face do exposto, cumpre-nos uma análise da solução encontrada para a agricultura europeia, em parceria entre a Sociedade das Nações e o Instituto Internacional de Agricultura, no domínio do crédito agrícola. A criação de uma Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola tinha por objectivo emprestar somas reembolsáveis, num prazo alargado, a sociedades de crédito hipotecário agrícola «que se dediquen por sí mismas o por medio de otras Sociedades que tengan su domicilio en el país de que se trate, a realizar préstamos com primera hipoteca sobre inmuebles dedicados a una explotación agrícola»¹⁰⁸⁸. Esta Sociedade Internacional aspirava constituir e negociar – através do sistema da hipoteca – obrigações sobre as sociedades nacionais, entenda-se, de cada país, garantindo-as com base nas «primeras hipotecas inscritas a nombre de estas Sociedades»¹⁰⁸⁹. Estabeleceu-se um prazo para adesão dos estados europeus – membros da S.D.N. – ao projecto da Sociedade Internacional Hipotecária, a expirar a 15 de Agosto de 1931, uma iniciativa de elevado eco na imprensa espanhola atendendo à relevância da instituição para um país agrícola como a Espanha¹⁰⁹⁰.

Dias antes, a S.D.N. publicava o relatório da Subcomissão de Crédito Agrícola da Comissão de Estudos para a União Europeia. Este núcleo reunira em 2.^a sessão entre 13 e 14 Maio de 1931, sob a presidência de W. R. Smith, secretário parlamentar do Ministério do Comércio do Reino Unido. Participaram os seguintes países: a Alemanha, a Áustria, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Bulgária, a Dinamarca, a Espanha, a Estónia, a Finlândia, a França, a Grécia, a Hungria, o Estado Livre da Irlanda, a Itália, a Letónia, os Países Baixos, a Polónia, Portugal, a Roménia, a Suíça, a Tchécoslováquia e a Jugoslávia; todos membros da Sociedade das Nações, não obstante haverem-se feito representar em ambas as reuniões, à excepção da Albânia, da Lituânia, do Luxemburgo e da Noruega¹⁰⁹¹.

¹⁰⁸⁶ Idem, p. 6.

¹⁰⁸⁷ Idem.

¹⁰⁸⁸ Recorte de jornal espanhol intitulado «El crédito hipotecário agrícola. Constitución de una Sociedad Internacional». Anexo ao ofício n.º 30 da Secretaria Portuguesa da S.D.N. de 21 de Maio de 1931. In

¹⁰⁸⁹ Idem.

¹⁰⁹⁰ Idem.

¹⁰⁹¹ *Rapport de la Sous-Commission pour le Crédit Agricole*. Comissão de Estudos para a União Europeia, Genebra, 15 de Maio de 1931, p. 1. In *Proc. 23 - S.D.N. Comissão de estudos para a União Europeia. Sessões da Comissão. Sub-comissão dos créditos. Sub-comissão de coordenação em matéria económica. Comité de Organização. Comité dos cereais. Nomeações de delegados portugueses. 1930-1933*. Cota: Sala: S01 Estante/Módulo: E29 Prateleira/Gaveta: P01 Número: 84695

O relatório apresentava a análise exaustiva dos textos definitivos do Comité Financeiro da S.D.N., entretanto submetidos ao Conselho da Liga: o Projecto de Convenção, a Carta e os Estatutos inerentes à criação da Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola, além do relatório do Comité Financeiro ao órgão decisor, contendo «les principes essentiels de législation hypothécaire»¹⁰⁹². Os redactores enfatizavam o interesse do plano de apoio aos agricultores, dotando-os de capacidade financeira; tal favorecia os países agrícolas e, por extensão, os industrializados, assente no pressuposto dos «marchés dépendente si étroitement de la demande des agriculteurs»¹⁰⁹³. Refutavam as críticas sobre um eventual incremento desmesurado da actividade agrícola como consequência do funcionamento da Sociedade¹⁰⁹⁴. Ao invés, a Sociedade deveria desenvolver «une influence éducative considérable», através da organização dos sistemas hipotecários em cada país, com impacto nas legislações hipotecárias nacionais¹⁰⁹⁵.

Já na Conferência de Varsóvia, realizada em 1930, o debate sobre o crédito agrícola a médio prazo frutificara sob a forma de memorandum; esse documento «comportait, *in fine*, un questionnaire sur la questionnaire du crédit agricole dans les pays ayant participé à la Conférence»¹⁰⁹⁶. O inquérito versava a tipologia dos créditos agrícolas existentes (a curto, médio ou longo termo); as garantias usadas para os assegurar (crédito pessoal, crédito com garantia cooperativa, crédito hipotecário, crédito contra o penhor instituído sobre bens móveis ou outras formas); a situação jurídica e fiscal dos países nos quais se ponderava o estabelecimento da hipotecas rurais; a situação dos mesmos sobre a instituição do penhor sobre bens móveis; informações a disponibilizar sobre as dívidas dos agricultores; as taxas de juros exigidas para os diversos tipos de créditos; os principais Institutos de crédito agrícola dos países, respectiva organização e as formas de crédito agrícola específicas; questionava-se se essas instituições já teriam colocado títulos hipotecários no exterior, e em caso afirmativo, por que somas e a que taxas de juros, não obstante as garantias que tivessem sido atribuídas, e qual o preço médio, baixo e mais alto desses títulos durante o primeiro semestre de 1930, nos distintos mercados financeiros; a última questão incidia sobre as formas de seguros disponíveis para edifícios, gado morto

¹⁰⁹² Idem, *Ibidem*, p. 2.

¹⁰⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 3.

¹⁰⁹⁴ Idem.

¹⁰⁹⁵ Idem.

¹⁰⁹⁶ *Le Crédit Agricole dans Certains Pays de L'Europe Centrale et Orientale*, Sociedade das Nações, Genebra, 1931, p. 4. In Idem.

e gado vivo existentes nos países, questionando-se se tal seria necessário e se seriam facilmente aplicáveis a objectos susceptíveis de servir de penhores, e nessa conformidade, quais seriam as disposições legais para compensações em casos de desastres que afectassem o objecto assegurado¹⁰⁹⁷.

Os governos búlgaro, estónio, húngaro, letónio, polaco, romeno e jugoslavo¹⁰⁹⁸, presentes naquele encontro¹⁰⁹⁹ endereçaram respostas à S.D.N.. Das réplicas extraía-se a similitude tendencial na tipologia dos financiamentos; observe-se, porém, algumas diferenças. Por exemplo, a Roménia caracterizava-se pelas modalidades de créditos a curto e a longo prazo¹¹⁰⁰ enquanto a Polónia, partilhando as mesmas formas de financiamento, mostrava-se adepta do crédito a médio prazo. No caso da Jugoslávia, verificavam-se dissemelhanças consoante as regiões, sem prejuízo da prática das três hipóteses de financiamento, a curto, médio e longo prazos.

Apelando à tese *bettencourtiana* sobre o posicionamento dos Estados latinos e o interessem em deixarem o «(...) simples papel de satélites»¹¹⁰¹ das grandes potências, a realidade romena merece alguma reflexão. Segundo Federico, os cereais oriundos da Roménia – como os russos – tinham perdido capacidade concorrencial com o encerramento do estreito de Dardanelos no noroeste da Turquia¹¹⁰², após a Grande Guerra. Os créditos agrícolas romenos de longo prazo poderiam alcançar os 50 anos e eram atribuídos pelo Crédito Hipotecário Rural, enquanto os créditos a curto termo não ultrapassavam um ano e eram concedidos pelos Bancos Populares, pelas federações, pelas Caixas de empréstimos sob penhoras, pelas Caixas de crédito departamentais, além da Secção bancária do Crédito hipotecário rural¹¹⁰³. Os bancos privados não tinham acordos sob empréstimos a longo prazo, logo restringiam-se ao crédito, suportado em letras de câmbio até três meses. Os créditos a médio termo eram designados «à titre

¹⁰⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 5.

¹⁰⁹⁸ Idem.

¹⁰⁹⁹ «Premier Rapport du Comité Financier au Conseil», in *Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole – Convention, Charte et Status approuvés par le Conseil de la Société des Nations et signés le 21 Mai 1931 et autres documents relatifs*. Genebra, 22 de Maio de 1931, Sociedade das Nações, p. 6. In Idem.

¹¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 51.

¹¹⁰¹ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Prováveis alianças e agrupamentos de nações. Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, p. 12.

¹¹⁰² FEDERICO, Giovanni, «The Growth of World Agricultural Production, 1800-1938», in *Research in Economic History*, Março 2015, p. 134. Disponível online: [http://dx.doi.org/10.1016/S0363-3268\(04\)22003-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0363-3268(04)22003-1)

¹¹⁰³ *Le Crédit Agricole dans Certains Pays de L'Europe Centrale et Orientale*, *Ibidem*.

d'investissements'»¹¹⁰⁴, fruto de acordos entre os Bancos Populares e as federações. Destinavam-se aos pequenos agricultores «pour l'acquisition de machines et autre outillage agricole», reembolsáveis na data-limite de 1 a 5 anos¹¹⁰⁵.

As instituições de crédito agrícola romenas exigiam, como garantias dos empréstimos, hipotecas que recaíam sobre o agricultor; tais poderiam apresentar as seguintes configurações: hipoteca de primeira categoria, sobre a propriedade agrícola, ou de segunda instância «si la propriété du débiteur est déjà grevée d'une hypothèque au Crédit foncier rural»¹¹⁰⁶; no caso do crédito a curto prazo, a garantia era exercida sobre as culturas. O crédito com garantia cooperativa era aplicado sobre as terras de cultura e outros investimentos produtivos «aux coopératives ayant une responsabilité solidaire et illimitée (ou aux associations rurales d'achat coopérant avec les exploitations forestières)»¹¹⁰⁷. Após a inscrição hipotecária, o Estado gozava do direito de cobrar impostos sobre a propriedade nos três últimos anos; aliás, a resposta romena era elucidativa nesta matéria, com a alusão à lei de 1929 e às disposições que permitiam ao Estado «d'étendre son privilège aux dettes fiscales de toute nature assumes par l'emprunteur»¹¹⁰⁸.

Quanto à relação entre o crédito e a estrutura da propriedade, a Roménia não apresentava restrições incidentes sobre a grande propriedade, com excepção do «regime dotal», uma vez que os bens dotados não podiam ser hipotecados. Relativamente à pequena propriedade, fruto das sucessivas reformas agrárias, não se aplicava o regime hipotecário, atendendo à disposição de 1864 transformando-as em inalienáveis até 1916¹¹⁰⁹. A lei de 1925, relativa à alienação das terras adquiridas nos termos da reforma agrária, e a lei de 29 de Agosto de 1929 sobre a livre circulação de bens, alteravam a situação: «la première, que ces biens peuvent être hypothéqués auprès de certaines institutions financières autorisées par l'Etat, et la seconde que ces biens ne pourront être hypothéqués qu'auprès de Sociétés de crédit agricole»; segundo a missiva, as entidades citadas não tinham sido fundadas¹¹¹⁰.

¹¹⁰⁴ Idem.

¹¹⁰⁵ Idem.

¹¹⁰⁶ Idem.

¹¹⁰⁷ Idem.

¹¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 52.

¹¹⁰⁹ Idem.

¹¹¹⁰ Idem.

A lei de 1929 completava a organização das instituições financeiras autorizadas pelo Estado; estipulava o aumento das garantias de segurança entre as partes (financeira e devedor) com a respectiva simplificação das formalidades e redução dos custos «tant dans l'intérêt de ceux qui désirent placer des fonds dans des opérations de crédit agricole que dans l'intérêt de ceux qui empruntent à ces institutions»¹¹¹¹. Esta legislação permitia a concessão de empréstimos a qualquer pessoa em condições de fazer valer o título de uma propriedade, isto é, o registo para fins fiscais, considerado equivalente à posse daquela¹¹¹², introduzindo a cédula hipotecária, designada *Grundschuld*, «qui a une existence indépendante de toute créance personnelle», assemelhando-se a uma carta de compromisso celebrado¹¹¹³. A realidade romena constituía-se, assim, um dos exemplos entre os Estados auscultados na publicação, a qual evidenciava a vulnerabilidade do sector agrícola do país e o impacto das hipotecas; a Roménia, porém, concebia uma organização financeira conforme às necessidades de financiamento dos agricultores, com salvaguarda das produções de alguma forma¹¹¹⁴, embora tal não configurasse a obrigatoriedade dos seguros¹¹¹⁵.

A 27 de Janeiro de 1931, o Comité Financeiro enviava o primeiro relatório sobre o crédito agrícola ao Conselho da S.D.N.. O texto indicava as medidas possíveis para a promoção de financiamentos internacionais à agricultura; no entanto, o documento era claro sobre o carácter limitado destes os quais não erradicariam os obstáculos sentidos na Europa Oriental face ao movimento dos capitais¹¹¹⁶. O Comité Financeiro estimava a possibilidade dos agricultores usufruírem de mais e melhores garantias, resultando tal num complemento entre os institutos hipotecários locais ou nacionais e as «garanties offertes par le gouvernement des pays intéressés», pretendendo-se, em justaposição, um sistema que acumulasse as cauções no sector primário¹¹¹⁷. Enunciava que a melhor maneira de alcançar esse objectivo passaria pelo estabelecimento de um Instituto Internacional especial «qui emprunterait, sur son propre crédit, dans les marchés internationaux et qui prêterait les fonds ainsi obtenus contre une garantie hypothécaire, par l'entremise d'instituts nationaux ou locaux»¹¹¹⁸. Estas proposições seriam aprovadas

¹¹¹¹ Idem.

¹¹¹² Idem.

¹¹¹³ Idem.

¹¹¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 57.

¹¹¹⁵ Idem.

¹¹¹⁶ «Premier Rapport du Comité Financier au Conseil», in Idem, *Ibidem*.

¹¹¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 7.

¹¹¹⁸ Idem.

pelo Conselho, dando origem ao segundo relatório do Comité Financieiro, de 11 de Maio no referido ano¹¹¹⁹.

A Conferência Preliminar, aspirava a um concerto económico no Velho Continente, atendendo às disparidades entre países industriais e agrícolas nas suas relações comerciais, caso a penúria atingisse o investimento rural¹¹²⁰. Em síntese, tal conduziria o agricultor à impossibilidade de reconversão de culturas e a adequação do sector agrícola às necessidades e tendências do consumo. Nesta esteira, o relatório evidenciava as medidas tendentes ao aumento do nível de vida das populações europeias «'où il est aujourd'hui relativement bas'», proporcionaria, igualmente «'la demande des produits agricoles de valeur plus élevée'»: carnes, leite, frutas, entre outros, nesses países. Assim, os créditos agrícolas eram incentivados na expectativa de despertar o consumo, apenas possível com a reconversão das produções¹¹²¹.

Passados alguns dias, a Comissão de Estudos para a União Europeia divulgava o seu relatório, após análise do projecto da Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola elaborado pelo Comité Financieiro¹¹²²; segundo o documento, a comissão havia, por unanimidade, decidido instalar a sede da futura Organização em Genebra¹¹²³. De acordo com as orientações da Comissão para a UE, o projecto deveria incidir também sobre os interesses dos países industrializados atendendo-se à lógica do aumento do poder de compra dos agricultores que proporcionava oportunidades inequívocas às indústrias¹¹²⁴. Já a resolução do Conselho, de 21 de Maio de 1931, aprovava as sugestões da Comissão de Estudos para a União Europeia, exprimindo o desejo de adesão generalizada da Convenção. Nessa sessão, nomeava o Comité de Organização do Crédito Agrícola previsto pelo artigo 1.º da Convenção, de modo a que os países interessados no crédito agrícola procedessem à reforma das respectivas legislações hipotecárias «dans les pays désireux d'entreprendre cette réforme»¹¹²⁵.

A 1 de Outubro de 1931 a S.D.N. publicava a *Convention pour la création d'une Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole*, de 21 de Maio desse ano¹¹²⁶,

¹¹¹⁹ «Second Rapport du Comité Financier au Conseil (Du 11 mai 1931)», in Idem, *Ibidem*, p. 8.

¹¹²⁰ Idem.

¹¹²¹ Idem.

¹¹²² «Rapport de La Commission D'étude Pour L'Union Européenne», in Idem, *Ibidem*, p. 14.

¹¹²³ Idem.

¹¹²⁴ Idem.

¹¹²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 15.

¹¹²⁶ *Convention pour la création d'une Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole*, Genebra, 21 de Maio de 1931. In Idem.

como forma de interagir com as instituições agrícolas dos Estados. A organização era entendida como um «instrument précieux de coopération internationale» que assistia à obra económica da S.D.N.. A convenção foi subscrita pelos seguintes países: a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Grã-Bretanha, a Irlanda do Norte, a Bulgária, a Dinamarca, a Espanha, a Estónia, a Finlândia, a França, a Grécia, a Hungria, a Itália, a Letónia, a Lituânia, o Luxemburgo, os Países-Baixos, a Polónia, Portugal, a Roménia, a Suécia, a Suíça, a Tchecoslováquia e a Jugoslávia¹¹²⁷.

A Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola visava a criação de uma reserva especial; pretende isto significar que os Governos contratantes consentiriam à mesma Organização – a qual os reembolsaria na linha dos Estatutos da Sociedade –, o valor conjunto de 25 milhões de francos suíços «or équivalent à 7.258.064.516 grammes d’or fin»¹¹²⁸. A convenção vigorava no momento em que as contribuições dos Estados que ratificassem o documento alcançassem aquela quantia. Caso tal não se verificasse até 31 de Dezembro de 1931, a Convenção ressaltava que o Conselho da S.D.N deveria convocar os estados para a negociações de novas condições¹¹²⁹.

Assim, a agricultura europeia constituiu um dos pontos fulcrais dos trabalhos da S.D.N., dos mais exaustivos na sua dimensão cronológica. Entre 1920 e 1930, a S.D.N. assistiu, insistentemente, à crescente disputa económica tentando resolvê-la sem lograr um êxito perdurável, fruto da conjuntura política, económica e social da época. Sublinhe-se, porém, o inequívoco legado deixado à agricultura europeia nos dias de hoje, sector primordial da União Europeia. A Política Agrícola Comum encontra a sua génese no esforço negocial e participativo dos estados europeus no âmbito da S.D.N; atendendo ao montante do orçamento comunitário aplicado actualmente na agricultura, é da maior pertinência alargar o nosso escopo de análise e compreendermos a importância conferida pela Sociedade das Nações e pelo Instituto Internacional de Agricultura.

6. Diplomacia Portuguesa e Agricultura – Lógicas e objectivos diplomáticos portugueses no domínio agrícola

¹¹²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 2.

¹¹²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 3.

¹¹²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 6.

Na esteira das tendências observadas por Bettencourt Rodrigues, a actividade portuguesa na Sociedade das Nações *ia de improviso*, como quem diz, para *onde andasse o barco consoante a maré* e na medida do possível – antes, justificável pela falta de uma Secretaria Geral, depois, pela continuidade da falta de afirmação portuguesa nas esferas internacionais –, não obstante as disposições dos representantes enviados e as lógicas com que se depararam naquela casa. Todavia, no respeitante a matérias relacionadas com a agricultura, Portugal tirou sempre dos seus cuidados algum tempo para se debruçar sobre os assuntos que na Liga eram colocados em cima da mesa; observe-se, tal não pretende significar que o país tenha alcançado grandes sucessos na Comissão Económica da S.D.N., porém, o Estado português detinha objectivos diplomáticos por cumprir no domínio agrícola os quais acarretavam as antigas colónias portuguesas, contexto internacional que sempre impeliu Portugal para a Organização, mesmo que a gosto contrafeito.

Subsequentemente, saliente-se que após a I Guerra Mundial o modelo económico português sofreu «substanciais alterações» na formulação de António José Telo¹¹³⁰; a produção agrícola permaneceu reduzida, continuando-se a falar nos «reservatórios sazonais de mão-de-obra»¹¹³¹ dirigidas para os grandes latifúndios – sem condições de cultivo intenso –, vindo à tona vozes de diversos autores da época que pretendiam sistemas de «rega agrícola para o Alentejo, paralelamente a uma colonização interna que implicaria uma divisão da propriedade»¹¹³² - entre esses, destaque-se Ezequiel de Campos enquanto divulgador da «dry-farming»¹¹³³ –, pareceres e alvitre que culminaram num *chavão* para a inércia das reformas da propriedade em Portugal nos anos da I República e do regime seu sucessor.

Sendo a agricultura vocacionada para o mercado interno, isto é, para a autossuficiência do próprio produtor, a maneira como o país se apresentava para competir nas esferas internacionais com os seus produtos agrícolas ficava aquém do expectável: ora por falta de apresentação, ora por carência de iniciativa interna, ou ainda por escassez

¹¹³⁰ TELO, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, 1.ª Edição, Edições Cosmos, Lisboa, 1994, p. 67.

¹¹³¹ Idem, *Ibidem*, p. 68.

¹¹³² Idem.

¹¹³³ JESUS, Quirino de; CAMPOS, Ezequiel de, *A Crise Portuguesa – Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda., [s. d.], [s. l.], p. 69.

de meios que rentabilizassem a troca de mercadorias com os países que comercializavam as suas produções em Portugal, sublinhando-se neste sentido, uma vez mais, a perspectiva de Bettencourt Rodrigues em prol de uma aproximação luso-brasileira e, *à posteriori*, para com os outros países latinos até ao momento em que todos estariam preparados para concorrerem com o exterior, isto é, fora deste bloco internacional que aprenderia e desenvolveria, a seu ver, lógicas de produção e exportação no seu âmago¹¹³⁴.

Desta feita, embora a feição rural delineasse o país, Portugal via-se na contingência de ser um manifesto importador de produtos agrícolas dada a sua baixa produção; entre esses, o trigo ocupava o primeiro lugar com uma importação de «100 a 150 000 t, em anos normais», não obstante a compra de arroz, batata, carne, feijão e gado assumirem contornos mais do que relevantes na importação portuguesa daqueles anos¹¹³⁵, embora o trigo venha a duplicar a sua produtividade entre 1931 e 1935, não obstante o mesmo se poder referir para o arroz¹¹³⁶. No primeiro caso, o aumento verificável naqueles anos era a consequência da «campanha do trigo» levada a cabo pelo novo regime¹¹³⁷. De facto, entre 1918 e 1935 as principais culturas: o trigo, a cevada, o milho, o arroz e a batata sofrem um acréscimo apreciável, só verificável numa comparação entre si, nos anos de 1921-1925 e na baliza cronológica 1931-1935, à excepção do trigo que na década de 1920 permanece num limbo de produtividade diminuta¹¹³⁸.

No pós-guerra a ideia de um relançamento da economia nacional era acompanhada pelo usufruto das indemnizações da Grande Guerra; de resto, Portugal não foi excepção e em 1919 instou junto dos Estados Unidos pela obtenção de um crédito no valor de 100 milhões de dólares, o qual lhe foi recusado graças à acumulação de pedidos junto dos novos credores¹¹³⁹. Posto isto, os republicanos vêm-se na contingência de aproximar o modelo económico do país das políticas que no período em causa assolavam o continente europeu, a saber, a inflação dos preços e dos salários, a desvalorização da moeda e o financiamento sistemático dos défices estatais «sem grandes preocupações»¹¹⁴⁰. Note-se,

¹¹³⁴ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, p. 12.

¹¹³⁵ TELO, *Ibidem*.

¹¹³⁶ LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000 – O Século XX*, Vol. III, 4.^a Edição, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012, Lisboa, p. 164.

¹¹³⁷ *Idem*.

¹¹³⁸ *Idem*.

¹¹³⁹ TELO, *Ibidem*, p. 89.

¹¹⁴⁰ *Idem*.

o prolongamento do crédito de guerra inglês até 1919 acartava com complicações a longo prazo, sendo que a dívida de guerra apenas voltou a ser negociada depois do 28 de Maio de 1926¹¹⁴¹, como de resto António de Bettencourt Rodrigues fez reparo sobre os sucedidos aquando da sua chegada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros¹¹⁴², como vimos.

A partir de 1921 a Inglaterra volta a pressionar os políticos lusos para o pagamento da sua dívida de guerra, a qual sofre uma intervenção dos Estados Unidos, na medida em que «as libras entregues a Portugal vieram indirectamente dos EUA»¹¹⁴³. Note-se a balança dos pagamentos nacional agrava-se em consonância com a crise financeira do Brasil: as remessas dos emigrantes escasseiam e as famílias acabam por sair inteiras do país¹¹⁴⁴. A partir daquele ano, a agricultura portuguesa padece: até 1921, os maus anos vinícolas contribuíram para o escoamento da produção de vinho acumulada durante a Grande Guerra; com a Lei Seca aprovada nos Estados Unidos da América, a França retrai-se na sua importação de vinhos, nomeadamente, dos vinhos lusos «para mistura»¹¹⁴⁵. Na linha de António Telo, estalou uma «guerra de tarifas», na qual a França aplicou a taxa máxima sob os vinhos portugueses, sendo que Portugal não tinha muitos meios por onde «retaliar»¹¹⁴⁶. Ressalve-se, 1922-1923 foram anos com «colheitas recorde» na esteira da superprodução que invadira a Europa e o mundo, como tivemos oportunidade de aferir no capítulo anterior, não ficando Portugal à margem dessa realidade, uma vez que haviam sido bons anos para a agricultura¹¹⁴⁷. Após a guerra, segundo Telo, o Partido Democrático teve em vista beneficiar as cidades aumentando as tensões; todavia, entre 1922 e 1923, segundo o autor, a política transforma-se no sentido do aumento dos preços agrícolas, «numa tentativa de conquistar o apoio dos sectores moderados dos campos», conduta robustecida pela desistência do Partido Democrático em procurar amparos junto do movimento operário «com preços agrícolas baixos»; tornou-se sua *chance* baixar a *cartola* aos agricultores¹¹⁴⁸. Ressalve-se, 1923 seria o ano que poria cobro ao *pão político* - «o pão barato subsidiado das cidades» -, favoravelmente à agricultura e ao Estado que

¹¹⁴¹ Idem.

¹¹⁴² BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministerio dos Negocios Estrangeiros...*, p.

¹¹⁴³ TELO, *Ibidem*.

¹¹⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 90.

¹¹⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 91.

¹¹⁴⁶ Idem.

¹¹⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 92.

¹¹⁴⁸ TELO, António José, «A busca frustrada do desenvolvimento», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Publicações Alfa, Vol. II, Lisboa, 1996, p. 159.

vê as suas economias medrarem¹¹⁴⁹, alcançando a República o aprazimento do mundo rural, seu tradicional opositor por excelência¹¹⁵⁰.

Tal vinha na esteira da reforma fiscal – apelidada da «grande reforma financeira da República»¹¹⁵¹ –, a qual se constituía numa inversão da política económica em contexto de uma crise que, de maneira inequívoca, manifestava-se no tecido social; pretendia-se a detenção da fuga de capitais – note-se, será neste período que Portugal *bate*, pela primeira vez, à *porta* da Sociedade das Nações (depois de ter instado junto de ingleses e norte-americanos) a solicitar-lhe um empréstimo externo avalizado pela Organização Internacional (1922)¹¹⁵² –, uma vez que as remessas do estrangeiro expiravam a olhos vistos «apesar da valorização do escudo». Acentue-se, esta reforma fiscal não passou despercebida entre as associações patronais e os grupos económicos, os quais se organizaram afim de comprarem os títulos que na imprensa davam as cartas políticas: «os grandes jornais»; o que equivalia a uma escalada para o confronto político¹¹⁵³.

A última organização a juntar-se aos protestos foi a Associação Central de Agricultura que até então havia estado imbuída pelo Governo graças ao término do *pão político* e ao incremento dos preços dos produtos agrícolas¹¹⁵⁴. No seu clímax, formou-se a União dos Interesses Económicos que se dizia representante «da totalidade das associações patronais» irrompendo a sua campanha contra os homens da *Nova República Velha*¹¹⁵⁵. A partir de finais de 1924 a queda do poder de compra acentuou-se e a agricultura enfrentou um ano de más colheitas, invertendo-se o bom agrado dos campos para com o Governo¹¹⁵⁶; os créditos escasseiam graças à crise bancária que se instalou e os preços dos produtos agrícolas sobem muito pouco nesse ano, não obstante as reformas da estrutura fundiária «feitas por um Mário de Azevedo Gomes» apanharem a agricultura desprevenida, juntando-se, tardiamente, esta «ao movimento de protesto e resistência das

¹¹⁴⁹ TELO, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, *Ibidem*.

¹¹⁵⁰ TELO, «A busca frustrada do desenvolvimento», p. 160.

¹¹⁵¹ *Idem*, *Ibidem*, p. 94.

¹¹⁵² TELO, António José, *Primeira República II – Como Cai Um Regime*, Editorial Presença, Lisboa, 2011, p. 111.

¹¹⁵³ TELO, «A busca frustrada do desenvolvimento», *Ibidem*.

¹¹⁵⁴ *Idem*.

¹¹⁵⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 95.

¹¹⁵⁶ TELO, «A busca frustrada do desenvolvimento», p. 163.

forças conservadoras», desfavoravelmente à obra económica da República no pós-guerra¹¹⁵⁷.

Os mercados para se escoarem os produtos portugueses – os quais só por si não eram competitivos – tornavam-se, cada vez mais, um problema grave que conheceu novo semblante a partir de 1929, quando as políticas proteccionistas atingiram um auge¹¹⁵⁸. O sector da Moagem – proprietário do *Diário de Notícias* na época –, evidenciava que a crise nacional teria de encontrar soluções, a breve trecho, mediadas pelo estabelecimento de uma restrição da produção por iniciativa das empresas ou assumindo o Estado o planeamento imperioso de tal organização para evitar os excedentes sem escoamento da produção nacional¹¹⁵⁹. No contexto agrícola, segundo António José Telo, os sectores que mais padeceram foram aqueles que se encontravam intimamente ligados à exportação e ao mercado colonial¹¹⁶⁰, não obstante o protecționismo crescente da pauta aduaneira, «a que se junta um movimento de retorno às ‘virtudes tradicionais’ do campo, o que é uma resposta directa aos novos hábitos e costumes das cidades no tempo dos ‘novos-ricos’»¹¹⁶¹.

No respeitante à presença portuguesa na Sociedade das Nações, as dificuldades colocavam-se, na linha do que a maioria dos autores referem, do ponto de vista da nova ordem internacional que arrebatava o império colonial português, que se mostrava internacionalmente inoperante com «aproveitamento do trabalho indígena num regime de semi-escravatura»¹¹⁶², debate sobre o qual o General Alfredo Augusto Freire de Andrade – membro da Comissão de Escravatura da Liga das Nações – teve um papel primordial, escrevendo a Afonso Costa, a propósito do relatório Ross enviado ao Governo português pela Comissão temporária de Escravatura da S.D.N., o qual denunciava a existência de trabalho escravo nas colónias portuguesas¹¹⁶³; Freire de Andrade escreveu no final da missiva: «E entretanto eu continuarei, por vezes até contra o que sei ser a verdade, mas no meu dever patriótico de portuguez que sou, a defender o bom nome do nosso paiz, mal

¹¹⁵⁷ Idem.

¹¹⁵⁸ TELO, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, pp. 95-96.

¹¹⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 96.

¹¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 97.

¹¹⁶¹ Idem.

¹¹⁶² Idem, *Ibidem*, p. 225.

¹¹⁶³ Rascunho de carta dirigida a Afonso Costa por Alfredo Freire de Andrade. In Espólio de Alfredo Augusto Freire de Andrade, Sociedade das Nações, in Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do MNE.

talvez, mas como sei e posso»¹¹⁶⁴. De resto, sobre o mesmo assunto, Freire de Andrade dirigiu em Outubro de 1921 uma carta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a questão que tratara em Genebra, a propósito da mão-de-obra do trabalho indígena, sustentando que tal era contrário ao trabalho obrigatório; dois membros da Comissão dos Mandatos – holandês e português – ficavam incumbidos pelo Conselho de estudar o assunto, reunindo-se em Paris para conferenciar com o Governo francês, inglês e belga¹¹⁶⁵. Sublinhe-se, o sucedido era um dos resultados das campanhas dos chocolateiros internacionais graças ao cacau oriundo de São Tomé¹¹⁶⁶.

Perante o exposto, neste capítulo do nosso trabalho, trataremos da diplomacia levada a cabo pelos lusos no palco da S.D.N. no início e final década de 1920 e começos da década de 1930 – uma vez que no acervo documental encontramos da Sociedade das Nações encontramos documentação para esses anos –, sobre a problemática da agricultura em contexto internacional arrebatada pelas inconveniências do pós-guerra, traduzidas para um país eminentemente rural, membro fundador do Instituto Internacional de Agricultura e da Liga das Nações. Apresentamos, seguidamente, as lógicas em matéria agrícola da conduta lusitana revisitada através da documentação da época guardada pelo acervo da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações do MNE, presente no Arquivo Histórico do Instituto Diplomático.

6.1. *Portugal, um país agrícola: a travessia diplomática na Sociedade das Nações*

Na Liga das Nações, os problemas que se relacionavam com a agricultura europeia encontraram o seu espaço de discussão. Por esta via, também Portugal se viu na contingência de acautelar os seus interesses diplomáticos – ou pelo menos, tomar *notas* sobre as situações que à sua volta o apartavam do Velho Continente –, com o intuito de

¹¹⁶⁴ Idem.

¹¹⁶⁵ Carta enviada por Freire de Andrade ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Lisboa, 31 de Outubro de 1921. In Comissão dos Mandatos, Processo 13, Mandatos. Cota: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P4 Número: 38481

¹¹⁶⁶ TELO, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Ibidem.

não ficar à margem das políticas europeias, ao mesmo tempo que delas desconfiava em prol da manutenção da sua soberania e da sobrevivência do *seu* império.

No cenário de «crise» nacional que supra deslindámos, o país confrontava-se na sua dimensão internacional com as *portas* que se abriam à sua exportação e importação; foi neste contexto que o Centro Colonial de Lisboa redigiu um relatório com data de 15 de Fevereiro de 1921 dirigido aos seus consócios, o qual incidia no aumento das tarifas dos fretes marítimos que comportavam valores excessivos sob os géneros coloniais e sob «os géneros de exportação do continente»¹¹⁶⁷. O relatório evidenciava que as colónias usufruíam das medidas gerais de exportação «em condições de igualdade», todavia de «inferioridade, com o estrangeiro» graças às sobretaxas que lhes eram aplicadas para pagamento¹¹⁶⁸. Sublinhava-se que a metrópole continuava a cercear os territórios coloniais de forma a que esses ficassem impedidos «de receberem artigos indispensáveis à vida das suas populações e ao seu desenvolvimento comercial e industrial», obviando que as mesmas eram tratadas como sendo «território estrangeiro»¹¹⁶⁹. De resto, o Centro lavrou que haviam conseguido a anulação de uma portaria que proibia a exportação de sacaria nova para esses territórios; contudo, um outro assunto não era arredado pelo Centro Colonial, o qual se prendia com a exportação das Ilhas de São Tomé e Príncipe¹¹⁷⁰.

Observando as condições de desigualdade do cacau português nos mercados franceses, no respeitante à concorrência de outros centros produtores, o Centro Colonial asseverava que Portugal encontrava-se desfavorecido pelas pautas aduaneiras gaulesas, uma vez que o cacau que era importado em França, «quando não provindo directamente da colónia ou país de origem, [pagava] uma sobretaxa ‘surtaxe d’entrepôt’ de 20 francos por 100 quilos»¹¹⁷¹. Posto isto, pretendia-se a eliminação da taxa em causa, referindo-se que tal encontrava no MNE um manifesto interesse¹¹⁷². A instituição adiantava que a sobretaxa de entreposto embora fosse aplicada a todos os países produtores de cacau, incidia sobre o produto luso de maneira dissemelhante, uma vez que o país não detinha

¹¹⁶⁷ *Relatório e Contas da Gerência de 1920 e Parecer do Conselho Fiscal do Centro Colonial*, Lisboa, 15 de Fevereiro de 1921, p. 6. In Documentos comuns aos diversos tipos de mandato in Comissão dos Mandatos Processo 13, Mandatos. Cota: Sala: S03 Estante/Módulo: E95 Prateleira/Gaveta: P4 Número: 38480

¹¹⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p. 7.

¹¹⁶⁹ *Idem*.

¹¹⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p. 8.

¹¹⁷¹ *Idem*.

¹¹⁷² *Idem*.

carreiras nacionais de navegação directa entre São Tomé e Príncipe e os portos de França¹¹⁷³, matéria sobre a qual Bettencourt Rodrigues chamou à atenção dois anos mais tarde na esteira da necessidade portuguesa de incrementar através de negociações, os seus benefícios de navegação com outros países uma vez que não possuía meios próprios¹¹⁷⁴. Asseverava-se ainda que o Governo francês havia criado uma nova taxa de 1 franco, ou seja, «10% sobre a importação das matérias primas e mercadorias destinadas a serem transformadas em França» quando as mesmas não usufruíssem de facturação do país de onde provinham¹¹⁷⁵. Ora, na medida em que o cacau santomense era vendido em Lisboa por «absoluta dependência» da colónia face à praça lisboeta, tal constituía-se num novo dilema para a exportação do cacau português¹¹⁷⁶.

Evidenciava-se, todavia, que o Governo francês apresentara ao Parlamento um projecto de lei com o intuito da revogação do decreto que havia criado a taxa que tanto incómodo causava aos lusitanos, segundo a Câmara Portuguesa de Comércio em Paris¹¹⁷⁷. O Centro referia ainda que tivera conhecimento de que um dos Ministérios franceses tinha expressado a intenção de fazer publicar um decreto que versasse a criação de receitas para o Estado: «(...) pretendia sujeitar a exportação e reexportação de determinados géneros a um régimen especial em que se reservava, tributariamente, uma parte, variável segundo o produto, que seria retribuída ao productor ou exportador em 25% da cotação no mercado estrangeiro mais favorável, e ao cambio do dia»¹¹⁷⁸; note-se, tal imposto não seria pago em moeda, mas sim, em género. Para o tratamento da questão submetida à Assembleia, uma Comissão havia sido nomeada, a qual foi composta de representantes das várias colónias produtoras, segundo o mesmo relatório do Centro Colonial de Lisboa¹¹⁷⁹.

A limitada circulação fiduciária nas colónias era motivo de acrescento às linhas redigidas; dessa feita, poucas semanas antes do escrito em análise encontrar realidade, tal crise havia-se manifestado em São Tomé, impossibilitando a importação e exportação de mercadorias «por carência absoluta de notas para pagamento dos direitos alfandegários». Por fim, a direcção instou junto do Ministro das Colónias para que o pagamento dos

¹¹⁷³ Idem.

¹¹⁷⁴ BETTENCOURT-RODRIGUES, *Uma Confederação Luso-Brasileira*, p. 204.

¹¹⁷⁵ *Relatório e Contas da Gerência de 1920 e Parecer do Conselho Fiscal do Centro Colonial*. Lisboa, 15 de Fevereiro de 1921, In Ibidem.

¹¹⁷⁶ Idem.

¹¹⁷⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 8-9.

¹¹⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 9.

¹¹⁷⁹ Idem.

direitos aduaneiros se concretizasse, «provisoriamente, por meio de cheques visados pelo Banco Nacional Ultramarino»¹¹⁸⁰. Note-se, telegramas vindos de S. Tomé solicitavam providências «contra o assoreamento do porto», na medida em que apenas se faziam possíveis os carregamentos das mercadorias de 6 em 6 horas junto da ponte do cais; os navios viam-se, então, na contingência de alargarem a sua estadia, aumentando os prejuízos pela «diminuição das horas de serviço na Alfândega», ressalvando-se que em Janeiro de 1921, um vapor permaneceu 16 dias por retenção em São Tomé para carregar 33 000 sacos de cacau¹¹⁸¹. Desta feita, o Centro Colonial de Lisboa, composto por representantes de todas as colónias portuguesas, dirigiu uma memória ao Conselho da Sociedade das Nações a 8 de Dezembro de 1920 na esteira do artigo 22.º do Pacto da S.D.N.; entre os enunciados, sublinhava a liberdade de comércio a qual deveria ser «libre pour tout le monde», não obstante frisar que os monopólios só poderiam ser concedidos tendo em vista obras de utilidade pública, apenas válidas depois da sua transmissão à Sociedade das Nações¹¹⁸². Aferia, ainda, que a interdição do fabrico, importação, exportação e consumo de líquidos alcoólicos ou bebidas fermentadas naturais com 12% de álcool deveriam ser toleradas. Sobre o direito de propriedade, dizia-se que o mesmo deveria ser garantido através dos seus produtos e do solo, tendo em vista os indivíduos e as tribos¹¹⁸³.

A 1 de Agosto de 1922, na Câmara dos Deputados aquando do peso das despesas do Estado português «em combinação com outros Estados»¹¹⁸⁴, o Instituto Internacional de Agricultura era apontado como uma das Organizações que contabilizavam de maneira «eloquente» no orçamento do Ministério da Agricultura¹¹⁸⁵. De resto, no dia 7 de Junho de 1923, Abílio Marçal propôs que a verba para «os anos económicos findos» no respeitante ao Instituto fosse de 669\$64¹¹⁸⁶. Note-se, em 1914 a verba destinada – a qual tinha sido aprovada – ao Instituto Internacional de Agricultura em Roma era de 500\$, segundo proposta de Paiva Gomes¹¹⁸⁷; contudo, a cota paga em 1916, devido à conflagração europeia, e ao crédito aberto no Ministério das Finanças para fazer face à

¹¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 10.

¹¹⁸¹ Idem.

¹¹⁸² Idem, *Ibidem*, p. 11.

¹¹⁸³ Idem.

¹¹⁸⁴ *Sessão da Câmara dos Deputados, N.º 121, 1 de Agosto de 1922*, p. 16.

¹¹⁸⁵ Idem.

¹¹⁸⁶ *Sessão da Câmara dos Deputados, N.º 102, 7 de Junho de 1923*, p. 19.

¹¹⁸⁷ *Sessão da Câmara dos Deputados, N.º 117, 12 de Junho de 1914*, p. 32.

despesa sob a proposta de lei n.º 352-B, assinada por António José de Almeida, foi de 135\$83¹¹⁸⁸. De resto, em 1914, o Senado evidenciou a sua amargura ao observar que Portugal não constatava nas estatísticas do Instituto Internacional, na medida em que, a «Câmara dos Deputados tomou em não dotar convenientemente os serviços de estatística agrícola»¹¹⁸⁹, ressaltando-se que tal assunto prevalecerá como um dos *calcanhares de Aquiles* do país na S.D.N. ao tempo da I República e até mais tarde: Portugal não dispunha de uma máquina estatística sobre os seus produtos, baseando-se, não raras as vezes nas estatísticas dos importadores do país. Deste modo, o delegado português do Instituto Internacional de Agricultura – D. Luiz de Castro – sentiu as faces corarem-lhe perante o cenário patenteado¹¹⁹⁰.

Anos volvidos, e entre 1928-1929, o Ministério dos Negócios Estrangeiros redigiu uma nota dirigida à Direcção Geral das Alfândegas, relativa às disposições que proibiam ou restringiam a importação e exportação de mercadorias «sem prejuízo de legislação especial respeitante a trigos e seus produtos»¹¹⁹¹; alterava, em suma, o artigo 6.º do Decreto n.º 16.638 – que substituíra o Decreto n.º 16.544 –, publicado pelo Ministério da Agricultura¹¹⁹². Adiantava-se que a exportação da cortiça em bruto, embora não constasse no decreto em causa, apenas figurava na pauta de importação, não sendo revogada a sua exportação «para a qual se tinha conseguido uma derrogação de aplicação da Convenção das proibições, na Conferência de Julho de 1928»¹¹⁹³. Desta feita, a nota do MNE fazia questão de evidenciar quais os artigos que país importava: gado asinino; gado caprino; gado muar; gado suíno; cortiça em bruto, limpa ou preparada; arroz; batatas; cereais em grão; favas; feijão grão bico; massas para sopa; milho em grão; gorduras alimentares; cavalos; carneiros; bois e touros; arroz em casca ou semi-preparado; banha, unto e toucinho de porco; éguas; ovelhas, borregos; vacas e novilhos; vitelos. De resto, o país exportava: azeite de oliveira; óleos animais e vegetais; aves comestíveis e não

¹¹⁸⁸ *Sessão da Câmara dos Deputados, N.º 087, 12 de Maio de 1916*, p. 29.

¹¹⁸⁹ *Sessão do Senado, 25 de Março de 1924*, p. 12.

¹¹⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 13.

¹¹⁹¹ Nota do MNE dirigida à Secretaria Portuguesa da S.D.N. In 2ª Capilha – Proc. 32 – Política aduaneira de Portugal em 1928-1929. Ofício à Direcção Geral das Alfândegas. In Proc. Questões Aduaneiras. Sistemas pautais – Métodos contractuais – Cláusula da nação mais favorecida. Política aduaneira de Portugal (1928-29). Amostras sem valor e impressos de reclamo (regime aduaneiro). Nomenclatura aduaneira (Projecto de unificação). Convenção das Formalidades Aduaneiras (Aplicação pelos vários Países). Cota: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38455

¹¹⁹² *Idem*.

¹¹⁹³ *Idem*.

comestíveis; borregos; carneiros; cavalos; cereais; éguas; gado asinino; gado caprino; gado muar; gado suíno; gado vacum; ovelhas¹¹⁹⁴. Pretendia-se, posto isto, que os mesmos decretos fossem comunicados, sem qualquer «inconveniente», pelo Secretário Geral da Secretaria Portuguesa da S.D.N. à Sociedade das Nações¹¹⁹⁵, considerando-se as más interpretações que o decreto causara anteriormente na esteira da brochura do Comité Consultivo Económico, intitulado *Application des Recommendations de la Conférence Economique Internationale*, o qual foi transmitido ao Director das Alfândegas a 19 de Junho de 1928¹¹⁹⁶.

A 23 de Dezembro de 1929, Francisco de Calheiros e Menezes (1856-1929) dirigiu um ofício ao MNE¹¹⁹⁷; informava que a Chancelaria Portuguesa da Sociedade das Nações havia enviado ao Ministério dos Estrangeiros a cópia de uma carta de Sir Arthur Salter (1881-1975) a propósito da Conferência das Tréguas Aduaneiras. O objectivo afincava-se na esteira de se saber a orientação do Governo português sobre a questão em causa; por essa via, foram remetidos pelo correio, ao MNE «vários estudos do Secretariado sobre a política comercial» para a criação dos Estados Unidos da Europa¹¹⁹⁸. Ressalvava-se que nenhuma instrução haviam sido recebidas sobre a matéria em apreço por parte do Governo, obsequiando-se ao ministro o favor de transmitir o que deveria ser comunicado à Sociedade das Nações¹¹⁹⁹. No mesmo dia, a Direcção Geral dos Negócios Comerciais – através de A. da Macieira Soares –, oficiou no sentido da aprovação do Governo Português das recomendações do Conselho da Sociedade das Nações «em matéria comercial», as quais a Secretaria Portuguesa da S.D.N. havia transmitido no dia 16, observando-se que «na maior parte dos acordos comerciais que subscreveu nos últimos anos, se norteou por normas idênticas»¹²⁰⁰. Porém, frisava-se que relativamente à redução progressiva das pautas aduaneiras, «sua estabilização e modificação por meio de

¹¹⁹⁴ Idem.

¹¹⁹⁵ Ofício da Direcção Geral das Alfândegas dirigido ao Secretário Geral da Secretaria Portuguesa da S.D.N. 12 de Abril de 1929. In Idem.

¹¹⁹⁶ Ofício de C. Santos dirigido ao Director Geral das Alfândegas. Lisboa, 8 de Abril de 1929. In Idem.

¹¹⁹⁷ Ofício de F. de Calheiros e Menezes dirigido ao MNE. Genebra, 23 de Dezembro de 1929. In *Proc. 32. Política Comercial: sistemas pautais, métodos contratuales e cláusula da nação mais favorecida. Relatório e Comité (seguimento das recomendações da Conferência Económica de 1927)*. In *Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Questões aduaneiras*. Cota: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P07 Número: 38455

¹¹⁹⁸ Idem.

¹¹⁹⁹ Idem.

¹²⁰⁰ Idem.

convenções bilaterais»¹²⁰¹, tal não era incumbência da Direcção Geral, mas sim, do Ministério das Finanças que se pronunciava mesmo nas negociações de acordos comerciais¹²⁰². Um dos problemas centrais residia nas dificuldades encontradas para a reclamação por parte de Portugal do tratamento de nação mais favorecida sobre os vinhos do Porto e da Madeira: «Em geral, o nosso propósito só foi conseguido pela especificação, nos acordos comerciais, do pagamento de iguais direitos pelos nossos vinhos generosos». De resto, sublinhava-se que se fossem adoptados os critérios apresentados nas *Recomendações do Comité Económico*, tal possibilitaria divergências de interpretação que conduziriam à invalidação dos acordos bilaterais enquanto política de cooperação económica entre os Estados¹²⁰³.

No final do ano seguinte, a 8 de Novembro de 1930, a Direcção Geral dos Negócios Comerciais oficiava a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações sobre a Conferência para uma Acção Económica Combinada, a qual deveria reunir-se em Genebra a 17 do corrente, reportando-se ainda ao ofício do Ministro das Finanças – Oliveira Salazar –, sobre o Protocolo de 24 de Março de 1930 para a simplificação das formalidades aduaneiras entre os Estados, fazia-se o seguinte juízo: «No que respeita a reclamações formuladas por motivo de dificuldades postas à colocação de produtos portugueses nos mercados estrangeiros, resultantes de aumento dos direitos de importação, tem esta Direcção Geral apenas conhecimento das que se basearam a alteração da pauta aduaneira americana, afectando principalemtn e a cortiça e os bordados.

Quanto a entraves de outra natureza de que são objecto as mercadorias portuguesas à sua entrada em países estrangeiros, oferece-se à Direcção Geral dos Negócios Comerciais mencionar as restrições impostas pelos países ‘em regime sêco’ à importação dos nossos vinhos, e a proibição, estabelecida pelo Govêrno Francês na lei de 1 de Janeiro de 1930, de importação venda e armazenagem dos vinhos de lota, a não ser com destino à destilaria ou à vinagraria, factos estes que são já do domínio público»¹²⁰⁴.

A 27 de Novembro, António de Oliveira Salazar dirigia-se ao Ministro dos Negócios Estrangeiros acusando a recepção da cópia do relatório de José Caeiro da Mata (1877-

¹²⁰¹ Idem.

¹²⁰² Idem.

¹²⁰³ Idem.

¹²⁰⁴ Ofício da Direcção Geral dos Negócios Comerciais dirigido à Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. 8 de Novembro de 1930. In Proc. 8 - Questões económicas e financeiras. Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações. Cota:

1963) – representante português àquela Conferência –, não obstante adiantar que tinha recebido nesse mesmo dia uma carta particular de Caeiro «sobre as dificuldades encontradas para a Conferência chegar a qualquer resultado útil»¹²⁰⁵. Céptico quanto aos resultados da conferência, Salazar dizia ser provável que a mesma terminasse «abruptamente sem nada haver decidido», uma vez que percepcionava Genebra como uma «soma de egoísmos» onde se definhavam as condições económicas de cada Estado, as quais haviam de permitir «qualquer acordo sobre modificações nas pautas»¹²⁰⁶. Porém, o redactor da missiva lembrava que a Conferência parecia ter posto de parte ou relegado «para segundo plano exactamente aqueles pontos em que poderia trabalhar com sucesso (unificação de direitos, nomenclatura pautal, processos indirectos de dumping etc.)», nas palavras de Oliveira Salazar¹²⁰⁷.

A 24 de Fevereiro de 1931, saía um telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros dirigido ao Ministro de Portugal em Paris, solicitando que o mesmo tratasse de enviar um representante à Conferência do Trigo na capital francesa. Adiantava-se que o Ministro da Agricultura havia entendido que a representação portuguesa em nada interessava naquela conferência, ficando a resposta por chegar ao correio da Sociedade das Nações; porém, o MNE evidenciava que por atenção com o Aristide Briand (1862-1932), Portugal deveria fazer-se representar pelo Cônsul Geral ou outra personalidade que o Ministro em Paris considerasse¹²⁰⁸. Mas o recomendado não havia encontrado sucesso. Dali a dois dias, Armando da Gama Ochoa (1877-1941) telegrafava a partir da Legação de Portugal naquela cidade, informando que o Cônsul Geral havia-se recusado a aceitar o cargo de delegação do Governo português na dita Conferência agrícola apresentando como justificação a sua «completa ignorância no assunto tratado», sendo enviado Tomás Fernandes para tomar parte dos trabalhos¹²⁰⁹. No mesmo dia, o ministro dos Estrangeiros rogava o envio da Acta Geral da Conferência Europeia dos Cereais¹²¹⁰, a qual foi assinada no dia anterior¹²¹¹.

¹²⁰⁵ Ofício de Salazar dirigido ao MNE. Lisboa, 27 de Novembro de 1930. In Idem.

¹²⁰⁶ Idem.

¹²⁰⁷ Idem.

¹²⁰⁸ Telegrama expedido do MNE dirigido ao Ministro de Portugal em Paris. 24 de Fevereiro de 1931. In *Pan-Europa - Processo 23 - S.D.N. Comissão de estudos para a União Europeia. Sessões da Comissão. Sub-comissão dos créditos. Sub-comissão de coordenação em matéria económica. Comité de Organização. Comité dos cereais. Nomeações de delegados portugueses. 1930-1933*. Cota: N.º 84695

¹²⁰⁹ Idem.

¹²¹⁰ Telegrama expedido para o Ministro de Portugal em Paris. 26 de Fevereiro de 1931. In Idem.

¹²¹¹ Telegrama recebido do Consulado de Portugal em Paris. 25 de Fevereiro de 1931. In Idem.

A 6 de Março de 1931, a Legação da República Portuguesa em Paris dirigia um novo ofício ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, enviando, em anexo, o relatório elaborado por Tomás Fernandes sobre a Conferência do Trigo. Informava-se, ainda, que a 26 de Março de 1931 teria lugar a Conferência de Roma – a qual era a continuação daquele encontro – referindo-se que Portugal poderia enviar novamente Fernandes como seu representante, no entanto, o mesmo poderia fazer-se acompanhar por um técnico do Ministério da Agricultura nomeado para o efeito¹²¹². Volvidos dez dias, a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, pelo punho de Augusto de Vasconcelos, endereçava um ofício à Direcção Geral dos Negócios Comerciais dando conta da proposta de nomeação de Tomás, remetendo o relatório desse e solicitando a sua oportuna devolução¹²¹³.

No mesmo dia, o Comandante Armando Ochoa – então, Ministro de Portugal em Paris –, recebia um ofício de Fernando Augusto Branco transmitindo, também, os escritos de Tomás Fernandes «sobre os debates e conclusões dos Comités dos cereais da União Europeia», desejando que o destinatário parabeniza-se o redactor pelo relatório e pela missão que se havia cumprido¹²¹⁴. Todavia, para representar Portugal na Conferência de Roma foi Bivar Brandeiro – 2.º Secretário da Legação de Portugal em Roma –, o nomeado a pedido do Ministro da Agricultura¹²¹⁵.

Entre Fevereiro e Maio de 1931, a Direcção Geral da Secretaria Portuguesa da S.D.N solicitou à Direcção Geral do Fomento Agrícola «informes relativos ao resumo da doutrina inspiradora da legislação portuguesa sobre a genuinidade dos produtos exportados»¹²¹⁶; de resto, só em inícios de 1932 começaram os preparativos no Ministério da Agricultura com vista àquele fim, enviando-se, por essa data o resumo das disposições que regulavam o consumo interno e o serviço de exportação dos produtos de origem

¹²¹² Ofício da Legação da República Portuguesa em Paris. Paris, 6 de Março de 1931. In Idem.

¹²¹³ Ofício de Augusto de Vasconcelos dirigido à Direcção Geral dos Negócios Comerciais. 16 de Março de 1931. In Idem.

¹²¹⁴ Ofício de F. Branco dirigido a Armando Ochoa. Lisboa, 16 de Março de 1931. In Idem.

¹²¹⁵ Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direcção Geral dos Negócios Comerciais, 20 de Março de 1931. In Idem.

¹²¹⁶ Ofício do Ministério da Agricultura (Direcção Geral dos Serviços Agrícolas) dirigido ao Director Geral da Secretaria Portuguesa da S.D.N. In 3ª Capilha – *Proc. 8 – Exportação. Pureza e genuidade dos produtos (brochura da S.D.N.) insuficiência das referências a Portugal (1930-32)*. In Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Cacau, trigo, madeira, cortiças e ouro: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38449

portuguesa¹²¹⁷. Note-se, tais informações, haviam sido requeridas por motivos de publicação de uma brochura pela Liga das Nações, sobre a qual Augusto de Vasconcelos e Ferraz de Andrade tomaram precauções. A 28 de Fevereiro de 1931, o primeiro diplomata dirigiu-se ao Director Geral das Alfândegas, o seu propósito era saber qual a doutrina inspiradora legislação nacional de forma a evitar que se continuasse a publicar no devido espaço referente à exportação portuguesa nas publicações da referida Organização Internacional, apenas a indicação feita ao «(...) vinho do Porto e as medidas que protegem e sua autenticidade»¹²¹⁸. No mesmo dia, Vasconcelos não se poupou e remeteu, igualmente, tais ofícios ao Director Geral do Fomento Agrícola e ao Director Geral do Comércio e Indústria¹²¹⁹. Observe-se, a publicação da S.D.N. era considerada por Calheiros e Menezes como tendo sido redigida «deficientemente», ficando aquém do que teria sido possível fazer¹²²⁰.

A 6 de Fevereiro de 1931, Alexandre Ferraz de Andrade, na época em Genebra, dirigiu um ofício ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma vez que tinha ido indagar pessoalmente junto do Secretariado da Sociedade das Nações «as razões pelas quais as informações relativas a Portugal se achavam tão incompletas»¹²²¹. Andrade explicava que o Secretariado havia entendido como principal produto da exportação portuguesa, o vinho do Porto, não obstante ter-se valido das indicações que o Governo português lhe colocara à disposição, fazendo «traduzir dos Diários do Governo as principais disposições legislativas» relativas ao vinho do Porto¹²²². Compreendeu que o Secretariado teria preferido que o Governo português «em vez de uma simples enumeração dos diplomas legislativos em vigor, tivesse enviado um apanhado da doutrina neles encerrada – se possível em francez ou inglez, à semelhança do que fazem, geralmente, os outros Governos – citando no texto, a proposito da cada disposição, as leis ou decretos que as regulam»¹²²³. Uma vez que Portugal se remetera ao silêncio sobre quais pontos do trabalho pretendia ver tratados «e como não era possível transcrever, integralmente, a legislação existente, limitaram-se aos vinhos do Porto por lhes parecer que o queijo, a

¹²¹⁷ Idem.

¹²¹⁸ Ofício de Augusto de Vasconcelos dirigido ao Director Geral das Alfândegas. Lisboa, 28 de Fevereiro de 1931. In Idem.

¹²¹⁹ Ofícios de Augusto de Vasconcelos dirigidos ao Director Geral do Fomento Agrícola e ao Director Geral do Comércio e Indústria. Lisboa, 28 de Fevereiro de 1931. In Idem.

¹²²⁰ Ofício de F. de Calheiros e Menezes. 9 de Fevereiro de 1931. In Idem.

¹²²¹ Ofício de Ferraz de Andrade dirigido ao MNE. Genebra, 6 de Fevereiro de 1931. In Idem.

¹²²² Idem.

¹²²³ Idem.

manteiga, a batata e a aguardente desempenham um papel relativamente de pouca importância na nossa economia»; de resto, Ferraz afiançava que os tradutores também não haviam tido tempo para resolverem as coisas da melhor forma, isto é, traduzindo do português para uma das línguas internacionais utilizadas na S.D.N., por falta de competência nessa matéria do pessoal, ao que Ferraz de Andrade retorquiu que os portugueses ficavam sempre excluídos para as vagas de tradutores da Liga¹²²⁴.

A 19 de Março de 1931, a Delegação Portuguesa da Sociedade das Nações telegrafou através do punho de Ferraz de Andrade, às 16h20, divulgando o fracasso da terceira conferência económica, uma vez que os doze Estados que haviam ratificado a Convenção Comercial de 24 de Março de 1930 não a conseguiram colocar em execução¹²²⁵. De resto, n' *O Século*, por correspondência no dia anterior com Genebra, os cabeçalhos encheram em prol d' *O malogro do projecto da trégua aduaneira*¹²²⁶, escrevendo-se no final da notícia: «Este facto quer dizer que o trabalho de quatro anos está completamente perdido»¹²²⁷. Andrade redigiu, ainda, um ofício dirigido ao MNE no qual apurou as prepotências de Inglaterra e de França que motivaram o Presidente a «confessar o fracasso da Conferencia»¹²²⁸.

Sobre a mesma reunião, o Comandante Fernando Augusto Branco (MNE), recebeu um ofício, por esta altura, onde se relatou minuciosamente os passos da Conferência para uma Acção Económica Concertada, mais conhecida sob a designação de «Conferência da Trégua Aduaneira», a qual tinha realizado em Genebra, a 16 de Março de 1931, a sua última sessão¹²²⁹. Note-se, durante as cinco semanas em que a Conferência esteve a trabalhar, entre Fevereiro e Março de 1930, a Convenção Internacional para a Estabilização das tarifas aduaneiras (24 de Março de 1930) não conseguiu reunir as assinaturas necessárias à sua ratificação, não obstante, no tempo que mediou as duas últimas sessões, «vários Estados Europeus, signatários sem restrições da Convenção,

¹²²⁴ Idem.

¹²²⁵ Telegrama da Delegação Portuguesa da S.D.N. Genebra, 19 de Março de 1931. In Proc. 8 - Questões económicas e financeiras. Convenção Comercial de 24 de Março. Protocolo das negociações ulteriores. 2ª Conferência para uma acção económica combinada - 17 de Novembro de 1930. Trégua aduaneira. Conferência preliminar para uma acção económica combinada 17 de Fevereiro de 1930: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P05 Número: 38443

¹²²⁶ Recorte do jornal *O Século*, intitulado «O malogro do projecto da trégua aduaneira». Lisboa, 19 de Março de 1931. In Idem.

¹²²⁷ Idem.

¹²²⁸ Ofício de Ferraz de Andrade dirigido ao MNE. Genebra, 19 de Março de 1931. In Idem.

¹²²⁹ Ofício dirigido ao Comandante Fernando Augusto Branco, s. d. In Idem.

aumentaram as suas tarifas aduaneiras ou estabeleceram prémios à exportação»¹²³⁰. Na abertura da terceira sessão, a 16 de Março, embora os Países Baixos e a Alemanha tivessem ratificado e a Espanha tivesse aderido à Convenção, nada de benéfico dali adveio. O autor da missiva adiantava que tanto no decurso da Conferência como depois dessa, a França «fazia votar pelo Parlamento, quasi que diariamente, aumentos de direitos na sua Pauta de importação»¹²³¹, não obstante a Alemanha ter ratificado «à última da hora» e fazer finca pé para que a França a ratificasse, em prol de se arrogar do direito de denunciar o tratado de comércio franco-alemão¹²³². Mas, o autor aclarava o tom para esclarecer que a grande oposição manifestada na Europa ao projecto da trégua aduaneira vinha, «principalmente dos paizes de economia agraria ou de economia mixta»¹²³³; isto eram, a Hungria, a Jugoslávia, a Bulgária, a Roménia e a Polónia «ameaçaram os outros paizes europeus com a sua própria industrialização, sendo o porta-voz deste grupo de Nações o Senhor Monöilescu, Ministro do Comercio da Romania que em Genebra defendeu a these da desigualdade das trocas dos produtos agrícolas pelos produtos industriaes»¹²³⁴.

O ofício não terminava; advogava que tal resistência dos países de economia agrícola da Europa havia motivado a Sociedade das Nações a proceder a alterações na fórmula encontrada para uma trégua «e a ocupar-se da situação particular dos paizes agrícolas»¹²³⁵. O delegado português observava que Manöilescu havia apresentado a sua tese que emudeceu Genebra, sendo prova evidente disso o fracasso da Convenção, ao dizer que se «um paiz exporta o produto do trabalho de dez nacionais para comprar o produto do trabalho de um único operario estrangeiro, efectuado no mesmo lapso de tempo, a troca é desvantajosa para o primeiro paiz»¹²³⁶. Observava-se que no dia do término da Conferência supramencionada, reuniu-se em Viena de Áustria a 6.^a Conferência Económica da Europa Central «assistindo 190 delegados alemães, austríacos, tchecoslovacos, polacos, yugoslavos, húngaros, romaicos e bulgaros»¹²³⁷.

¹²³⁰ Idem.

¹²³¹ Idem.

¹²³² Idem.

¹²³³ Idem.

¹²³⁴ Idem.

¹²³⁵ Idem.

¹²³⁶ Idem.

¹²³⁷ Idem.

A 29 de Abril de 1931, Augusto de Vasconcelos enviou um ofício a Ferraz de Andrade na medida em que haviam sido solicitadas informações oficiais à Direcção Geral das Alfândegas, a qual enviou dados para a Secretaria Portuguesa da Liga das Nações¹²³⁸. Os dados apresentados respeitavam à exportação portuguesa de vinhos e seus derivados (aguardentes e vinagres), minérios, resinosos, batata, lacticínios do distrito da Horta, azeite e conservas alimentícias; sobre os primeiros, o ofício ressaltava que não eram apenas os vinhos do Porto e de Colares que ofereciam garantias de genuinidade, também os vinhos regionais as possuíam: da Madeira, de Carcavelos, de Moscatel, de Setúbal, de Bucelas e de Dão, não obstante os vinhos verdes e os vinhos comuns regionais sem demarcações, «nos termos da respectiva legislação especial, emanada da Comissão Central de Viticultura»¹²³⁹. Sobre a exportação da batata, a mesma encontrava-se consignada no Decreto n.º 17.884 de 17 de Janeiro de 1930, publicado pela Direcção Geral dos Serviços Pecuários; o azeite estava regulado pelo Decreto n.º 17.774 de 18 de Dezembro de 1929; e os lacticínios do distrito da Horta eram regulados pelo Decreto n.º 18.586 de 10 de Julho de 1930¹²⁴⁰.

A 27 de Maio de 1931, Eric Drummond – primeiro Secretário Geral da Liga das Nações –, dirigiu ao MNE uma convocatória sobre a reunião da subcomissão de coordenação em matéria económica que realizar-se-ia no dia 6 de Julho, às 11 horas¹²⁴¹. Para acompanhar os trabalhos, escolhera-se Alexandre Magno Ferraz de Andrade¹²⁴²; note-se, Augusto de Vasconcelos representava, por essa época, em Genebra, Portugal nas sessões da Comissão para a União Europeia, sendo que por essa via solicitava-se a opinião do diplomata em apreço, na medida em que a subcomissão em matéria de coordenação económica havia sido criada sob parecer daquela na sessão de 21 de Maio¹²⁴³. Todavia, a reunião sofreria alterações no calendário, e Drummond escreveu de novo ao ministro dos Estrangeiros de Portugal informando que dia 13 de Julho, pela mesma hora, seria a data reagendada; os motivos afiançava-os em tom apreensivo, sublinhando a ausência dos relatórios dos diferentes comités que deveriam ter fornecido informações até à data ao

¹²³⁸ Ofício de Augusto de Vasconcelos dirigido a Ferraz de Andrade. Lisboa, 29 de Abril de 1931. In

¹²³⁹ Idem.

¹²⁴⁰ Idem.

¹²⁴¹ Convocatória de Eric Drummond dirigida ao MNE. Genebra, 27 de Maio de 1931. In Comissão de Estudos para a União Europeia - Subcomissão de Coordenação em Matéria Económica, in Idem.

¹²⁴² Ofício de F. de Calheiros e Menezes dirigido ao Chefe da Chancelaria Portuguesa junto da Sociedade das Nações. Lisboa, 5 de Junho de 1931. In Idem.

¹²⁴³ Idem.

subcomité, entre os quais se encontrava o Comité para os problemas de crédito que só conseguira iniciar os seus trabalhos a 6 de Julho¹²⁴⁴.

Ferraz de Andrade tardou a comunicar a sua nomeação como representante da Subcomissão Económica da Comissão de Estudos para a União Europeia à Secretaria Geral, transparecendo essa sua atitude ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, no dia 2 de Julho de 1931, fundamentando que pela alteração das datas da reunião, possivelmente o ministro entenderia que a nomeação de Vasconcelos tornar-se-ia oportuna, considerando que o mesmo diplomata haveria de encontrar-se por Genebra naquelas datas¹²⁴⁵. Contudo, no dia 20 desse mês, o Secretário Geral da S.D.N. anunciava uma nova mudança de planos: a conferência teria lugar não antes de 26 de Agosto, uma vez que não seria possível de outro modo: o comité de experts económicos reunia-se a 18 de Agosto e o Comité dos problemas de Crédito, no dia 20¹²⁴⁶. Mas a data não se fixava; nova missava entrou pelo Palácio das Necessidades vinda de Genebra, no dia 5 de Agosto, a informar que dia 31 talvez fosse mais oportuno para se discutirem os destinos económicos do mundo¹²⁴⁷. A irritação lusitana tomava cores rubras e Francisco de Calheiros e Menezes oficiava a Vasco Quevedo – Ministro de Portugal em Berne –, para se saber uma data oficial da reunião que estava para acontecer, não obstante comunicar os nomes dos representantes portugueses: Augusto de Vasconcelos e Ferraz de Andrade¹²⁴⁸.

A 31 de Agosto de 1931 era Vasconcelos quem telegrafava para informar que a Comissão havia discutido, nesse mesmo dia, o Pacto de não agressão económica sob apresentação soviética, sendo que a Itália tinha sido a única apoiante «sem reservas»; de resto, a França achava melhor ideia que o assunto fosse estudado pelo Comité Económico e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha havia proposto que uma Comissão redigisse o sucedido naquela conferência, afim da Comissão de Estudos para a União Europeia resolvesse «o que foi aceite pelos outros delegados e assim decidido»¹²⁴⁹.

¹²⁴⁴ Carta de Eric Drummond dirigida ao MNE. Genebra, 13 de Junho de 1931. In Idem.

¹²⁴⁵ Ofício de Ferraz de Andrade dirigido ao MNE. Genebra, 2 de Julho de 1931. In Idem.

¹²⁴⁶ Carta do Secretário Geral da S.D.N. Genebra, 20 de Julho de 1931. In Idem.

¹²⁴⁷ Carta do Secretário Geral da S.D.N. Genebra, 5 de Agosto de 1931. In Idem.

¹²⁴⁸ Ofício de Francisco de Calheiros e Menezes dirigido a Vasco de Quevedo. Lisboa, 7 de Agosto de 1931. In Idem.

¹²⁴⁹ Telegrama de Augusto de Vasconcelos. 31 de Agosto de 1931. In Idem.

No dia seguinte, Augusto de Vasconcelos não se poupava nas letras, e pela hora de jantar comunicava à Secretaria da Sociedade das Nações em Lisboa que a Comissão de Coordenação havia discutido, nesse dia, a questão da protecção internacional que seria concedida a países em crise agrícola por sobreprodução de cereais; da reunião do dia 1 de Setembro saía aprovada a protecção preferencial sujeita a acordos bilaterais¹²⁵⁰. O diplomata luso sublinhava que a Grécia havia requerido para que o mesmo fosse aplicado a outros produtos agrícolas – tabaco, vinho, azeite e passas –, proposta a que Portugal, pela voz de Vasconcelos havia manifestado todo o seu apoio¹²⁵¹. Na sua intervenção, citou as reclamações da lavoura portuguesa, as quais instavam pelo estudo da forma pela qual a protecção internacional que consignaria à cortiça, sobre a qual a crise também se fazia sentir¹²⁵². Portugal obteve o amparo dos delegados turco e espanhol, resolvendo-se que a Comissão da União Europeia teria, por recomendação, de estudar um sistema internacional que permitisse a salvaguarda daqueles produtos «autorizando eventualmente negociações [de] acordos bilaterais semelhantes aquelles que acabam de dar felizes resultados na questão dos cereaes»¹²⁵³. No dia 2, Vasconcelos oficiava o Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura informando-o que estava reunida em Genebra a Subcomissão de Coordenação em Matéria Económica e os nomes dos representantes portugueses que tomavam parte nos trabalhos, transmitindo-lhe na íntegra o seu telegrama do dia anterior, tendo em vista a apreciação do Ministro da Agricultura por intermédio do destinatário¹²⁵⁴. No dia 3 de Setembro, às 15h50, um telegrama dava conta que a Comissão de Coordenação encerrou os seus trabalhos «votando o relatório em que foram incluídas as propostas adoptadas durante a discussão»¹²⁵⁵.

A resposta do Ministério da Agricultura tardou. No dia 3 de Outubro de 1931, Gaspar D'Oliveira – Chefe do Gabinete do Ministério da Agricultura – dirigiu à Secretaria Geral da S.D.N. a exposição referente à protecção dos produtos agrícolas¹²⁵⁶. Rogava-se que os sindicatos agrícolas e as federações enviassem os seus alvitres e pareceres «que julgassem uteis, referente à protecção a conceder aos produtos agrícolas nacionais»¹²⁵⁷. Observava-

¹²⁵⁰ Telegrama da Delegação Portuguesa da S.D.N. Genebra, 1 de Setembro de 1931. In Idem.

¹²⁵¹ Idem.

¹²⁵² Idem.

¹²⁵³ Idem.

¹²⁵⁴ Ofício de Augusto de Vasconcelos dirigido ao Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura. Lisboa, 2 de Setembro de 1931. In Idem.

¹²⁵⁵ Telegrama de Augusto de Vasconcelos. 3 de Setembro de 1931. In Idem.

¹²⁵⁶ Ofício do Chefe do Gabinete do Ministério da Agricultura. Lisboa, 3 de Outubro de 1931. In Idem.

¹²⁵⁷ Idem.

se, de resto, que poucos sindicatos haviam respondido, e mesmo esses nada solucionaram; contudo, a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte de Portugal desejava que o MNE lhe fornecesse cópias dos acordos internacionais criados. Desta feita, solicitava-se o fornecimento de tais elementos de modo a que a Federação se pronunciasse «sobre o resultado a obter sobre diversos produtos agrícolas»¹²⁵⁸.

No dia 17 de Outubro de 1931, o Ministro dos Negócios Estrangeiros dirigia um telegrama a Augusto de Vasconcelos relativamente aos tratados de comércio que a Alemanha estabelecera com a Roménia e com a Hungria, não obstante o tratado luso-alemão¹²⁵⁹. Referia que o ministro alemão havia entregado, nesse mesmo dia, uma nota verbal que acompanhava os textos dos tratados, os quais continham disposições e direitos preferenciais para os cereais; solicitava que, apesar do tratamento de nação mais favorecida, Portugal não levantasse qualquer entrave à entrada dos ditos tratados a partir de 15 de Novembro. O ministro romeno havia procedido de maneira semelhante, referindo a missiva que se aguardava nota idêntica provida no ministro húngaro. Desta feita, o ministro português solicitava a Vasconcelos o favor de lhe dizer «se debaixo do ponto de vista internacionais podemos ou devemos anuir pedido Alemanha e quais os fundamentos ou condições»¹²⁶⁰.

A 20 de Outubro de 1931, Augusto de Vasconcelos telegrafava de Genebra ao MNE considerando que Portugal não deveria obstar às disposições acalentadas pela Alemanha¹²⁶¹. Aliás, o diplomata advogava toda a conveniência em ser favorável às notas recebidas daqueles Governos, sem apresentar quaisquer condições, uma vez que acordos bilaterais respeitavam a produtos manufacturados que Portugal não exportava, nem tão pouco produzia, segundo Vasconcelos. O diplomata aprofundava a sua lógica: «Se nos opuzessemos seria mal vista nossa atitude que impediria a primeira medida practica emanada da União Europeia»; afincava que o país nada tinha que colocar como condicionantes àqueles tratados, uma vez que a probabilidade de êxito, caso o decidisse fazer, seria vã. Todavia, desenrolou a sua acção no sentido de propor a requisição de um estudo concernente à protecção dos produtos que interessavam a Portugal: destacava a cortiça, o vinho e o azeite. Estudos que ainda não tinham encontrado realidade, não lhe

¹²⁵⁸ Idem.

¹²⁵⁹ Telegrama do MNE dirigido a Augusto de Vasconcelos. 17 de Outubro de 1931. In Idem.

¹²⁶⁰ Idem.

¹²⁶¹ Telegrama de Augusto de Vasconcelos dirigido ao MNE. Genebra, 20 de Outubro de 1931. In Idem.

sendo por isso, na época, afiançar informações que a Federação dos Sindicatos reclamava¹²⁶². Posto isto, Francisco de Calheiros e Menezes viu-se na contingência de se dirigir ao Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura no dia seguinte, transmitindo as insistências da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte de Portugal para lhe serem facultadas cópias dos acordos internacionais supramencionados, assim como informações que possibilitassem a concessão de protecção aos produtos agrícolas «e uma nota elucidativa dos benefícios a que na prática se chegou»¹²⁶³.

A 17 de Agosto de 1932, Ferraz de Andrade escreveu ao ministro dos Estrangeiros, na época César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches, na esteira das reuniões que se desenrolavam por essa época na cidade suíça sobre madeiras, automóveis, trigo, entre outros produtos; questionando se não seria do interesse de Portugal convocar uma reunião em Genebra sobre a cortiça, na medida em que sendo o número de interessados menor – os produtores mundiais de cortiça –, talvez obtivesse sucesso¹²⁶⁴. O diplomata concluía desta forma: «Estas reuniões, é verdade, não se tem mostrado muito fecundas em resultados práticos (...). E amanhã, no regresso da prosperidade, encontrarão esses mesmos Governos, na documentação acumulada, um material precioso de reconstrução económica»¹²⁶⁵.

A 15 de Julho de 1933, o Embaixador de Portugal em Londres telegrafou anunciando a discussão da proposta brasileira sobre o café, «tendo em vista não aumentar [a] produção ficando proibida [a] renovação [das] actuais plantações e estabelecimento [de] outras novas»¹²⁶⁶. Todavia, a proposta previa a adopção de medidas que em termos aduaneiros verificassem-se mais favoráveis aos substitutos do café do que a este, proposta que segundo o Embaixador afigurava-se «inaceitável» a Portugal¹²⁶⁷. Deste modo, solicitou instruções e os dados estatísticos referentes à produção de café nas antigas colónias portuguesas, de forma a que o problema cacauero fosse objecto de análise, especialmente

¹²⁶² Idem.

¹²⁶³ Ofício de F. de Calheiros e Menezes dirigido ao Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura. Lisboa, 21 de Outubro de 1931. In Idem.

¹²⁶⁴ Ofício de Ferraz de Andrade dirigido a César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches (MNE). Genebra, 17 de Agosto de 1932. In

¹²⁶⁵ Idem.

¹²⁶⁶ Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres. Londres, 15 de Julho de 1933. In Processo 8 - Questões económicas e financeiras. Cacau, trigo, madeira, cortiças e ouro: Sala: S03 Estante/Módulo: E94 Prateleira/Gaveta: P06 Número: 38449

¹²⁶⁷ Idem.

no tocante à produção de São Tomé entre 1925 e 1932¹²⁶⁸. O redactor informava ainda, que a conferência iria, em princípio, encerrar os seus trabalhos a 28 de Julho, instando-se para que fossem enviadas ajudas de custo para os delegados portugueses àquela data¹²⁶⁹.

Sublinhe-se, dois dias volvidos Rodrigues Pereira redigia de Lisboa um ofício dirigido ao Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias, advogando a extrema importância da participação portuguesa da dita conferência e da relevância do assunto supramencionado ser tratado dias antes do encerramento da mesma; por isso, solicitava ao Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias os elementos requeridos no ofício do Embaixador de Portugal em Londres «afim de serem enviados para Londres com a urgência que o caso reclama»¹²⁷⁰.

Contudo, Portugal não dispunha de tais esclarecimentos e o Ministério das Colónias viu-se na contingência de não poder aferir e indicar a produção total de café e de cacau «por ignorar consumo nas respectivas colónias», apenas adiantando dados sobre a exportação anual daqueles produtos¹²⁷¹. Dessa feita, entre 1925 e 1932, a exportação de café (em kilos), em Angola foi de 83.753.271, em Cabo Verde 504.096, em S. Tomé e Príncipe 3.215.000, e em Timor marcavam 9.581.852; de resto, os maiores anos de produção de café haviam sido: 1925 para Angola e Cabo Verde; 1926 para Moçambique; 1927 para Timor; 1932 para São Tomé. Sobre o total da exportação de cacau entre 1925 e 1932: Angola exportou 2.375.417 kilos e S. Tomé e Príncipe 117.599 toneladas. Afiançava ainda o ofício que os anos de maior produção de cacau para Angola havia sido 1929 e para S. Tomé, 1925¹²⁷².

De 21 a 26 de Agosto de 1933, assinava-se em Londres um acordo destinado a regular a produção e o comércio internacional do trigo, o qual seria subscrito por vinte e dois Estados, entre os quais, Portugal¹²⁷³. A Conferência do trigo foi convocada pelos principais centros produtores do pós-guerra: a Argentina, a Austrália, o Canadá e os EUA¹²⁷⁴. Para este encontro em Canada House, em Londres, foi nomeado Pequito Rebelo

¹²⁶⁸ Idem.

¹²⁶⁹ Idem.

¹²⁷⁰ Ofício de Rodrigues Pereira dirigido ao Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias. Lisboa, 17 de Julho de 1933. In Idem.

¹²⁷¹ Ofício do Ministério das Colónias dirigido ao Embaixador de Londres. 19 de Julho de 1933. In Idem.

¹²⁷² Idem.

¹²⁷³ *Résumé Mensuel des Travaux de la Société des Nations – La Conférence du Blé*, Vol. XIII, N° 8, Agosto de 1933, Secção de Informação, S.D.N., Genebra. In Idem.

¹²⁷⁴ Idem.

como delegado luso caso se encontrasse em Paris; caso contrário seria o Coronel Tomás Fernandes o enviado, sendo que o Ministério da Agricultura enviaria instruções¹²⁷⁵. Todavia, nada se sabia de Rebelo, constando apenas que tivesse partido para Lisboa no dia anterior ou no mesmo dia¹²⁷⁶.

A 21 de Agosto, Lebre Lima – Embaixada de Portugal em Londres –, transmitia por solicitação de Tomás Fernandes um telegrama que referia o início da conferência do trigo, tendo sido distribuído naquela manhã o «projecto de acordo para ser aceite [pelos] países importadores [de] trigo e que tem em vista assegurar [a] cooperação destes países com [os] países exportadores os quais chegaram [a] acordo relativo a limitação [das] suas exportações durante o período de 1 de Agosto 1933 a 31 de Julho de 1935»¹²⁷⁷. Dessa feita, a missiva aclarava que o projecto tinha em vista que os países importadores concordavam em favorecer o aumento das superfícies cultivadas com trigo sem tomarem «quaisquer medidas governamentais de que resulte aumento de produção interna»; de resto, medidas relacionadas com a selecção das sementes e com o crédito agrícola para melhoramento da agricultura seriam passíveis de continuar, todavia, ficava «excluída concessão subvenção aos agricultores»¹²⁷⁸. Seguidamente, Fernandes fazia menção de que os países importadores teriam de concordar na adopção de medidas que possibilitassem o aumento do consumo de trigo, procedendo consecutivamente à «abolição progressiva [de] medidas tendentes a reduzir [a] qualidade [das] matérias panificáveis diminuindo assim [o] consumo humano trigo», reconhecendo que o preço mundial do trigo teria se sofrer uma melhoria «acima da cotação 1º trimestre de 1933», tendo como consequência imediata a redução dos direitos alfandegários, que deveriam estar «prontos começar ajustar suas pautas», desmente que o preço fossem fixado e se mantivesse assim por três meses¹²⁷⁹. Observava-se que os direitos embora constituíssem forma de assegurar preços que remunerassem os agricultores, e embora diferissem de país para país, não deveriam elevar-se a ponto de animar os «agricultores [a] aumentar área cultivada»¹²⁸⁰.

¹²⁷⁵ Telegrama da Legação de Portugal em Paris. 19 de Agosto de 1933. In Idem.

¹²⁷⁶ Telegrama do MNE. 18 de Agosto de 1933. In Idem.

¹²⁷⁷ Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres. 21 de Agosto de 1933. In Idem.

¹²⁷⁸ Idem.

¹²⁷⁹ Idem.

¹²⁸⁰ Idem.

Por último, segundo o projecto em causa, os países importadores aceitavam «como desejável que [a] redução de direitos [fosse] acompanhada da modificação regimem de restrição quantitativa importação de trigo», não obstante os países exportadores terem aferido que tais mudanças só seriam possíveis de aplicar se em 1934-1935 se verificasse o aumento do preço mundial do trigo¹²⁸¹. O telegrama findava-se da seguinte maneira: «fica entendido este compromisso é compatível com reserva, [do] mercado nacional para [o] trigo indígena produzido n'uma área que não exceda aquela actualmente cultivada. Delegado suíço propôs que em vez de numero [os] primeiros países importadores tomassem [o] compromisso [de] importar [uma] quantidade mínima [de] trigo correspondente [à] media [da] importação [dos] últimos três anos; esta proposta foi aceite em principio [por] vários delegados e também por Presidente em nome de países grandes exportadores. Presidente pediu [aos] delegados [que] obtivessem instruções dos Governos para poderem rubricar acordo que será género gentleman agreement não carecendo [de] ratificação»¹²⁸². Posto isto, sendo a sessão adiada até quarta-feira próxima, Tomás Fernandes solicitava instruções para saber se podia aceitar o «acordo ou quaes reservas devo fazer entendendo-se que no caso realização ele seria aplicado com certa elasticidade»; de resto, afirmava ser-lhe impossível prever o desfecho da conferência uma vez que a maioria dos delegados estavam na mesma situação que Fernandes: sem instruções¹²⁸³.

A resposta não tardaria a chegar às mais de Tomás Fernandes; era para Portugal «absolutamente inaceitável» tal projecto sobre o trigo devido à instabilidade da produção portuguesa «que em 1932 excedeu em muito necessidades [do] seu consumo prevendo-se pelo contrario no actual ano [a] possível necessidade importar trigo». Advogava-se que sendo Portugal um país «principalmente agrícola», poder-se-ia ver na contingência, a breve trecho, de modificar as suas culturas «das quais estão em crise», e portanto, não poderia ver-se privado dos mercados de modo a equilibrar a sua agricultura. De resto, a alteração dos direitos das alfândegas, com vista à reforma da «extensão [da] colheita do trigo» era carta fora do baralho¹²⁸⁴. Observava-se que a proposta suíça produziria o efeito de obrigar Portugal a importar quantidades de que não carecia; por essa via, a resposta aclarava o tom proferindo que fosse melhor Fernandes declarar que não tinha poderes

¹²⁸¹ Idem.

¹²⁸² Idem.

¹²⁸³ Idem.

¹²⁸⁴ Idem.

para assinar o acordo «ou obrigar de qualquer modo seu governo para o qual», frisando-se novamente no término do telegrama a inaceitabilidade da proposta¹²⁸⁵.

No dia 24 de Agosto de 1933, novo telegrama desembarcava em Lisboa. Transmitia-se que na dita Conferência apenas a Holanda, a Turquia, a Irlanda e Portugal haviam declarado que não assinavam o acordo; outros declararam que estavam a aguardar instruções e, «outro grupo incluindo a França Itália e Alemanha declarou estar pronto assinar mas fazendo diversas reservas algumas de tal ordem que destroem completamente bases da convecção acordo», segundo Tomás Fernandes¹²⁸⁶. Nestes conformes, a sessão era adiada para o dia seguinte, uma vez que o Presidente entendeu que seriam impossível aos países exportadores aceitarem o acordo nas condições que se preenchiam aquelas horas, apelando à cooperação com o intuito dos países com tais reservas as retirassem ou atenuassem. Porém, as linhas acabavam com palavras tremendamente desiludidas: «Tenho impressão caso se consiga chegar a um acordo será importância muito limitada e de efeito praticamente nulo»¹²⁸⁷.

Na noite de 25 de Agosto de 1933 a conferência encerrava portas; Lebre Lima telegrafou a pedido de Tomás Fernandes, às 14h20 do dia seguinte comunicando que dos vinte e um países importadores convidados, Portugal figurava entre a Holanda, a Turquia, a Finlândia, a Lituânia e a Letónia, como um dos países que não assinaram o acordo do trigo, sendo que «dos catorze restantes três assinaram *ad referendum*»¹²⁸⁸. Os lusos adiantavam que tal resultado tinha sido obtido graças à introdução no acordo de uma nova disposição, a qual acalentava medidas relativamente à área cultivada e à protecção aduaneira: as condições internas de cada país importador regulava as modificações que não raras as vezes «exigem (...) aprovação parlamentar». O redactor terminava evidenciando que o acordo – que seria depositado na Sociedade das Nações – ficava aberto à adesão daqueles que ainda não o tinham assinado, observando que tal «parágrafo cobre todas exigências importadores cujas obrigações ficam assim diluídas e somente dependente boa fé». Note-se, Fernandes dizia prever-se a subida da cotação do trigo no mercado internacional como uma consequência do acordo estipulado «que apesar [dos]

¹²⁸⁵ Idem.

¹²⁸⁶ Telegrama de Tomás Fernandes transmitido por Lebre Lima. 24 de Agosto de 1933. In Idem.

¹²⁸⁷ Idem.

¹²⁸⁸ Telegrama de Lebre Lima. 26 de Agosto de 1933. In Idem.

seus defeitos é considerado à falta de melhor como [o] primeiro resultado importante [da Conferência Económica]¹²⁸⁹.

No início referimo-nos ao problema do cacau, o qual no estrear do ano de 1934 teve o seu lugar na Sociedade das Nações através da conferência do cacau. No dia 28 de Fevereiro desse ano, H. Viana oficiava o MNE, a partir de Genebra, transmitindo – segundo dizia no memorandum –, a cópia do memorandum do Governo britânico que lhe tinha sido entregue «a título privado, pelo Snr. Smets, Chefe da Secção Económica da S.d.N.»¹²⁹⁰. O Secretariado da Sociedade das Nações pretendia convidar os governos interessados para uma reunião destinada a apreciar a proposta do Governo britânico e as opiniões sobre a matéria¹²⁹¹. A reunião destinava-se à participação dos Estados produtores de cacau, sendo que Portugal manifestava o seu interesse em acompanhá-la; de resto, o redactor da missiva adiantava: «Como Va. Exa. sabe só aos Dominions cabe 2/3 da produção mundial de cacau e como o Brasil e a França possuem um sexto da produção, resta outro 6º a dividir por vários paizes, entre os quais se encontra Portugal, o que permite que se realice essa reunião sem que n’ela tomem parte todos os productores de cacau»¹²⁹².

Perante o exposto, solicitava-se ao ministro instruções para se comunicar ao Secretariado o interesse do Governo português sobre a sugestão inglesa, não obstante sublinhar-se «a vantagem de se manter secreto o ‘memorandum’ que é alvo deste ofício e que, se se destina a defender os interesses dos Estados productores» tal qual Viana escreveu, na medida em que o memorandum feria os interesses dos Estados importadores «atingindo possivelmente ao mesmo tempo os Estados que, por possuírem pequenas produções, tenham maior interesse em que se não realice a ‘entente’ entre os maiores productores de cacau»¹²⁹³.

A 3 de Março, o Embaixador de Portugal em Londres – onde se realizaria a Conferência do cacau –, informou às 14h48 que a mesma estava convocada pela S.D.N., todavia, aguardava uma data¹²⁹⁴.

¹²⁸⁹ Idem.

¹²⁹⁰ Ofício de H. Viana dirigido ao MNE. Genebra, 28 de Fevereiro de 1934. In Idem.

¹²⁹¹ Idem.

¹²⁹² Idem.

¹²⁹³ Idem.

¹²⁹⁴ Telegrama do Embaixador de Portugal em Londres dirigido ao MNE. Londres, 3 de Março de 1934. In Idem.

Perante o que acabámos de expor, a diplomacia portuguesa na Sociedade das Nações, no respeitante aos problemas que a agricultura enfrentava – e que eram objecto de análise na Organização Internacional –, revestia-se de uma *intromissão* para resguardo dos seus interesses a nível nacional e na esfera colonial, perpetuando-se num limbo sem competitividade com o exterior – condições assinaláveis até bastante tarde –, eternizando-se nas vozes de autores da época enquanto consequência pela falta de sentir «a valer duma necessidade de produzir mais e melhor, especialmente da agricultura»¹²⁹⁵; de resto, característica usual do tempo, Portugal manteve sobre este assunto como no tocante a outros, no palco da Organização Internacional do pós-guerra, lógicas que demonstravam uma diplomacia *desconcertante* do ponto de vista das manifestas carências que o país detinha nas suas estruturas internas: política, economia e sociedade. Junto da S.D.N. as lógicas portuguesas em matéria agrícola, como vimos, relacionavam-se intimamente com a exportação e importação de produtos, questão que atravessou o término da I República Portuguesa, alcançando o período de transição entre a ditadura militar e o Estado Novo, continuando nos anos subsequentes enquanto eixo inequívoco das preocupações nacionais, uma vez que a ideia de uma União Europeia assombrava a desarrumada casa dos lusitanos que se contrabalançava, no período em apreço, entre as nuances de pretender participar nas políticas modernas que assolavam o Velho Continente e as políticas nacionais requeridas pelo receio da insustentabilidade e perda, por um lado, dos territórios extraeuropeus no jogo de (in)conveniências da Sociedade das Nações, por outro, pelo desejo de não perder o contacto internacional – o país sentia-se cada vez mais isolado –, sabendo a S.D.N. o novo centro decisor da Europa no intervalo da *Grande Guerra*.

7. Conclusão

Na esteira do trabalho apresentado, tornar-se-á pertinente de reflexão, uma vez mais, a importância que teve a Liga das Nações para Portugal e para o mundo no período entre guerras. A sua criação, acarretando o delinear de uma nova ordem internacional, pretendeu arrebatar, de maneira inequívoca, o trato dos Europeus entre si; almejou a edificação de uma União Europeia malograda na gestação, posta à margem pelos interesses individuais a que os nacionalismos do pós-I Guerra Mundial desacreditavam

¹²⁹⁵ JESUS; CAMPOS, *Ibidem*, p. 68.

alcançando um ponto sem retorno, numa escalada a conta relógio, até ao estalar da II Guerra Mundial.

António Maria de Bettencourt Rodrigues percebeu tal; fez anteceder o seu pensamento às manifestações de ruptura que na Sociedade das Nações surtiram os seus efeitos em prol de políticas económicas esmagadoras de algum sentido de cooperação entre os povos europeus, fazendo com que os países agrícolas da Europa se sentissem apartados do restante continente. Perante este cenário, não nos causará estranheza a ideia de Bettencourt Rodrigues – a qual fomos trespassando pelos capítulos – sobre a necessidade que os povos latinos enfrentavam de criar as suas fontes de riqueza: produção e exportação, através de um agrupamento de nações que arcaria os herdeiros de Roma Antiga, inclusive os do Novo Mundo. Na senda do que a maioria dos autores referem, a questão das colónias revestia-se de uma das preocupações primaciais da presença lusa na Liga, a qual Bettencourt Rodrigues não olvidou ao tentar uma resposta aos novos ventos da história: se os direitos históricos eram arrebatados, os territórios coloniais estariam na sua fase de transição para integrarem uma autêntica *Commonwealth à portuguesa*; deste modo, o Autor propagandeava a criação de uma Confederação Luso-brasileira (1923), tornando-se num dos promotores para a criação de laços entre os países com os quais, de resto, mantinha boas relações e uma imagem reputada: Brasil e França, como tivemos oportunidade de apurar. Em ambos os casos, o sintoma de uma confraternização com o intuito de uma manifesta credibilidade da República Portuguesa junto dessas duas repúblicas irmãs era latente, sublinhando-se o carácter económico, comercial e financeiro da questão no que importava a Portugal.

A criação da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, se por um lado pretendeu posicionar o país na Organização Internacional de modo a que o mesmo se tornasse aceitável aos olhos do mundo, teve, sem dúvida em vista, permitir a Portugal andar mais a par das negociações que se travavam na S.D.N., com o objectivo intrínseco de estudá-las e preparar as suas delegações, nas palavras do antigo ministro dos negócios estrangeiros, o que porém não pretende significar uma estratégia bem definida no quadro português em relação à Liga. Todavia, avizinhou-se do Conselho, através de uma cooperação estreita entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Delegado Plenipotenciário Augusto de Vasconcelos, o nomeado para o lugar no órgão decisor da Sociedade das Nações. A ideia da criação da Secretaria, embora pressionada por Albert Thomas no sentido da imprevisibilidade da participação lusa nas conferências, a qual se

destrinçava de feição irritante entre os actores que deambulavam por Genebra, fez-se pedra angular da política *bettencourtiana* que retomou os seus laivos de intervenção ao tempo da ditadura militar.

No respeitante ao assunto que serviria de base para a criação de uma união entre os europeus, onde Portugal não fazia pretensões de se ver incluído – denotando-se os motivos que subjaziam à sua estrutura interna e aos territórios extraeuropeus –, a agricultura desempenhou um papel significativo na questão, a qual se constituiu na génese para a actual Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, sendo que a problemática do crédito agrícola foi merecedora de atenção e de fortes debates nas sessões da S.D.N.; era pois, a solução encontrada pela Liga para rentabilizar a produção estabelecendo limites entre os países, ao mesmo tempo que se pretendia obrigar os Estados a uma política de estreita cooperação para a exportação e importação das suas produções. Desta feita, a Liga requeria uma Europa alicerçada pelo espírito de uma autêntica sociedade, uma vez que, sublinhe-se, foi considerada a criação da autêntica *Sociedade das Nações* aquando da fundação do Instituto Internacional de Agricultura, como observámos anteriormente, ideia basilar da Organização Internacional.

Certo era, que em Portugal tendeu-se sempre para o abstencionismo em matérias que na S.D.N. eram revolidas em torno de uma abertura dos mercados, de uma quebra das taxas alfandegárias em prol desse projecto de cooperação europeia, não obstante Portugal não constituir caso inédito no cenário europeu, desse ponto de vista. De resto, Cristina Pacheco mencionou no seu trabalho *Portugal e o Memorandum Briand*, que o país foi chamado para integrar o Comité de Organização da União Europeia, apresentando única e exclusivamente emendas «nos pontos relativos aos territórios coloniais», negando o único papel das colónias para exploração agrícola e comercial. Estamos de acordo com o parecer na autora quando menciona a abstenção lusa face ao memorandum Briand (1930), não obstante Pacheco adiantar que tal posição «pautará a atitude portuguesa relativamente às iniciativas saídas do projecto, como a do crédito agrícola»¹²⁹⁶, uma vez que a chegada de Oliveira Salazar ao poder fazia tardarem as respostas, «mas mantendo a aparência de colaboração» de Portugal na Sociedade das Nações¹²⁹⁷.

¹²⁹⁶ PACHECO, Cristina, *Portugal e o Memorandum Briand. Análise da proposta de uma Federação Europeia no contexto da Sociedade das Nações*, in *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, II Série, Lisboa, 2004, p. 209.

¹²⁹⁷ Idem.

Em 1932, António Maria Godinho – licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e Assistente da Universidade Técnica de Lisboa –, publicou a sua obra intitulada, *A Sociedade das Nações e o Crédito Agrícola Internacional*; pesava o autor os resultados que seriam de esperar da criação de uma Sociedade Internacional de Crédito Agrícola Hipotecário, observando que se por um lado a concessão de crédito a uma taxa normal tornaria possíveis menores encargos na propriedade rural «nos países mais duramente atingidos pela crise», não se esquivava Godinho às críticas mais severas face à Sociedade Hipotecária¹²⁹⁸. Notava a carência de uniformidade em matéria de legislação hipotecária, a qual sublinhava «nem sempre oferece as garantias necessárias para a efectivação de empréstimos com segurança»¹²⁹⁹. O autor conduziu o seu discurso incidindo no problema que a Sociedade Hipotecária teria no respeitante à fiscalização sobre o emprego dos empréstimos concedidos: «Como poderá pois a Sociedade impedir que os proprietários de bens rurais realizem sobre eles empréstimos aplicando depois os fundos obtidos em operações de carácter industrial, comercial ou até especulativo?»¹³⁰⁰; mais fazia o autor aumentar as suas críticas, uma vez que no Conselho da Sociedade Hipotecária não figuravam «obrigatoriamente (...) representantes dos agricultores interessados, delegados das grandes associações agrícolas ou dos institutos nacionais de crédito agrícola»¹³⁰¹. Ressalvava ainda, António Maria Godinho que nos países mais fortemente marcados pela crise o valor das propriedades tendem a decrescer, ficando dessa feita, o lavrador em desigualdade perante um outro seu semelhante «cuja propriedade embora de menor valia será melhor penhor, pelo facto de estar situada num país que a crise não atingiu tam duramente»¹³⁰².

Sublinhe-se, Godinho declarou que a Sociedade Internacional de Crédito Agrícola não encontrava as soluções necessárias para a questão do crédito agrícola, referindo: «traz-lhe apenas uma solução parcial cujos resultados serão decerto benéficos e terão repercussão sobre a economia do proprietário agrícola, mas não traz grandes vantagens para o pequeno agricultor nem tam pouco para os simples detentores da terra»¹³⁰³; o exemplo português era então nítido. No final da sua crítica, o autor incidia nas «muralhas

¹²⁹⁸ GODINHO, António Maria, *A Sociedade das Nações e o Crédito Agrícola Internacional*, Livraria Moraes, Lisboa, 1932, p. 100.

¹²⁹⁹ Idem.

¹³⁰⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 100-101.

¹³⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 101.

¹³⁰² Idem, *Ibidem*, p. 102.

¹³⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 103.

aduaneiras» intransponíveis graças aos nacionalismos exacerbados¹³⁰⁴, apenas possível de resolver com a percepção cabal do conceito de Sociedade das Nações.

Tornava-se evidente o antagonismo sentido na S.D.N., uma fractura com os olhos postos no centro do mundo, a Europa, o imperativo de dividir o futuro no presente...

¹³⁰⁴ Idem, *Ibidem*, p. 105.

8. Fontes e Bibliografia

8.1.Fontes:

Espólio de Augusto de Vasconcelos do Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Espólio de Jaime Batalha Reis do Arquivo da Biblioteca Nacional

Espólio de Alfredo Augusto Freire de Andrade Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Espólio de José de Almada do Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Espólio de Francisco da Cunha Leal do Arquivo Histórico Parlamentar

Arquivo de Salazar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Espólio de Teófilo Braga da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Espólio de António José de Almeida do Museu da Presidência da República

Acervo documental da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações do Arquivo Histórico do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Fundo da Sociedade das Nações da Biblioteca Nacional de Portugal

Arquivo Pessoal de Bernardino Machado da Casa Comum da Fundação Mário Soares

Arquivo Pessoal de Rodrigo José Rodrigues da Casa Comum da Fundação Mário Soares

Arquivo Pessoal de Manuel Teixeira Gomes da Casa Comum da Fundação Mário Soares

Arquivo Pessoal de Afonso Costa da Casa Comum da Fundação Mário Soares

Arquivo Pessoal de Carvalhão Duarte da Casa Comum da Fundação Mário Soares

Processo de Requerimento de Passaporte de António Maria Bettencourt Rodrigues, in Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes, Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Almanach Republicano para 1878, 4.º Ano, Nova Livraria Internacional, TYP., Lisboa, 1877.

Anuário Diplomático e Consular Português, 1915, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916.

Anuário Diplomático e Consular Português, 1915, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916.

Anuário Diplomático e Consular Português, 1920, MNE, Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, [s. l.], 1921.

Anuário Diplomático e Consular, 1921, MNE, Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, [s. l.], 1922.

BETTENCOURT-RODRIGUES, *Prováveis alianças e agrupamentos de nações. Uma Confederação Luso-brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923.

BETTENCOURT-RODRIGUES, *Vinte e Oito Mezes no Ministério dos Negócios Estrangeiros (De 12 de Julho de 1926 a 9 de Novembro de 1928)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1929.

BETTENCOURT-RODRIGUES, António Maria, *Contribution à l'étude des réflexes dans la paralysie générale des aliénés*, Tese de Medicina de Paris 1885-1886, n.º156, Imprimerie des Écoles, Paris, 1886.

BETTENCOURT-RODRIGUES, *Por estradas e atalhos*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1931.

RODRIGUES, José Júlio, *O Assucar Portuguez de Beterraba: Episodios de uma Industria no seu período de Gestão*, Typografia Universal, Lisboa, 1889.

États de Service Travaux et Diplomes Scientifiques du Bettencourt Rodrigues de la Faculté de médecine de Paris Officier d'Académie (1882-1892), Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892.

BETTENCOURT-RODRIGUES, António Maria, *Contribution à l'étude des réflexes dans la paralysie générale des aliénés*, Tese de Medicina de Paris 1885-1886, n°156, Imprimerie des Écoles, Paris, 1886.

BETTENCOURT-RODRIGUES, «Curso Livre de Nevropathologia e Psychiatria Professado no Hospital de Rilhfoles pelo dr. Bettencourt Rodrigues (Lição d'abertura)», in BETTENCOURT-RODRIGUES (direcc.), *Revista de Nevrologia e Psychiatria*, N.º 1, Jan.-Mar. 1888, 1.º Ano, Editor Henrique Zeferino, Lisboa.

BETTENCOURT-RODRIGUES, *Tratamento da Febre Amarella pelas Injecções de Sôro Anti-Ophidico (anti-bothropico e anti-crotalico) pelo Dr. Bettencourt-Rodrigues. Notas e Observações Clínicas*, Escola Typographica Salesiana, São Paulo.

BETTENCOURT-RODRIGUES, *Os sentidos e a emoção em alguns poetas portugueses e brasileiros*, A. M. Teixeira, Lisboa, 1909.

BETTENCOURT-RODRIGUES, *A República Portuguesa*, Livraria Clássica Editora, 1911.

BETTENCOURT-RODRIGUES, *A Pátria e o Povo Português*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1912.

BETTENCOURT-RODRIGUES, *Médico e Medicina, factos e comentários*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1922.

CÂMARA, António Pereira de Sousa da, *A Dissolução do Instituto Internacional de Agricultura de Roma e o Enquadramento das suas Actividades na FAO*, Separata da Revista Agronómica, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, 1949.

CASTRO, D. Luiz de, *O Instituto Internacional de Agricultura (Roma). Conferência proferida na Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal em 30 de Abril de 1910*, Separata da Revista Agronómica, Lisboa, 1910.

DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Portugália, Lisboa, 1941.

GODINHO, António Maria, *A Sociedade das Nações e o Crédito Agrícola Internacional*, Livraria Moraes, Lisboa, 1932.

International Institute of Agriculture, Convention signed June 7, 1905.

JESUS, Quirino de; CAMPOS, Ezequiel de, *A Crise Portuguesa – Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda., [s. d.], [s. l.].

ROCHA MARTINS, *Memorias sobre Sidonio Paes*, Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa, 1921.

Simples Apontamentos de Alguns Trabalhos e Serviços de José Júlio Rodrigues durante 28 annos de vida publica em Portugal – Publicações (Até Maio de 1892), Typ. da Academia, 1982.

Debates Parlamentares:

Diário do Senado, Sessão N.º 1, 19 de Julho de 1918.

Diário do Senado, Sessão N.º 1, 23 de Julho de 1918.

Diário do Senado, Sessão N.º 2, 24 de Julho de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 3, 25 de Julho de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 4, 26 de Julho de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 5, 29 de Julho de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 6, 30 de Julho de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 7, 31 de Julho de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 8, 1 de Agosto de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 9, 5 de Agosto de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 10, 6 de Agosto de 1918

Diário do Senado, Sessão «A», N.º 1, 4 de Novembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 1, 3 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 2, 4 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão «A», N.º 2, 6 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 3, 9 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 4, 11 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 5, 12 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 6, 13 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 7, 16 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 8, 23 de Dezembro de 1918

Diário do Senado, Sessão N.º 9, 8 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 10, 9 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 11, 10 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, N.º 12, 13 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, Sessão «B», N.º 12, 15 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 13, 16 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, Sessão «C», N.º 13, 17 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 14, 20 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 15, 30 de Janeiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 16, 3 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 17, 4 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 18, 5 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 19, 6 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 20, 10 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 21, 11 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 22, 12 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 23, 13 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 24, 14 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 25, 17 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 26, 18 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 27, 19 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 28, 20 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 29, 21 de Fevereiro de 1919

Diário do Senado, Sessão N.º 39, 25 de Março de 1924

Diário da Câmara dos Deputados, Sessão N.º 102, 7 de Junho de 1923

Diário da Câmara dos Deputados, Sessão N.º 117, 12 de Junho de 1914

Diário da Câmara dos Deputados, Sessão N.º 87, 12 de Maio de 1916

Publicações periódicas / jornais / revistas:

Atlantida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil

A Capital: Diário Republicano da Noite

A Lucta

A Vanguarda

A Medicina Contemporânea

Bulletin de Propagande Française

Bulletin Municipal Officiel de la Ville de Paris

Bulletin périodique de la presse portugaise

Bulletin Périodique de la Presse Espagnole

Comoedia

Comoedia Journal

Diário de Notícias

Lusitania: Revista de Estudos Portugueses

L'Action Française: organe du nationalisme integral

L'Echo D'Alger: Journal republicain du matin

Le Figaro: Journal non politique

Le Gaulois: le plus grande jornal du matin

L'Homme Libre: Journal quotidien du matin

L'Humanité: jornal socialiste quotien

L'Intransigeant

Le XIXe siècle: jornal quotien politique

Le Matin

Le Petit Parisien: Journal quotidien du soir

Le Populaire de Paris

Le Temps

O Benaventense

O Estado de S. Paulo

O Século

Paris-Soir

Republica Portuguesa: Orgão do Partido Republicano de Coimbra

Revista de Educação e Ensino

8.2.Bibliografia:

AFONSO, Aniceto, «A Primeira Guerra Mundial e a situação das colónias portuguesas. A intervenção de Portugal no conflito», in ALBUQUERQUE, Luís (direcc.), *Portugal no Mundo*, Vol. III, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

AGUILAR, Manuel Busquets, *O Curso Superior de Letras: 1858-1911*, Lisboa, 1939.

ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil / Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto, 2000.

AMARAL, Almeida, *Bettencourt Rodrigues. Um pioneiro de Assistência Psiquiátrica Portuguesa*, Separata dos Anais Portugueses de Psiquiatria, Volume VI, N.º 6, Dezembro de 1954.

BEIRED, José Luis Bendicho, *Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano*, Varia Historia, Belo Horizonte, Vol. 30, N.º 54, Set./Dez. 2014.

BRANCO, Teresa Gomes, *A participação Portuguesa na Sociedade das Nações (1920-1939): Representantes Nacionais e Funcionários Internacionais*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, Orientação Prof. Dr. Hélder Adegar Fonseca, Universidade de Évora, Departamento de Economia, 2013.

CARVALHO, Soraia Milene, *O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações*, in Estudos, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2018.

CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues; SARMENTO, Cristina Montalvão (eds.), *Tratados do Atlântico Sul – Portugal-Brasil, 1825-2000*, Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série A, Europress, Lisboa, 2006.

COUVANEIRO, João Luís Serrenho Frazão, *O Curso Superior de Letras: 1861-1911. Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais potências: 1922-1923, Parte I, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

CHORÃO, Luís Bigotte, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Sextante Editora, 1.^a Edição, Lisboa, 2009.

CRUZ, Duarte Ivo, *Estratégia Portuguesa na Conferência de Paz 1918-1919 – As Actas da Delegação Portuguesa*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2009.

DUROSELLE, Jean-Baptiste, *História das Relações Internacionais de 1919 a 1945*, Tomo I, 12.^a Edição, Edições texto&grafia, Lisboa, 2001.

FEDERICO, Giovanni, *Not guilty? Agriculture in the 1920s and the Great Depression*, Working Paper Series N.º 05-02, Universidade Carlos III de Madrid, Instituto Laureano Figuerola de História Económica, Maio de 2005.

FEDERICO, Giovanni, «The Growth of World Agricultural Production, 1800-1938», in *Research in Economic History*, Março 2015.

FERNANDES, Henrique João de Barahona, *Bettencourt Rodrigues. O psiquiatra e a sua obra*, Separata do Jornal Médico, XXVIII, 665, 1955.

FILHO, Heitor Pinto de Moura, *Os países latino americanos e a Convenção açucareira de Bruxelas de 1902*, in *Revista Travesía*, N.º 14-15, 2012-2012.

FERREIRA, Licínia Rodrigues, *Sócios do Instituto de Coimbra (1852-1978)*, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Coimbra, 2015.

FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de, *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*, Vol. III, Fundação Oriente, Lisboa, 2003.

GALBRAITH, Jonh Kenneth, *A Crise Económica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira*, Publicações Dom Quixote, Colecção Universidade Moderna, N.º 42, 1972.

GINNEKEN, Anique A. M. van, *Historical Dictionary of the League of Nations*, Colecção Historical Dictionaries of International Organizations N.º 23, The Scarecrow Press, Inc., Oxford, 2006.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; ANDRADE, Luís; CASTRO, Zília de Castro, *Atlantida: a Invenção da Comunidade Luso-Brasileira*, Contracapa Livraria, Rio de Janeiro, 2013.

GUIMARÃIS, Alberto Laplaine; AYALA, Bernardo Diniz de; MACHADO, Manuel Pinto; ANTÓNIO, Miguel Félix, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Caixa Geral de Depósitos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [s. d.], [s. l.].

JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000 – O Século XX*, Vol. III, 4.ª Edição, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012, Lisboa.

LÉON, Pierre (dir.), *História Económica e Social do Mundo – A Dominação do Capitalismo 1840-1914*, Vol. IV, Tomo I, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982.

LÉON, Pierre (dir.), *História Económica e Social do Mundo – Guerras e Crises 1914-1947*, Vol. V, Tomo I, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982.

LEAL, Ernesto Castro, *Programas e Partidos: o campo partidário republicano português 1910-1926*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

LEAL, Ernesto Castro, *A ideia de Confederação Luso-brasileira nas primeiras décadas do século XX*, in *Revista de Estudos Filosóficos*, N.º 3, São João del' Rei, 2009.

LEAL, Ernesto Castro, *A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)*, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 27, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *A Liga de Paris e a ditadura militar (1927-1928): a questão do empréstimo externo*, *Colecção História do Portugal Contemporâneo – Documentos*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1976.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.); GUINOTE, Paulo; MESQUITA, Pedro Teixeira; DIAS, José João Alves, *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Edições Afrontamento, Assembleia da República, Lisboa, 2000.

MATOS, Sérgio Campos; FREITAS, Joana Gaspar (org.), *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

MENDES, Nuno Canas, «O Tratado de Versalhes, a SDN e a política Ultramarina Portuguesa (1910-1926)», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Série 129, N.º 1-12, pp. 127-141.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, 1.ª Edição, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2015.

MENESES, Filipe Ribeiro de, «A paz e o tratado de Versalhes», in ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2009.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma Biografia Política*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2010.

MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Edições 70, Lisboa, 2007.

MONTEIRO, JMM, «A Medicina Contemporânea» - um caso emblemático da imprensa médica portuguesa, [s. d], Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

NUNES, Teresa, *D. Carlos, o Diplomata. Dinastia de Bragança 1889-1908*, in Colecção Reis de Portugal, Academia Portuguesa da História, Edições Quidnovi, Lisboa, 2009.

NUNES, Teresa Maria e Sousa, *Um Monárquico entre dois regimes: Carlos Malheiro Dias e a I República*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

OFFER, Avner, *The First World War – An Agrarian Interpretation*, Clarendon Press, Oxford, 1989.

OLIVEIRA, Pedro Aires, «Um renascimento colonial falhado? A República e o Império (1910-1926)», in COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.); RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires, *História da Expansão do Império Português*, 1.^a Edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2014.

PACHECO, Cristina, *Portugal e o Memorandum Briand: análise da proposta de uma federação europeia no contexto da Sociedade das Nações 1929-1932*, Revista Clio do Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, Vol. II, pp. 189-212.

PACHECO, Cristina, *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Orientação Prof. Doutor João Medina, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

PEREIRA, José Manuel Morgado, *A Psiquiatria em Portugal. Protagonistas e história conceptual (1884-1924)*, Tese de doutoramento em Altos Estudos em História, Época História Contemporânea, Orientação Prof.^a Doutora Ana Leonor Pereira e Prof. Doutor João Rui Pita, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

PROENÇA, Maria Cândida; Manique, António Pedro, *Da reconciliação à queda da monarquia*, in REIS, António (dirçç.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. I, Publicações Alfa, Lisboa.

RIBEIRO, Lia, *A Popularização da Cultura Portuguesa (1881-1910)*, Colecção República, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

RODRIGUES, Cristina, *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*, Edições Afrontamento, Porto, 2013.

ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2009.

ROSAS, Fernando, «A República e a Grande Guerra», in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, 2.^a Edição, Tinta da China, 2010.

SAALER, Sven; SZPILMAN, Christopher W. A., «Pan-Asianism as an Ideal of Asian Identity and Solidarity, 1850-Present». In *The Asia-Pacific Journal*.

SAMARA, Maria Alice, «Sidonismo e restauração da República. Uma ‘encruzilhada de paixões contraditórias’», in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, 2.^a Edição, Tinta da China, 2010.

SERRA, João B., *Os Poderes Locais: Administração e Política no 1.º Quartel do Século XX*, in OLIVEIRA, César (dirç.), *História dos Municípios e do Poder Local [Dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, Colecção Grandes Temas da Nossa História, Círculo de Leitores, [s. l.], 1996.

SERRÃO, Joel; LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern, *Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Vol. I, Instituto Nacional na Investigação Científica, [s. l.], 1984.

SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da, *O Espelho Fraternal: O Brasil no discurso do republicanismo português (c. 1889 – c. 1914)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Orientação Prof. Dr. Rui Ramos, Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (UL, ISCTE, UCP, UE), 2012.

SILVA, Pedro Miguel Fernandes da, *Da dívida de guerra ao empréstimo externo: perspectivas dos movimentos políticos e da opinião pública*, Revista Portuguesa da História, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014, pp. 53-68.

SNYDER, Louis L., *Macro-Nationalisms. A History of the Pan-Movements*, Greenwood Press, London, 1984.

TELO, António José, «A busca frustrada do desenvolvimento», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Publicações Alfa, Vol. II, Lisboa, 1996.

TELO, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994.

TELO, António José, *Primeira República II – Como Cai Um Regime*, Editorial Presença, Lisboa, 2011.